



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JOSÉ POLICE NETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 12/11/2015

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Suspensão

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a presença deste Vereador e do Vereador Paulo Fiorilo, declaro abertos os trabalhos da 33ª audiência pública de 2015 – que é a sexta audiência temática do PL 538/15.

Informo que a reunião está sendo transmitida no portal Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br, link auditórios online.

A transcrição, na íntegra, desta audiência pública estará disponível para o público em geral no portal da Câmara Municipal de São Paulo, endereço www.camara.sp.gov.br, link Atividades legislativas, Audiências públicas, Registro.

As inscrições daqueles que desejam fazer uso da palavra poderá ser feita junto à Mesa Diretora, com a secretaria.

A primeira parte da audiência será relativa à Secretaria de Educação.

Informo que a audiência relativa à Secretaria da Saúde, Autarquia Hospitalar e Servidor foi transferida, foi reagendada para o próximo dia 16.

Convido então o Secretário Municipal de Educação, Gabriel Chalita, para que tome assento à mesa. Passo a presidência dos trabalhos para o Vereador Paulo Fiorilo, que conduzirá a audiência.

Antes, porém, vou suspender por os trabalhos por um minuto.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos, sob a presidência do Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vamos dar sequencia à audiência do Orçamento para o ano de 2016, tema: Educação. Agradeço a presença do Secretário Chalita, da sua assessoria, do Sr. Marcos Rogério.

Imediatamente, passo a palavra ao Secretário Gabriel Chalita, para que faça a sua apresentação. Em seguida, abriremos a palavra às perguntas dos Vereadores e dos inscritos.

Tem a palavra o Secretário Gabriel Chalita.

O SR. GABRIEL CHALITA – Bom dia. Quero cumprimentar o Presidente Paulo Fiorilo, agradecer pelo privilégio, pela oportunidade de estar na Câmara Municipal de São Paulo. Fui Vereador nesta Casa, tenho muito respeito pelos Vereadores, pelo trabalho da Câmara, Câmara que é a Casa do Povo. Tenho vindo com muita frequência à Câmara, principalmente na Comissão de Educação, e aprendido muito com as reflexões e debates que fazemos com os Srs. Vereadores.

Quero saudar especialmente o Vereador Milton Leite, que é meu amigo, e foi meu amigo como Vereador - que é o relator do Orçamento - Milton que tem ampla experiência nesta Casa. Quero cumprimentar o Vereador Aurélio Nomura pelo seu trabalho, que está em seu primeiro mandato e trabalha com tanta intensidade pela sua região e pelos temas importantes para a cidade. É muito legal estar junto de vocês.

Também cumprimentar as entidades presentes, são pessoas que acompanham a Educação, e quanto mais às pessoas acompanharem, preocuparem-se com a Educação, a gente melhora à Educação. Ficamos felizes, muito felizes que nesta audiência pública tenhamos pessoas preocupadas com os rumos da Educação.

Agradeço ao Marcos Rogério, à equipe da Secretaria, às pessoas que trabalham com a gente e fazem o máximo para que tenhamos educação de qualidade em São Paulo.

Vou passar algumas imagens para explicar às pessoas como está o orçamento para a Educação proposto para o ano que vem.

Este ano tivemos um orçamento de 9,791 bilhões. A proposta orçamentária para o ano que vem é de 11,089 bilhões. Há um acréscimo para o ano que vem, e vamos ver da onde vêm as fontes de recursos: 33% vem do Fundeb – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, que vai da educação infantil até a educação fundamental; 57% vem do Tesouro Municipal; 9,11% vem de transferências federais, e aí há programas de alimentação escolar, programas de salário-educação. Também há transferências estaduais, e é

principalmente em relação à parceira com o Estado na construção de CEIs, na construção de unidades escolares.

Fizemos um comparativo entre 2015 e 2016. Há um acréscimo de 13% no orçamento, sob o ponto de vista do Tesouro Municipal; um acréscimo de 6,5% no Fundeb; e um acréscimo de 57,76% de transferências federais.

O Fundcad, fundo que nos ajudou muito este ano na construção dos CEIs, e somos muito gratos ao trabalho do Fundcad. Esperamos que ano que vem consigamos fazer um trabalho com Fundcad e continuar com a construção de algumas CEIs e creches, via Fundcad. Mas como ainda não há decisão do Fundcad, colocamos zero, mas há expectativa de que não seja zero e que tenhamos então a sua participação.

Quanto às transferências estaduais, está previsto acréscimo de 19 para 56 milhões, também para a construção de escolas.

Aqui dos 11,3 bilhões, a parte significativa do Orçamento é evidentemente da Secretaria da Educação, e uma parte desse orçamento vai para outros órgãos da Administração do Município de São Paulo. Então o Instituto de Previdência pega uma parte significativa, 22,48%; também o Fundo Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Transporte, de Esporte, de Cultura e assim por diante, cada um com uma pequena participação, mas tudo isso ligado à construção de propostas educacionais para a cidade. Evidentemente, o grosso está na Educação, mas há interfaces com o Esporte, com a Cultura, com outras áreas. Isso tudo dá aplicação prevista de 33% do Orçamento da cidade de São Paulo para a Educação.

Quero fazer um registro, quero cumprimentar os Vereadores que trabalharam muito para a aprovação do Plano Municipal de Educação. São Paulo, no nosso conhecimento, é a única cidade que tem 33% do Orçamento da cidade dedicado à Educação, 33%! A proposta do Plano Municipal de Educação era chegarmos em 33% em dez anos, e aqui na nossa previsão, ano que vem, nós teremos 33% dos recursos destinados à Educação.

Aqui temos a proposta orçamentária por tipo de despesa: Pessoal e Benefícios, 54,66%; Atividade, 40%; e Projetos, 5,29%. Mais pra frente, eu vou dizer o que é cada um deles. Há um acréscimo no Pessoal de 8,74%; acréscimo em Atividades; e acréscimo significativo nos Projetos, principalmente por causa da construção de novos CEUs na cidade de São Paulo.

Para o Apoio ao Aluno, 28%; Convênio, 40% - mais pra frente vamos ver a ampliação dos convênios, há esforço enorme que a cidade está fazendo para não deixar nenhuma criança fora da escola, zerando as crianças de 4 a 5 anos, educação infantil, fazendo de tudo para que toda mãe que precise de uma creche na cidade de São Paulo consiga encontrá-la. Essa é a nossa meta.

Aqui são as Atividades Educacionais, Suporte Administrativo, TIC – Tecnologia, as Ações Pedagógicas e Educacionais, cada uma delas dividindo um percentual que está destinado no orçamento.

Para Projetos há construção de Centros de Educação Infantil – CEIs, 39%; construção e reforma de equipamentos educacionais, 4%. E na construção de EMEI, como a gente zera o ano que vem as crianças de 4 a 5 anos que ainda estavam na escola, o grosso dos recursos é para construção dos CEUs, que é um projeto da cidade. É muito bom que tenha passado por várias Administrações e continuado. Mas está nos Centros de Educação Infantil e nossa maior demanda.

Aqui temos valores para construção, reforma e ampliação das escolas, 28 milhões, construção das EMEIs, 27 milhões; construção de CEI, 234,1 milhões; construção, reforma e ampliação dos CEUs, 298 milhões; e outros projetos, 1 milhão. Temos também as fontes. O que está em azul, vem do Tesouro; em vermelho, transferências federais; e em verde, transferências estaduais. As transferências federais são principalmente para construção de CEIs e CEUs; estaduais para a construção de novos CEIs, em parceria do Governo Municipal e Governo do Estado para tentarmos zerar o déficit de vagas em creches.

Queria que refletissem sobre as diferenças do orçamento, pois acho muito significativas. A primeira é a expansão da folha de pagamento. Há uma política nossa de valorização dos profissionais da educação. Este ano, por exemplo, está sendo muito difícil sob o ponto de vista econômico, e mesmo assim fizemos enorme esforço para poder honrar o compromisso da incorporação de gratificações que tiveram os profissionais da Educação, além disso, poder dar dois abonos para os profissionais da Educação, 5% no meio do ano; 5% no final do ano. Houve ampla discussão com o sindicato, discussão com professores, respeitamos muito o sindicato, a nossa relação é muito respeitosa com os sindicatos. Conseguimos então fazer isso, e não tivemos greve este ano, graças a Deus. Acho que nem os profissionais da Educação gostam de greve, nem alunos nem pais. A greve acaba sendo a alternativa quando não se encontra o caminho para o diálogo.

Além disso, tivemos a nomeação de novos professores e, em pouco tempo, gostaria de voltar à Câmara Municipal para apresentar a nossa proposta de educação integral, que começa o ano que vem. Também é um projeto construído coletivamente, será discutido com os professores, com os profissionais da Educação para que assim possa ser implantado.

Tivemos expansão do orçamento em Atividades devido os convênios, com os novos convênios. Vamos ver mais na frente como são esses convênios. Também houve ampliação em Projetos, um acréscimo de 300 milhões para a construção dos CEIs e CEUs.

Queria que agora prestassem atenção nesses números, eles são muito significativos. Nunca na história da cidade conseguimos essa ampliação nas vagas. Sob o ponto de vista de creches, nesta Gestão são 62.577, entre creches e pré-escolas. Agora, este ano, só no ano em que nós estamos, de matrículas já efetuadas, que já estão no sistema, são 30.475; matrículas asseguradas, com convênio feito, são 33.059 vagas de creche a mais num ano. Não há cidade no Brasil nem proporcionalmente chegue perto disso. Agradeço muito às entidades conveniadas da Prefeitura do Município de São Paulo, o esforço delas para ampliação, os parceiros, as empresas que estão doando pra gente. Fizemos uma homenagem

a um empresário que doou uma creche no Jaçanã, construiu, gastou 3 milhões para construir e passou para a Prefeitura. Também estão saindo parcerias com a universidades, e tudo isso é para não deixar nenhuma criança fora da escola. E o nosso plano de universalização da pré-escola, 4 e 5 anos, em que mais 15 mil crianças serão atendidas.

Aqui é sobre o estágio das obras. Nesta Gestão temos CEIs concluídos, 34; em obras, 47; em ordem de início próxima, 13. Esta Gestão vai fazer 94 novos CEIs, obra própria. Além disso, há outras em licitação, talvez, e não colocamos aqui porque pode ser que não fiquem prontas, e houve a ampliação dos convênios. As EMEIs, 48; as EMEFs, 16; os CEUs, 9, totalizando 167 equipamentos educacionais.

Aqui está o orçamento para os novos CEUs. Temos 8 CEUs em fase de licitação, o início deve ser, agora, em novembro. Sete CEUs estão em fase final de projeto, e 6 ainda na fase de análise.

Tudo isso vem do esforço muito grande que fizemos, e está sendo um ano muito difícil, a Câmara Municipal de São Paulo está consciente do momento que o Brasil está passando, que o Estado de São Paulo está passando e também o Município.

Conseguimos, com tudo isso, dar esses passos importantes para o acesso e para valorização dos nossos profissionais de Educação e para a melhoria da qualidade da Educação. É isso. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Sr. Secretário. Número coincidente, nós vamos abrindo 94 CEIs, com obras concluídas e em obras, em ordem de início, interessante. Noventa e quatro, hoje, é um número simbólico para a Cidade e para o Estado.

Quero anunciar a presença do Vereador Jair Tatto, que é Relator das Subprefeituras; também do Vereador Aurélio Nomura, que deve ter lido hoje a matéria sobre o certificado que a Prefeitura recebeu de Finanças Públicas, de bom pagador, e que pode, inclusive, contratar empréstimos; e ainda do Vereador Ricardo Nunes, que é Relator do Ipre;

está presente ainda o Vereador Eduardo Tuma, que não faz parte da comissão, mas é sempre bem-vindo.

Dito isso, gostaria antes de passar a palavra ao Vereador Milton Leite para suas perguntas, já abri as inscrições dos Vereadores. O próximo inscrito é o Vereador Aurélio Nomura, em seguida, o Vereador Ricardo Nunes e, depois, o Vereador Jair Tatto.

Passo imediatamente ao Relator para que possamos ganhar tempo aqui no debate e, depois, eu farei minhas perguntas.

Tem a palavra o Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Obrigado, quero agradecer a todos os presentes. Sr. Secretário, nós, sempre amigos do Secretário Chalita que, aqui, comparece novamente.

É seguramente a Pasta mais importante, em conjunto com a Saúde e a Educação. Entendo como uma das Pastas de maior significado para a Cidade. E, claro, da importância dela dentro da vida cotidiana do paulistano.

Secretário, serei bem prático e vou fazer as perguntas, depois algumas de conteúdo não orçamentário e, sim, político, mas farei.

Início pela Rubrica 2171. V.Exa. pode, a todo instante, se socorrer de toda a sua assessoria para o que se fizer necessário. Se quiser convidar mais algum assessor para ajudá-lo, fique à vontade.

Então, a 2171 trata de Manutenção do Sistema de Informação e Comunicação. O senhor, em 2015, tinha 15.178 milhões e pleiteia 20.959 milhões, um aumento expressivo de 38%. Esse dinheiro vai para a Prodam. Pergunto: num ano em que nós teremos extrema dificuldade financeira – e aqui esteve depondo o Secretário Ceron alegando isso, não disse explicitamente -, então as dificuldades que teremos na economia podem e estar vetoriando, apontando, para uma queda significativa de receitas.

Pergunto a V.Exa.: não seria – digamos assim – mais aconselhável nós reduzirmos esses recursos um pouco? Eu diria o seguinte até: mais como prevenção, Sr. Secretário, neste

ano, dada a dificuldade econômica, que para esse contrato da Prodam não gastássemos esses 20 milhões e transferíssemos para a Pasta, prevendo essa queda de arrecadação que, afinal, o senhor não terá para cumprir nas rubricas a seguir?

Veja, não é um valor pequeno e tentar fazer, minimamente, a manutenção com 20 milhões – 21 milhões em números redondos – do Sistema de Informação, eu acho que não caberia nem o valor do ano passado – de 16 milhões - pois acho que o senhor gastou até setembro. Eu acho que aumentar 38%, negociarmos, tentarmos uma forma mais econômica nessa rubrica.

Portanto, indago de V.Exa. se não cabe, aqui, um esforço de manter o que temos e segurar recursos. Porque, Secretário, seguramente, o senhor verá durante o debate que montaremos aqui, agora, que não há dinheiro e não haverá dinheiro. Os indicadores estão claros: o senhor é bem informado, lê muito e sabe das receitas do Estado como estão. As receitas do Governo do Estado estão caindo muito significativamente. O ICMS está caindo, todos os tributos estaduais estão caindo.

Em particular o ICMS, pois temos repasses estaduais para cá e que o senhor, evidentemente, tem uma fatia expressiva e que o senhor utiliza em Educação, e que nós saberemos não virá. Nós sabemos que o Governador deverá ter dificuldade em pagar salário. O senhor é bem informado, o senhor sabe que terá dificuldades em pagar salários.

E volto à pergunta ao senhor: se nós não podemos nessa rubrica, que é a primeira – e estou indo na ordem que recebo aqui para fazer análise -, então, se nós não temos como abrir mão ou rediscutir essa matéria. Quero ouvir do senhor uma por uma das rubricas, mas essa eu até já falei demais. Depois vou seguindo até as outras. Então quero ouvir essa primeiro, Sr. Secretário. O que o senhor pode fazer para melhorar isso aqui ou transferir para outras rubricas?

O SR. GABRIEL CHALITA – Vereador, obrigado por essa reflexão, pois nos ajuda a falar sobre um problema muito sério que temos hoje nas escolas, que é a velocidade da internet.

Tive oportunidade de visitar todas as regiões da Cidade, conversando com professores, pais e alunos. Foi uma experiência muito boa, logo em fevereiro e março quando eu assumi e , agora, estou voltando para essas regiões todas e, assim, dar uma devolutiva dos pedidos deles e aquilo que nós já conseguimos atender.

Eu disse e tenho dito isso nos CEUs – onde tenho feito essas reuniões – que uma coisa que me deixou muito feliz nessa rede municipal é o conceito de inclusão. Hoje, você tem as crianças com deficiência sendo muito bem recebidas na rede. Claro, temos muito o que evoluir ainda na questão do número de estagiários, de AVEs, mas, hoje, o que mais me impressiona é ver o cuidado que eles têm com as crianças, com as pessoas com deficiência.

E eu disse a eles, nobre Vereador, indo direto à pergunta, que o que mais me assustava na rede era como nós estávamos ruins sob o ponto de vista tecnológico. Como a nossa velocidade da internet era ruim, num momento em que isso era essencial para aprendizagem do aluno.

Hoje, assim, estamos equipando as escolas, colocando mais equipamentos tecnológicos, pois o aluno tem celular, ele pode ter múltiplas formas de utilização da internet, mas não consegue. Então, esse recurso, especificamente, é um contrato com a Prodam. O nosso recurso de TIC é maior do que isso, chega a quase 90 milhões em toda a parte tecnológica da rede, mas esse recurso de contrato, só pra Prodam, é para ampliar o acesso à internet.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, só uma curiosidade. Apesar da empresa ser municipal, a Prodam, os senhores já fizeram outra avaliação no mercado aberto se podemos ter o mesmo serviço? É porque tudo que é público custa mais caro.

A pergunta é se foi feita uma avaliação de mercado com outras empresas que podem oferecer esse serviço com custo menor, ou obrigar para que a Prodam faça por um menor custo ou avalie melhor os custos dela em relação ao Município.

Minha pergunta é se isso já foi comparado com preço de mercado. Se uma empresa – e há diversas empresas – que pode, eventualmente, fornecer o mesmo serviço mais barato. Afinal, nem tudo que é de órgão público é mais barato, pode ser mais caro. Ele é só dispensável de licitação. Só se vê livre de um processo licitatório, mas não significa, especificamente, que está pagando mais barato o mesmo produto e a mesma qualidade.

Pergunto, então, se foi traçado um paralelo com o mercado aberto e, se foi, com quais empresas.

O SR. GABRIEL CHALITA – Olha, a assessoria está dizendo que brigaram muito, inclusive, com a Prodam para conseguir ser esse valor, pois o valor seria maior.

E há um decreto que nos obriga a passar esse processo licitatório pela Prodam, então, é a Prodam que licita. E nós discutimos muito com eles. E, naquilo que nós estávamos pedindo a eles, no aumento da velocidade da internet, eles diziam que o valor teria de ser muito maior, e até mostramos outras cidades, quanto gastavam para isso, e demos vários exemplos de cidades que já têm uma velocidade de internet considerada muito satisfatória, mas que, proporcionalmente, gastam muito mais do que a gente.

Então, Vereador, foi muita briga para conseguirmos só esse valor.

O SR. MILTON LEITE – Só esse valor? Isso é pesado.

A dúvida é se no mercado aberto foi feito, o que foi feito. Independente de ser obrigatório, o produto está custando muito caro e se faz no mercado aberto, pode fazer por 10. Tiveram a curiosidade de ir ao mercado aberto, até para a formação de preço base instrutiva, ainda que o decreto obrigue, mas um decreto pode ser revogado se for dispendioso para o ente público, para o contribuinte.

Neste caso a pergunta é: no mercado de crise, como hoje, os argumentos da Prodam nós conhecemos, conhecemos aquela empresa, aí a preocupação quando se fala de Prodam. A pergunta foi, Secretário, o mercado aberto foi consultado em vários, até para a formação de preço base da Secretaria? Até para dizer o seguinte: Prodam, eu tenho no mercado aberto, o meu contrato está com vocês, eu posso contratar com uma empresa qualquer pela metade do preço. Isso foi feito? Eu fico me pergunto se é o melhor, ainda que tenha o decreto, não quer dizer que tem de ser obrigatoriamente com ele, mas tem um argumento forte.

Pergunto se esse comparativo foi feito pelos técnicos da Secretaria? Foi elaborada a comparação de preço?

O SR. GABRIEL CHALITA – Foi feito pela própria Prodam.

A Prodam que chamou as empresas, fez o processo licitatório, mas a gente pode....

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, então, fica aberta a possibilidade de enviar um e-mail para 20 empresas e contra-argumentar. Eu vou dar por superado e que esse recurso tenha melhor, que no mercado tenha melhor, pela oportunidade que estão me dando. Não quer dizer que seja o melhor. O público é melhor - não necessariamente.

Só uma lembrança porque alguém pode não concordar no futuro com o decreto do Prefeito e dizer para V.Exa. que V.Exa. contratou a Prodam, mas é muito mais caro do que o mercado porque você não tem a formação de preço base deles. Para contratar com a dispensa, tenho de ter uma referência. É a Prodam que faz, mas a Secretaria, como cautela, tomou 20 preços e os preços estão fora de margem. Expõe a secretaria e a própria Prodam. Eu dou por superado essa e vamos para a seguinte. Fica a abertura.

A próxima rubrica é a 2180, capacitação, formação e aperfeiçoamento dos servidores. V.Exa. zerou essa rubrica para 2016. Por quê? V.Exa. tinha dois milhões vindos do 00. Perdão, zerou do Governo Federal. Não recebeu nada do Governo Federal nessa rubrica.

A pergunta é, Sr. Secretário, 6% é suficiente?

O SR. GABRIEL CHALITA – O orçamento era de 16.

O SR. MILTON LEITE – O que houve com a fonte do Governo Federal?

O Governo Federal não pagou o que prometeu em 2015?

O SR. GABRIEL CHALITA – Não entrou dinheiro do Governo Federal aqui.

P – Em 2015.

R – Em 2015.

P – E aí V.Exa. está suplementando a verba com recursos municipais? O que houve que não vieram esses dois milhões para 2015?

R – V.Exa. sabe, não é, Vereador?

P – Eu sei, mas perguntar não custa.

R – Estamos lutando por cada verba lá. A gente conversa no Governo Estadual, no Governo Federal e vamos atrás.

P – Eu imaginei que algumas prioridades o Governo Federal deveria estabelecer. A pasta da educação, eu imaginei que pelo menos essa, e o Governador Geraldo Alckmin a mesma coisa, deveriam ter um tratamento diferenciado de cumprir esses contratos que tem com os entes brasileiros. Causa-me estranheza. Ele não cumprir obra, mas na educação é difícil. Não adianta ficar massacrando o Governo Federal aqui.

A 2851, operação e manutenção dos CEUs. O senhor está aumentando em 17%, mas não aumentamos em 17% os CEUs. O que V.Exa. está aumentando nessa rubrica que justifica esse aumento de manutenção? O que oscilou? No mercado de crise onde os preços estão caindo, estão sendo contratados mais baratos, o que oscilou na manutenção e operação dos CEUs que aumentou 17% sem ter mais CEUs? 384 milhões é o que V.Exa. pleiteia nessa rubrica.

R – Aqui são contratos de limpeza, de vigilância e reformas.

Então, temos reforma de piscina, de teatro. Aqui, Vereador, tem uma preocupação muito grande com cada gestor do CEUs e estamos acompanhando isso detalhadamente tanto nos CEUs quanto nas obras em geral.

Hoje, temos um conceito de gestão democrática em que todos os diretores sentam e discutem juntos essas obras, quais são essenciais, quais podem esperar um pouco. Então, vi casos de reunião de diretores em que se tinham outros lugares querendo outra quadra coberta, inclusive no CEU, mas tinha uma escola com goteira. A Cidade não pode ter uma escola com goteira. Como não tem recursos para isso, resolve a goteira primeiro.

Então, tem uma equipe que fez isso com muito critério sabendo que é um ano difícil, mas as empresas também tiveram aumento do salário dos funcionários e essas reformas que acontecem nos CEUs.

P – Eu sei, mas em 2015 foi gasto mais de 200 milhões, 221 milhões. Já não deu uma limpada na área dessas reformas? 220 milhões para operação e manutenção. Concordo com a propositura, mas se o senhor somar o que está gastando em dois anos, 384 mais 221 milhões, são quase 600 milhões de reais para os CEUs. Se fizermos uma conta, dá mais de 10 milhões para cada um.

Em dois anos, V.Exa. até agora gastou 221 e está pedindo mais 384. V.Exa. está gastando aqui 605, senão gastar toda a verba de 2015 que pode chegar a 351, aí passa de 700. São 730.

A média de custo para dois anos, considerando a mesma rubrica, não é um pouco significativa considerando o número de CEUs que nós temos? Não dá para negociar de novo esses contratos de manutenção? Até o limpador de piscina da minha casa está cobrando mais barato. Queria saber o que estamos gastando que está em dois anos esse valor. Se V.Exa. retroagir para 2014, vamos para quase um bilhão de reais.

Sr. Secretário, V.Exa. gastou 281 em números redondos em 2014. Acho que em três anos a Secretaria ter um bilhão de reais em manutenção e reforma é um valor muito significativo. Queria que V.Exa. falasse sobre isso.

Na Câmara, não queremos tirar o dinheiro da Educação, queremos ampliar para 33%, mas que esse dinheiro fosse voltado especificamente para aquelas pastas e esse gasto começa a saltar os olhos, um bilhão em três anos. Não estamos falando em atualização, então, pleitear para reforma e manutenção, eu acho que as goteiras que V.Exa. mencionou são necessárias, mas esse dinheiro é muito significativo.

R – Vereador Milton, o CEU é um equipamento caro mesmo. Mas não colocamos caro como custo, mas um investimento nas comunidades onde os CEUs estão inseridos. Então, a manutenção de um teatro no CEU não é barata, a manutenção das piscinas não é barata, os vigilantes, as pessoas que limpam. Esses contratos são todos por licitação. Eu também fico assustado de ver nossos contratos hoje de limpeza e segurança, que são essenciais, os CEUs estão em áreas muito vulneráveis na cidade de São Paulo.

O que estamos fazendo? Já que o CEU tem um custo fixo alto – e se V.Exa. olhar o histórico, desde que foi criado é assim – então, o que temos de fazer? Aproveitar melhor o espaço do CEU, fazer com que a comunidade participe mais e que tenhamos mais atividades.

Agora, a novidade que vem tendo nesta gestão são as universidades dentro dos CEUs. Então, o CEU gastava tudo isso e no período noturno tinha pouca atividade. Hoje temos uma quantidade significativa de alunos estudando nos CEUs. E até o ano que vem esperamos ter todos os CEUs com pelo menos uma universidade noturna. Hoje já tem engenharia noturna, tem enfermagem no CEU, tem pedagogia no CEU. Agora nós autorizamos 900 vagas de pedagogia no CEU, em convênio com a Unesp. Então é de fato um custo elevado, agora para um equipamento que é muito caro, ele tem que ter uma utilização real para a sociedade real em que ele está inserido.

O nosso sonho é que tendo essas universidades públicas, esses jovens que estão nas regiões mais distantes das áreas em que há universidades em São Paulo, eles não parem de estudar. Então hoje o CEU tem que ter o CEI, para criança de zero a três anos, EMEI, EMEF, tem que ter todo um trabalho cultural para as famílias. Eu tenho visitado muito os CEUs, é muito bonito ver aquelas senhoras da melhor idade realizando uma série de atividades. E hoje é bonito ver aquele jovem que não teria uma universidade, tendo uma universidade dentro do CEU. Eu sei que é um alto valor, mas, Vereador Milton Leite, eu dou esse exemplo: quando eu fui Secretário de Estado, na época o Fundef era mais ou menos 1.200 reais/ ano por aluno e houve um tempo em que cuidei da FEBEM também, que hoje é Fundação Casa, e a FEBEM gastava dez mil reais mês por aluno. Vejam, um aluno de escola gastava dez mil ano, 12 mil ano e um jovem que ia para a FEBEM dez mil mês. Porque o custo de segurança é muito alto.

O SR. MILTON LEITE – A propósito, Secretário, a cada unidade de CEU qual é o custo aluno por unidade? Foi bem oportuna a colocação do senhor. Pela oportunidade, custo alunos por unidade de CEU.

O SR. GABRIEL CHALITA – Eu posso levantar, Vereador. Mas o interessante é assim, na reflexão que a gente faz do CEU, o CEU não é só uma escola. O mais caro do CEU não é sala de aula, não é o aluno que está ali, são os equipamentos de piscina, equipamentos de cultura, agora vamos abrir cinema em todos os CEUs. Mesmo fazendo esse custo, é infinitamente menor do que se gasta em segurança. Tudo que a gente investir em educação, mesmo sendo alto, porque a rede é muito grande, a quantidade de alunos é muito grande, mas sempre será infinitamente mais barato do que se gasta em saúde e segurança. E quando a gente investe em educação, é uma política preventiva, que a gente vai gastar menos depois na saúde e vai gastar menos na segurança.

O SR. MILTON LEITE – Isso eu nem discuto, Secretário. A minha é só com relação a custos. O senhor explicou aqui, eu entendi. É que eu fiz a seguinte menção, Secretário, o sujeito que operava a piscina em casa e no prédio onde temos também, eles abaixaram o

custo. Na casa do senhor o senhor vai ver que baixaram os custos. E o do público sobe. O setor privado negocia mais rápido e renegocia mais rápido. Eu acho que é hora de uma boa oportunidade desse contrato de manutenção, de segurança, que de uma olhada menor. Não que esteja fora de mercado, o mercado em que se contratou era um, hoje é outro. Mas vamos seguir, não vou parar só nesses termos.

Eu tenho uma outra rubrica aqui que interessa, a 28.22, operação e manutenção de sistema municipal de ensino. A fonte é 02. Aí é só preocupação, o senhor cortou 41%, eu sei, de novo, é dinheiro federal. O Governo Federal está com dificuldade. Eu pergunto, aí é o contrário, não vai falta? O senhor já cortou 41%, o Governo Federal, que é o que deveria repassar... E o senhor está cortando 41%. E se o senhor tem previsão para suprir na média essa eventual operação. O senhor alegou na rubrica anterior a importância, está ótimo. E aqui na 02? A redução é significativa e o que vamos fazer para eventualmente com 41% a menor, suprir essa deficiência, Secretário. Se não vier o dinheiro do Governo Federal, que assim como a primeira rubrica lá atrás, de dois milhões, o senhor disse o seguinte: “Realmente não dá para contar”, eu até concordo. E aqui, podemos contar? Qual é a forma de contrato aqui, Secretário?

O SR. GABRIEL CHALITA – Então, a gente já está obedecendo o senhor antes da sua sugestão, porque esse ano também teve uma negociação com vigilância, com limpeza para diminuir em tudo. Em conseguimos diminuir 20% primeiro, a gente conseguiu diminuir um pouco mais. É claro que há reclamação das escolas com isso, porque é assim, também não tem muito milagre, quando você vai diminuindo muito o número de pessoas que trabalham na escola você acaba tendo uma dificuldade maior para a limpeza dessas escolas. Então houve um esforço muito grande na diminuição. No caso do CEU é um pouco mais complexo pelo tamanho dos equipamentos, pela dificuldade...

O SR. MILTON LEITE – São excelentes equipamentos, mas custam caro mesmo.

O SR. GABRIEL CHALITA – Uma segurança no CEU é cara. A maior parte das escolas não tem esse sistema de segurança que tem o CEU e segurança é o que tem de mais caro. Então você consegue reduzir, mas muito pouco e aqui a gente conseguiu fazer um esforço enorme de gestão desses contratos, sem pré-licitação, mas a gente chama as empresas, tenta negociar, eles colocam os problemas que eles têm, o custo que há no Brasil, a carga trabalhista, as dificuldades eu eles têm para isso, mas a gente vem fazendo um esforço de contrato a contrato, Vereador, porque dinheiro público é sagrado, principalmente o que vai para a educação.

O SR. MILTON LEITE – Estamos aqui debatendo o dinheiro público, do povo. Secretário, se o senhor está conseguindo, a minha preocupação ainda permanece porque essa rubrica o senhor conta com o Governo Federal e aí eu disse o seguinte: ainda assim o senhor está mantendo, em números redondos, 16,9 milhões do Governo Federal. A pergunta é: não coloca em risco e não é temerário? Aí o senhor já fez a redução, considerando a redução, os 16,9 virão do Governo Federal ou nós colocamos tudo isso que o senhor mencionou numa taxa de risco?

O SR. GABRIEL CHALITA – Essa parte, Vereador, eles têm passado, porque são mobiliários. Então isso o Governo Federal tem cumprido. O que é mobiliário para escola, para novas escolas, como eles não estão construindo as escolas, eles têm passado essa parte, o que o Governo Federal tem demorado mais, é uma parte que a gente gostaria que eles nos ajudassem mais, é em formação de professores, eles estão com uma dificuldade nessas universidades que a gente vem fazendo nos CEUs, a gente sempre vem discutindo com eles. Agora, isso, por enquanto, eles não falharam. Então a gente está acreditando que não vá falhar.

O SR. MILTON LEITE – Na compra de mobiliários, aquilo que eles podem fazer a licitação e entregar, eles que licitam e entregam?

O SR GABRIEL CHALITA – Eles gostam de comprar, eu sei disso. Repassar o dinheiro não, mas comprar e licitar o Governo Federal é uma maravilha.

Vamos em frente, Secretário. Na 28.15, fornecimento de uniforme e material escolar. O senhor encaminhou para essa rubrica 2% a maior só. O senhor contava em 2015, 168, está pedindo 171. A pergunta é: só cresceram 2%? O senhor negociou o contrato? O número de alunos não aumentou? Não atendeu as crianças de creches? O que houve que só 2% de aumento, considerando o número de aumento de alunos que o senhor teve, inclusive na pré-escola e escola, que teve um aumento significativo, e só 2% nessa rubrica é o suficiente ou o senhor fez um bom negócio e no contrato de novo reduziram os custos?

O SR. GABRIEL CHALITA – Nós conseguimos reduzir os custos. Houve uma ata do FNDE que São Paulo está aderindo à ata para o material escolar, não uniforme. O uniforme já era um contrato bem enxuto, o custo é pequeno em relação ao que se paga em outras prefeituras. E agora o uniforme a gente conseguiu reduzir. Então vai...

O SR. MILTON LEITE – Mas não prejudicou a qualidade, não é Secretário?

O SR. GABRIEL CHALITA – A qualidade é a mesma, não vai comprometer qualidade. Eu acho que esse ano já foi um grande ganho, não atrasou a entrega de uniforme e nem de material. É o primeiro ano que todas as crianças receberam no início do ano. Em São Paulo chegava às vezes a entregar uma parte do material em abril, maio, junho, nesse ano tudo foi entregue no começo do ano. Então a gente faz um esforço imenso, Vereador, para não reduzir qualidade em hipótese nenhuma, onde dá para reduzir custo a gente reduz. Eu cobro muito isso da equipe, claro que cada área da Secretaria tem uma coordenação que trabalha com isso, a gente sempre compara com o que as outras cidades estão fazendo, principalmente as capitais para ver se a gente está dentro disso, e São Paulo, como compra mais, em tese, tem que pagar menos pela quantidade. E aqui a gente conseguiu diminuir o de material escolar e uniforme mais ou menos manter. E aí há um pequeno aumento dos alunos, como o senhor colocou, mas não há aumento no caso de uniforme para os CEIs, porque creche não tem

uniforme. Então onde a gente aumentou uma quantidade maior de alunos é uma etapa que a gente não fornece uniforme.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, eu entendi que o senhor conseguiu um bom contrato, daí os 2% cobrir. É possível só atender o que cresceu com a redução de custo. Ótimo isso, temos que ressaltar o bom trabalho dos senhores na Secretaria, se assim o fizeram.

Transporte escolar. O senhor aqui aumentou 5%, de 147 o senhor foi para 155, com 5%. Não houve aumento? Não haverá aumento para peruas, tios e tias que prestam serviço? Esses 5% é suficiente, Secretário? Qual a política implementada para que 155 milhões cubram essa despesa? Nem vou falar do dinheiro federal. Tem uma rubrica de R\$ 121 mil que não sei ao que se refere, deve ser emenda.

O SR. GABRIEL CHALITA – R\$ 121 mil é referente a ônibus.

O SR. MILTON LEITE – Um ônibus? Por R\$ 121 mil. Vão dar um ônibus para nós, a cidade de São Paulo ganhará um ônibus do Governo Federal. E o senhor vai mobilizar tanto para correr atrás desse ônibus que não sei se valerá a pena. Mas vamos contar com o ônibus do Governo Federal.

O SR. GABRIEL CHALITA – Vereador, essa rubrica aqui, provavelmente deverá sofrer um ajuste, porque inclusive algumas pessoas do TEG, do transporte, do Vai e Volta, têm uma reivindicação justa de ampliação, até para zerar o déficit de vagas nas EMEIs. Além disso, houve aumento no custo do diesel. Embora já tenhamos suplementado em R\$ 12 milhões o TEG, acho que precisaremos de um suplemento maior, porque é uma reivindicação justa deles, que conversaram comigo, então tentaremos resolver isso, porque transporte é essencial; sem o transporte, a criança não chega à escola.

Então eu me comprometi com eles de me reunir e envolver a Secretaria de Transportes nisso para encontrar uma solução e ajudá-los, pois já prestam serviço de boa qualidade, os pais são muito gratos aos trabalhos deles, e São Paulo se orgulha muito desse

transporte escolar, por isso eles vêm reclamando com razão da necessidade que há de um reajuste para ajudá-los a prestar um atendimento de qualidade no transporte.

O SR. MILTON LEITE – Secretário, eu farei mais duas perguntas, mas teria pelo menos umas cem perguntas para fazer. Estudei cada rubrica do senhor, mas não haverá tempo de debater todas com o senhor porque há outras pessoas presentes que desejam fazer questionamentos. Mas a nossa assessoria analisou cada uma, inclusive a variação de preços, contratos, acompanhou pela internet.

Então, não quer dizer que farei essas perguntas sem um conhecimento prévio, porque já temos conhecimento da sua execução orçamentária. Seria necessário um dia inteiro de audiência para fazer todos os questionamentos, e é bom que as pessoas saibam que os Srs. Vereadores estão fazendo o trabalho que a Comissão de Finanças deve fazer. O senhor tem respondido todas as perguntas, e não vimos nenhum problema. Só ressalvo que todos os contratos devem ser analisados novamente e chorar mais para baixar o valor, inclusive com a Prodam.

E não estou citando a Prodam à toa, porque tudo o que é público é mais caro, e o senhor sabe disso, então não quer dizer que eles vão te cobrar mais barato.

Operação e manutenção de CEIs e CREAS conveniada. O senhor está com R\$ 1,790 “colocado”, 43% a maior; R\$ 1,250 era o que o senhor tinha. O senhor executou R\$ 1,950, mas deve executar o restante até o final do ano. Inclusive, pelo que vejo, o senhor tem previsão de suplementação já para 2015, que o orçamento do senhor previa R\$ 1,249 e o senhor tem atualizado R\$ 1,381; e o senhor pleiteia R\$ 1,790, com uma oscilação de 43%. O que houve Secretário aqui que demanda mais nessa rubrica? Explique porque o senhor está precisando e gastando mais nessa rubrica.

O SR. GABRIEL CHALITA – Vereador, essa rubrica é nosso maior orgulho porque, este ano, conseguimos criar 33 mil novas vagas nos CEIs da cidade de São Paulo, e o nosso sonho é chegar no final do ano que vem e falar: “Não há mais filas de espera nas CEIs hoje”. E

estamos trabalhando isso de várias frentes. Além desses recursos que precisam aumentar obviamente pelo custeio com as entidades conveniadas, temos uma universidade como a Uninove que está doando cinco creches para a cidade de São Paulo, também a Unip está doando mais cinco creches; o Shopping Iguatemi está doando duas creches para a cidade de São Paulo.

O SR. MILTON LEITE – Só duas creches o Iguatemi está doando? Jereissati poderia doar um pouco mais, o shopping dos ricos tem para dar, ele tem dinheiro e não fará falta.

O SR. GABRIEL CHALITA – Mas eles estão doando a creche numa região onde o senhor atua muito, o Campo Limpo, numa entidade que cuida das crianças com uma excelência, a Liga das Senhoras Católicas.

O SR. MILTON LEITE – Nós ajudamos o Campo Limpo, também no M'Boi Mirim, o Cedro do Líbano, onde aumentamos o número de vagas.

As emendas parlamentares deste Vereador e dos meus filhos Deputados são, em sua grande maioria, para a educação ou para a saúde. Para justificar aonde vai o dinheiro de emenda parlamentar vou citar uma das emendas, que mandamos verba para o Hospital Cruz Verde. Alguém conhece esse hospital? Também o Hospital Nossa Senhora do Bom Caminho, no M'Boi Mirim, são voltados a deficientes mentais que as famílias simplesmente os abandonam nesses hospitais.

Recuperamos o hospital, colaboramos muito com emenda parlamentar ao Nossa Senhora do Bom Caminho, que hoje tem 280 leitos, para tratar de dependentes químicos e mentais. Mas o mais grave é o Hospital Cruz Verde.

Para aqueles que não conhecem esses hospitais, visitem o site. Convido o Sr. Secretário para entrar no Hospital Cruz Verde e duvido que o senhor saia da mesma forma que entrou. E os Srs. Vereadores também, quero que tenham coragem de entrar num hospital como esse, aonde destinamos emendas para atender aquela demanda. A situação daqueles

pacientes é triste, e depende de emendas. E lá não recebo um voto de retorno, mas tenho respeito à figura humana, por isso mandamos emendas parlamentares para lá e para o Cedro do Líbano, além de outras creches que mantemos com custo privado, onde chega a atender mais de 1,5 mil alunos, independentemente de recurso público.

Então, Sr. Secretário, falamos um pouco daquilo que as pessoas não veem que os políticos fazem. E o Cruz Verde não fica na minha região de atuação, fica na Vila Mariana. Mas é doloroso botar o pé lá dentro. Por isso, peço que as pessoas visitem, passem um dia, depois voltem a falar comigo.

Secretário, vou terminar por aqui. Mas, antes, quero pedir o custo médio per capita das conveniadas e das creches públicas. Qual é a diferença de custo hoje, e por quê?

O SR. GABRIEL CHALITA – Das públicas, o custo é significativamente maior, porque o salário da pública é muito maior, além de todos os custos que há na administração pública. E não abandonamos a ideia dos CEIs diretos, temos alguns CEIs e EMEIs diretos, mas cujo custo é infinitamente maior do que o das conveniadas, e não é uma conta simples, porque no custeio das diretas tem folha de aposentados, por exemplo. Agora, o custo/ aluno de uma entidade conveniada é de aproximadamente R\$ 600,00. Segundo o Sr. Marcos Rogério, a conveniada é três vezes mais barata do que a direta.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, é do seu conhecimento que tramita na Justiça do Trabalho uma ação que proíbe a contratação de creches justamente por essa diferença salarial e questionando a legalidade e a contratação de professores pelas conveniadas.

A minha preocupação é a seguinte: se em algum momento o Município recorreu a essa ação, está em grau de recurso? Mas a sentença da Juíza – eu li a sentença – é de R\$ 50 mil por professor de multa para as escolas conveniadas que mantiverem os convênios caso sejam vencidos na ação que corre na Justiça Trabalhista. E o Município responderá solidariamente.

Não é essa a diferença e o risco que nós tememos? O senhor está falando de três para um, praticamente, o custo per capita. Então, como pode uma entidade particular, privada, cobrar 1/3 da pública e manter o mesmo padrão? Porque os senhores exigem o mesmo padrão.

Não é só diferença salarial, a sociedade cobra isso. Por que uma conveniada consegue se manter com emendas parlamentares, como a Cedro do Líbano, que é a maior entidade conveniada? Para ofertar mais vagas numa região carente como M'Boi Mirim.

E essa ação trabalhista que tramita não os preocupa, Sr. Secretário?

O SR. GABRIEL CHALITA – Vereador, preocupa. Essa é uma discussão muito cara para muitos grupos da sociedade. Fui a várias audiências públicas para discutir essa questão das pessoas que defendem a ampliação somente da rede direta. Mas não sou favorável a isso.

Se citar o exemplo do Cedro do Líbano, que é uma entidade que tem pelo menos cem anos; e nós temos entidades na cidade de São Paulo de 80 anos, 90 anos, até cem anos. Então, antes de se pensar no conceito de educação infantil, já havia entidades que cuidavam das crianças, portanto não dá para dizer que as indiretas não fazem um bom trabalho, e quando há uma indireta que não presta um bom trabalho você denuncia o convênio, quando há alguns problemas.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, para o senhor ter uma ideia, se o senhor perguntar para qualquer pai de aluno do M'Boi Mirim se eles querem ir para o Cedro do Líbano, que é uma privada e tem o custo 1/3 menor, ou para uma pública; eu aposto que eles escolherão ir para o Cedro do Líbano. Pena que não temos mais recurso para ampliar aquilo, permitindo que tenha um custo mais barato e consiga atender o maior número de crianças naquela entidade.

Nós oferecemos recursos, ampliamos, aumentamos o número de vagas, enfim, fizemos um esforço enorme para ajudar a Secretaria, a cidade de São Paulo. O nosso povo

mais pobre precisa disso. Então, Secretário, vou encerrar minha fala e o senhor pode concluir. Ficaria o dia todo debatendo com o senhor sobre a educação, e olha que a minha militância se limita a atender e colocar recursos lá, e monitorar o senhor pelos contratos e o que temos de fazer, de ofício. Mas, em geral, estamos satisfeitos com o comportamento da Secretaria, e o senhor tem a credibilidade e o meu respeito para conduzir aquilo. E se eu fosse o Sr. Prefeito, nomearia o senhor a Secretário.

O SR. GABRIEL CHALITA – Obrigado, Vereador. Só para concluir, a Cedro do Líbano é uma que vai ganhar duas creches do Iguatemi, por exemplo. Fomos atrás de espaço. Este ano, conseguimos 159...

O SR. RICARDO NUNES – Secretário, eu vou junto com o senhor para inaugurar essa creche do Cedro do Líbano, porque quando o senhor foi lá eu não pude ir.

O SR. GABRIEL CHALITA – Mas eu agradeço, Vereador Milton. Sei que o senhor é muito preparado, entende muito de orçamento, e essas reflexões do senhor e da Câmara nos ajudam, porque somos humanos e temos de cuidar de cada detalhe, porque o dinheiro público é precioso. Cada rubrica do Orçamento deve ser muito bem analisada.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Passo a palavra ao nobre Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Sr. Presidente, eu gostaria de cumprimentar o Secretário Gabriel Chalita e todos os presentes.

Nos últimos três anos, a Prefeitura contou com recursos federais que não vieram. Em 2014, a previsão orçamentária era de R\$ 132 milhões na fonte 00, porém foram liquidados apenas R\$ 3,7 milhões, ou seja, houve o repasse federal de apenas 2,7%.

No orçamento de 2015, foram orçados R\$ 428 milhões e liquidados apenas R\$ 5,1 milhões, ou seja, 1,1% foi repassado a nível federal.

Para 2016, a proposta orçamentária ainda insiste nos recursos federais e espera contar com R\$ 278 milhões, mas temos verificado – e até o Vereador Milton Leite voltou a falar, e acho que só abrindo o jornal já podemos verificar – que o Governo Federal passa por um problema extremamente sério, uma crise cada vez mais aguda, e me parece que o déficit deste ano deve chegar por volta de R\$ 100 bilhões, o que deverá exigir um ajuste muito mais rigoroso para conter as contas.

Então pergunto a V.Exa. se a Prefeitura, ainda assim, acredita que esses recursos virão. E se não vierem esses recursos, como não vieram nos três últimos anos, qual o plano B que a Prefeitura pretende adotar?

O SR. GABRIEL CHALITA – Vereador, desses R\$ 278 milhões, R\$ 149 milhões são para os CEUs. Nós tivemos uma reunião no Ministério da Educação, enquanto ainda era o Ministro Renato Janine, e ele se comprometeu conosco que, em 2016, esses recursos estariam assegurados, pois houve um grande aperto em 2015.

Nós temos uma reunião marcada com o Ministro Mercadante para ver se, de fato, conseguimos trazer esses recursos. Vamos lutar por isso. Mesmo que imaginamos que esses recursos pudessem ter vindo antes e eles não vieram, não podemos abdicar disso e temos de lutar para conseguir esses recursos, ir atrás, brigar politicamente, insistir, mostrar os projetos. Caso não conseguirmos, buscaremos alternativas como essas que eu havia citado aqui.

Citando o exemplo das 10 creches que estão sendo doadas por universidades, nós estamos falando de uma ajuda para a Cidade de mais de R\$ 30 milhões, mais ou menos R\$ 3 milhões, R\$ 3,5 milhões, até R\$ 40 milhões que estamos ganhando de universidades. Então estamos indo em busca de alternativas, mas não vamos abdicar da verba federal, porque o Governo Federal também tem verbas vinculadas na educação, então ele terá de gastar dinheiro com a educação e queremos que ele priorize um pouco isso, já que não temos recursos de outras áreas.

E a parceria com o Governo do Estado tem sido muito proveitosa. Embora imaginávamos mais recursos para a construção de creche, o Governo não conseguiu passar tudo o que ele imaginava, mas já passou uma parte, o que já demonstra uma grande boa vontade do Governador; e a gente espera uma boa vontade da Presidente também.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ok. Foram tirados R\$ 316 milhões do orçamento deste ano. Na verdade, sabemos que são recursos inexistentes, ou seja, apenas números. Para onde foram repassados esses recursos, se forem recursos de fato?

O SR. GABRIEL CHALITA – O senhor está falando de congelamento, de suplementação?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não, não. É que foram tirados do orçamento mesmo, não houve suplementação, saíram R\$ 316 milhões do orçamento. Mas não sei se esse recurso existia ou se constava apenas em número. Para onde foram repassados esses valores?

O SR. GABRIEL CHALITA – Podem ser recursos congelados ou que não começamos a utilizar, como no caso dos CEUs, que imaginávamos gastar uma parte dos recursos este ano, mas como houve o problema da demora da licitação, acabamos não gastando tudo o que prevíamos para o início da construção dos CEUs.

Então, se conseguirmos dar início a essas obras, vamos gastar uma parte agora e outra no ano que vem.

O SR. AURÉLIO NOMURA – E o senhor sabe para onde foram repassados esses recursos?

O SR. GABRIEL CHALITA – Na verdade, estão congelados no orçamento do Município, estão na área de projetos, mas como “não gastos”, ficam no orçamento da Prefeitura. E como temos um excesso de gastos em outras áreas, teve aumento dos professores, nós precisamos suplementar outras áreas. Suplementamos o Leve Leite este ano, o TEG e outras áreas. Com isso, acabamos fazendo esse ajuste orçamentário. Agora o que era previsto para os CEUs, há uma determinação do Prefeito que, mesmo que não consigamos os

recursos federais, faremos os CEUs mesmo assim. Então esse dinheiro que está em projetos será aplicado.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ok. Eu gostaria de saber o que aconteceu com a implantação dos polos da Universidade Aberta do Brasil. O governo desistiu desse programa?

O SR. GABRIEL CHALITA – Nós implantamos 32 polos da Universidade Aberta Do Brasil. Por enquanto, os convênios feitos com as universidades – Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Fluminense; a Unesp, de São Paulo, que oferece 900 vagas de pedagogia; a Federal de São Paulo – são por repasse da Capes, Governo Federal. Mas temos algum receio de que no próximo ano eles não ampliem isso, porque foi suspenso o edital deles. Então, tentaremos convencer o Ministro de que isso é bom para o Brasil, não para São Paulo.

A OAB é muito barata comparada ao que ela oferece, porque como uma parte à distância são as melhores universidades, conseguimos dar uma formação digna para esses alunos por um custo muito menor. Mas as informações que temos de lá, por enquanto, não são boas. Por isso, faremos de tudo para convencê-los de que é um programa que não é tão caro e que ajudar muitas regiões do Brasil. Agora, se eles desistirem, nós não desistiremos.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ok. A Prefeitura se comprometeu a construir 20 unidades do CEU. Porém, na realidade, só entregou o CEU de Heliópolis, que foi só a construção do muro, sofreu uma adequação. A Prefeitura também se comprometeu a construir 243 CEIs, e só concluiu 33 unidades; também se comprometeu a construir 65 EMEIs e um Centro Municipal de Educação Infantil, mas só entregou 27.

Faltam 13 meses de administração. O senhor tem condições de cumprir todas essas promessas?

O SR. GABRIEL CHALITA – Vereador, quanto aos CEIs, não chegaremos a essa quantidade. Nós conseguiremos chegar, até o final da gestão, com 94 novos CEIs. E o que estamos fazendo para atingir esse número? As parcerias com as universidades, com redes de

supermercados, para conseguirmos atender os alunos. Então, não conseguiremos a construção de todos, mas, em tese, conseguiremos atender a mesma quantidade de alunos.

Por que isso demora? Há regiões como a zona Sul em que a dificuldade de construir é muito grande: a localização de terreno, autorização de construção porque são áreas de proteção ambiental. Então isso atrasa muito, e realmente atrasou. Fora a dificuldade de repasse do Governo Federal, do Governo Estadual.

O SR. AURÉLIO NOMURA – É exatamente por isso. Na proposta de 2016, para a construção de CEUs e CEIs, estima-se obter do Governo Federal R\$ 261 milhões. É um exagero, porque há três anos consecutivos que tivemos baixa realização de recursos federais, e insistir no orçamento esperando que o Governo Federal possa nos repassar esses recursos é uma dificuldade muito grande.

O SR. GABRIEL CHALITA – Concordo. Mas “água mole, em pedra dura, tanto bate até que fura”. Vamos insistir.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas ali já está furado, Secretário. Não há condições.

O SR. GABRIEL CHALITA – Vamos insistir muito para conseguir esses recursos, porque são essenciais. Agora, repito, o que temos feito muito é buscar parcerias de entidades que consigam alugar prédios em áreas onde não dá para construir. E as entidades têm sido muito parceiras. Agradeço muito, porque citamos apenas uns exemplos, mas hoje temos entidades crescentes de todos os lados. Temos as igrejas, a comunidade da igreja católica, da comunidade evangélica, a comunidade judaica, vários exemplos de organizações que trabalham com isso.

O objetivo é nenhuma criança ficar fora da escola. Se conseguirmos economizar dinheiro na construção, gastamos no convênio, por isso que prevemos uma ampliação de custo por convênio, que é mais barato e atende com qualidade a criança.

O SR. AURÉLIO NOMURA – A respeito dos CEIs, os moradores da Baixada do Glicério, em 2013, fizeram uma reivindicação junto ao Secretário da Educação, e ele acolheu

imediatamente. Logo depois, ele enviou uma manifestação favorável aos moradores da necessidade, reconhecendo como prioridade a construção de CEI na Baixada do Glicério. Mas, até hoje, não vemos absolutamente nada.

Eu gostaria de saber em que estágio se encontrar esse projeto do CEU da Glicério.

O SR. GABRIEL CHALITA – Vou verificar, Vereador. Estamos tentando encontrar áreas no Centro, o Presidente da Câmara nos ofereceu uma área na Câmara para construir uma creche, e estamos buscando uma empresa para nos ajudar.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas me parece que foram indicadas duas áreas que eram da Prefeitura e uma área onde ficava um antigo batalhão da Tropa de Choque, que está desativada há muito tempo; e mais outra área próxima. Houve acolhida da Secretaria de Educação, mas, infelizmente, de lá para cá, não se consegue obter nenhum tipo de informação.

O SR. GABRIEL CHALITA – Eu me comprometo a ver isso e passar para o senhor, Vereador. Acho que é uma demanda justa, é uma área muito vulnerável, carente.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Finalizando, o senhor levantou a questão do Leve Leite, e estamos vendo no orçamento de 2015: estava orçado em R\$ 199 milhões, mas foi atualizado em R\$ 286 milhões; e para 2016, R\$ 248 milhões. Por que esse aumento, Secretário?

O SR. GABRIEL CHALITA – O Leve Leite teve um problema de projeção no orçamento de 2015, pois foi menor do que a quantidade de alunos que recebem o leite em casa. O Leve Leite tem um custo muito alto de logística, de correio, para que eles possam receber isso. Então tivemos de suplementar o orçamento, por isso é uma previsão maior.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Mas R\$ 100 milhões? O erro foi grosseiro então?

O SR. GABRIEL CHALITA – Foi na projeção do orçamento de 2014 para 2015. O Leve Leite é um programa que as famílias reputam da mais alta importância. Até pensamos em alternativas para baratear isso, mas isso seria não entregar nas casas, e sim nas escolas. E

quando isso acontecia, era um grande problema, porque ocorriam roubos nas escolas, o diretor não quer saber disso. Então é um dos contratos que olhamos e não sabemos o que fazer, porque o custo da distribuição, da logística dos Correios, é muito caro. Se não me engano, são quase R\$ 48 milhões para distribuir nas casas das crianças. É muito caro, mas não há alternativa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Vereador Nomura. Passo a palavra ao nobre Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Obrigado, Vereador Fiorilo, que preside esta audiência pública. Cumprimento os Srs. Vereadores Nomura, Milton Leite, Jair Tatto, autor de um projeto importante nesta Casa, que cria o Vale Creche; Marcos Rogério; meu irmão Gabriel Chalita. Ou melhor, Secretário.

O SR. GABRIEL CHALITA - Hoje você vai me dar bronca, Vereador?

O SR. RICARDO NUNES – Não, pelo contrário, já chega o Milton Leite. A gente tem de agradecer. O nosso papel é fazer alguns contrapontos, mas independentemente, da nossa amizade o trabalho que V.Exa. vem desenvolvendo na Secretaria é fantástico e eu posso garantir que é reconhecido por quase todos os Vereadores desta Casa, inclusive, o Milton Leite. Inclusive, da creche que V.Exa. vai fazer no Sírio Libanês, ele adorou que eu não fui no dia porque a gente respeita os espaços aqui, mas vamos lá.

Secretário, quero começar por uma dúvida que temos com relação ao que tem sido anunciado na imprensa sobre as escolas do Estado, que estão sendo fechadas e a Prefeitura assumiria essas escolas, então, isso procede? E se proceder onde que teríamos na Peça Orçamentária os recursos para adquirir esses prédios do Estado para fazer creches ou EMEI ou EMEF. Essa era uma questão que a gente poderia tentar discutir no Orçamento do ano que vem, se proceder.

Outra questão é com relação ao transporte escolar, tem sido uma luta desta categoria a falta de recursos que ele vem desenvolvendo, V.Exa. tem conversado com o setor,

nós colocamos 20 milhões a mais no Orçamento do ano passado com relação ao que estava proposto e para esse ano está tendo um aumento só de 5% o que me parece que não contempla nem o custo básico tendo em vista o aumento do combustível que está tendo, eles têm uma situação bastante difícil com relação a se manter e é um trabalho superimportante que é o transporte escolar gratuito, tem a questão dos dois quilômetros. A minha pergunta é se poderíamos trabalhar um aumento do valor transporte escolar.

A outra questão, Secretário, é com relação a operação e manutenção das creches que é o código de atividade 2825 em que há o aumento de 43%. Temos visto o empenho e o resultado positivo em relação a criação das vagas de creches como foi apresentado aqui, mas há um item que me preocupa que é com relação ao dissídio dos funcionários. Ontem a Secretaria creditou para as creches conveniadas um subsídio de 5,5%, foi creditado ontem, mas existe uma preocupação muito grande com relação ao acordo coletivo que está caminhando para que seja de 9,5% e dentro dessa conta Secretário não seria suficiente para se pagar os funcionários das creches conveniadas esse subsídio de 5,5%. Dentro desse contexto penso se não seria prudente a gente prever esse aumento do acordo coletivo de 9,5% e poder complementar na Peça Orçamentária essa diferença. Pediria bastante empenho do nobre Vereador Milton Leite com relação a esse assunto até porque um PDI ganha 1.906,74, ou seja, é um valor muito baixo que os professores das creches conveniadas recebem e não havendo essa transferência do valor que virá com relação ao dissídio o acordo coletivo pode gerar um problema muito sério para as creches conveniadas que já vem tendo as suas dificuldades financeiras.

Foco então nessas questões e faço um comentário importante dentro da sua introdução que é esse aumento de 31% para 32% que o plano estadual de educação colocou que vai aumentar em torno de 668 milhões do Orçamento da Secretaria de Educação e parabênizo V.Exa. pelo trabalho que vem desenvolvendo, a dedicação, a sensibilidade, e por ser um dos Secretários que mais tem vindo à Câmara Municipal, dialogar com os Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Vereador Ricardo Nunes. Tem a palavra o Secretário Gabriel Chalita.

O SR. GABRIEL CHALITA – São três pontos muito relevantes que o Vereador coloca. O primeiro ponto Vereador é muito difícil falar sobre ele porque como fui Secretário do Estado, é uma decisão muito complexa que o Estado está tomando em relação a essas escolas. Nós estamos sendo muito prudentes com relação a isso para ver. Vi que o Governador teve bom senso e voltou atrás em várias regiões de São Paulo. É muito problemático quando você fecha uma escola num bairro você gera problemas muito sérios para aquela população. Então, às vezes, você tem um tecnocrata por trás de uma mesa que não tem essa sensibilidade humana. Temos muita preocupação com isso, muitas pessoas reclamam para gente vários pontos da cidade e do Estado sobre isso então estamos sendo muito cuidadosos em relação a isso. É claro que se terminado esse processo as escolas que os Estado quiser passar para a Prefeitura, nós vamos receber esses escolas e pretendemos fazer pequenas reformas para utilizá-las dependendo da região e da demanda que temos. Nas conversa que mantemos com o Estado estamos pedindo que reflitam muito sobre isso até porque nesse ano de crise há muitos alunos saindo de escolas privadas e indo para escolas públicas. Então, temos medo de uma explosão de demanda. De repente queremos resolver um problema de creche num lugar e é uma escola de ensino fundamental sendo fechada e você vai ter um problema lá. Hoje uma das reivindicações que os nossos educadores tem é da diminuição do número de alunos por sala da aula. V.Exa. acompanhou isso no Plano de Educação. Com é que vamos diminuir o número de alunos por sala de aula, fechando escolas.

Temos de ter muito cuidado com isso. Não estou criticando, não estou no Estado para saber das razões do fechamento dessas escolas, eram muitas, e eles diminuíram já isso. Eu tomaria um cuidado imenso com isso porque a escola é um patrimônio da comunidade. É uma decisão muito complexa de se tomar. Agora, aquilo que naturalmente vier para a Prefeitura a gente vai utilizar como escola e vai nos ajudar de qualquer maneira. Na questão

escolar, V.Exa. tem razão eu reconheço muito o esforço que o pessoal do TEG, do Vai e Volta faz aqui em São Paulo e é um reajuste muito pequeno esse de 5%. Eu me comprometo de a gente discutir um pouco isso com a categoria, refletir conjuntamente porque na verdade o que é bom no TEG em São Paulo é a satisfação dos pais. Eu acho que isso é o fundamental para a gente, é o pai e a mãe sentir que o filho está seguro pelo transportador que ele tem. Isso é o fundamental.

Queríamos ter ampliado um pouco mais isso, mas sempre a história do mesmo cobertor para todas as coisas, mas há espaço para discutirmos e tentar uma ampliação disso também. Isso vale para a questão dos conveniados. Nós conseguimos dar um aumento de 5,5% e 14% no caso de berçário, pois havia uma reivindicação dos seis conveniados para que a gente tivesse uma ampliação maior em berçário, que é uma dificuldade maior mesmo o pagamento desses profissionais.

O que acontece hoje é que, claro que temos de trabalhar por isso, em médio e longo prazo, mas não é simples. Para vocês terem uma ideia, nós tivemos no domingo os concursos, o que era uma reivindicação dos professores, então, tivemos concursos para professores de CEIs, de zero a três anos, para diretor de escola e para supervisor de ensino. Para vocês terem uma ideia eram 600 vagas para professores das creches diretas e tivemos 80 mil candidatos. Vem gente de todos os lados para fazer, embora, o professor devesse ganhar mais, hoje o salário da Prefeitura de São Paulo é um salário que salta aos olhos perto do que é o Estado, perto de outros municípios, então, todo mundo quer dar aulas nesses lugares. Hoje há muitos professores e os seis conveniados e que quando há concurso na Prefeitura eles vão fazer. Fiquei, aliás, felicíssimo é uma pena que a mídia não dê as boas notícias, foram 105 mil pessoas ao todo, mais 80 mil de professores de zero a três anos, 20 mil para diretores de escola e seis mil mais ou menos para supervisor de ensino. Nesse nosso diálogo já fizemos de tudo para conversar e explicar ponto por ponto. Sinto que os tensionamentos que por alguma razão existiam na relação com professores e diretores, como

eu vou em todos os lugares, até peço desculpas ao Vereador Milton Leite que não vim no dia da Educação porque eu estava lá no Sacomã, no CEU Meninos e não acabava, mas não acabava no sentido bom porque é a mãe que tem uma criança com deficiência falando das dificuldades que ela encontra, é o aluno falando dos projetos que tem, é o professor dando sugestão. E fico feliz quando há muitas sugestões é porque há esperança e eu sempre digo para os professores que tenho uma ótima relação que a gente não tem uma varinha mágica, por exemplo, de fazer escolas e diminuir os alunos por sala de aula. Mas, temos um processo de construção coletiva para ir resolvendo esses problemas e eles sentem que a gente reconhece esses problemas e vai atuando nessa direção. Eu tive um grande evento na zona Leste, organizado pelo Padre Ticão, e que fala exatamente o que o senhor falou é essa a dificuldade que eles têm da data base deles e assim o sonho de ir aos poucos equiparando a remuneração da CEI indireta com a CEI direta.

O que eu disse para eles é que eu não poderia prometer uma coisa que eu não conseguiria cumprir, não há orçamento para isso. É muito mais barato realmente o CEI direto por essas razões que eu havia colocado, mas temos de dar passos nesse sentido. Se a gente conseguir espaços para ampliar não tenho dúvida de que o que pudermos fazer como os CEIs estão sendo parceiros nossos...estive agora no Jaçanã numa entidade que tem cinco entidades conveniadas. Você pede para ampliar mais três na Sobei e a gente chega lá e fala para fazer mais três aqui, mas você percebe uma boa vontade imensa das conveniadas de ampliar, de fazer mais. Então, a gente tem de ter boa vontade com eles também e reconhecer os problemas que eles passam.

Entretanto a grande questão é orçamentária mesmo.

O SR. RICARDO NUNES – Só para complementar e encerro minha participação. As creches conveniadas Vereador Milton Leite, o custo é de cinco mil reais por ano. A creche direta é de cinco mil reais por ano. Então, o quanto a gente precisa valorizar e apoiar a questão das creches conveniadas...

O SR. MILTON LEITE – Cinco mil por ano o quê?

O SR. RICARDO NUNES – O custo *per capita* de aluno por ano é de cinco mil reais. O da direta é de 15 mil reais e 75% das crianças que estão em creches na cidade de São Paulo são das creches conveniadas, então, não vão conseguir com 5,5% de subsídio cobrir a folha de 9,5% de acordo coletivo. Então, essa questão do valor das creches precisamos sentar com o Secretário e resolver. Há um projeto do Vereador Jair Tatto muito bom aqui na Casa porque, apesar do esforço do Governo, nós temos ainda 150 mil crianças sem creches e o Vereador Jair tem esse projeto importante que é o Bolsa Creche, que poderia ser em torno de 300 reais e ficaria mais barato do que a direta e conveniada e conseguiria atender muitas crianças que precisam de creches para poder trabalhar. Parabenizar publicamente o projeto do Vereador Jair Tatto que conta com o nosso total apoio.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Vereador Jair Tatto.

O SR. JAIR TATTO – Agradeço. Bom, mas eu não vim falar do meu projeto, vim falar de Orçamento, mas como o meu projeto mexe com o Orçamento, então, vou acabar falando do Orçamento e do meu projeto. Esse projeto foi apresentado em outra gestão pelo v Arselino Tatto, que é meu irmão, e essa Casa aprovou. Houve um amplo debate, evidentemente, que o Fórum da Criança e do Adolescente, os fóruns que fazem o debate setoriais do meu partido não vão concordar com isso, como eu também não concordava com conveniadas, eu tenho também convicção de que o município tem de ser o gestor, mas quando você fala de um milhão de alunos, então, a ficha com o tempo cai. Qual é a minha grande preocupação? Nós temos entidades sérias e que tem algumas 90 anos, mas temos instituições privadas que também já tem 90 anos e que estão dispostas a colaborar. Vereador Ricardo passou um quadro de cinco mil que o custo ao ano. Eu diria que conheço várias entidades privadas que teria toda a disposição do mundo de oferecer um atendimento de qualidade com o seu prédio pronto, com tudo. Como o desafio é e eu sou um dos que querem que se cumpra as 150 mil vagas e moro perto de um hospital que nasce uma sala de creche por dia: hospital

do Grajaú, uma sala ao dia. O valor de 40% já é o valor para as conveniadas e levanto uma preocupação: conheço uma entidade que montou a primeira creche e gostou e foi montar a segunda, e gostou e quis montar a terceira e gostou fez a quarta, já está na 15ª. Esse é um cuidado que precisamos tomar. Não é uma indústria de creches, então, esse debate vamos fazer com tranquilidade. De um lado a gente propõe que cada vez mais o município pare de tomar conta e eu estou propondo nesse projeto que quero que os colegas sejam coautores que toda a supervisão seja feita estritamente pela Secretaria de Educação pelas Diretorias Regionais de Ensino. Vou citar, Capela do Socorro, nós temos 26 supervisores cada um cuida de no máximo nove equipamentos ao mês. Não está bom? Dá para eles tocarem com tranquilidade? Então eu acho que uma área, pelo menos naquela Secretaria Regional de Ensino. Relator, estou propondo mais crianças, com um preço mais barato, com melhor educação e V.Exa. me interrompe? Estou salvando a...

O SR. MILTON LEITE – É boa a proposta e nós vamos discutir.

O SR. JAIR TATTO – Vamos tomar cuidado com as entidades que assumem muitas creches e depois não aguentam. Precisamos tomar cuidado. Estamos propondo pessoas que tem uma bagagem enorme na área da Educação. Foram feitas várias audiências nesta Casa, esse projeto foi aprovado em primeira. Solicitaram que não se colocasse em segunda para que a gente debatesse, estive com o Secretário Calegari à época, com a primeira dama Ana Stela, com a Secretária Luciana Temer que me pediram que fosse um pouco cauteloso e que ouvisse as entidades. Com cinco mil reais nós temos, Vereador, varias entidades privadas em todas as regiões da Cidade com uma bagagem pedagógica e sobre o crível critério da Secretaria de Educação das Diretorias Regionais de Ensino nós vamos avançar. Tenho que dizer a verdade: o processo vai ser mais rápido, então, esse é o pedido e o desafio que acho que temos para cumprir as metas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Secretário Gabriel Chalita.

O SR. GABRIEL CHALITA – Eu acho importante falar um pouco do seu projeto sim. No início havia uma discussão de que essa Bolsa Creche seria para que alguém cuidasse da criança. E é um conceito que há em alguns países de mãe-crecheira, que você deixa essa criança com as mães. O educador realmente é contrário a essa ideia porque essa criança precisa desenvolver estímulos. Hoje temos toda uma visão de que zero a três anos é a construção da arquitetura do cérebro de uma pessoa, então, é fundamental. Agora nesse formato que V.Exa. coloca eu não sou contrário. Acho que temos de ir adiante nisso porque na verdade se você consegue entidades que prestam um trabalho com qualidade, que na verdade, é um Prouni da educação infantil. Eu não sou contrário a isso. O mais importante, todas as discussões que tenho com educadores que falam se não é mais importante a direta. Eu falo que o mais importante é não deixar a criança descuidada. Se essa criança está sendo cuidada com qualidade e hoje não temos condições de fazer isso de outras maneiras acho que temos de ser criativos, buscar todas as alternativas.

Comprometo-me a fazer um trabalho de tentar ampliar essa discussão, antecipar. Sei que existe uma polêmica com a questão da qualidade, mas hoje o grande problema é o desespero de uma mãe ou de um pai que não tem onde deixar a criança. A questão social da creche é muito importante, mas não é apenas social, é educacional. Não estamos apenas preocupados com o pai ou com a mãe, mas com a criança que está lá e que pode ser cuidada.

Não discordamos disso, me comprometo.

O SR. JAIR TATTO – Agradeço a adesão do Secretário Municipal de Educação ao nosso projeto.

O SR. GABRIEL CHALITA – E oficialmente. Está sendo gravado.

O SR. JAIR TATTO – Podemos batizá-lo de ProUni Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Queria sugerir ao Vereador Jair que depois dialogasse com o Sr. Secretário, até porque essa ideia do ProUni de zero a três pode ser

importante por outro motivo: a possibilidade de a Secretaria de fato ter as creches particulares com olhar mais próximo, do ponto de vista do funcionamento e da qualidade.

O SR. GABRIEL CHALITA – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Tive uma reunião no extremo da zona Sul, não vou dizer onde, onde uma creche precisou ser fechada. Mas, por quê? Porque ela não tinha condição alguma de funcionar e a Secretaria está abrindo, pelo menos, mais três na mesma região que vai suprir o déficit. Mas se aquela fizesse parte do ProUni de zero a três talvez ela não tivesse sido fechada, porque a Secretaria teria dado orientação, colocado as condições necessárias para o funcionamento e daria condições do projeto do Vereador Jair Tatto, que será subscrito por vários outros Vereadores, funcionar.

Sr. Secretário, trago duas questões. Há 14 inscritos. Informo que as inscrições serão encerradas após a minha fala e daí passaremos às perguntas dos presentes.

Sr. Secretário, duas questões. Farei as duas, depois V.Exa. responde. A primeira é a seguinte, para retomar a discussão do Estado com relação às unidades que serão fechadas. Gostaria que V.Exa. informasse à Comissão: houve por parte do Estado uma negociação com a Secretaria Municipal de quais são as unidades repassadas ao Município? Se sim, o que serão feitas pelo Município? Se não, que tipo de tratativa vem ocorrendo para que se passe essas unidades?

Tive a oportunidade de acompanhar ontem, por um período, junto com o meu Assessor Enéas, a ocupação em Pinheiros da Escola Fernão Dias Paes. O clima está muito acirrado. Ontem foi dada a liminar para a desocupação. Quer dizer, há um clima ruim. Agora mais uma escola foi ocupada na zona Leste. Acho que o Estado vai na contramão do que a Prefeitura vem fazendo. Quando eu disse da abertura de 96, parece-me um contraponto às 94 escolas que o Estado vai fechar, é estranho.

Por fim, Sr. Secretário, a segunda questão diz respeito ao Estado. O Vereador Milton Leite fez referência aqui à situação do Estado, que vem perdendo recursos, já há alguns

anos, tem diminuído sua arrecadação e me parece inerte para tentar reverter esse quadro. Aí a rubrica 3359 diz respeito à construção de Centros de Educação Infantil, CEI e a fonte 03 é do Estado. Reparamos aqui, Vereador Nomura, que o Estado de São Paulo, do PSDB, além de estar sem dinheiro, prometeu 58 milhões, liquidou 4,7. Prometeu 18, tem seis. Parece-me, Vereador Nomura, que aqui o Estado sofre de um problema grave e crônico. E a Prefeitura está propondo, para 2016, 56 milhões. A minha pergunta é básica: S.Exa. acredita que vamos conseguir executar os 56 milhões ou que o Estado repassará esse valor para construção de CEI?

Com a palavra o Secretário Chalita.

O SR. GABRIEL CHALITA – É a mesma situação da União. Vamos atrás. Não vamos desistir, vamos brigar. Os recursos de Educação são fundamentais. O Estado havia se comprometido a ajudar os Municípios com a construção dos CEIs, então vamos atrás. Vamos buscar, não queremos desperdiçar recurso algum, nem do Governo Federal, nem do Estadual. Vamos dialogar. O nosso diálogo tem sido de alto nível tanto com o Governo Federal, quanto com o Estadual. Temos de conseguir ter esse olhar da Educação acima das questões partidárias. Não importa se o Governo é do Estado ou Federal, queremos que a criança de São Paulo tenha escola e de qualidade.

Por isso, Presidente Fiorilo, vamos atrás. Se não vier, a nossa parte temos de fazer: buscar, ir atrás, mostrar a importância da cidade de São Paulo.

Antigamente falávamos que os grandes gargalos educacionais estavam na zona rural. A situação de maior vulnerabilidade educacional era na zona rural, isso mudou. Hoje está nas grandes cidades. Então, se os Governos Estaduais e o Federal não ajudarem as grandes cidades, ficaremos sempre com uma dificuldade imensa de atender a alta demanda que temos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GABRIEL CHALITA – Das escolas? Vereador, estamos sendo muito cuidadosos, como disse, com relação a isso, porque não sabemos de fato o que vai acontecer.

O Estado não conversou com a Prefeitura antes de tomar essa decisão, em momento algum. Não houve nenhum tipo de tratativa: “Olha, a gente pensa em fechar e vai...” Ficamos sabendo disso pelos jornais. Depois, da publicação nos jornais, é que houve uma comunicação até com o Secretário de Governo Chico Macena, que recebeu a relação das escolas que eles estariam dispostos a passar para a Prefeitura. Mas como observamos uma movimentação grande com relação a esse tema, estamos sendo muito cuidadosos porque aquela escola é muito preciosa para aquela comunidade. Por isso a Prefeitura não quer entrar como alguém... Não, nós pedimos que a escola fosse desocupada para que pudéssemos recebê-la.

Acredito que o Sr. Governador vai ponderar um pouco onde isso vai significar um descuido para a região. Não se fecha escola. Você a transforma, faz de alguma maneira ou quando não há demanda, existem caminhos para se conversar com aquela região que há duas escolas próximas uma da outra para que, sem brigas, elas optem por ficar em apenas uma. Mas essa é uma decisão do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Sr. Secretário, para finalizar. Não houve a tratativa antes do anúncio e depois? O Secretário Chico Macena recebeu a lista, mas aconteceu alguma conversa? O Estado já procurou a Prefeitura efetivamente?

O SR. GABRIEL CHALITA – Não, o Estado mandou a lista e disse assim: “Estamos dispostos a passar isso para a Prefeitura, desde que vocês façam escola”. Então, fizemos com que cada Diretor de Ensino analisasse onde está essa escola, a demanda existente dentro dela para sabermos se naquele local há ou não demanda.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – São quantas escolas na Cidade?

O SR. GABRIEL CHALITA – Em São Paulo são 25.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado. Encerradas as inscrições. Antes de passar a palavra ao primeiro inscrito, há uma última questão do Vereador Milton Leite.

Tem a palavra o Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Secretário, o Vereador Jair tem de fato um ótimo projeto e S.Exa. fez menção às creches conveniadas. É verdade que a grande maioria tem um bom trabalho que respeitamos, entendemos e apoiamos. Temos sim a preocupação com os valores per capita e não faltarão recursos para eles. As duas rubricas, tanto da TEG como a geral para as escolas também conveniadas e por per capita das conveniadas que, efetivamente, é um preço bom para quem é contratado. Se a Prefeitura conseguisse contratar em muito maior número, seria excelente, extinguir-se-ia a fila rapidamente.

Mas me preocupa apenas um ponto que gostaria que V.Exa. desse uma olhada. Uma vez, num orçamento, não me recordo em qual, coloquei um artigo que vedava a contratação de parentes nas escolas privadas. O que recebemos de denúncia? O sujeito abre uma escola ou uma creche conveniada e coloca o irmão, o tio, o primo e isso não é permitido nem com dinheiro público, nem em lugar algum, a extensão de contratação, porque é um nepotismo praticado da forma indireta. E onde temos conhecimento, via de regra, é apenas nas conveniadas onde se coloca os parentes; o marido, o primo, o tio, o avô, o filho para prestar serviço, porque entendemos que a União é um ente particular, mas o dinheiro é público e não se pode fazer isso. Um pedido que faço à V.Exa. é que tome essa cautela na celebração ou mande uma carta declarando que “não”, para que não cometam com V.Exa. o crime.

Mas a pergunta é: todo ano, Sr. Secretário, isso sim é do Orçamento, o Governo congela 20%. V.Exa. mencionou até aqui um Orçamento apertado. Ele congela porque tem uma expectativa, e faz isso de ofício, porque Ele acompanha a evolução das receitas da arrecadação para ver se há o dinheiro que Ele realmente orçou. Neste ano, Sr. Secretário, estamos vislumbrando um ano atípico.

Qual é a minha preocupação? V.Exa. mencionou várias rubricas no Orçamento, falamos em creches conveniadas, TEG, Leve Leite, todas estão com o orçamento apertado, é preciso de dinheiro para executar isso. Tudo isso que já estão aqui eu dou como sagrado esse dinheiro.

Mas eu tenho uma preocupação: se ele congela, normalmente chega ao final no ano a execução se cumpre um pouquinho. Neste ano será um pouco mais apertado, mas ainda acho que é possível chegar.

Agora, no ano que vem, Secretário, em 2016, a preocupação é legítima que ele congele e, legítima e verdadeira, que não se cumprirá. Aí a pergunta, se houver corte da ordem de 10-12%, que nós estamos estimando uma redução, no final do ano, como vamos nos virar com esse orçamento, Secretário?

Ou seja, ele deve congelar 20 na largada – V.Exa. concorda comigo? – de ofício o Sr. Prefeito tem que fazer isso. Congela 20 e descongelará, por volta, de 8, na minha avaliação, no final do ano. V.Exa. deve perder por volta de 10-12% de execução orçamentária desse dinheiro que tem aqui.

Por aquilo que nós estamos vendo do Orçamento há uma preocupação grande com a pasta de V.Exa. Aí estamos ao seu lado. Não que fosse vontade do Sr. Prefeito cortar, não é que vá cortar.

Daí a minha outra preocupação, aumenta a importância do dinheiro do Governo Federal, assim como do Estado que também está com dificuldades, mas a minha preocupação em si é com o total de verba que V.Exa. terá perdido, ao final do ano, se for mantido esse desenho que nós estamos acompanhando no presente momento.

Como que V.Exa. vai fazer honrar essas contas, perdendo entre 10-12%, na minha estimativa, sem contar com ajuda do Governo do Estado.

Aí assiste razão ao Vereador Paulo Fiorilo, tem sim uma dificuldade para passar os recursos e o Governo Federal que também está com dificuldades de repassar dinheiro para educação. Não que queira, mas também com o rombo que tem lá...

Como que nós vamos fazer para sobreviver já no orçamento limite, se V.Exa. aumentar estará apertado, se cortar de 10 a 12, na massa, como é que vamos sobreviver, Secretário? Até para que nós possamos debater e tentar ajudar. Há duas pastas que nós não

podemos abrir mão. A pasta de V.Exa. e da saúde. Temos que estar juntos para tentar resolver, Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Ok. Vereador Milton Leite.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Em seguida abriremos a palavra para os inscritos.

O SR. GABRIEL CHALITA - Vereador, acho muito importante V.Exa. colocar isso.

Fico muito grato de ver a sua preocupação e a preocupação da Câmara.

Primeiro nós temos de lutar para que não aconteça a diminuição desse orçamento da educação. Sinto que há uma sensibilidade muito grande do Prefeito Fernando Haddad com relação a isso.

Neste ano, quando fomos conversar sobre a remuneração salarial, foi tão interessante, porque havia uma preocupação da área técnica do Governo de, inclusive, não dar nada para os professores, como o Estado não deu nada, assim como outros municípios que não deram nada.

Nós insistimos muito que era simbólico mostrar o quanto São Paulo valoriza os professores. O Sr. Prefeito autorizou, falou que sabia que teríamos de apertar em algum lugar, mas que não abriria mão dos recursos que estão indo para a Educação.

Nós temos uma conversa para discutir, porque o impacto desses seis, neste ano, que estamos ampliando, vai para o orçamento do ano que vem, também. O Sr. Prefeito disse que na Educação daria um jeito, que na Educação deveríamos continuar com a meta de não deixar nenhuma criança fora da escola e para trabalhar com esse conceito.

É claro que nós vamos ter de apertar outras coisas. Aperta-se em alguns projetos que há dentro da Secretaria, amplia-se um pouco o prazo de algumas obras que estão sendo feitas, busca-se alternativas, mas há algumas coisas básicas, das quais nós não queremos abrir mão, que é a valorização dos profissionais da Educação, ampliação do convênio, que é o acesso, e tudo aquilo que vá ao encontro da qualidade. O resto nós temos de discutir conjuntamente o que fazer.

Mas eu sinto assim que há uma vontade política grande do Sr. Prefeito sobre o que trata de Educação. Por exemplo, S.Exa. disse para lutar pela história da UAB, como o Vereador Nomura tinha colocado, que é a universidade no CEU. Se não conseguirmos do Governo Federal, não deixar de fazer, porque é uma ajuda que daremos para um jovem que ele nunca mais vai regredir na sua vida. É o tipo de conhecimento que se adquire e nunca mais se perde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado.

Tem a palavra o primeiro inscrito, o Sr. Jesus dos Santos, Casa do Meio do Mundo. Pode falar por três minutos, vou marcar o tempo no painel. Temos 14 inscritos.

O SR. JESUS DOS SANTOS – Bom dia aos presentes, meu nome é Jesus, sou do Coletivo Casa no Meio do Mundo, que compõe o movimento cultural das periferias.

Há três anos estamos construindo, com a coletividade de todas as zonas da Cidade, um projeto de lei que fomenta os coletivos culturais existentes na periferia de São Paulo, que constituirá um novo marco na emancipação de indivíduos, assim como no desenvolvimento local da Cidade.

Esta coletividade, presente, hoje, nesta audiência de Educação, colabora bastante com o discurso que os senhores colocaram. Dialoga, Secretário, porque esses coletivos ocupam os CEUs, as escolas, acabam definindo, colaborando para um processo educacional e cultural muito mais preciso para que essas crianças, jovens e adultos, possam ter uma visão completamente diferente da realidade que é impregnada todos os dias nas nossas vidas.

Entender a lei de fomento à periferia, como um marco legal no desenvolvimento da cidade de São Paulo, seria entender que é a partir dela que faremos a reparação histórica na nossa cidade. É entender que parte dos equipamentos culturais e educacionais da cidade de São Paulo está no local mais desenvolvido.

Então como desenvolver a periferia da cidade de São Paulo se os recursos não chegam lá? Como desenvolver esses indivíduos?

É por isso que o movimento cultural das periferias, a partir das suas coletividades, comparece na audiência pública de Educação entendendo que cultura e educação andam sempre de mãos dadas. Não dá para pensar no desenvolvimento sem educação e sem cultura, por isso vimos convidá-los a estar conosco para a aprovação dessa lei que já se encontra nesta Casa.

Nesse sentido, também queria colaborar com sugestões, pois as nossas esperanças reascendem cada vez mais. Um dos primeiros *slides*, apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde, mostrou que a Secretaria de Educação repassa alguns recursos para outros órgãos. O de cultura é o menor dentre todos, por quê? Cultura não é importante? A gente não entende isso.

Deixo aqui o meu apelo para que a Secretaria de Educação tenha maior sensibilidade a esta pauta, para que possa entender a cultura como um processo em conjunto com a educação e que possa repassar mais verbas para esta pasta.

Peço a apoio de todos os Vereadores da Casa para que possam aprovar a lei de fomento à periferia, que será um marco legal para que coletivos culturais continuem contribuindo para que os CEUs e as escolas não sejam esvaziados, e a cultura possa caminhar em conjunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Jesus.

Tem a palavra o Rapper Pirata, em seguida o Poeta Laureate.

O SR. PIRATA – Suave. Quero reforçar, porque a gente está discutindo cultura e falar de educação é justamente a ideia de cultura.

Foi discutida aqui a cultura neoliberal, a gente tinha que ouvir repassar a diminuição do Estado e como a sociedade participa do Estado.

Queremos fazer o convite, porque tem uma Portaria em São Paulo, que obriga a Secretaria de Cultura, Educação, Direitos Humanos, que é a Semana de *Hip-Hop*. A gente quer uma participação melhor da Educação, porque já provamos o que é o mês do *Hip-Hop*, neste ano, e é preciso dialogar com o *hip-hop*. Creio, Secretário Chalita, é preciso fazer esse diálogo conosco, para nos conhecer melhor. Queremos um milhão de reais da Cultura, no mês do *hip-hop*.

A Lei 10.639, que não é executada com eficiência na cidade de São Paulo, mas precisa ser, é extremamente importante, porque educação e cultura é isso. E aí a gente já fala de um aporte de dois milhões de reais para investimento no *hip-hop* na participação disso, porque há o planejamento do Governo Federal...

O SR. GABRIEL CHALITA - Mais Educação.

O SR. PIRATA – Isso. O *hip-hop* está dentro disso, nós dialogamos com as bases, o *hip-hop* tem a discussão educacional sempre. Queremos isso.

O fomento à cultura, quando estão dialogando, é reforçar. É entender que cultura não é uma pastinha pequena, cultura é justamente educação, é falar de conhecimento. Esta Casa tem uma cultura, nós temos de mudar essa cultura para participação da sociedade.

Eu quero reforçar uma coisa, também, que é um grande agravante. O Governador Geraldo Alckmin acabou de decretar que vai criminalizar todas as ações do pessoal que está nas ruas. Temos ainda no governo a discussão da lei do terrorismo.

Aí tem um problema agora: o pessoal que a gente chama de volta para escola, que é o pessoal do EJA, eles não conseguem vagas. E aí eles estão pedindo para o Município assumir essa discussão, porque eles estão desamparados, o Governador Geraldo Alckmin está fechando escolas.

Você falou algo que para mim é extremamente importante, tudo isso é para combater o genocídio. Investe em segurança e não investe em educação. É isso que nós estamos discutindo. Estão fechando escolas para investir em segurança. Há leis na Cidade

para um monte de coisas, esta cidade, os Vereadores e o Município tem que discutir seriamente com o Governador do Estado que não pode fechar escola.

Senão a gente rasga a Constituição Federal e esta Casa também estará rasgando. Não dá para dialogar com o Governador de São Paulo, neste momento, com essa agravante. Porque o que estou fazendo aqui, se a lei do terrorismo for aprovada daqui a pouco, eu serei um terrorista e ficarei 24 anos preso e nós estamos deixando isso passar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Tem a palavra o Poeta Laureate, do Coletivo do Sarau da Sexta.

O SR. POETA LAUREATE – Eu acho muito interessante ser chamado por Poeta Laureate, porque no processo de desenvolver a escrita, estou dizendo da poesia.

O Movimento de Periferias é claramente educativo, Secretário, porque o poeta que a periferia busca, eu gostaria que a Mesa ouvisse isso, é um poeta cidadão. É outro tipo de artista, é o artista cidadão. Eu acho que isso é uma educação que as pessoas que trabalham, seja com poesia, seja com teatro, elas desenvolvem junto a esse movimento cultural das periferias.

O aprendizado que adquirimos, junto com o movimento de cultura de periferia – aí eu venho aqui muito mais dizer um salve às periferias -, no sentido que possamos aprender com isso. Porque eu percebi que a gente trabalha com números e, na realidade, essas pessoas aqui trabalham com pessoas. Os números precisam chegar junto a essas pessoas, precisam chegar junto a nós.

Na realidade, eu percebo que quando esses coletivos vêm aqui, faço parte de mais um dos coletivos, não vou me estender na história do que é o meu coletivo, porque na verdade esse coletivo se dilui num interesse muito maior, que é o interesse geral. Geral é pouco, é o interesse de humanização da periferia. Não só da periferia, porque há periferia no Centro, também, nós sabemos disso.

Mas nós viemos falar aqui que existe claramente um recorte geográfico na Cidade, deixando claro que periferia às vezes é periferia mesmo, por mais que tenhamos periferia no Centro.

Isso não é só um dado de nível econômico, o que eu quero dizer é quando o movimento pela lei de fomento das periferias pede de 100 a 300 mil reais, atualizados, anualmente, para os coletivos da periferia e na periferia, de novo falando de educação – como são importantes as preposições -, ou seja, da periferia e na periferia.

Quando o movimento pede esse dinheiro é porque existe todo um acúmulo – eu gostaria que a Mesa atentasse para isso – toda uma bagagem, uma construção, que chega no ponto que a gente pode pensar que os números ligados à educação, o que puder chegar com a gente na cultura, a gente agradece. Agradece mesmo no sentido de construção da cidadania.

Eu gostaria de agradecer ao movimento, por ter chegado aqui. Esse aqui é mais um marco do movimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Quero agradecer e chamar o Sr. José Feliciano, do Grande Conselho Municipal do idoso, em seguida o Sr. Laerte Brasil.

O SR. JOSÉ FELICIANO – Bom dia a todos. Sou do Grande Conselho Municipal do Idoso, já por duas vezes. Estou na capital de São Paulo desde 1970.

Quero cobrar o problema da verba, porque são 55 Vereadores, junto com o Sr. Prefeito. Quando vamos ter o retorno desse dinheiro, para poder ajudar, porque são três mil e poucos idosos na capital de São Paulo.

Se há alguma coisa na capital de São Paulo respeitem os idosos, principalmente na Câmara dos Vereadores. Porque neto e tataraneto votam.

O meu pedido é para a verba, se algum dia vai conseguir sair essa verba, para a criançada que está chegando aí nos quatro cantos do mundo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Sr. Feliciano.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não. Três minutos. Até porque o senhor vai atrapalhar os outros que têm para falar.

O SR. LAERTE BRASIL – Eu sou Presidente da CGSTB e da Unicosmos Nações, Universidades, Sustentabilidade e Cidades.

Uma das três dimensões do Século XXI da nossa Central é a educação, o esporte e a cultura.

Foi essa grande visibilidade global que dois anos antes da Marta Suplicy sair candidata, aqui na cidade de São Paulo, nós apresentamos a construção dos CEUs.

Voltando ao Orçamento, vou fazer uma pergunta ao Secretário Chalita. Numa audiência pública nós apresentamos, indicamos um terreno, para a construção de um CEU em Santo Amaro e de um centro olímpico. O projeto foi para dotação, mas até agora não foi executado. Até agora, só executou a construção de um CEU.

As outras ações, não vou acusar a V.Exa., o Sr. Secretário. O Vereador José Américo, que hoje é Secretário de Relações Governamentais, com o atual Presidente, eles pegaram 645 milhões, no ano passado, e disseram que esse dinheiro veio roubado da Dilma, o Michel Temer e o Lula distribuíram, da Petrobrás e mais cinco ministérios.

Aqui ele diz que rateou para um grupo de Vereadores e, numa ação truculenta, nesta Câmara, distribuíram propina para os servidores da Biblioteca e para a assessoria militar, fui surpreendido por um ataque truculento, até terrorista, da assessoria militar, foram três militares, praticados pelo Sargento Molina.

Eu não reagi. Tenho condições de reagir e desarmar os três, mas acabaram me agredindo, me roubaram seis mil reais a mando do José Américo.

O José Américo falou que num acordão que ele tinha junto com a Dilma e Michel Temer, o Haddad roubaria 25 bilhões, até o final do mandato dele, e a Dilma mais 185 bilhões, junto com o Lula e o Michel Temer.

Através da Secretaria, o maior ataque seria a parte de V.Exa., a Secretaria de Educação, que seria desviado 35% do orçamento da Secretaria.

Deixo essa reflexão, mas vou pedir investigação do Ministério Público, porque me disseram também que a Dilma, o Lula e o Michel Temer tinham roubado o prefeito de Osasco, também para impedir os eventos de atletismo que a gente começa a organizar na cidade de Osasco.

- Manifestações simultâneas.

O SR. MILTON LEITE - Sr. Laerte, Sr. Laerte, vou interromper a sua fala.

Sr. Laerte, antes de encerrar quero dizer que isso aqui é uma audiência pública para tratar do Orçamento. Se qualquer um dos presentes tiver denúncias para fazer, nós temos fóruns adequados. Eu acho que o senhor tem a denúncia, nós respeitaremos todos os cidadãos presentes, deve fazer sim aos órgãos competentes. Mas não é pergunta pertinente à matéria de educação dado ao tempo restrito que temos. Peço desculpas ao senhor, Sr. Laerte, mas é importante que façamos pergunta pertinente a matéria. O Sr. Secretário está aqui. Quer entregar a denúncia para ele. Ele receberá. Não tem nenhum problema. Nós receberemos, mas faça por escrito.

Com a palavra o Sr. Luciano Moura.

O SR. LUCIANO MOURA – Boa tarde a todos. Estou há 25 anos no Hip Hop, e venho falar como professor. Isso é legal, que antes de ser professor fui aluno e tudo que sei,

por exemplo, 75% do sei, foi o Hip Hop quem me ensinou. E falo isso com todas as honras. Em 1992, começamos a ter um coletivo em São Mateus, zona Leste, chamado DRR, que fazia muitos eventos, muitas reuniões e conseguia aprender algumas coisas. Nas escolas, na qual eu estudei Prof. Alfredo Machado Pedrosa, começamos a trabalhar com Hip Hop, dentro da escola. E o que aconteceu? Quem participava daquelas aulas junto, com, a gente fazia um comparativo, os alunos que não participavam, a melhora de aula dos alunos eram de 70%, porque eles estavam interessados, além da música, estavam também interessados em aprender a escrever a sua própria letra, escrever bem, falar bem para poder, até gravar bem, no caso, metade daqueles alunos hoje, a maioria tornaram cantores de Rap, inclusive eu. Então nesse caso, assim, do Orçamento, ficamos preocupado se vamos conseguir ter uma verba destinada mais a cultura. Não estou falando aqui, não quero abraçar a causa Hip Hop, mas a cultura como um todo, que faça integração com as escolas. Porque os coletivos que estão aqui presentes, precisam mesmo, realmente de verbas, no caso, por exemplo, em São Mateus, ali têm vários CEUs, mas perto da Vila Flavia, Jardim Nove de Julho, não tem nenhum CEU. E os CEUs que tem são muitos distantes para que as crianças, dali, por exemplo, o pessoal do Jardim Nove de Julho, Vila Flávia, não vai frequentar os CEU Sapopemba, ou CEU São Mateus, que fica em outra extremidade. Aí no caso teria que pegar um ônibus. Precisamos ver se nesse orçamento, se conseguimos, também ver um CEU para o lado de São Mateus, Vila Flavia, Jardim Nove de Julho, ou então no caso, pegar os espaços São Mateus Movimento, que é um dos coletivos que está bem ativo, inclusive, com o Negotinho que esteve aqui presente. Poderíamos trabalhar desse lado também, da zona Leste, e fazer uma coisa coligada. Separar no orçamento, uma média de cultura junto com a educação que é o que está precisando realmente, nesse caso. Encerro aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a palavra a Sra. Viviam Moreira. Vou fazer um pedido a todos que fazem uso da palavra e pleiteiem. Podem fazer uso dentro do tempo regimental. Mas se puderem escrever o pedido, olha quero verba para isso

especificamente. Muitas vezes as pessoas fazem um discurso bonito aqui falando, mas eu na condição de relator posso acolher aquilo que está formalizado. Ele fala, fala, faz o discurso da região, mas não formaliza. Temos papeis, canetas para que as pessoas formalizam. Quero recurso para essa localidade, para isso. Volto a esclarecer. Se marcou audiência pública de orçamento, o que a gente discute. Aumenta ou diminuição, ou modificação dos recursos existentes. Para tal, é preciso que as pessoas, precisam dizer: quero mais recurso nessa rubrica, aqui nessa atividade, nesse fim, especificamente. Podem fazer por escrito, a assessoria lhes darão canetas e papel para que façam de punho. Não precisa ser digital. Para que eu possa considerar as mudanças. Não basta que façam discurso, é preciso que inscreva, e diga, é para isso, para aquilo. Senão fica uma audiência pública só com discursos. E eu não tenho o pedido efetivo á mudança que se deseja. Até porque depois eu possa discutir em outras reuniões com a assessoria do Sr. Secretário. Estamos pleiteando isso e aquilo. Especificamente. Temos de ser cartesiano. Preciso de recurso, preciso de mais para a CEI, preciso mais pata o Teg. Propõe, que iremos avaliar. É isso.

Com a palavra a Sra. Vivian Moura.

A SRA. VIVIAN MOURA – Bom dia a todos. Estou representando a galera do Teg, porém não tenho nenhuma procuração dos mesmos, mas estou aqui representando ele, porque grande maioria dos condutores estão trabalhando. Como já disse para o senhor Sr. Secretário Chalita, o que acontece com a questão do Teg. Nós do Teg estamos com uma defasagem boa, desde 2003, 2002, quando aconteceu a licitação. De lá para cá, o que acontece nessa licitação? Na época que teve a licitação, era em torno de 10% do valor investido. Aquela época, uma Van custava em torno de 55 mil reais. A gente ganhava em torno de 5.500 reais. Hoje em dia essa Van está custando em torno, mais ou menos de 90 mil reais, e nós ganhamos ele, em torno, mais ou menos, dos 10 anos atrás, estamos ganhando isso hoje. Ainda tem tio escolar que faz o investimento de 90 mil reais e não consegue ganhar nem 4.300 reais por mês. Está muito defasado.

Há dois anos, o Sr. Prefeito Haddad considerou e deu uma aumento para gente de 700 reais. Prometendo mais três parcelas de 700 reais. Só que isso foi acordo de boca. Não foi cumprido. Depois fizemos novamente uma manifestação tivemos mais 11% dividido em duas vezes. Depois disso nunca mais tivemos mais esse aumento. O que está acontecendo Secretário? Nós do Teg estamos defasado. Está difícil. Nós continuamos a prestar serviço. Fazer essa prestação de serviço. Tem os custos da questão monitor. Nós do Teg, somos obrigados a ter monitor dentro do carro. Não podemos trabalhar sem o monitor dentro do carro. E o salário mínimo está alto. Está acima da expectativa de nós. Tem alguns que somos obrigados a registrar, outros não. Fazemos contratos com esses monitores que sabemos de que é ilegal ainda, a gente fazendo contrato.

Peço encarecidamente para vocês, a Secretaria Municipal de Educação para estar averiguando isso. Já pedimos, já dentro do DTP que é a questão que cuida do transporte escolar ,que é passado para os senhores, eles liberam a verba para a gente mediante os senhores aprovarem. Porque 11% para estar aumentando para gente, não é o suficiente. Tinha de ser no mínimo acima de 30%, para conseguir suprir essa questão do combustível que está muito alto.

Peço, encarecidamente para o senhor possa estar averiguando, como o senhor mesmo disse, estará atendendo a gente em uma reunião, em breve.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a palavra o Sr. Marcelo Nascimento.

O SR. CLEITON – O Marcelo teve que se ausentar, por conta do horário, vim falar no lugar dele. Sou de Perus. Venho falar sobre Educação social nas escolas, nos CEUs, que estamos fazendo, por meio da pedagogia informal que está muito atrelado ao movimento Hip Hop, uma pedagogia transformadora que fazemos e ocupa os espaços das escolas que nos finais de semana ficam ansiosos ou na colaboração até mesmo com os professores da Lei 10.639, Lei, em que a implementação ainda precisa, ai a gente vem nesse suporte dos

professores nesse trabalho da Lei 10.639, com a nossa cultura de resistência que é a cultura da periferia.

Vimos aqui fazer esse apelo mesmo, até para estar tendo esse aporte desse recurso para Lei de Fomento, a periferia que trabalha toda a região. Falar de educação não significa falar somente do ambiente escolar, mas sim de todos os lugares em que a educação aparece.

Com a cultura, que é desassociada da educação, precisamos ter esse aporte. Então, pedir um aporte de 20 milhões para o PL 624, que se refere à lei de fomento à periferia. A periferia é um lugar que necessita desses recursos, pois os nossos jovens e crianças precisam ter esse reconhecimento de uma história que foi negada. E estamos, com a parte cultural, fazendo esse trabalho de identificação pela pedagogia informal, que além de ser informal, está em todas as instituições de ensino, transformando e ensinando os nossos jovens para uma formação mais cidadã.

Peço esse aporte de 20 milhões ao Relator do Orçamento sobre o PL 624. Precisamos salvar a vida das nossas crianças e jovens, pois está difícil viver na periferia. O genocídio está abatendo muito fortemente; a cada momento, crianças e jovens estão morrendo. Precisamos desse orçamento, porque estamos discutindo vidas, ou seja, estamos discutindo nada mais, nada menos do que salvar a vida dos nossos jovens e das nossas crianças da periferia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, população paulistana que se encontra nessa Edilidade, na Casa de Leis, na Casa do Povo paulistano, da Cidade de 12 milhões de habitantes.

Saúdo a Mesa, os Srs. Vereadores Milton Leite, Aurélio Nomura, o Secretário e ex-Vereador Gabriel Chalita e sua equipe, a ex-Secretária Cida Perez e especialmente a população presente, que está discutindo a educação pública municipal desta cidade.

Como na saúde, deveria haver audiências trimestrais ou quadrimestrais para discutir o tema da educação. Acho que essa é uma lei premente, porque como discutimos saúde quadrimestralmente poderia ocorrer também com a educação, pois é um tema, como foi falado aqui na Mesa, de grande importância.

As questões na área da educação são muitas. Vou tentar sintetizar algumas delas. A primeira salta aos olhos – desculpe a expressão – o calote do Governo Federal em relação à verba da educação. É muito grave, por exemplo, um documento da própria Câmara Municipal diz que, em 2014, dos 118 milhões da fonte 02 para creche e CEI, nada foi liquidado até setembro daquele ano, me parece que no decorrer do ano.

Em 2015, eu queria saber se houve alguma liquidação da fonte 02 na questão da creche e dos CEUs. Quanto aos CEUs, também foram 200 milhões da fonte federal 02 e nada foi executado em 2014. Queria saber se em 2015 algum real foi executado nesse particular.

Queria também, respeitosamente, fazer uma crítica ao Secretário anterior, ex-deputado Cesar Callegari. Na minha visão, foi uma gestão desastrosa nesse biênio que o antecedeu, pois foi um secretário bastante insensível, tanto que houve greve na própria Secretaria Municipal e tanto que apenas investiu, nesse biênio 2013-2014, 134 milhões na CEI; 98 milhões na EMEI. Paralisou os CEUs, que estão atrasados, ou seja, foi um Secretário muito ruim. A nossa Prefeitura não merecia um Secretário desse e espero que o senhor, nesse pouco tempo que lhe resta, melhore, corra atrás desse prejuízo que já tivemos nesses dois primeiros anos da gestão Haddad, muito por culpa do próprio Prefeito Haddad, que o nomeou.

Queria também tecer considerações a respeito do Relatório do Tribunal de Contas, publicado no dia 25 de julho deste ano, página 119, que diz que as creches diretas estão aumentando timidamente na Cidade. É algo que não consigo entender, porque vocês

anunciam que fizeram, inauguraram creches. Isso é verdade, só que, por outro lado, creches diretas parecem que estão fechando, pelo próprio documento do Tribunal de Contas. Queria entender melhor essa lógica, pois em 2013 foram 359 creches e em 2014 aumentou só uma, 360. Queria entender um pouco esse cálculo. Vocês apresentam nove, aí talvez fechem dez. Mas, por que estão fechando creches diretas? Então, tudo isso é importante explicar, como também a CCI/CIPS, que são creches em órgãos públicos municipais. Em 2010, eram somente dez. O Prefeito Kassab fechou quatro. É importante que essas creches sejam devolvidas.

E para encerrar, o convênio MOVA está caindo na cidade de São Paulo. Solicitamos que o MOVA seja recuperado. E, por fim, um especial pedido. A gestão Kassab, juntamente com o Secretário Aloysio Nunes e o incompetente Secretário Calil, cassou homenagens em bibliotecas de seus colegas da Academia Paulista de Letras: Francisco Patti, Guilherme de Almeida e Dinah Silveira de Queiroz, que foi sócia correspondente. Essas pessoas são importantes para a cidade de São Paulo e perderam nomes de bibliotecas. Como têm CEUs até agora sem nome de biblioteca e de teatro, sobretudo CEUs criados por Kassab em 2008, é importante, na minha visão, devolver essas homenagens. O senhor, inclusive, é Presidente da Academia Paulista de Letras e essas efemérides da Cidade, que não mereciam ter seus nomes cassados em bibliotecas da Cidade por essas pessoas irresponsáveis, como Carlos Augusto Calil, Serra e Aloysio Nunes.

São esses os pleitos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Obrigado, Fábio.

Tem a palavra o Sr. Edson Paulo. Não está? Tem a palavra o Sr. Gustavo Pagador.

O SR. GUSTAVO PAGADOR – Boa tarde a todos, me chamo Gustavo Pagador, sou morador da região de Guaianases.

Componho também o Movimento Cultural das Periferias, Cine Campinho e Fórum de Cultura da Zona Leste e tantos outros coletivos. Venho aqui mais uma vez reiterar o nosso

pedido sobre a questão da lei de fomento às periferias e o que a educação pode prover para nós.

É bem claro para todos o diálogo da cultura com a educação. É o trabalho que fazemos na nossa comunidade: as oficinas de jornal, o teatro, a dança, a música, o cinema, as oficinas de roteiro e até mesmo as aulas de reforço, em que trabalhamos juntos. Devem ser reconhecidos como educadores sociais, que muitas vezes são pedagogos, geógrafos, historiadores, matemáticos, atendentes de *telemarketing*.

Gostaria da compreensão da Mesa e do Secretário para essa pauta, que é tão importante. É pouca coisa, são 20 milhões para podermos trabalhar com um pouco mais de dignidade. São muitos anos de história, é muita luta, muita gente já sofreu e continua sofrendo. É o mínimo que a nossa Câmara pode fazer para trabalhar conosco.

Então, simplesmente isso, quero reiterar o pedido para o PL 624/2015. Uma boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o próximo inscrito, o Sr. Donay da Silva, em seguida, o Sr. Cadú e depois, a Sra. Ana Paula.

O SR. DONAY DA SILVA – Bom dia a todos.

Vereador, Chalita, tudo bem? Pessoal, estou na Companhia dos Transportadores Escolares que operam hoje diariamente a questão do Transporte Escolar Gratuito na Cidade. Meu nome é Donay, sou do Sindicato do Transporte Escolar do Estado de São Paulo e nós dois já tivemos, Gabriel, uma discussão um pouco longa a respeito de toda a problemática do orçamento para o TEG. Isso já não é novo, mas gostaríamos de reforçar o seguinte: mais do que os 155 milhões aproximadamente para o próximo exercício, a nossa questão principal é a da execução dos valores.

Temos um problema crônico: primeiro, de efetivamente conseguir executar, no exercício, os valores empenhados no ano anterior. Esse é um problema muito característico do TEG, infelizmente, nos últimos anos. Vivemos uma exceção, infelizmente, Secretário, do ponto

de vista da contratação do serviço. Esse serviço hoje está sendo executado na cidade de São Paulo, se não me engano, há quase oito anos numa modalidade emergencial, porque não conseguimos mais licitar o sistema, desde quando acabou o contrato na gestão da Prefeita Marta Suplicy.

A nossa reivindicação, hoje, principal é a seguinte: poder recompor os valores é muito importante? É. Mas, sabemos das dificuldades que a Secretaria e a Cidade têm do ponto de vista orçamentário, mas precisamos efetivamente contar com a sua participação e o seu envolvimento e que possa colocar, não só os sindicatos, mas os operadores do TEG num diálogo mais próximo à Secretaria para ajudar a dimensionar o uso do serviço.

Infelizmente, vivemos um emaranhado de matemática e de engenharia, de pagamento, que dificulta muito a ação do transporte escolar. Hoje na cidade de São Paulo há transportadores do TEG, que ganham em torno de quatro mil reais, o que é absolutamente inviável do ponto de vista operacional, e alguns chegam a ganhar o dobro disso, isto é, sem muito critério de divisão ou de operação.

Hoje, infelizmente, estamos com aproximadamente 2.200 veículos operando na Cidade e o orçamento para o próximo ano continuará sendo insuficiente para a demanda e para o custeio do sistema. Mas, gostaríamos, e acho que temos caminho para fazer, junto com a Administração e com a Secretaria, de resolvermos a equação de pagamento, contratar melhor o serviço. Melhorar principalmente o sistema de matemática que financia o sistema. Hoje existe uma equação que justamente está pautada em cima de criança, transportada, quilômetro rodado, veículo empenhado, ano do veículo, tamanho do veículo, etc. Isso é muito complexo.

Na sua gestão como Secretário Estadual de Educação, V.Exa. simplificou muito a contratação, que bastaria simplesmente tratar o veículo locado mais o km rodado na época de transporte. Então, gostaríamos de buscar a simplificação da matemática de remuneração e, obviamente, conseguir agregar um valor que possa ser um pouco maior do que esses 155

milhões. Gostaríamos muito desse empenho e contamos com V.Exa. para que na próxima semana possamos ir à Secretaria para fazermos uma apresentação e entrarmos num entendimento na solução dessa equação.

Muito obrigado.

P – Adonay, um segundo.

R – Claro.

P – Modificar esse orçamento só é possível nesta Casa. O orçamento já está aqui, o Secretário não muda mais, a Casa de Leis, sim, pode suplementar. Então é preciso que você encaminhe para cá. Faça dois pedidos em nome de sua entidade.

R – Claro, claro.

P – Encaminhe a planilha de custo composta para cada unidade e a seguinte perspectiva, mediante uma possibilidade de locação para o Município como monitor. Mas, a planilha deverá ser encaminhada à Comissão. Se houver remanejamento, o Secretário agora só poderá suplementá-la. Remanejamento é feito aqui, já está nesta Casa. Por isso que é uma audiência pública do orçamento. É um debate e veremos o que poderemos fazer, remanejar ou tirar de outra Secretaria ou aumentar os recursos, se necessário for. Isso tem de chegar à Comissão.

R – Perfeito.

P – Posso tirar de outra Pasta para aumentar esses recursos. Depois que se chega nesta Casa não muda.

R – Faremos isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o próximo inscrito, Sr. Cadú.

O SR. CADÙ – Boa tarde a todos. Vou ser bem rápido. Sou do transporte escolar e estou representando hoje o extremo Sul da nossa região da zona Sul: Guarapiranga, Grajaú, Interlagos.

Só quero fazer algumas colocações e agradecer aos Srs. Vereadores Milton Leite, por tentar nos ajudar. Fomos procurá-lo e ele nos colocou em contato com a Dra. Meire; Ricardo Nunes, por seu empenho e também já foi o Relator da outra Comissão de Orçamento e tentou nos ajudar também na questão do transporte público; Paulo Fiorilo, que foi Relator há dois anos e também tentou ajudar o transporte escolar.

Quero salientar, Secretário Chalita, que quando o Prefeito veio com a campanha dele, entreguei em mãos para o senhor, em frente ao Autódromo de Interlagos, a solicitação de vários itens. A pauta era o transporte escolar, só para o senhor ter uma ideia, de lá até hoje, o quanto estamos batalhando e tentando resolver o problema do transporte escolar e não estamos conseguindo.

Então, faço um pedido, uma súplica, porque não sabemos mais o que fazer para tentar resolver esse problema do transporte escolar e principalmente do TEG. Porque, hoje, o transportador escolar está carregando as crianças nas costas, saibam vocês. Estamos deixando de colocar comida em casa para dar segurança a essas crianças, para trocar o pivô de um carro, uma suspensão ou um amortecedor.

Eu deixo de pôr comida na minha casa para trocar e para fazer a manutenção dos meus carros.

Queria agradecer aos Vereadores pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Cadu, vou pedir uma coisa, e insisto nisso: preciso da planilha, para tentar compor o que for possível. Mas isso é urgente.

O SR. CADU – Para ontem. Nós temos, sim. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Ana Paula.

A SRA. ANA PAULA – Primeiramente, queria saudar todos os presentes, os membros da Mesa e o nosso querido Secretário Chalita.

Meu nome é Ana Paula, sou filha do Vereador Rubens Calvo. Meu pai, neste momento, está atendendo em sua clínica, e, desta forma, impossibilitado de comparecer a esta audiência, e por isso me pediu que eu falasse algumas palavras em nome dele.

“Gostaríamos de solicitar que fosse incluído no Orçamento a verba para a implantação de um CEU e UniCEU Parque Peruche. Essa implantação será na rua Armando Coelho e Silva, área que hoje abriga a EMEI Dr. Enzo Silveira, a EMEF Comandante Garcia D’Ávilla, o Clube-Escola Casa Verde, Balneário Garcia D’Ávilla.

O local apresenta toda a infraestrutura necessária para a implantação do CEU e UniCEU, sem necessidade de muitas obras. Os equipamentos já existem na área, visando ao projeto do território do CEU.

Com isso, além de trazer mais educação a essa região, seremos ainda os pioneiros na cultura afro, visto que poderá ser criada a primeira UniCEU da cultura afro-brasileira em homenagem a essa população que contribuiu para o desenvolvimento desta região. A comunidade quer transformar do Parque Peruche no Quadrilátero Cultural Afrobrasileiro da Morada do Samba.”

A solicitação já foi encaminhada à Prefeitura, à Secretaria de Educação. O meu pai se dispôs, inclusive, a destinar emenda parlamentar para a conclusão do projeto.

Mas venho reforçar esse pedido para que essa destinação seja incluída no orçamento, visto que a emenda do meu pai é insuficiente para a realização.

Obrigada a todos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Peço ao Secretário que agora responda a todas as formulações feitas pelos contribuintes, pelos munícipes aqui presentes.

Secretário, tem V.Exa. a palavra.

O SR. GABRIEL CHALITA – Obrigado, Vereador. Obrigado a todas as pessoas que vieram aqui, que participaram, que colocaram as suas questões.

Vou tentar falar, de forma global, sobre os temas colocados aqui.

Sobre o hip hop: somos absolutamente favoráveis, por ser um movimento profundamente pacifista, que envolve a juventude, que tem uma linguagem própria, que tem uma preocupação imensa de combate à violência pela maneira mais bonita possível, que é a forma cultural.

Sempre defendi esse diálogo cada vez mais próximo da educação com a cultura. Sempre. Para vocês terem uma ideia, só na área cultural, a gente repassa mais ou menos um milhão por mês para a Secretaria de Cultura para esses eventos realizados nos CEUS.

Já temos uma parceria muito grande com a Secretaria de Cultura, ela que faz esse diálogo maior com esses movimentos culturais que estão espalhados pela cidade toda. Então fazemos esse repasse para a Secretaria da Cultura. Além disso, estamos trabalhando com vários movimentos culturais dentro da escola. Por exemplo, estamos discutindo o currículo integral, que inclui hip hop, como forma de reconhecer esse trabalho. Então não temos o menor problema em apoiar cada vez mais essas atividades culturais dentro da Secretaria.

O que não podemos, e aí é uma discussão que temos de ter com a Secretaria de Cultura, que o fato de a verba cultural não poder sair da educação. O que acontece nas escolas nós podemos ajudar, o que acontece fora das escolas nós não podemos colocar, porque educação é verba vinculada, e aí tem que ser verba da Secretaria da Cultura. Naquilo que estiver dentro da escola, nós estamos abertos a cada vez mais ampliar atividade cultural, em tudo. Começamos o *Canta São Paulo*.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. GABRIEL CHALITA – O que é dentro dos CEUs é uma maravilha, e temos de fazer, temos de dialogar cada vez mais. Pedimos a ajuda de vocês para a divulgação do Pró-Jovem, que são aqueles jovens de 21 a 29 anos que não terminaram o ensino fundamental, que recebem uma bolsa o governo para isso, que é uma ajuda familiar também, para divulgar, para que eles possam voltar à escola.

Alguém falou do Mova. Temos um carinho muito especial pelo Mova. Pela primeira vez, conseguimos dar alimentação para o Mova, o kit de material escolar, e ampliamos em 5,5% o convênio do Mova – são 4,5 milhões a mais este ano. Temos um carinho especial, porque nele o público é aquela pessoa que parou de estudar por alguma razão, porque teve algum problema na sua trajetória, na sua vida, e agora ela volta para estudar. Então temos feito muito pelo Mova, e tem um compromisso imenso com isso.

Gosto muito das pessoas quando trazem a questão da cultura, porque ela é a grande redentora da educação. Hoje, o aluno, às vezes, não tem paciência de ficar por duas, três horas, ouvindo um professor falar. Mas se ele ficar compondo hip hop, se ele ficar participando disse, se ele participar de uma peça de teatro... É o que eu digo: o aluno não decore um poema para a prova, mas decora 20 poemas se for fazer uma peça de teatro em que ele precise usar esses poemas, porque é significativo para ele. Queremos impulsionar cada vez mais.

Tem um projeto lindo em Heliópolis sobre *O meu primeiro livro*, em que ajudamos o aluno a publicar o seu primeiro livro. Então essas ideias são muito caras, e podemos dialogar cada vez mais sobre elas. Aliás, fazemos isso o tempo todo com a Secretaria de Cultura. Na parte esportiva, dialogamos com a Secretaria de Esportes; na cultura, com a Secretaria de Cultura. Então estamos abertos a ajudá-los nisso. É uma demanda justa. Era o que eu dizia no começo: se investirmos mais em educação, em cultura, em esporte, investiremos menos em segurança depois, porque você vai formando uma geração protagonista, porque gosta daquilo que está fazendo.

O TEG eu já havia falado, mas reitero o compromisso. O Milton Leite, claro que vocês devem encaminhar a ele a questão dos custos, para ver o que é possível fazer em termos orçamentários. E estamos à disposição para dialogar com a Câmara. Vocês citaram o nome de alguns Vereadores, e é verdade: eles reconhecem essa necessidade de valorizar cada vez mais o trabalho que vocês fazem, e não há problema com relação a isso. A nossa

discussão é tentar colocar tudo isso dentro do orçamento, e de forma realista, sem prometer alguma coisa que não poderemos cumprir depois. Mas esse diálogo com o Vereador Milton Leite, que é muito aberto, e tem muita experiência com orçamento, vai ajudar a categoria de vocês; e também estamos dispostos a participar dessa construção coletiva.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, conseguimos identificar alguns recursos que entendemos que podem ser remanejados, e nós não faremos. Então, se chegar a aqui, nós manteremos os recursos, que já estão identificados e serão remanejados.

Veria com bons olhos alocar a sua pasta. Vamos manter um diálogo para decidir onde distribuir na sua pasta. Vou falar com a sua assessoria nos próximos dias sobre onde posso alocar – nas pastas, nas rubricas que se fazem necessárias. Mas obviamente a preocupação deste Relator é com aquilo que ocorrer neste país o ano que vem, e com a eventual perda. Não é que o Prefeito não queira dar, os 31 é 31 do que arrecadar das receitas líquidas correntes. É 31 daquilo que tiver, se chegar a 10 bilhões; a resultante de 31 for 10 bilhões. O senhor 11, mas se o produto só for para 10, o senhor está perdendo um. E aí como é que vamos fazer?

Não dá para pagar a manutenção da atual máquina. É grave a situação dessas pastas, que eu reputo como essenciais. São todas extremamente importantes, mas algumas não podem parar em hipótese nenhuma. Saúde e educação nós não podemos parar.

Desculpe interromper, Secretário.

O SR. GABRIEL CHALITA – Não, acho que é muito bom ouvir um Relator de orçamento dizendo isso: que educação e saúde não podem parar de jeito nenhum, porque estamos falando do que é essencial para a população.

O Fábio falou sobre diminuição de creches.

Fábio, nenhuma creche; a gente não fecha creche. A creche direta não está crescendo porque estamos crescendo muito nas indiretas. Temos 362 creches diretas e 366

indiretas. Então estamos crescendo muito com as indiretas agora, embora tenhamos alguns projetos de CMEI, de 0 a 5 anos, unindo os CEIs com as EMEIs.

Foi falado aqui da pedagogia transformadora. E acreditamos profundamente nesse trabalho que vem da base. Eu, com os professores, digo muito que eu respeito o chão da escola, quem está no dia a dia na escola. Às vezes, tem um monte de consultor que não visita escola dando palpite em educação. É tão legal você ver quem está ali na escola, no dia a dia, fazendo o seu trabalho de movimento cultural. Algumas pessoas, até por dificuldades em alguns CEUs, fazem isso voluntariamente – aulas de dança, de música, envolvimento com aluno, enfim, passa o dia lá porque gosta daquilo que faz. Então a gente está fazendo um esforço nisso.

Vocês falaram da Lei 10.639.

Primeiro a gente cumpriu a lei. Os nossos concursos todos respeitaram a lei. A formação de professores que a gente está dando para isso, as publicações. Recebemos, no Theatro Municipal, os professores que passaram no concurso, advindos dessa responsabilidade da política afirmativa das cotas. Foi um evento incrível, e vimos trabalhos muito em todas as atividades antipreconceito na rede, de inclusão, de respeito ao outro, de construção coletiva de valores.

Quero fazer uma menção ao Enéas, que é um grande educador que nos acompanha muito, e à Cida Perez, que já foi Secretária da Educação, e que a gente conversa muito. Falamos sobre CEUs, e a Cida lutou tanto por isso também. E nesse conceito mesmo, do que significa um CEU. Quanto mais a comunidade participa, mais feliz a gente fica. Esses dias que vimos visitando os CEUS, eu entrei e tinha um grupo de dança de um lado, tinha um grupo da melhor idade do outro lado, tinham jovens nadando, tinham jovens do hip hop. É legal porque a comunidade vai ali. E esse conceito da escola que não pertence a um secretário, não pertence a um Prefeito, não pertence a um governador, não pertence a um presidente, porque todos passamos, mas que pertence à comunidade. Quanto mais a população se apropria – o

CEU é meu, a escola é minha, nossa –, a escola melhora. Isso acontece em países, e tem mostrado que a melhoria da educação é o pai e a mãe, que eles vão direto à escola. Eles querem brigar a boa briga da educação. Então esse é o grande caminho, o do pertencimento. É o aluno falar: “Isso aqui é meu, e eu não vou destruir o que é meu; vou lutar por aquilo que é meu; vou trabalhar com aquilo que é meu; eu quero ser protagonista”.

Insisto muito em que a gente dê mais espaço à formação dos grêmios, à imprensa jovem, dos grupos que nascem dos jovens, e dos projetos que nascem das comunidades. Temos, hoje, a feliz ideia da divisão dos ciclos. É um trabalho autoral colaborativo no último ciclo. E eu vi coisas incríveis. Esses dias, em Parelheiros, fomos visitar uma escola, cujos jovens descobriram uma área que era totalmente deplorável, destruída, e transformam aquilo num bosque. Três alunos. Foram atrás do subprefeito, foram atrás de empresas, porque o trabalho de conclusão de curso deles era recuperar uma área próximo de uma escola que eles queriam transformar num bosque. Quando isso nasce de três adolescentes do nono ano, isso é educação. O processo educacional não pode ser reducionista; não é ter escola para passar informação, é escola para criar protagonista, para que os jovens sejam autores da sua própria vida.

Tomei muito tempo aqui, mas agradeço muito, Vereador Milton Leite, pelo seu carinho, pelo seu respeito, pela forma minuciosa com que V.Exa. estuda ponto a ponto o que fazemos, e isso só nos ajuda.

Agradeço muito ao Vereador Jair Tatto, pelo seu empenho, por sua defesa da região, por sua preocupação com essas crianças que também não são assistidas, aos Vereadores que passaram por aqui e a todos vocês, que se dispõem a ir a uma Câmara Municipal ocupar esse espaço, que é um espaço da população, para pensar na política pública mais importante que temos, porque melhora as outras. A educação, quando tem essa visão ampla, essa visão de interface com a cultura, com o esporte, com os protagonismos todos que

podemos desenvolver, é a educação que é esse instrumento maravilhoso que temos para melhorar a vida das pessoas.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretário, vou suspender por dois minutos, agradecendo a presença de V.Exa.

Aquilo em que pudermos colaborar, com um pouco de remanejamos que já vislumbramos, seguramente a parte da educação será contemplada.

Pela preocupação que temos com os recursos, e com o congelamento, aquilo que deverá ocorrer o ano que vem, V.Exa. tem ciência disso, a nossa preocupação é grande com essa pasta. Não é no início do ano, é a partir de setembro do ano que vem o cinto deve apertar mesmo, quando os recursos vão começar a se tornar mais escassos.

Antes de suspender, quero lembrar o pessoal do Fomento às Periferias de acostar um pedido no meu gabinete ao PL 624/2015. Como se trata de projeto, nós não podemos remanejar, o pedido tem que ser feito. Peçam orientações à nossa assessoria, para que se faça para a rubrica existente, e abra-se uma rubrica representativa. Eu não posso fazer por um projeto que não foi aprovado. Se não for aprovado, caiu, então tem que ser discutido o encaminhamento. Vocês encaminharam um pedido para um projeto de lei. Abre-se uma rubrica de mil reais e acosta o pedido de forma diferenciada. O Donizete vai lhes orientar sobre como encaminhar, para que não haja erro. Se estiver errado, eu não poderia fazer. Temos que fazer a coisa bem corretinha.

Antes de suspender, chamo o Daniel de Paula, da Controladoria-Geral do Município, para que tome assento ao nosso lado, para que assim iniciemos a audiência pública da Controladoria.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Reaberta a reunião, de imediato dou início à audiência pública da Controladoria Geral do Município. De plano passo a palavra ao Sr. Daniel

de Paula, para que faça uma breve explanação da sua pasta que tem pouco dinheiro, mas é muito importante para a Cidade.

O SR. DANIEL DE PAULA LAMOUNIER – Boa tarde, Sr. Vereador, todos os presentes, é uma grande honra estar nesta Casa trabalhando com a democracia tanto direta quanto indireta, com todos que nos acompanham, como também quem está em casa e no trabalho, este é um momento importantíssimo.

É importante vocês estarem presentes porque é uma forma de participar socialmente. A Controladoria vem buscar cada vez mais mecanismos que possibilitem a população a participar no controle do gasto público para verificar se realmente o orçamento está sendo bem aplicado, um papel que é muito bem feito pela Câmara, mas também a Controladoria tenta fazer isso no âmbito do Poder Executivo.

Então sempre que estiverem diante de qualquer irregularidade, sempre que estiverem diante de qualquer proposta que possa melhorar, dar maior eficiência ao gasto público, aos projetos públicos é importante essa participação de vocês, por isso parabeno todos aqui presentes.

Para o ano de 2016 a Controladoria tem um grande desafio porque sabemos que a Prefeitura tem uma margem agora de restrição orçamentária, mas ao mesmo tempo temos a felicidade de aumentar o nosso quadro. Temos concurso público que será feito agora no dia 15 de novembro, em que teremos um incremento de 100 auditores para a Controladoria. Imaginamos o gasto com 100 novos auditores com o orçamento que temos. Tivemos de cortar bastante do nosso custeio. Se olharmos proporcionalmente o orçamento de 2015 e o de 2016, diminuimos para podermos abarcar esses 100 novos auditores e temos condições com esse novo orçamento. Então essa foi a grande modificação da Controladoria.

É importante também observar que a Controladoria tem o orçamento estimado de apenas 0,08% de todo o orçamento do Município, mas em dois anos já de existência a Controladoria já pode trabalhar em buscar 270 milhões de volta aos cofres públicos. Ao mesmo

tempo, aumentou a participação de empresas nas licitações, o que possibilitou também uma diminuição nos valores das contratações. Então temos muito trabalho a ser feito na Controladoria com a participação de todos vocês.

Dividindo a Controladoria em suas quatro macrofunções, uma é a da transparência, onde cada vez mais a população tem acesso aos dados públicos deixando a Capital de São Paulo em primeiro lugar nacional em transparência. Também temos dentro da nossa estrutura tanto a parte de auditoria, de correição e da ouvidoria, em que chegam as reclamações e denúncias. Para isso sempre precisamos do contato, da participação e do apoio da Câmara de Vereadores para termos o êxito junto com nossos valores de orçamento para esse próximo ano de 2016.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Feita a explanação o Relator vai às questões.

Observamos na 2.171 que vocês, em 2014, tinham um orçamento de um milhão e trezentos; 2015, um milhão; depois atualizou para dois milhões e meio e vocês estão pedindo cinco milhões e setecentos. E já que há o portal da transparência, a pergunta minha parece meio *sui generis* por que esse recurso vai para a Prodam. Aí faço a mesma pergunta que fiz ao Secretário de Educação, não se contrata melhor no mercado aberto do que a Prodam para ter o mesmo serviço mais barato?

Vocês estão contratando a Prodam com dispensa de licitação, segundo o decreto. Pergunto então, foi feita a formação de um preço base para que se pudesse construir uma reunião com a Prodam? A Prodam é um órgão da Prefeitura, mas é caro. Cobra caro e não sei se faz bem o serviço. É um dos itens mais caros que temos aqui porque está em todas, por exemplo, manutenção do sistema de informação e comunicação, vocês só contratam eles, todos contratam o mesmo órgão. Não sei se a Prodam é tão eficiente e mais barata.

Basta o que disse o próprio Secretário da Educação, o custo criança per capita na rede pública é três vezes mais caro do que um da rede conveniada. Pergunto se esses cinco

milhões e setecentos, se não dá para apertar um pouquinho por causa dessa falta de recurso em que estamos? Apertar um pouquinho a própria Controladoria, ou seja, a Controladoria fez a lição de casa? Levou uma informação de preço base para a Prodam, por exemplo, três orçamentos mais baratos.

Quero crer que se esqueceram de olhar o preço, porque a Prodam é cara e não é tão eficiente quanto cobra. Tenho aquilo lá como um verdadeiro cabidão de empregos. É um cabidão de emprego. Precisa de uma CPI nesta Casa. E a Controladoria contrata justamente esse órgão.

Então, De Paula, peço que leve essa informação ao Secretário porque vejo com preocupação. Louvo o trabalho da Controladoria. Com isso não há problema nenhum, extrema confiança, mas essa rubrica, acho que pode melhorar. Até no diálogo com a Prodam é fácil a informação do preço base. Consultem o mercado. O que vocês fazem na Cidade, agora têm de fazer internamente, porque vocês são obrigados a contratar esse órgão. Mas se chegar ao Prefeito e disser que há mais barato, como vamos fazer, está muito cara a Prodam? Talvez esteja na hora de revermos a Prodam e o quanto custa caro para o Município. É um verdadeiro cabidão de empregos, salários altos. É a farra do boi lá. É o que os senhores estão contratando.

R – O Vereador tem muita razão no que está falando. Realmente o gasto com a parte de sustentação, de desenvolvimento de software e aplicativos, realmente tem custo elevado. Nos últimos meses estamos debatendo, sentando à mesa com a Prodam, insistindo na diminuição de gastos, buscando formas mais eficientes para gastar junto a Prodam. Estamos fazendo pesquisa de mercado. Já pesquisamos tanto a Prodesp, no Estado de São Paulo; a Prodemge, no Estado de Minas Gerais; a Serpro, da União, buscando sempre manter alinhado, não gastarmos mais do que a média nacional. Então estamos pressionando sim a Prodam e temos de encontrar um meio termo.

Ao mesmo tempo fizemos uma pesquisa agora com todos os órgãos da Prefeitura que estão gastando com a Prodam. Levantamos as propostas técnicas e os contratos para verificar se há discrepância e divergência entre o contrato com a Secretaria da Educação com o contrato com a Secretaria de Finanças, por exemplo. Estamos tentando colocar sempre um padrão nisso e diminuir.

O nosso gasto com a Prodam aumentou, mas não foi porque não controlamos. Na verdade enxugamos o máximo possível. E vendo a Controladoria hoje, nós ainda não temos um sistema de auditoria que faça o controle informatizado, além de termos de atualizar o portal da transparência. Conseguimos, para não gastar com a Prodam, também desenvolver um novo software, um novo aplicativo, como também conseguimos um sistema de auditoria da Controladoria Geral da União gratuita. Mas precisamos da sustentação, precisamos que tenham servidores que suportem e coloquem em operação esse sistema e por isso houve o aumento, mas deixando claro que estamos trabalhando em conjunto com outras pastas para diminuir esses valores o máximo possível com a Prodam e vamos conseguir.

P – A pergunta é a seguinte: vocês traçaram, fizeram um comparativo – fiz essa pergunta – com o mercado aberto de custos. A Prodam versus as empresas privadas que podem ofertar o mesmo serviço. Foi feita a formação do preço base com o mercado aberto para discutir com a Prodam, estou perguntando, indagando à Controladoria. Foi feita a formação do preço base?

R – O que fizemos com a Prodam, além de comparar com outras empresas públicas também, como as citadas...

P – Não. Privada que é o mercado aberto.

R – Então, temos duas situações, a parte nossa que seria de maior cuidado, o controle de informações para que não possa ter um vazamento, porque é uma informação que necessita de uma segurança, essa precisaria ficar com alguma empresa pública. Temos de separar os dois tipos que temos.

P – Desculpe, não disse que não tem de ser feito com outro. Disse que o mesmo serviço fora com segurança e tem privada que faz, quanto custa o da iniciativa privada, para poder dizer para a Prodam que está custando caro, vai ter de cortar gastos.

R – Claro. Concordo. Vou chegar nesse ponto agora. Fizemos a pesquisa no mercado, onde o mercado privado tem um valor abaixo do que é cobrado pela Prodam e a Secretaria de Finanças já trouxe essa inovação, no desenvolvimento de softwares não mais ser feito pela própria Prodam. Ser feito por outras empresas e depois ter na Prodam apenas a validação.

Então para isso vamos fazer a contratação no mercado direto, Vereador. Já estamos saindo da Prodam com relação ao desenvolvimento de softwares. Isso ao mesmo tempo pressiona a Prodam a reduzir cada vez mais os valores cobrados do Município.

P – Perfeito. Estou dizendo isso porque o orçamento da Prodam na sua pasta significa 3,8%, só na manutenção. É muita coisa em um ano - 3,8% - daquilo que vocês podem ofertar. Ou seja, a Controladoria terá resultado e eficiência se aquilo que controlar e der resultado for maior do que o orçamento da pasta dela. Vocês têm meta a cumprir todo ano, que é fornecer um resultado aproximado a 42 milhões de economia para o Município. Se não houver isso perde o objeto da Secretaria. Tem de buscar a eficiência da máquina ajudando, fiscalizando e controlando, mas tem de apontar resultado superior ao orçamento, senão perde o objeto, se buscar 10 milhões estou perdendo 30.

Indago se há inscritos que desejem formular questões à Controladoria. (Pausa) Não há. Dou por encerrada as inscrições.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Agradecer a presença. A Comissão de Finanças já vem, como Vereador Milton Leite tem falado há bastante tempo, sobre a questão da Prodam, tivemos 80 milhões do atual orçamento da Prodam e já que é Controladoria, só para enfatizar

as boas falas do Vereador Milton Leite, o aluguel da Prodam hoje é de 430 mil reais por mês. Estamos falando disso há dois anos. Então só para repetir bem: 430 mil reais por mês.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A Controladoria já leva isso para renegociar. Isso é uma verdadeira vaca profana.

O SR. RICARDO NUNES – Lembrando que eles estavam no Ibirapuera, sem pagar nada, e mudaram para a Av. Francisco Matarazzo, um local chique e não precisaria ter esse ponto. Então quando vocês vão de 1 milhão, em 2015, para 5,7 milhões, todos os órgãos da Prefeitura pagam a Prodam para desenvolver os sistemas. E pagam toda essa folha carregada, esse aluguel de 430 mil reais por mês. Então precisa resolver isso.

Estamos falando disso há tanto tempo e não estamos sentindo... Inclusive, por parte da Controladoria, muito bem dirigida pelo Roberto Porto, pessoa que temos na mais alta estima, mas estamos sentindo que o que falamos não está tendo eco. Precisa resolver isso. Não dá para pagar 430 mil por mês de aluguel na Prodam.

Bem falou o Vereador Milton Leite, com relação aos custos da área privada, há muitos setores da Prefeitura que - acho – são obrigados a contratar com a Prodam. E há um decreto do Prefeito que diz não haver mais essa necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vereador Ricardo, pode até ser, mas por um preço justo. O Poder Público não pode jogar dinheiro pela janela, fora, no lixo, pagando prédios luxuosos para aquela empresa. Pagando esse aluguel absurdo e faltando dinheiro para a Educação, para o social, para todas as áreas.

Estamos gastando um dinheiro que não temos, a Cidade não tem esse dinheiro, basta pegarmos o orçamento. Não estamos recebendo dinheiro do Governo Federal, do Governo do Estado. A Cidade está em crise econômica. É preciso economizar, gastar menos, gastar bem. E gastar bem não é pagar 430 mil de aluguel. Com esse dinheiro, três meses depois, compra. Financia ou arruma outro prédio público. Estamos cheios de prédios públicos aí. Façam auditoria. É uma solicitação da Comissão de Finanças aqui em audiência pública. A

Prodam não pode gastar esse dinheiro todo. Olhem aquele cabidão de emprego lá. Acabem com aquilo. É uma vergonha.

Tem a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Só para complementar, há vários assuntos, por exemplo, o sistema de fiscalização que a Prodam, em 2012, recebeu 20 milhões para desenvolver e até hoje não está em funcionamento. Na audiência pública do orçamento do ano passado eles se comprometeram conosco – tenho as notas taquigráficas – de que em janeiro de 2015 estaria funcionando. Até agora não está funcionando. Já foram pagos os 20 milhões e o sistema não funciona.

Então quando a Controladoria, que é um órgão exemplar da Prefeitura que trabalha para reduzir os custos, contrata a Prodam e eleva o custo de 1 milhão para 5,7 milhões está indo na contramão do processo. Fica uma dica aqui e sei da boa intenção de vocês.

Quero tentar entender, do que está proposto, em 2015 eram 11 milhões e agora está indo para 28 milhões a questão do pessoal e encargos, isso se deve ao concurso público? São as 100 pessoas que vão prestar o concurso no sábado?

R – Sim.

P – Por isso é o aumento. Serão 100 pessoas e o salário será?

R – Inicial de 14 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não li o edital, qual o perfil dos fiscais?

R – Separamos em três grupos, de correição; de auditoria geral, onde há o maior volume e...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual a formação acadêmica de cada um e nível de experiência?

R – É aberto. A questão da formação não ficou restrita apenas ao direito, à engenharia. A prova será direcionada, no seu conteúdo, aquelas matérias mais específicas. Então para quem vai fazer para auditor de infraestrutura terá uma carga maior de matérias de

engenharia civil, por exemplo. Quem vai fazer a prova para correição terá uma carga maior de direito.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Permita-me só um reparo – não vou ensinar vocês -, não seria de bom alvitre que houvesse fiscais especializados na área de Saúde, na área de Educação, Veterinária, Engenharia, ou seja, deveria haver os perfis específicos para fiscalizar, economistas e advogados para fiscalizar as áreas específicas que vão controlar, as atividades afins?

Abriu-se geral e vejo isso com preocupação. Acho que pelo menos na seletiva que se tenha o cuidado de cada um possa efetivamente conhecer aquilo que vai fiscalizar. Só um alerta.

Com a palavra o Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – No código de atividade 2.171, nós tínhamos proposto, para manutenção com a Prodam, 1 milhão de reais. A Câmara decidiu, os Vereadores votaram que teria de ser, no máximo, 1 milhão gasto com a Prodam. E vocês foram contrários à orientação da Câmara e fizeram uma atualização para 3 milhões, 412 mil reais, três vezes mais do que a Câmara propôs.

Qual seria a justificativa para ir à contramão daquilo que a Câmara discutiu, debateu, fez audiência pública?

R – O que aconteceu, Vereador, no caso da Prodam, é porque tivemos agora de dar suporte a sistemas que não eram da própria Controladoria, por exemplo, o portal da transparência. Então esses novos sistemas têm um custo que antes era arcado pelo órgão de origem e agora tem de ser pela Controladoria. Foi por isso o aumento.

P – Então saiu de alguma Secretaria, só houve remanejamento.

R – Exato.

P – Bom, não tenho muito que falar, só desejar que tenham boa sorte e que as 100 pessoas que ingressem, com certeza, no próximo ano vamos estar aqui falando: gastamos 41 milhões, mas economizamos 200 milhões.

Desejo boa sorte e peço encarecidamente que vocês revejam essa questão dos 5,7 milhões da Prodam. E já indico ao Vereador Milton Leite, se possível, reduza esse valor para podermos tentar forçar que a Prodam se mexa, como fizemos no ano passado e infelizmente não houve resultado, porque tiramos o dinheiro e eles vão lá e põe de novo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Há que se observar, nobre Vereador, vejo com bons olhos algumas gorduras na Prodam e vamos propor redução seguramente nessa pasta, para alocarmos recursos em outras áreas essenciais e que estão com falta de recursos. Nós temos falta de recursos e a Prodam tem gordura. Precisa queimar gordura. Há como baratear. Vocês da Controladoria tem o apoio desta Casa, deste que vos fala. Votamos favorável, encaminhamos favorável ao projeto de lei que cria os cargos para dar oportunidade para aumentarmos a qualidade e a eficiência, e que isso proporcione mais recursos, principalmente nessas horas difíceis.

Dou por encerrada a audiência pública da Controladoria. V.Exa., se quiser, pode se manifestar pela última vez antes do encerramento.

O SR. DANIEL DE PAULA LAMOUNIER – A gente agradece sempre o apoio da Casa, dos Vereadores, que estão sempre contribuindo com a Controladoria e aviso que o caso da Prodam já está, sim, dentro da nossa pauta de auditorias para fazermos uma auditoria profunda, como temos feito em outros órgãos da Prefeitura, buscando sempre a economicidade e a eficiência do gasto público, porque o dinheiro vem de cada um de vocês e nós temos que aplicá-lo sempre da melhor forma.

Nesses dois anos de sua criação da Controladoria, 270 milhões de reais já foram resgatados para os cofres públicos e também já diminuimos bastante, em torno de 30%, o gasto nas licitações. No entanto, ainda há muito a se fazer.

O Controlador, Dr. Roberto Porto, não pôde estar presente hoje, e me pediu que lhes pedisse desculpa a esta Casa, para todos os que estão acompanhando esta audiência. Porém, ele está sempre próximo ouvindo os pedidos, as reclamações, as denúncias e saibam de uma coisa: não há nenhuma denúncia que chegue de qualquer cidadão do Município que nós não apuramos. Da mesma forma, tudo o que esta Casa de Leis nos passa, sempre vamos olhar com atenção, porque não podemos mais tolerar, dentro do Município de São Paulo, atos corruptivos e desperdício do dinheiro público, porque é um dinheiro suado, ralado e, cada vez mais, temos que apertar para não gastarmos onde não devemos.

Agradeço cada um de vocês a participação e a Casa, a oportunidade de estarmos aqui apresentando e defendendo o nosso orçamento.

Estamos juntos para trabalharmos cada vez mais próximos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu que agradeço. Leve as nossas considerações ao nosso grande amigo Porto.

Vou suspender a reunião por dois minutos para V.Exas. deixem o recinto e tomem assento os representantes do Iprem, tema da próxima audiência pública.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Passo a presidência dos trabalhos ao Vereador Ricardo Nunes, Relator da matéria do Iprem.

- Assume a presidência da audiência pública o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Convido o Sr. Fernando Rodrigues da Silva, Superintendente do Instituto de Previdência Municipal de São Paulo – Iprem, e seus assistentes para comporem a Mesa e já convido o Sr. Fernando para iniciar sua apresentação.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Boa tarde a todos. Cumprimento o Vereador Ricardo Nunes, que acompanha essa questão previdenciária já há algum tempo pela Câmara. O objetivo da nossa apresentação é fazer uma rápida demonstração de como está a situação previdenciária do Município e quais são os fatores que determinam o crescimento da despesa previdenciária. Ao final, se necessário e possível, nós podemos até conversar um pouco sobre soluções que a Administração tem debatido e encaminhado para esta Casa de Leis em relação ao estabelecimento de certo nível de capitalização no nosso modelo de previdência.

Basicamente, para aposentadorias e pensões, nós estamos prevendo mais de 7,1 bilhões em despesa previdenciária. Isso vai representar 99,25% da despesa do Iprem para o exercício de 2016. Para a administração da unidade, a nossa folha de pessoal é de cerca de 12 milhões, e para a administração efetiva da unidade, de 25 milhões; desse valor, constam cerca de 14 milhões como obrigações tributárias, como pagamento de Pasep, uma obrigação decorrente da administração da folha.

O Iprem tem um pequeno valor de 1 milhão de reais. Nós temos um prédio anexo que está condenado e está em processo de demolição; daí nós termos esse recurso. Nós estamos num processo de contratação de uma empresa para realizar a demolição desse edifício, que está condenado há muito tempo.

Do ponto de vista das receitas, as correntes, na verdade, são as das contribuições dos servidores, que representam 20% do total dessas receitas. Fora isso, nós estamos prevendo, da compensação financeira do Comprev, recursos que o Iprem vai buscar no ISS em decorrência da aposentadoria de servidores que tiveram tempo anterior prestado ao regime geral de previdência, o INSS. Quando essas pessoas apresentam sua certidão de tempo de contribuição ou certidão de tempo de serviço, o Iprem busca esse recurso proporcional ao tempo de trabalho prestado para o regime geral.

Receitas de capital são decorrentes da seguinte sistemática: no início do mês, o Ipsem recebe os recursos das contribuições previdenciárias dos servidores e da contribuição funcional ou dos órgãos de origem do servidor, também denominada contribuição patronal, e paga o benefício no final do mês. Nesse pequeno espaço de tempo, a aplicação dos recursos sempre tem uma receita de capital decorrente dessa aplicação.

Receita Intraorçamentária Corrente é a contribuição patronal. Se nós somarmos as receitas correntes decorrentes de contribuição do servidor mais as contribuições patronais, elas serão responsáveis por bancar menos de 47% do total da despesa. Então, há uma necessidade de cobertura dessa insuficiência financeira ou *deficit*. Do total das aposentadorias e pensões de 7 bilhões de reais, o Tesouro vai ter que disponibilizar cerca de 3,8 bilhões de reais para cobertura desse *deficit*.

- Orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Este quadro mostra a evolução de receita e despesa previdenciária desde 2008. A cor verde mostra as receitas e despesas executadas, e a terceira grade mostra os repasses para a cobertura do *deficit* e como está a evolução desse repasse no decorrer do tempo.

Um dos motivos principais é que nós estamos vivenciando um processo de maturidade dos concursos públicos realizados há cerca de 20, 25 anos na Prefeitura. Em média, o funcionário presta de 20 a 22 anos de trabalho à Administração, mas, muitas vezes, ele tem tempo anterior prestado à iniciativa privada. Nesses últimos 20, 25 anos, portanto, está acontecendo a maturidade dos concursos públicos ocorridos, principalmente, professor que tem uma regra diferenciada, especial, de aposentadoria, então, basta ver do ano de 2010 nós tínhamos em média quase 4 mil aposentadorias e, em 2014, nós chegamos a quase 6 mil benefícios concedidos por ano. Neste ano, estamos próximos desse número também.

Então, o Município de São Paulo, nos próximos anos, não vai diminuir o número de concessões de aposentadoria para abaixo de 5 mil. É uma tendência que veio para ficar. Então, nós conseguimos demonstrar a evolução dessa despesa.

Eu queria voltar um pouco.

Em 2013, nós tivemos aquela questão do precatório, cerca de 200 milhões a mais que impactaram na despesa. Naquele exercício a nossa despesa do Tesouro para a cobertura do déficit cresceu em relação a 2012 em 40%. De 2013 para 2014, houve um incremento de 26% nesta despesa. Isso foi executado.

Agora, as projeções.

Este é um estudo atuarial realizado para demonstrar aposentadorias eminentes, ou seja, daqueles servidores que, segundo o estudo atuarial, já atingiram as condições para se aposentar, mas que ainda não decidiram pela aposentação.

Essa situação pode acontecer a qualquer momento.

Segundo o estudo, em 2013, esse número era de 16 mil. Hoje está um pouco maior do que isso. Se todos os servidores que atingiram a regra, de um momento para outro, resolvessem se aposentar, o impacto na folha seria cerca de 900 milhões. Mas o estudo mais recente demonstra que seria próximo de 1 bilhão de reais.

Então, permaneceu de 2013 para 2014, mais ou menos, o mesmo número, mas como houve evolução na folha, reclassificações, adequações dos servidores ativos, muitos deles têm paridade ainda na regra antiga, o que afeta, também, o total do valor do dispêndio previsto caso essas pessoas resolva, todas elas, requererem o benefício no mesmo período.

Além daqueles 7 bilhões, 104 milhões, a qualquer momento, ele pode incrementar mais 1 bilhão de reais por conta desse grupo.

Historicamente, é um grupo que se mantém. A gente sempre tem uma preocupação com o servidor para explicar. Esse grupo não é afetado por nenhuma regra que venha a ser alterada, eventualmente, na previdência.

Sempre se fala em reformulações e alterações na previdência, mas esse grupo que já atingiu a regra tem direito adquirido, portanto, está protegido e não pode ser afetado de nenhum modo.

De um modo geral, essa a situação previdenciária do Município para o exercício de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Obrigado, Fernando.

Um dos principais problemas que temos na Prefeitura e que é muito preocupante para esta Casa é o IPREM, que vem subindo assustadoramente o déficit e, como o senhor falou na apresentação, tem que aportar recursos da Prefeitura, da fonte 00, dinheiro do Tesouro que poderia servir para fazer creches, escolas, comprar medicamentos, tem que ser aportado para o IPREM e tem que ter 3 bilhões e 800 milhões para o ano que vem.

Nós falamos nas audiências de 2013 e 2014 sobre algumas questões que nos preocupavam com relação a certeza da base de dados referente ao pagamento da previdência, e me parece, Superintendente, que não foi feito nada, de lá para cá, com relação a esse assunto e que, agora, há uma proposta de se fazer uma licitação – parece que já ocorreu, inclusive – para uma consultoria com o valor de 3 milhões e 500 mil reais, que é a concorrência 01/2015, não é isso?

E o objeto da concorrência é contratação de serviços técnicos especializados para o desenvolvimento de projeto de pesquisa voltada à elaboração de diagnóstico de natureza econômica financeira e atuarial e a proposição de medidas viáveis para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial da previdência, tal e segue...

Eu começaria, Fernando, para a gente poder entender todo o processo, e a questão da previdência vai ser motivo de bastante discussão nesta Casa, neste ano, até porque há um projeto de lei que cria a previdência complementar – e que está tramitando, acho que na CCJ -, qual a necessidade de termos, por esse valor de 3 milhões e 500 mil reais, a contratação desse serviço?

Se o senhor puder dar uma explicação para as pessoas com relação, se justifica, se já ocorreu a licitação, quem ganhou... porque há um monte de comentários de que foi a FGV que teria problemas na licitação. Se o senhor puder fazer uma explanação sobre isso, para a gente poder continuar...

R – Acho que a preocupação... nós já tivemos a oportunidade de enfrentar esse tema desde 2013 para concluir qual o tamanho da projeção do déficit da previdência, porque, sem você realizar um estudo aprofundado com relação a isso, se acaba podendo tomar uma decisão inadequada.

O Ministério da Previdência determina que os entes federados façam estudos atuariais. Esses estudos atuariais precisam explicitar o tamanho do déficit previdenciário de cada ente.

Em 2013, nós fizemos um estudo, o qual foi publicado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, estabeleceu, segundo a Caixa Econômica, que o déficit em 75 exercício para o regime previdenciário do Município seria de, aproximadamente, 84 bilhões.

O estudo anterior, realizado em 2012, avaliava que esse número estava próximo de 127 bilhões.

Num outro estudo contratado, o número estava em 73 bilhões.

Então, havia divergências grandes em relação à estimativa do déficit.

Se você não estimar adequadamente o déficit, não pode avaliar qual o impacto da solução mais adequada.

E o IPREM foi às Universidades buscar apoio para desenvolver um estudo mais amplo e, depois, tomou a iniciativa de fazer uma concorrência pública.

Essa concorrência está nesse exercício, numa fase de homologação. O valor não é esse, a proposta vencedora foi cerca de 725 mil, mas ainda cabe recurso.

Então, não existe contratação, e essa projeção dessa despesa foi realizada no ano passado, portanto, à conta desse orçamento de 2015.

Estão sendo desenvolvidos estudos por quê? Porque o Ministério da Previdência diz que você tem que explicitar. Se há um déficit de 124 bilhões ou 125, tem que buscar uma solução.

As soluções que o Ministério apresenta são três: primeiro, aumentar a alíquota contributiva; segundo, criar um plano em 35 anos, pegar esses 84 ou 120 bilhões e fazer uma programação para pagamento deles; e o terceiro, fazer a segmentação de massa, que é, na verdade, criar uma capitalização para um grupo futuro que ingressaria na Prefeitura para segurar do grupo atual, atuais ativos e inativos.

P – Que é a complementar?!

R – Seriam duas formas: hoje, nós funcionamos no regime de repartição simples, baseado na solidariedade intergeracional, ou seja, igual ao INSS o IPREM funciona. Ou seja, os atuais ativos pagam os benefícios dos atuais inativos, na expectativa, de que no futuro tenha um número suficiente de ativos para pagar a aposentadoria dos atuais ativos.

Como nós estamos passando por um problema demográfico no Brasil, vai faltar gente no futuro para bancar os atuais servidores. É necessário, então, criar um modelo de capitalização.

A capitalização pode ser parcial, pela adoção da previdência complementar, para quem ganha acima do teto remuneratório, porque, nas projeções, estamos chegando à seguinte conclusão: o total da despesa previdenciária representa mais de 40% do total da despesa da Prefeitura.

Nas projeções que estamos realizando, esse número pode chegar a 50 ou 60%. Então, para não transferirmos isso para a geração futura, precisamos criar algumas alternativas. Uma delas é a previdência complementar que já foi encaminhada. Nós temos certeza, assim como o Estado de São Paulo, a União, o Estado do Ceará, Espírito Santo, Paraná, Estado do Rio de Janeiro, realizaram a previdência complementar para geração futura

– tem muito questionamento sobre isso, mas a maioria dos servidores e trabalhadores esquece que, desde 2003, não existe mais integralidade e paridade para os servidores.

Portanto, se o Município quiser contratar um servidor que ganhe acima do teto para determinadas carreiras, vai concorrer com um modelo do Estado e modelo da União que prevê a previdência complementar.

A Prefeitura de São Paulo, hoje, os seus servidores ativos cerca de 136 mil servidores, mais de 30% são elegíveis para a previdência complementar. Quando olhamos para os aposentados, percebemos que esse percentual sobe para 45%.

Mas não é aplicado para esse grupo. É verdade. Mas a gente faz uma simulação de substituição dessa geração para uma geração futura que vai chegar, mais ou menos, no mesmo patamar de remuneração.

Então, quando discutimos a adoção da previdência complementar, ela pressupõe a substituição do atual grupo de servidores – isso vai demorar, em média 15 a 20 anos, para ocorrer – porque, se estou aposentando cerca de 5 mil servidores ao ano, haverá uma substituição em 30% elegível a previdência complementar, dá para perceber que vamos substituir.

Quanto representa, hoje, 45% dos servidores que ganham acima do teto, que têm uma folha representativa de mais de 60%? - do teto de 4 mil e 600 reais, o mesmo do INSS.

Então, de 7 bilhões, 60% desse valor, mais de 5 bilhões vai para um grupo que ganha acima do teto.

Quando eu criar a previdência complementar, num prazo de até 30 anos, vai haver uma substituição da responsabilidade do Tesouro para o pagamento dessa despesa, que será transferida para uma entidade futura de previdência complementar, que vai ter a obrigação.

Então, até o teto, a previdência vai bancar; acima do teto, a entidade nova, a Sampaprev é que vai ser responsabilizada para bancar esse custo.

Demoramos para chegarmos no processo de déficit dessa magnitude que tem uma tendência crescente, mas, quando se adota a previdência complementar para a geração futura, se adota uma segmentação de tal modo que não joga a responsabilidade do custo previdenciário da geração futura para esta geração também.

Porque, se não tomarmos a medida de segmentar e criar uma previdência complementar, no futuro, os aposentados atuais e os futuros terão uma disputa por recursos escassos.

P – A previdência complementar é importante para a Cidade?

R – A previdência complementar é fundamental.

P – Por que só mandaram no mês passado o projeto para cá?

R – Porque estávamos fazendo os estudos para discutir quanto seria o custo de transição.

P – Demorou três anos para fazer o estudo?

R – Os estudos são importantes e passaram por diversas análises dentro da Administração, porque quando se faz...

P – Mas o projeto é igualzinho ao do Estado. Vocês só pegaram o do Estado e mandaram para cá. Demorou demais, Superintendente, me perdoe, mas é muita demora.

Quanto a gente está pagando de abono de permanência?

R – Quem paga o abono permanência são os órgãos de...

P – O IPREM não paga o abono de permanência?

R – Não. Quem paga o abono permanência são os órgãos. É uma obrigação do órgão de origem. Não, do IPREM.

P - O Iprem não paga o abono de permanência?

R - O Iprem recebe o recurso, porque você coloca o seguinte...

P - E repassa?

R - E repassa. É isso mesmo. Então quem tem essa informação são os órgãos da Administração.

P - Mas o Iprem recebe e repassa? Passa pelo Iprem?

R - É o seguinte: o abono permanência, na verdade, é a isenção dos 11% de contribuição que o servidor teria. Então ele tem a isenção, mas a parte dele é paga como obrigação do órgão de vínculo do servidor.

P - Entendi.

Como a gente está com um projeto na Casa - que acho que vai ser muito difícil de aprovar este ano, porque chegou muito em cima aqui -, suponhamos que aprove a previdência complementar este ano, sancione, vamos fazer uma suposição, e aí passe a ser válida. Qual que é a expectativa do Iprem de redução do déficit 2016/2017? Tem uma ideia? Porque é para quem ingressar agora. Nós vamos, a partir de quando? Porque nós vamos aportar 10 milhões para a criação da...

R - Da Sampaprev.

P - ... Da Sampaprev, não é? Aí, a partir de que ano nós começaríamos a ter uma diminuição do déficit do Iprem?

R - No primeiro momento... Por isso que a decisão é importante saber, porque quando eu saio do modelo de repartição simples para o modelo de capitalização, eu aumento, num primeiro momento, o dispêndio do Tesouro, porque, mesmo aquele servidor que ganha acima do teto... Então, prever se entre 8,5 e 8,5, que todo mundo, supostamente, aderisse, dos novos servidores, viessem a aderir a essa entidade.

Então o produto da arrecadação, esses 17%, ele vai deixar de financiar a atual geração de aposentados e pensionistas. Então o que vai acontecer? Vai aumentar o dispêndio do Tesouro nesta conta.

P - Durante quanto tempo? Vai depender de quantos aderirem?

R - É, vai depender de... Não.

P - Porque quem entrar... A partir do momento que sancionou a lei... Por exemplo, sábado tem um concurso público para contratar cem funcionários para a Controladoria, 14 mil reais por mês. Quer dizer, se eles forem contratados pela Prefeitura antes de aprovar a previdência complementar, eles não vão aderir a esse processo. São só os novos, certo?

R - São só os novos. E a data inicial para isso é, depois de aprovado pela Câmara, tem de ser submetido o projeto para a Previc - Superintendência Nacional de Previdência Complementar.

P - Ah-hã.

R - Previc autoriza. Então, enquanto não houver autorização da Previc, que é o órgão regulador, vale a regra antiga.

P - Ah-hã.

R - Então, a partir daí, há possibilidade. Só que o que vale, de imediato, você já “teta” os novos servidores. A partir do momento que você possa submeter o plano de previdência, estabelece-se o teto remuneratório. Então, se, eventualmente, o servidor ingressar e não aderir, a obrigação do Tesouro só fica nos 4.700, que é o teto remuneratório. Então, na verdade, o risco previdenciário já começa a diminuir a partir do momento em que você cria a entidade.

Acho que é importante salientar que, como eu disse, num primeiro momento, nos primeiros anos, nós vamos ter um dispêndio.

P - Ah-hã.

R - E esse dispêndio...

P - Está previsto nessa peça orçamentária?

R - Está previsto.

P - Está previsto?

R - Tá. Quando você olha no estudo atuarial que a Caixa apresentou, ela apresenta que será o dispêndio...

P - É o total?

R - ... De receita, na verdade, relativa ao novo modelo.

O total de receita é aquilo que o Tesouro vai deixar de incorporar para pagamento dos benefícios da geração atual.

Então ele tem um... Na verdade, o que nós vamos... É uma questão de caixa, porque, num primeiro momento, há um desembolso maior do Tesouro. Mas, ao final de 30 anos, na verdade, que é a maturidade do projeto, a despesa previdenciária - que hoje é 60%, não é?, do total -, supondo que daqui a 30 anos eu estivesse com a previdência complementar e a minha despesa fosse 10 bilhões de reais, 60% seriam da Sampaprev e somente 4 bilhões seriam de responsabilidade do regime próprio.

P - Próprio.

Agora, voltando aqui um pouquinho, essa concorrência número um, que o senhor me informou agora, que nós pesquisamos em tudo quanto é lugar para achar onde estava a licitação, que não achamos publicado em lugar nenhum. A informação, a gente está conseguindo até agora: foram 725 mil reais para fazer esse estudo, não é?

R - Isso. Isso. Mas não foi... O Instituto não está contratado ainda.

P - Mas teve a licitação?

R - Teve licitação, teve uma concorrência pública.

Nós estamos, nesse processo aí. Primeiro nós fizemos o contato, e eu tenho aqui solicitação, nós fomos para a Fipecafi - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras; fomos para a FIA. E temos orçamentos superiores àqueles que a gente licitou, porque a gente verificou que estavam muito caros os valores.

P - Ah-hã.

R - Nós tivemos de licitar.

Agora, um dos objetivos desse processo, inclusive, fazer o próprio plano, o regulamento do plano de benefícios da previdência complementar. Então o valor desta licitação

- que está em processo de homologação, está na fase de recurso, homologação - vai ser desenvolvido num próximo período.

P - Então, mas, Superintendente, esse aqui, essa contratação não tem nada a ver com o relatório de avaliação atuarial?

R - Também.

P - Está dentro dessa contratação?

R - Na verdade, mostra o estudo atuarial.

- O orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

R - Todo ano, o Ipem é obrigado a fazer esse estudo aqui, olha.

P - Não, eu sei, ah-hã.

R - Aí, o que a gente está falando? Um estudo desses, ele é um estudo que a gente chama de "ordinário".

P - Ah-hã.

R - Então ele verifica só a situação, como é que está. É uma fotografia do momento, como é que está a situação previdenciária neste momento. É um estudo.

O que nós estamos propondo são várias simulações, um deles... Porque o Ministério propõe que a gente adote segmentação de massa, qual que é o custo de transição.

Se a previdência complementar vai me dar um custo de transição de, aproximadamente, 150 milhões ao ano - segundo o que a Caixa estabeleceu...

P - Ah-hã.

R - ... - quanto que seria o custo de transição para eu fazer uma capitalização abaixo disso? Que é o que o Ministério adota. Quais as medidas necessárias para eu avaliar o custo, por exemplo, das categorias que têm regras diferenciadas? A gente não tem isso no Município.

Então quanto é o custo da Educação? Quanto é o custo da Saúde? Quanto é o custo da Guarda? Separados, para a gente verificar. Tudo isso é necessário para, quando você desenvolver a política de remuneração...

P - Esse é o relatório atuarial?

R - Não, é adicionando isso, que nós estamos aprovando.

P - Que aí é a concorrência número um?

R - Exatamente, é essa aí.

P - Então, com os 725 mil, o senhor está contratando o relatório atuarial mais esse detalhamento?

R - Mais, aproximadamente... São 12 cenários.

P - Mais 12 cenários?

R - Cenários para analisar tudo isso: com previdência complementar, com segmentação de massa, alíquota diferenciada contributiva, aumentar / transformar hoje o repasse em alíquota. São todas estas simulações o que nós estamos fazendo. Acho que é um estudo e foi publicado aí no *Valor Econômico*.

Houve ampla divulgação. Faz mais de dois anos que estamos tentando realizar um estudo dessa magnitude. Só que o estudo da Caixa - que nós fizemos, que dá embasamento para a previdência complementar -, ele é suficiente para a tomada de decisão em relação à previdência complementar.

P - Então, fora o estudo da Caixa, que subsidiou a formulação do projeto de lei que cria a previdência complementar, o senhor precisa de mais esse?

R - Esse daí está discutindo. Ele vai confirmar os estudos. Independe disso.

P - É uma contratação para confirmar um estudo? É um estudo para confirmar um estudo?

R - Não, não, não. A previdência complementar, ela está incluída aí simplesmente para atualizar e fazer o que a gente chama de "regulamento do plano". Uma vez aprovada a lei, preciso de um plano de benefícios.

P - Ah-hã.

R - Com um plano de benefícios, preciso saber quanto que vai ser alocado no benefício de risco; quanto que vai ser a taxa de administração da nova entidade. Isso quem vai ter de fazer é um atuário, junto com profissionais da área de Direito - que vão ser contratados para realizar esse estudo de impacto.

P - Superintendente, o nível de confiabilidade do atuário é grande?

R - É grande.

P - É grande?

Aí, se o senhor pudesse... Na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias -, que nós votamos aqui em junho...

R - Correto.

P - ... Estava previsto um *deficit* de 3,1 bilhão para 2016; e a peça orçamentária está falando que o *deficit* é de 3,8 bilhões. Tem uma diferença de 700 milhões entre o que está na LDO e o que está previsto na peça orçamentária. Foi erro do... Aqui do relatório de avaliação atuarial? Ou teve alteração com relação à peça orçamentária de 2016?

R - Quando a gente vai realizar as projeções para estudos atuariais, é uma fotografia do passado.

P - Certo.

R - Quando eu estou fazendo a previsão orçamentária, é uma projeção do futuro.

P - Certo.

R - Então são duas situações. Por exemplo, o Iprem apresenta esse número aí para o setor de Orçamento da Prefeitura, mas ele também apresenta a execução do último período. Então ele diz o seguinte: o atuário estima essa situação - só que o atuário está com um *delay*

de, pelo menos, dois anos em relação a isso. Então, nesse ano especificamente, o anexo 10 da LDO, que é feito pelas projeções, ele foi utilizado no estudo do ano passado. Mas por quê? Porque o Ministério da Previdência alterou os critérios em relação aos estudos atuariais; ele prorrogou a entrega deste relatório, com base de dados de 2014 para 30 de novembro desse exercício.

P - Quanto que a gente paga nesse relatório de avaliação atuarial, Doutor Fernando?

R - Isso varia. Esse último relatório... Ele varia.

P - Varia?

R - Varia: 20, 30, 40, 60 mil reais, mas exatamente por conta dessa mudança que aconteceu agora, o Ministério da Previdência alterou os critérios em relação ao regime. Por quê? Porque a maioria dos entes da Federação não explicita o tamanho do seu *deficit*. Simples assim.

E o Ministério da Previdência, este exercício, ele alterou todas as regras para tornar mais clara a apuração desta despesa, porque, muitas vezes, se nós não tivéssemos publicado na LDO de 2014 que nós tínhamos um *deficit*, muito dessa discussão não estaria acontecendo. Nós estaríamos tratando isso meramente como uma resolução orçamentária de um exercício para o outro.

Quando a gente publicou um documento que há muitos anos é realizado e o tornamos público, começamos a avaliar que há uma necessidade de uma resolução para o problema.

P - Entendi.

Agora, na sua proposta, Superintendente, tem aqui, então...

R - A nossa proposta...

P - ... Fonte 1221, a consultoria previdenciária: 3,5 milhões, que não tem nada a ver então com isso que foi licitado agora, mês passado. Esses 3,5 milhões é outro projeto que o Iprem tem?

R - Não, pode ser que haja um cancelamento de saldo orçamentário - eu não sei -, depende, porque eu não contratei ainda. Eu espero onerar esse Orçamento...

P - Não, eu sei, mas..., Superintendente, olha...

R - ... Mas supondo que...

P - ... Está aqui, olha: 1221, consultoria previdenciária: 3,5 milhões de reais. Para colocar aqui na peça orçamentária, deve ter alguma coisa mais sólida, o porquê dos 3,5 milhões. O senhor vai gastar em que os 3,5 milhões?

R - Qual que é o número da fonte?

P - É Fonte 1221: 3,5 milhões, consultoria previdenciária. (Pausa) É, já vi que não é muito importante. Vou tirar isso aqui, hem?!

R - Não. Isso daqui... Não, esse valor não... Esse valor foi excluído.

P - Foi excluído?

R - Foi.

P - Da Peça Orçamentária?

R - Sim, ele não está, não consta, pelo menos, na nossa...

P - É, está aqui, Secretário: consultoria previdenciária.

- Conversas fora do microfone.

P - Não, tudo bem, já entendi.

Deixe-me tentar agilizar, porque vai ter outra audiência agora.

Aqui no 1220, Desenvolvimento de Sistemas de Informação e Comunicação. Porque nós já temos lá, no 2171, a manutenção do sistema de informação e comunicação, Doutor Fernando...

R - Oi.

P - Na 2171, nós já temos lá manutenção do sistema de informação...

R - Isso.

P - ... Que é da Prodam.

R - Isso.

P - ... Que estão previstos 3,3 milhões. Isso aí é só manutenção, para manter com a Prodam, que é o contrato que vocês têm lá, que paga a Prodam mensalmente. Mas ainda consta, 1220, um Desenvolvimento de um novo Sistema de Informação e Comunicação, em 4,920 milhões. Por quê? É um novo *software* que vocês vão desenvolver?

R - É o seguinte: o nível de desorganização em relação à questão da gestão da Previdência no Município de São Paulo está passando por um processo de reformulação. Por exemplo, o Sigpem... O Sigpec - Sistema Integrado de Gestão de Pessoas e Competências, da Prefeitura, no sistema de gestão de folha...

P - Ah-hã.

R - ... Não existe no Município um sistema de gestão previdenciário. Então, ao conceder os benefícios previdenciários, as pessoas acabam fazendo isso num processo físico.

O Iprem, nos últimos anos, vem desenvolvendo um trabalho, junto com a Secretaria de Gestão, no sentido do desenvolvimento, dentro desse sistema, de um módulo de gestão previdenciária. Nós temos uma comissão inclusive com o Tribunal de Contas, porque hoje a Prefeitura tem 33 mil processos que ainda não finalizaram o ato concessivo. Em decorrência da legislação, o Estatuto do Servidor diz que a Administração não pode conceder benefícios num prazo superior a 60 dias.

De fato, é concedido. Mas, depois, o processo precisa ser homologado pelo Tribunal e ser encaminhado para o INSS. Segundo levantamento nosso, apenas cerca de 15 mil processos que têm receita de compensação previdenciária e que hoje há uma força-tarefa constituída no Município para dar conta disso.

Em nosso estudo, temos um Conprevi potencial que seria equivalente a 1,200 bilhão que está nesses processos. Pelo fato de nós não termos um sistema de gestão integrado, pelo fato de o Tribunal de Contas homologar também os processos, um a um, e não por lote - por falta de ter um sistema de gestão -, nós estamos com uma força-tarefa discutindo a elaboração.

Esse recurso, ele está no Orçamento já faz tempo, só que nós não contratamos. Nós fomos para o mercado contratar porque não existe um sistema, no Brasil, a não ser o do INSS, de gestão previdenciária, e o Município está fazendo um trabalho, junto com a Prodam, com a equipe do Prodam, com Gestão, com a área de Pessoal. Nesse momento, hoje, nós tivemos um grupo formado dentro da Administração que é para rever. Olha, estou dizendo: nós temos mais de 1 bilhão de recursos que nós tínhamos de ver, de compensação previdenciária, junto ao INSS, e, por conta dessa desarticulação previdenciária, a gente espera que, no exercício do ano que vem, daqui para o ano que vem, a gente consiga executar esse recurso.

P - OK.

Teria muito mais coisas para perguntar, mas acho que a Secretaria Luciana também já está aí, preciso acelerar.

O senhor pode fazer uma síntese, Doutor Fernando, com relação aos imóveis do Iprem, o que, desse ano, avançou com relação a colocar em leilão e trazer para recurso; e falar como é que está a posição do Fundo, não é? Da outra vez, nós já falamos, o senhor me falou quanto é que estava do Fundo, onde que estava aplicado - o valor é pequeno. E também, se puder, dar uma análise com relação à dívida que a União tem com o Iprem e como é que está o encaminhamento disso para a gente receber esses recursos?

R - Primeiro, em relação a imóveis: o Iprem, no passado, então ele fazia, ele era uma caixa de pensões e fazia financiamento imobiliário. Poucos imóveis, alguns imóveis, eles são retomados por problemas de pagamento. Hoje são 13 imóveis que nós temos sob administração do Iprem. Nós estamos discutindo, dentro da Administração, uma reformulação

da entidade previdenciária porque ela não é o órgão gestor previdenciário, e a expectativa nossa é de fazer um transpasse desses bens. São poucos, recursos mínimos, para a própria administração direta, para a administração. Ponto. Isso é uma coisa.

Outra coisa é a compensação previdenciária. Como eu disse, eu tenho dois tipos de compensação previdenciária.

De 1988 a 1998, entre a aprovação da Constituição e 1998, a União reconheceu, através da compensação previdenciária, que ela devia pagar para os entes federados os recursos decorrentes daquele período anterior que o servidor prestou serviço lá para o regime geral, e, na hora em que ele se aposenta, a União tem de vir, através do INSS, contribuir com a cota parte.

Bem, como a União, de 88 a 98, ela diz o seguinte: olha, eu vou chamar esse grupo aqui de "estoque" e eu vou lhe pagar um dia. E, a partir de 98, eu começo a lhe pagar - o que a gente chama de "Conprevi fluxo". Esse Conprevi fluxo, o Ipem recebeu, no ano passado, cerca de 74 milhões. Em nossa opinião, o potencial dessa receita é muito maior...

P - Em 2014, 74 milhões?

R - Isso, exatamente.

P - Ah-hã.

R - No ano que vem, nós estamos propondo 130 milhões, mas caso a gente consiga desenvolver essa força-tarefa que está dentro da Administração, no sentido de viabilizar...

P - Superintendente, a Caixa Econômica Federal repassou, em 2014, 74 milhões para...

R - O INSS.

P - O INSS passou...

R - Exatamente.

P - ... Passou 74 milhões?

R - Exatamente.

P - Em 2015?

R - Que pagou...

P - Parte da...

R - ... Que pagou 1,6% da despesa previdenciária.

P - Tá.

R - Em nossa opinião, esse número pode chegar a 5 ou 6% da despesa.

P - Ah-hã.

R - Mas é por isso que a gente está reorganizando a atividade, para que esse Conprevi, que a gente chama de Conprevi potencial, a gente consiga efetivar no seu potencial. Nós estamos muito abaixo do potencial, por conta de não ter uma entidade, que está num processo de reorganização, que, daqui para frente, vamos reorganizar.

Então, em relação ao estoque - que a União não pagava a gente - é que houve a transação com relação aos imóveis. São 106 milhões, aquele valor de 88, que está lá parado. Esta Câmara aprovou um projeto, existem cinco ou seis imóveis que estão num processo mais avançado, entre eles o imóvel da Rua Piauí; a Casa Amarela, na Consolação; é José Bonifácio, que estão(?) no processo de aceitação desses imóveis. Estamos discutindo. A Caixa já fez a avaliação e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano acompanhou, e Cultura, Habitação está num processo de recebimento desse imóvel. Uma vez validado isso, nós temos recursos. Ao invés de receber isso nunca, nós vamos receber isso em imóveis e transferir para alguma finalidade social da Administração.

Em relação ao lprev fluxo, que é esse, a partir de 1998, é um valor muito grande. A Prefeitura está fazendo um esforço para desenvolver um projeto, para que ele chegue, ele passe desses 70... Neste ano, nós não vamos passar de 70 milhões também, mas é um valor que pode ser alcançado. Nós estamos propondo, no orçamento, como uma meta que a gente entende que seja factível. Isso vai depender de 130 milhões para esse tipo de receita.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Com relação aos imóveis, Dr. Fernando, nós votamos aqui, em 2014, esses imóveis, não é?

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Exato.

P – Passou 2015 inteiro, e ainda o Iprem não assumiu esses imóveis?

R – Não, na verdade é o seguinte: O Iprem, a qualquer momento, pode assumir. Foi aprovada a lei. A Caixa Econômica Federal fez a avaliação. O Departamento de Patrimônio do Município validou a forma de cálculo. O nosso conselho aprovou. Agora o que acontece é o seguinte: A destinação para cada área é que precisa ser acertada, porque o Iprem não quer ficar com mais um imóvel na sua Administração.

P – Hum, hum.

R – Ele tem que receber e repassar ato contínuo. Eu acho que, nos próximos dias, nós vamos ter...

P – Tudo bem.

Mas, Sr. Superintendente, há um ano. Não mudou nada daquela época para cá?

R – Eu acho que andou muita coisa. De um ano para cá, houve duas avaliações em relação ao valor. Houve questionamento em relação ao primeiro critério. Houve uma segunda avaliação. Agora, tem que passar isso também dentro da Administração. É um bem que eu estou recebendo. Isso foi passado por diversas áreas da Administração, e agora nós estamos na parte final. Eu acho que, daqui para o final do ano, nós vamos finalizar a aquisição de parte desses bens.

O importante é o seguinte: Eu só gostaria de finalizar dizendo que o município de São Paulo tem um problema grave, que é do ponto de vista do seu custo previdenciário. Ele está buscando uma solução adequada, que é a previdência complementar, que vai afetar a geração futura. Eu acho que nós discutimos aqui, no ano passado e debatemos aqui, nesta Câmara e dentro dos conselhos... Não é desconhecido das pessoas o problema previdenciário. Ele não é um problema insolúvel. Ele precisa ser enfrentado, e a Administração, nós que

avaliamos essa questão previdenciária confiamos que a Câmara Municipal, como já fez nos dois momentos que nós tivemos aqui, foi muito propício o debate sobre a previdência. Espero que a gente abra o espaço para enfrentar esse problema e não transferir a questão previdenciária para a geração futura. Nós temos que agir com responsabilidade nessa questão previdenciária, e acreditamos que esta Casa vá enfrentar o problema de uma forma bastante assertiva.

P – Sr. Superintendente, o déficit de janeiro a setembro de 2015, comparado a 2014, foi de 22%.

R – O déficit?

P – Vinte e dois por cento, não é? Só para as pessoas entenderem, quanto à questão da previdência, nós vamos ter uma despesa de 7,1 bilhões com um déficit de 3,8 bilhões. O que é esse déficit? O déficit de 3,8 bilhões é que a previdência da cidade de São Paulo não consegue pagar a aposentadoria dos seus funcionários; e a Prefeitura tem que colocar esse recurso, para que o Iprem consiga pagar as suas despesas. Por isso que há um grande debate aqui, na Casa. É uma preocupação grande. Três vírgula oito bilhões de déficit é um número assustador, e, como o Sr. Superintendente mostrou ali, nós temos uma linha ascendente de aumento e nós estamos discutindo aqui a questão da previdência complementar. Só estou dando uma atualização para as pessoas. Com tantos números, elas acabam não entendendo o porquê de tanta fala e tanta colocação de dados.

Tem a palavra o nobre Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – A matéria ficou submetida a sua relatoria e foi bastante detalhada. Estou satisfeito, Sr. Presidente. Gostaria de darmos início à fala da assistente social, que está...

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – OK. Então, nós não teremos inscritos para o Iprem. Eu pergunto ao Sr. Fernando, Superintendente, se tem alguma consideração final a fazer. Se não, passarei para o encerramento.

O SR. FERNANDO RODRIGUES DA SILVA – Não, eu gostaria de agradecer aqui a comissão. Sucesso no desenvolvimento do trabalho, nobres Vereadores Ricardo Nunes(?) e Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Muito obrigado a todos. Declaro encerrada a audiência pública do Iprem.

Antes de passar a presidência ao relator do orçamento, Vereador Milton Leite, já peço, de antemão, para que sejam suspensos os trabalhos, por dois minutos, só para a gente poder organizar os papéis e o nobre Vereador começar a audiência pública, nobre Vereador.

Estão suspensos os trabalhos.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Está reaberta a reunião. Neste instante, iniciaremos a audiência pública da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como, em conjunto, o Fundo Municipal de Assistência Social. Encontra-se já presente a Sra. Luciana, Secretária, que fará um breve relato inicial.

Sra. Secretária, pode usar a palavra para apresentar o orçamento. Vamos tentar fazer a fala, no máximo, em quinze minutos. Neste momento, eu abro as inscrições para aqueles que desejarem formular questões à Sra. Secretária. Por favor, dirijam-se à mesa ao lado aqui, junto à tribuna, para que possam se inscrever e fazer uso da palavra.

Sra. Luciana. Boa tarde. Seja muito bem-vinda. Estou agradecido pela presença de V.Exa. Teremos aqui uma longa tarde.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO TEMER LULIA – Boa tarde, nobre Vereador Milton Leite. Boa tarde a todos. A gente está aqui para apresentar o orçamento de 2016 da Assistência Social de São Paulo e discutir com V.Exas. e eventualmente tirando aí algumas dúvidas e fazendo esclarecimentos. A gente preparou uma apresentação enxuta, mas que traz um quadro, acho, bastante esclarecedor do orçamento da Assistência Social. Nossa proposta

orçamentária é de 2016. Há um comparativo aqui do orçamento de 2015 com o orçamento de 2016. Nós tivemos um crescimento de quase 148 milhões em relação ao orçamento de 2015. Portanto, o nosso orçamento deste ano é de 1.253.965.000 reais. Abrindo esse orçamento, também aqui no comparativo de 2015-2016, dentro desse orçamento, nós temos, como orçamento destinado ao gabinete, nós tínhamos 177 milhões, quase 178 milhões e passamos para 198 milhões. Eu queria explicar isso. Esse aumento do orçamento do gabinete deu-se em razão de despesa com pessoal, porque, além da questão do subsídio, houve uma mudança na remuneração dos servidores e houve um aumento no salário dos servidores, do subsídio agora dos servidores. Nós também tivemos nomeação de cem novas assistentes sociais concursadas neste ano, e teremos mais cem novas nomeadas no começo do ano que vem. Então, o aumento que se deu de orçamento de gabinete foi decorrente desse aumento de servidores e de seus salários.

Então, no fundo de Assistência Social, nós também tivemos um aumento de 928 milhões para 1,055 bilhão, totalizando aqui 1,253 bilhão. O que a gente fez foi pegar o orçamento e abrir, para dizer o que é do gabinete e o que é do fundo. Já falei da despesa com pessoal. Aqui a gente abre o dinheiro do fundo. No dinheiro do fundo, há fundo federal. No custeio de 2016, há 70 milhões, que vêm do Governo Federal. Há sessenta e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e oito do fundo estadual; e 920 milhões do fundo municipal, totalizando 1,055 milhão, quase 56 milhões como orçamento para o fundo. Aqui há um quadrinho da repartição, das fontes de custeio da SMADS, que logicamente é escancaradamente predominantemente municipal.

Aqui nós temos um quadro de expansão da rede socioassistencial da proteção básica e da proteção especial. Nesse quadro, há 49,5 milhões praticamente, 491 mil, ele é só para expansão, não é para manutenção, ou seja, a gente está considerando aqui a manutenção de todos os serviços já existentes na proteção especial e a ampliação desses serviços. Nós temos a ampliação de um acolhimento de criança, um SAICA porta de entrada, o

acolhimento inicial. A gente tem um SAICA porta de entrada, cujo valor anual é 752.531 reais. Depois o segundo quadrinho é a Casa Lar. Nós teremos 19 serviços novos da Casa Lar, cujo valor anual é 7.512.000 reais. Também em razão do reordenamento dos acolhimentos de crianças do SAICAs, nós teremos mais cinco SAICAs regulares, cujo valor será 2,919 milhões. Depois há uma república jovem, com 249 mil. O Família Acolhedora, projeto que nós vamos começar no ano que vem, é também uma forma de acolhimento de crianças numa outra lógica, no valor de 712 mil. Quanto à medida socioeducativa, há ampliação de dois serviços, no valor de um milhão e mil reais. Quanto ao ECA, o serviço de convívio de crianças e adolescentes, especialmente em situação de rua, é um convívio, é uma espécie de um CCA especial para crianças em situação de rua, crianças e adolescentes, há a ampliação de dois ECAs, com 1,260 milhão de reais. Quanto ao SPVV, Serviço de Proteção contra Violência, há seis novos serviços, no valor de 2,069 milhões. Quanto a residências inclusivas, há seis serviços para pessoas com deficiência, no valor de sete milhões, quase oito milhões. São 7,997 milhões. Esclarecendo para quem não sabe, seis serviços, na verdade, significam doze casas, porque, em cada serviço, há duas casas que atendem até dez pessoas. Também com relação a serviço para pessoa com deficiência, há o atendimento diurno, com mais três serviços, no valor de 1,556 milhão. Quanto a LPs, acolhimento para idosos, há cinco serviços, no valor de 3,414 milhões. Quanto ao Centro Dia para Idosos, a gente tem, na meta, mais treze para serem abertos. Isso implicará um custo de 7,924 milhões. Nós estamos lançando agora o edital para a Cidade toda o Centro Dia, em todas as subprefeituras. Agora a gente está lançando o edital para todos os Centros Dia, porque a gente está sentindo uma necessidade muito grande de Centro Dia na Cidade, e a gente tem uma dificuldade de encontrar os imóveis. Então, a gente está abrindo para a Cidade essa possibilidade, e estamos trabalhando com a ideia de poder abrir até mais Centros Dia do que está previsto na meta. Quanto ao Centro de Defesa da Mulher, há dois serviços, com 519 mil reais. Quanto a Centros de Acolhida, há mais quatro

serviços, no valor de 4,263 milhões. Há dois restaurantes comunitários, com 3,24 milhões e cinco núcleos de convivência, no valor de 4,092 milhões.

Na proteção especial, quase todos esses serviços que para a expansão na proteção especial estão previstos na meta de Governo. Vou apresentar agora os serviços de expansão da rede de proteção básica, que não estão na meta.

São 41,123 mil reais para expansão dos serviços de proteção básica, que não são da meta, mas que estão já atendendo ao Plas. Na proteção especial, a gente está com o foco no atendimento das metas de governo. Na proteção básica, nenhuma dessas situações, desses serviços que a gente vai ampliar, são serviços de meta de governo, mas atendem ao Plas e a uma necessidade real da Cidade.

Na proteção básica, são 41 milhões e 123 mil reais para expansão, sendo: 40 novos serviços de CCA, 15 milhões e 800 mil reais; centros para juventude, CJs, 4 milhões e 483 mil reais – são 11 novos serviços -; núcleos de convivência para idosos, NCIs, 22 novos serviços, com 8 milhões e 209 mil; Convivência e Fortalecimento de Vínculo Intergeracional, Convivendo e Aprendendo, Clube da Turma, seis serviços, 4 milhões e 410 mil. O Cedesp, que são os cursos de capacitação para jovens – algo em que nós, nesta gestão, investimos bastante -, conseguimos dobrar o número de unidades na Cidade. Não é muito coisa, pois havia cerca de 8 e hoje há praticamente o dobro na Cidade, e para este ano estão previstos mais 10 Cedesp. Esse é um serviço que eu, particularmente, creio ser muito importante para a Cidade, assim como o Centro Dia. Assim que possível, vamos ampliar o número de Cedesp, mas isso é tido como certo. Família e Proteção Básica no Domicílio – SASF, são 5 novos serviços, com 2 milhões, 980 mil reais.

Isso, em linhas gerais, é o orçamento da Assistência Social para 2016, atendendo às demandas das metas de Governo e às ampliações que entendemos necessárias. Não todas, como gostaríamos de fazer, mas são as possíveis neste momento.

Cumprimento o Vereador Ricardo Nunes e coloco-me à disposição para todas as dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos lá, então, Secretária, na rubrica 2071, manutenção e sistema de informação. A senhora reduziu 17%. Em 2015, havia um orçamento de 7 milhões, e foram liquidados até o momento 2 milhões, 820 mil. A senhora pede, para 2016, 5 milhões e 784 mil. Em relação ao orçado de 2015, a senhora está solicitando 17% a menor. Há uma inversão de valores estranhamente aqui. Por que esse valor? Esse é um convênio que a senhora tem com a Prodam.

A SRA. LUCIANA TEMER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E o que houve, que abaixou, e a senhora não executou orçamentariamente o que havia previsto para 2015? E qual a razão dessa oscilação de valores, Secretária?

A SRA. LUCIANA TEMER – Na verdade, a execução da Prodam não depende só da Secretaria, depende do próprio ritmo da Prodam. Então, você me corrija se eu estiver errada, Leandra, a gente vai acertando os valores com a Prodam conforme eles vão fazendo as entregas contratadas. E a gente tem um problema, aí, de divergência de ritmo entre a necessidade da assistência e as entregas da Prodam. Então, estamos trabalhando realisticamente com o que a gente percebe que consegue ser entregue. O trabalho da Prodam é um trabalho importante para a assistência social. Estamos agora informatizando, na verdade criando um sistema para todos os CRAS, o que não havia antes na Cidade. Estamos informatizando e trazendo uma unidade de informações. Hoje em dia, se uma pessoa vai a um CRAS, diferentemente do sistema de saúde, em que ela tem carteirinha, na assistência não existe um único número, uma única referência. Então, se você vai ao CRAS de Pinheiros, você é atendido; se depois você vai ao CRAS de Santana, a pessoa do CRAS de Santana não tem a menor ideia de qual foi o encaminhamento que o CRAS de Pinheiros deu, porque não existe

um sistema único interligado. Esse é o processo que estamos criando com a Prodam, que já está inclusive contratado e pago, e estamos esperando o tempo da Prodam.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Essa Prodam é um problema para cidade de São Paulo, Secretária. É um saco sem fundo para comer dinheiro da gente. Se a senhora contratasse a iniciativa privada, teria um serviço pela metade do preço e de melhor qualidade. Se contratasse um serviço privado, seria melhor. (Palmas) Custa caro e não funciona. Mesmo assim, a senhora conseguiu reduzir, e aqui eu quero reconhecer isso, Secretária, porque todos aumentaram, e nós aqui estamos duvidando, tamanha a boa vontade que a Prodam tem. Come do Município 430 mil de aluguel em um prédio luxuoso – por mês, não é por ano não – para gastar com um cabidão gordo de empregos. Lá todo mundo é bem nutrido e bem abastado de salário. Cabidão danado de empregos lá, Secretária. É verdade mesmo, eu não tenho problema em falar.

A SRA. LUCIANA TEMER – Até porque isso não é desta gestão, não é, Vereador? Isso vem vindo de muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É um mal do funcionalismo que nós precisamos corrigir. Essa doença tem cura.

A próxima rubrica é a 2100, Administração da Unidade. Aí, trata de pessoal. A senhora tem orçado, em 2015, 103,9 milhões de reais e pleiteia 130 milhões. A senhora realizou, até outubro, 83 milhões. Está indicado aqui um acréscimo de 26%. A que se deve esse aumento acima dos valores normais? A senhora está pedindo 26% de aumento na unidade de administração, que é de pessoal. Por que esse aumento? Aumento o pessoal? Qual o número? Onde serão empregados?

A SRA. LUCIANA TEMER – Na verdade, nós aumentamos neste ano 100 novos assistentes sociais e vamos aumentar mais 100 novos assistentes sociais no começo do ano que vem. Portanto, do meio deste ano para o ano que vem nós temos 200 novos assistentes sociais. Mas também, Vereador, houve um aumento da remuneração dos servidores em razão

desse plano aprovado para as carreiras e que atingiu a assistência social, a questão do subsídio. Então, houve um aumento em relação à remuneração por causa do subsídio e houve também um aumento do número de assistentes sociais contratados, nomeados.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E aí a senhora precisa dessa demanda de 26 milhões a mais, vai para 130 milhões.

A SRA. LUCIANA TEMER – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A pergunta é: por que a senhora não executou o orçamento de 2015, todo ele? Poderia estar executando na íntegra. O que está acontecendo que a senhora está pedindo a mais, mas não gastou?

A SRA. LUCIANA TEMER – A sobra que eventualmente tem é porque a programação para a entrada dos assistentes sociais – agora estou me recordando dessa história – era para agosto, mas houve uma preocupação da Secretaria de Finanças se conseguiríamos manter esse compromisso com os servidores do ponto de vista orçamentário. Então, nós fracionamos a contratação, nem todos foram contratados no mesmo período. Com isso, de fato, houve uma sobra.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Uma não execução orçamentária se deve a isso então?

A SRA. LUCIANA TEMER – Deve-se ao fato de que houve uma demora na nomeação. O concurso foi feito para 300 assistentes sociais, mas precisamos de autorização da Secretaria de Gestão e da de Finanças para a contratação, para nomeação desses servidores. Aí, havia uma preocupação orçamentária, porque o orçamento realmente estava muito apertado neste ano para todos, e a gestão estava muito preocupada com a questão orçamentária. Então, acharam que a gente tinha que esperar um pouco para avaliar se a Assistência Social iria dar conta do pagamento desses servidores. No final, foi autorizada a contratação de 100, mas de modo fracionado, e estamos autorizados a contratar mais 100.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Resta saber o seguinte: em 2015, a senhora vai gastar o orçamento ou vai sobrar dinheiro na pasta de pessoal?

A SRA. LUCIANA TEMER – Eu acho que não vai sobrar na pasta de pessoal neste ano. Vai? (Pausa)

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu pediria que, respeitosamente a todos que permitam à Secretária e sua equipe responderem com tranquilidade. Se desejarem formular questões à Secretária ou à equipe, as inscrições estão abertas e daremos o tempo necessário.

A SRA. LUCIANA TEMER – Eu não estou entendendo muito a indignação pelo seguinte: essa dotação é para pessoal, ela só pode ser usada para pessoal. Nosso interesse é usar todo, lógico. Se fizemos um concurso para 300 assistentes sociais é porque precisávamos desses assistentes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Por isso estou perguntando, Secretária. Estou vislumbrando sobra de dinheiro em 2015. Esse é justamente o motivo da pergunta. Se há a possibilidade de, se vai ser gasto. Se não, peça autorização para a Secretaria e remaneja para outras demandas que a senhora têm, nas quais está faltando dinheiro. Essa era a pergunta.

A SRA. LUCIANA TEMER – Por enquanto, não está faltando dinheiro. A gente está com dinheiro para atender todos os nossos compromissos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Estão tranquilos?

A SRA. LUCIANA TEMER – Estamos com dinheiro neste ano para atender aos compromissos que nós temos.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, não tem problema neste ano de 2015?

A SRA. LUCIANA TEMER – Sempre nós temos problemas. O que não temos são problemas para manter os compromissos assumidos pela Assistência Social.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A senhora corrigiu: sempre tem problemas. Pensei que não houvesse.

Há uma rubrica pequena, a de número 6163, referente à operação do Observatório de Política Social, que a senhora reduziu em 31%. Eu queria que a senhora falasse um pouco sobre isso, primeiro explicando o que significa essa rubrica e o porquê dessa redução para 2016, considerando que em 2014 a senhora teve 918 mil e em 2015, 1 milhão pleiteado e em execução.

A SRA. LUCIANA TEMER – Vou esclarecer o que é o Observatório Social. Trata-se de uma coordenadoria dentro da Assistência Social que é responsável pela vigilância sócio assistencial. Ela faz o diagnóstico, o monitoramento dos serviços, a avaliação. É um instrumento muito importante, mas nós entendemos que esse custo é suficiente – por isso o pleiteamos – para manter a atividade do Observatório.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Se é assim, por que em 2015 a senhora orçou em 1 milhão?

A SRA. LUCIANA TEMER – Porque havia necessidade de compra de equipamentos. O Observatório Social trabalha muito com *software* e são *softwares* caros.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Mas não é manutenção essa rubrica? Essa é de operação. É a 6163.

A SRA. LUCIANA TEMER – Mas operação também é compra de *software*.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então a senhora entende que a redução de 31% está tranquila, que não haverá problema?

A SRA. LUCIANA TEMER – Não, acreditamos que não haverá problema no Observatório Social. (Pausa) Estão me lembrando de uma coisa: havia, no ano passado, uma necessidade – que já foi cumprida –, que tem relação com o Observatório Social, que é o censo de população em situação de rua. Então, neste ano, realizamos esse censo, daí o aumento da previsão para o Observatório Social.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – A pergunta é justamente em relação a 2015, em que a senhora pediu 1 milhão, mas não executou todo o valor; 594 mil reais foram gastos até outubro. Em 2 meses, a senhora não vai gastar o restante, cerca de 400 mil reais.

A SRA. LUCIANA TEMER – Eu tenho 16 mil reais de saldo aqui só, do Observatório Social, Vereador. Então, estamos com algumas informações trocadas. Logicamente, não tenho todos os números na cabeça, por isso trouxe o coordenador de orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Já gastou tudo? Não tem mais 594 mil executados?

A SRA. LUCIANA TEMER – Tem 16 mil reais de saldo. Ainda dá para gastar um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vamos gastar, então, os 16 mil reais. Já que tem para gastar, vamos lá.

A SRA. LUCIANA TEMER – Eu tenho 2 meses para gastar 16 mil reais, acho que consigo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, não deu, foi insuficiente. Por isso é que estou perguntando, Secretária. Apesar de a senhora ter feito a reforma, ou uma coisa ou a outra. Se a senhora tem 16 mil para gastar em 2 meses e gastou 1 milhão em 10 meses, ou vai faltar ou houver gasto demais.

A SRA. LUCIANA TEMER – Não, é porque o grande gasto foi do censo, Vereador, e já foi realizado, já foi pago.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Esclarecido, Secretária. Na rubrica 6166, Programa de Garantia de Renda Mínima, a senhora estimou, para 2016, 60 milhões e 684 mil. Eu tenho aqui como liquidado, até outubro de 2015, 36 milhões e 918 mil. Em relação ao orçado de 2015, a senhora está propondo uma redução de 8%. Aí sim cabe, em um momento como este, um esclarecimento. Dá para reduzir mais? Qual o porquê dessa redução de 8% no

Programa de Renda Familiar Mínima, que é um programa social muito clamado pela periferia? Pergunto se se comporta essa redução de 8%; se não é possível manter esse valor ou aumentá-lo, Secretária.

A SRA. LUCIANA TEMER – A gente fez essa estimativa com bases nas projeções do próprio Observatório Social. Com relação à questão do Renda Mínima, na verdade, são famílias que preenchem determinados requisitos. O Renda Mínima é anterior ao Bolsa Família e com a entrada dele, o Renda Mínima tornou-se complementar ao Bolsa Família. Como fizemos uma inserção de mais de 300 mil famílias no Município de São Paulo, nesta gestão, no Bolsa Família, na verdade, houve uma grande diminuição do gasto com o Renda Mínima, em consequência do aumento do cadastro do recebimento do Bolsa Família.

Então, essa projeção é baseada nesses dados, pelo próprio Observatório Social.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Apenas para entender. Houve uma inserção na sociedade na cidade de São Paulo do Renda Mínima Federal e aí provocou um não gasto do Município, é isso?

A SRA. LUCIANA TEMER - Na verdade ele é complementar. Se observamos a lei do Renda Mínima, veremos que ele é complementar a outros benefícios. Quando ele foi criado, como disse, não havia o Bolsa Família Federal. Agora com o Bolsa Família e com o cadastro das pessoas em extrema pobreza, principalmente, nesse programa, há uma diminuição de gasto do dinheiro do Município. Hoje gastamos mais dinheiro federal com benefício do que com o dinheiro municipal.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quanto foi executado de Orçamento na sua planilha, até o momento, no Renda Mínima.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA TEMER - Foram 39 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – O meu deve estar atrasado, na metade da quinzena de outubro tenho 36,918. Vou pedir à Assessoria que atualize os dados por causa da audiência, porque não é possível essa diferença.

V.Exa. tinha um Orçamento, em 2015, de 65, está com 39. Gasta o restante todo até o fim do ano?

A SRA. LUCIANA TEMER - Acho difícil que gaste. Não gasta, né?

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA TEMER - Mais seis milhões.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Só mais seis?

A SRA. LUCIANA TEMER - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então vai sobrar dinheiro. Vai para 39 e 6, 45. Sobram 20 milhões nessa rubrica, Sra. Secretária?

A SRA. LUCIANA TEMER - Ele está dizendo que a diferença está congelada, na verdade, portanto, pode ter sido usado em outra área da Prefeitura.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Não, orçamentariamente ela está congelada, V.Exa. não está autorizada a gastar, mas a autorização legislativa de 2015, apenas V.Exa. pode gastar.

A SRA. LUCIANA TEMER – Vamos esclarecer, Vereador. Na verdade, no Renda Mínima ou em qualquer outro benefício, trabalhamos com projeções. Fizemos uma projeção. Tem gente que sai da linha no meio do ano, tem gente que sai da linha do Renda Mínima. Por exemplo, ele é pago até a idade escolar. Se a família não tem mais gente na idade escolar, ela sai do programa, deixa de receber. Logicamente, fazemos uma projeção de gasto, mas não obrigatoriamente, numa situação como essa de benefício social, teremos exatamente a conta que foi projetada. Tanto que estamos diminuindo para o ano que vem por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Até entendo, mas um terço de diferença. V.Exa. está dizendo que vai sobrar 20 milhões exatos, de 45 para 65 milhões. Um terço em 45,

nos 20 que estão sobrando são 50% sobrando e um terço do total. Isso posto é uma margem considerável.

Sra. Secretária, vamos ao Fundo. Observamos no Fundo que diversas rubricas, como a 02, que são as que recebem dinheiro do Governo Federal, V.Exa. zerou, por quê? Ou seja, não aportou para 2016 o que havia sido aportado ou lançado na peça orçamentária de 2015. Em algumas rubricas, V.Exa. suprimiu a fonte 02.

A SRA. LUCIANA TEMER – Deixa-me ver se entendi a pergunta do ponto de vista orçamentário, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou explicar à V.Exa. Vamos por rubrica que fica mais fácil. Por exemplo, onde a rubrica foi zerada: realização de conferências municipais temáticas. V.Exa. tinha um orçamento de 95 mil e, em 2016, não pediu mais nada.

A SRA. LUCIANA TEMER – Mas é porque não tem conferência nesse ano.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Nesse ano não tem mais?

A SRA. LUCIANA TEMER – É, não tem conferência.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – E V.Exa. havia pedido 250 mil, 249, realizou 95 e não vai gastar o restante. O que houve com essa rubrica? Ou o Governo Federal não passou esse dinheiro? Ou estava superestimado? De novo, está sobrando mais de cem mil, 150 mil, nessa rubrica.

A SRA. LUCIANA TEMER – É, não foi liquidado, mas está empenhado. O dinheiro já está empenhado. Não foi liquidado, mas já está empenhado. É para a realização das conferências municipais.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – É porque consta como liquidado 95, e o orçamento era de 249.

A SRA. LUCIANA TEMER – Ele está me dizendo que está empenhado.

P – Aí chamo a atenção para a outra rubrica, a 02. É que aqui a senhora aumentou em 69%.

Operação e manutenção dos conselhos participativos no Município, que é muito importante. É um recurso que vem do Governo Federal, Fonte 02. A senhora aumentou em 69% o dinheiro que vem do Governo Federal, a rubrica 2803.

Em 2016, a senhora está pedindo 194 mil contra um liquidado de 111-112. Até agora, você está aumentando 69 o orçamento – de 194 contra 115 de 2015 orçado.

Secretária, eu fico preocupado com os repasses do Governo Federal para as rubricas, dada a crise do Governo Federal. E a senhora ainda aumentou a expectativa de dinheiro.

R – É porque temos eleição do Conselho Municipal o ano que vem, o que, na verdade, implica um gasto maior.

P – Do gasto eu tenho certeza que e a senhora tem, eu não tenho certeza do dinheiro, que é Fonte 02.

R – A gente tem recebido os repasses do Governo Federal. Teve um momento, no começo do ano, onde a gente teve um atraso em determinadas dotações, mas nós temos recebido.

P – E justifica 69% de aumento?

R – Sim.

P – Tranquilo, 69%?

R – Acreditamos que sim.

P – Vamos prosseguir, então, Secretária.

Em 2015-2016, a senhora pede uma rubrica – Proteção Especial à Pessoa com Deficiência. São 360 mil do Governo Federal. É a mesma rubrica. O que houve com esse convênio? Não assinaram? Não executou?

R – Isso é tudo com financiamento.

P – É, eu sei.

R – A senhora disse que recebe tudo. Mas é o mesmo valor? Esse, por acaso, não recebeu? Que esse está zerado. A senhora disse que tem recebido, mas esse não recebeu. Está liquidado. Até outubro, zero. E a senhora pede o mesmo convênio para o ano seguinte. O que houve com esse programa?

R – Deixa eu lhe esclarecer alguma coisa, se é que eu estou entendendo a lógica. Vamos lá, vou tentar traduzir da forma como eu estou entendendo.

Os nossos convênios são, em parte, cofinanciados, mais de 90%, ou 90%, pelo menos, com recursos do Tesouro Municipal.

P – O 00.

R – É, de 00. Mas vem do Governo Estadual e vem do Governo Municipal. E nós, na verdade, estamos adotando, sim, uma política de usar, primeiramente, os recursos do Governo Federal e do Governo Estadual, e poupar o recurso do Governo Municipal, para a gente poder ter mais folga, até, e ver o quanto a gente consegue ampliar no futuro. E acho que tem uma lógica: a gente, como Secretaria Municipal, gastar primeiro os recursos do Governo Federal e do Governo Estadual, e tentar, depois, lidar com mais liberdade com os recursos do Governo Municipal.

P – A nossa preocupação, Secretária, não é de onde vem, é se vem.

R – Sim, claro.

P – Não é Governo Federal ou Estadual. Aqui, nós discutimos o orçamento e o remanejamento. Se eu terei que, como relator, buscar dinheiro em outras pastas para suprir eventuais deficiência orçamentária da pasta da senhora, ou se tem sobrando. O mesmo se aplica a todas: se há dinheiro sobrando na pasta, dependendo da execução orçamentária, e ou não. Aí eu vou apreciar a eficiência orçamentária da senhora e da execução orçamentária, e da eventualidade do não cumprimento do Governo Federal, não porque não queira, mas porque não tem mesmo. O momento é difícil.

Daí indago à senhora novamente: para a Proteção à Pessoa com Deficiência, em 2015, a senhora orçou 360; atualizou o mesmo valor, mas não liquidou nada até o momento. E a senhora pede o mesmo valor para 2016. O que houve com esse recurso, já que a senhora disse que o Governo Federal passa e esse dinheiro é gasto primeiro? O que houve com esse programa?

R – O coordenador disse que, na verdade, não houve recurso do Governo Federal para essa rubrica.

P – Falhou?

R – É.

P – É porque a senhora disse que sempre vinha.

R – É porque, na verdade, a gente acompanha.

P – Secretária, tem uma lista aí. Sobre todas as rubricas pairam dúvidas. E como eu tenho ciência de que os demais parlamentares não de perguntar, e os presentes também, eu vou compartilhar e observar. As que não foram perguntadas pelos presentes ou pelos Srs. Vereadores, aí eu retomarei.

Nesse momento, passo a palavra ao Sr. Vereador Aurélio Nomura.

Aqueles que desejem formular questões à Sra. Secretária, por favor, façam a inscrição aqui com a Assessoria.

O SR. JAIR TATTO – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Qual é a questão de ordem, Vereador?

O SR. JAIR TATTO – Temos quatro Srs. Vereadores inscritos, e hoje, pela plateia, haverá uma inscrição extraordinária.

P – Não sei, vamos aguardar.

R – Não, eu tenho certeza, absoluta convicção de que haverá muitos inscritos, talvez o maior de todas as audiências. Então eu diria que quanto mais sintéticas as palavras

dos quatro inscritos, sem prejudicar as dúvidas, nós vamos contribuir para o debate, porque ainda temos três pastas hoje.

P – Só para esclarecer V.Exa: na audiência anterior, houve mais inscrições do que nesta. Na educação houve muito mais do que nesta. Esta tem 13, e a outra teve 16 ou 17.

Tem, V.Exa., a palavra.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Obrigado, Presidente. Gostaria de saudar a nossa Secretária Luciana Temer, saudar os demais Vereadores, saudar o público presente.

Gostaria de começar pela minha primeira indagação.

Estou vendo o orçamento com relação à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, e vejo que, para pessoal e encargos sociais, a proposta de 2016 é de 100 milhões, representando um aumento de 29% em relação ao orçamento de 2015. Gostaria de entender o porquê deste aumento.

A SRA. LUCIANA TEMER – Prezado Vereador, na verdade, esse aumento é decorrente da nomeação de mais cem assistentes sociais concursados, da incorporação da nomeação de 100 assistentes, feitos agora no segundo semestre de 2015, e o próprio aumento gerado pelo subsídio, pela lei aprovado na Câmara, para a carreira dos servidores, que atingiu a assistência social. Então tivemos um incremento do subsídio dos assistentes sociais, e tivemos agora a incorporação de 100 novos assistentes sociais nesse segundo semestre, além de mais 100 novos assistentes sociais no primeiro semestre de 2016.

P – Alisando o Fundo Municipal de Assistência Social, estamos vendo que a proteção especial à população em situação de rua, o atendimento psicossocial, a proteção especial à pessoa deficiente, enfim, uma relação de ações que são bancadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social. Apresenta um valor-referência, mas não inclui o valor que deveria ser ajustado com relação ao pessoal, o que dá um valor de 930 mil reais, quando deveria ter um reajuste de mais 239 milhões. A senhora poderia explicar por que não foi incluído? (Palmas)

R – O senhor está falando do reajuste dos funcionários das entidades sociais parceiras?

P – Das entidades que constam pelo pagamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

R – É porque esse reajuste é pago por meio dos convênios.

Queria retomar um histórico aqui, caro Vereador.

Na verdade, temos essa questão todo ano. Todo ano temos o dissídio e o dissídio coletivo. Em 2013, o dissídio foi de 8%. O governo conseguiu repassar 7% dessa diferença. Tv queria dizer que quando se faz o reajuste do dissídio, apesar de o dissídio incidir somente sobre os recursos humanos do convênio, nós fazemos o repasse total, no valor do convênio, o que inclui alimentação, carros, enfim, o que for. Na verdade, essa repasse, apesar de ser a menor, é sobre o valor inteiro do convênio.

Em 2013, tivemos 7% de reajuste. Em 2008, as entidades também sofreram com o reajuste dos funcionários, em 8%, e conseguimos dar 7% também. E este ano, de 2015, que foi 9%, e nós conseguimos repassar 5,5%.

Queria dizer que esta é uma briga muito antiga das entidades, não diz respeito a esta gestão. Quando assumimos, as entidades tinham ficado três anos sem reajuste – que só foi dado no último ano. Então esta é uma luta das entidades que eu reconheço, algo a ser trabalhado. Sei que existe projeto de lei, inclusive nesta Casa, de reformulação de lei de parcerias, que tornaria obrigatório o repasse do dissídio. Acho que é algo a ser discutido, algo que precisa ser enfrentado pelo Governo, mas é um problema e uma dificuldade que não é dessa gestão. Conseguimos, em três anos, repassar uma diferença razoavelmente boa; ao passo que a gestão anterior ficou três anos sem repassar nenhuma equiparação com relação ao dissídio que as entidades tinham sofrido. Então é uma briga que tem de ser comprada pelas entidades, e elas estão comprando, e é muito legítimo.

A gente tem trabalhado com a Secretaria de Gestão, com a Secretaria de Finanças, a Secretaria de Governo, trabalhando junto com a Secretaria de Educação. Também conseguimos, nesta gestão, a equiparação do repasse, tanto da educação quanto da assistência social, que às vezes não acontecia, porque a educação é mais rica que a assistência social. Conseguimos equiparar porque a gente sabe que as entidades que têm crédito são as mesmas que têm o serviço da assistência social, e que não faz o menor sentido tratar de forma diferenciada. Estamos numa briga. O marco regulatório, que deveria entrar em vigor, acabou não entrando. Estamos na expectativa dessa nova regulamentação para 2017.

O fato é que temos brigado muito para que haja uma equiparação entre os convênios da educação e da assistência social. E isso para o qual o senhor está chamando a atenção, é uma discussão legítima, mas uma discussão bastante antiga, que o Governo, este e outros, está enfrentando.

P – Acho que, além disso, deveria haver uma isonomia com relação à equiparação dos funcionários da Secretaria. Se se está repassando por um reajuste de mais de 100 milhões, deveria haver também para aquelas pessoas que trabalham em várias ações, através do Fundo Municipal, um reajuste compatível, isonômico, com relação a essa questão. (Palmas)

R – Eu só queria fazer uma ressalva importante.

Independentemente de saber da luta justíssima das entidades, queria dizer que, quando eu vou contratar uma supervisora, para um cargo livre da assistência social, eu não consigo, porque um gerente de um serviço de assistência social ganha mais do que uma supervisora cargo livre da assistência social. Isso é um fato.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Vou pedir, respeitosamente, que nós mantenhamos o nível de acompanhamento da presente audiência pública, respeitando a Sra. Secretária, que aqui vem carinhosamente, dando atenção, dando as explicações segundo o seu entendimento. As vaias não contribuem para isso. Por isso insisto: se desejam se

manifestar, abriremos a tribuna para que falem, mas a vaia me parece que não seja o instrumento apropriado, porque estamos abrindo a palavra. Não é necessário vaiar. Terão a ode de fazer uso da palavra. Expressem em palavras, não em vaias. Muito obrigado, senhoras e senhores.

A SRA. LUCIANA TEMER – É da democracia; está tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Para os investimentos, foram orçados 100 mil reais em 2014, mas nada foi liquidado. Para 2015, nada foi orçado e, para 2016, a proposta orçamentária é de 4,4 milhões. Por que essa gangorra orçamentária de investimentos?

A SRA. LUCIANA TEMER – Desculpe, Vereador, mas essa informação está equivocada. Na verdade, previsto para investimentos em projetos, hoje temos 9 milhões, um valor que, de fato, é muito menor do que foi previsto nos anos...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Desculpe interrompê-la, Secretária, mas eu gostaria que o Vereador Nomura indicasse a rubrica.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Está na planilha.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Desculpe, Vereador, mas...

O SR. AURÉLIO NOMURA – Está na planilha.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Permita-me, Vereador. Gostaria que V.Exa. indicasse a rubrica para que os demais possam acompanhar os números e evitar que haja divergência, pois a Secretária pode acontecer de a Secretaria responder por determinada rubrica que não seja a que V.Exa. estiver indagando. Mencionando números, como eu fiz, não restarão dúvidas, pois o nosso objetivo é esclarecer e não fazer pairar dúvidas de natureza diversa. Já que aos demais presentes é difícil pedir isso, peço pelo menos aos Vereadores que indiquem a rubrica para que não haja dúvidas sobre os dados, até para que eu possa relatar com precisão.

Muito obrigado.

O SR. AURÉLIO NOMURA – De nada.

Mas aqui não se trata de rubrica e sim da apresentação da planilha oferecida pela Comissão de Orçamento e Finanças em relação a investimentos que já em sua primeira página mostra números acerca de investimentos liquidados. Em 2014: zero; orçado e liquidado em 2015: zero; proposta: 4,4 milhões para 2016.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Isso é só em relação à Secretaria.

A SRA. LUCIANA TEMER – Sim, claro. Mas deixe-me explicar uma coisa, Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Corrigindo: 2 milhões. Perdão.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Secretária, eu vou tentar traduzir para V.Exa. Trata-se do resumo imposto. Dos 191 milhões, 15 milhões e 154 mil, compostos da seguinte forma: da rubrica 2171: 5 milhões, 784 mil; da 21100: 130 milhões, 855 mil; da 6163: 690 mil, 233; da 6166: 60 milhões, 684 mil. Todas essas rubricas compõem a Pasta da Secretaria. Dentro delas, estão contidas pessoas e encargos sociais ora por mim já distribuídos em todos. Essas são as rubricas.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Eu sei que vem destacado embaixo, mas é que essa rubrica é o resumo. Ao Vereador, cabe dizer com clareza rubrica por rubrica dessa matéria, como eu já fiz. Daí a minha indagação.

Vereador Nomura, os números que V.Exa. mencionou, da rubrica 2171 são compostos por: material de manutenção do sistema, que a Secretária já respondeu; da 21100, 130, que a Secretária já respondeu; da 21180, eu não perguntei, mas foi zerado; da 6163, a Secretária já respondeu; da 6166, a Secretária também respondeu. Por economicidade, ela já respondeu a todas e esses números estão contidos nos cem milhões que V.Exa. há pouco mencionou.

Eu peço, então, por economicidade, que não sejamos repetitivos.

Obrigado, Vereador.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Depois da interferência do nosso Relator...

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Interferência, não, esclarecimento.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Após o esclarecimento do nosso Relator, eu gostaria de finalizar fazendo uma pergunta, pois quero entrar na questão do Fundo de Assistência Social.

Ao contrário do que a Administração afirma, os serviços estão caindo ano a ano. O orçamento atualizado de 2015 é de 889 milhões de reais, mas, até outubro, 689 milhões, ou seja, 69,6%. A proposta orçamentária para 2015 é de um pouco mais de 1 bilhão de reais, ou seja, 31% a mais do que no orçamento de 2015. Dito isso, primeira pergunta: por que se estima um valor tão alto se efetivamente ele não é realizado? Segunda pergunta: os gastos de 2015 foram superestimados?

São essas as minhas perguntas.

A SRA. LUCIANA TEMER – Vereador Nomura, na verdade, temos 1 bilhão empenhado, o que significa que será liquidado até o final do ano.

P – Nós não temos os dados do empenhado, apenas do liquidado.

R – Mas nós temos 1 bilhão empenhado; liquidado, 846 milhões. Esses são dados atuais da Secretaria.

P – Mas eu tenho dados até outubro somente.

R – Então, são os dados atuais da Secretaria, que estão aqui para V.Exa. consultar.

P – Então, nós vamos ter a execução total, integral do orçamento previsto para 2015?

R – Nós estamos trabalhando seriamente para isso e essa é, na verdade, uma cobrança cotidiana não só minha, mas de todas as equipes, inclusive da do orçamento, porque

não se pode devolver dinheiro na Assistência Social. Nós gostaríamos de ter muito mais dinheiro na Assistência Social do que nós temos. Por isso, devolver é uma irresponsabilidade.

Nós temos trabalhado muito seriamente. Acho que, no primeiro ano de gestão, eu devolvi uma parte, 2 milhões do Governo do Estado, porque nós não podíamos manter, que foi realmente uma coisa terrível, mas havia uma questão logística difícil de ser manejada com o Estado. Mas no segundo ano nós já resolvemos isso e já não devolvemos mais dinheiro do Estado, porque havia uma questão logística de prestação de contas que fazia com que a entidade cofinanciada pelo Estado acabasse um tanto de dinheiro por não conseguir prestar contas até o final do ano, e nós tínhamos que devolver para o Estado. Então, para evitar isso, nós entramos numa séria negociação com o Estado, e hoje nós gastamos todo o dinheiro do Estado. Acho que todo o esforço que a Secretaria tem feito é para não devolver um tostão.

P – Então, na realidade, esses 989,9 milhões serão executados até o final do ano. E esse 1,05 bilhão, ou seja, 31% a mais no orçamento, também está totalmente em condições de ser executado no ano que vem?

R – Sim. Mostrei isso na apresentação; inclusive o nosso plano de expansão comporta todo esse dinheiro a mais.

P – O.k. Obrigado.

- Assume a presidência o Sr. Ari Friedenbach.

O SR. PRESIDENTE (Ari Friedenbach) – Obrigado, Vereador Aurélio Nomura.

Para suas ponderações, Vereador Ricardo Nunes.

O SR. RICARDO NUNES – Primeiramente cumprimento os Vereadores Nomura, Quito Formiga, Jair e Milton; Secretárias Luciana, Mariana e toda a equipe da Assistência, muito dedicada.

Secretária, antes de fazer minha pergunta, quero fazer uma observação que acho justa e é o que nós vínhamos conversando muito nas outras audiências de 2013 e 2014. Nós estamos vendo uma expansão da rede, sobre a qual o FAS sempre fala e pela qual as

entidades sempre têm batalhado. Eu fiquei muito feliz com a notícia de mais um SAE, 19 unidades Casa-Lar, 33 serviços de Família Acolhedora, inclusive na proteção básica. São 41 milhões e terá, para 2016, 3,4 milhões por mês.

Para os CCA, por exemplo, como apresentado aqui por V.Exa., serão 40 serviços, com um investimento de 15,8 milhões para 2016, mais ou menos 32,9 mil por mês mais ou menos. São 40 serviços que, pela média do cálculo que eu fiz, não está com 60 jovens, mas com 120 por mês.

Queria, portanto, parabenizá-la pela clareza, porque, às vezes, parece que são 40 serviços, mas, quando nós vamos ver, são para 20 pessoas cada serviço. Mas V.Exa. colocou 40 serviços para uma média de 120 crianças por serviço. Com isso, nós vamos ter um grande avanço nos serviços. Pelo que eu entendi, só do CJ, a ideia do Governo era tentar diminuir os CJ para aumentar os Cedesp; está aumentando 4,4 milhões para CJ. Tenho visitado alguns Cedesp, que estão lotados, os CJ, nem todos, alguns sim, mas alguns percebemos que não estão conseguindo manter a demanda. Essa é a observação que faço de uma experiência pessoal de quem vai visita os serviços. Os CCAs sempre estão cheios. Sempre tem demandas para ter mais vagas. As entidades sempre pede para aumentar o número de vagas. Não é o que acontece com o CJ. Enfatizando que o Cedesp, pelo que tenho visto, tem sido um resultado fantástico. Foi um grande acerto da sua gestão de incentivar a questão dos Cedesp. Teremos 5 milhões e 200 mil em 2016, com uma média de 43 mil e 600, por mês, também com dez serviços que vai dar uma média de 120 alunos por serviços contratados. Isso tem de ser observado. Temos de falar aquilo que é necessário, como fez o nobre Vereador Nomura, nobre Vereador Milton Leite, mas também é nossa obrigação em dizer quando os números estão muito positivos e as coisas conseguem avançar. Tanto da proteção básica como da proteção especial que terá avanços em 2016 que não tivemos nos anos anteriores. Queria parabenizar por isso. inclusive do SAFs, serão abertos cinco SAFs importante, e se a senhora puder considerar a região que tem o pior IDH da cidade, já falei isso para a senhora em 2013, falei

em 2014, e agora to falando de novo. Água mole em pedra dura, tanto bate até que fura, que é SAF(?) lá de Marsilac que são cinco. Creio que seja importante a senhora puder nos atender. Vai sair? Obrigado Secretária.

E com relação as minhas perguntas, como tem muitas pessoas inscritas, talvez as pessoas que estão aqui, vieram, e quero parabenizar pela presença, é bom ver o recinto lotado. As pessoas estarem escutando e estar participando. É assim que construímos uma Assistência mais forte. Quero fazer uma colocação e talvez as perguntas que tenho a própria população faça, então voltaria no final para não ficar repetitivo. Com relação à Peça, é uma questão mais técnica, é importante para nós da Comissão de Finanças ter isso nos registros taquigráficos. Na rubrica do código de atividade 6154, por exemplo, nos outros serviços também tenho a mesma dúvida, mas vou pegar isso como exemplo, só para poder entender a dinâmica da elaboração da Peça. O 6154, ele tem lá, o acolhimento a Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPI, que teremos, cinco novos. Temos o orçado 2015, 12 milhões e 800 mil reais, atualizado, foi para 15 milhões e meio. A minha dúvida técnica é a seguinte: serão abertos cinco novos ILPIs. Esses cinco novos ILPIs, terão um custo de três milhões 414 mil reais. Quando a gente soma os 3 milhões 414 mil reais, mais os 15 milhões e meio, que já existe em 2015, ele dá 18 milhões e 900. Mas o que está na Peça Orçamentária para 2016, é de 27 milhões. Pela lógica teria que somar o que já tem, com os cinco que vai ter dar os 18 milhões, mas está 27. Se a senhora, puder depois falar, consultar o pessoal, somente entender qual a lógica para poder compreender a Peça orçamentária proposta pela Secretaria.

Tenho mais questões a colocar, mas acredito ser mais importante poder dar a palavras aos presentes. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nobre Vereador Quito Formiga.

O SR. QUITO FORMIGA – Obrigado, Sr.Presidente. Cumprimento a todos os presentes. Tenho uma questão que me preocupa muito e já observei aqui que temos duas rubricas, mas antes, quero colocar uma observação que já havia formulado antes, do nobre

Vereador Aurélio Nomura, questionar, é sobre os reajustes dos convênios, que segundo a senhora está sendo por volta de 5,5%. Estou sendo procurado em meu gabinete por algumas entidades, e a informação que eu tinha é que esse reajuste era de 5%. Sabemos que a maioria dos dissídios coletivos, para funcionários de entidades, conforme a senhora colocou, está quase, entre 8, 9,10% e com o reajuste de 5,5% do orçamento acredito que possa, talvez, inviabilizar alguns convênios. A minha colocação é de que vou procurar conversar com essas entidades que estiveram comigo, e vou colocar uma emenda exigindo o reajuste para esses convênios no orçamento. Sei que V.Exa. tem trabalhado muito para que possa fazer uma b ao administração, mas olhar com carinho e procurar essa equiparação para todos eles.

A questão que me preocupa muito, é a questão das pessoas com deficiência. No caso aqui a rubrica 4223 e a 7110, operação e manutenção da central de interpretação de libras interpretes e guias interpretes e a 7110, projetos para inclusão da pessoa com deficiência. Sabemos, e não é novidade que a administração, subprefeituras, hoje não tem nenhuma acessibilidade nessa questão dos surdos, que é uma população hoje na Cidade de São Paulo de meio milhão, 516 mil surdos. Em São Paulo, cidade espelho do mundo, é uma cidade sem inclusão nessa área. Não temos na secretaria, nas subprefeituras, nos prédios próprios interpretes de libras. Isso para mim é uma falha monstruosa. É uma população que imposto, que merece essa inclusão. Quero deixar claro que vou elaborar uma emenda específica para essa questão e peço o carinho da senhora para que possa executar e nós possamos ter ai esses interpretes de libras onde precisa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado nobre Vereador. Solicito a Secretaria que encerre as inscrições. O nobre Vereador Milton Leite combinou que V.Exa. responde, antes, porém, gostaria de fazer duas considerações. Tivemos aqui um reajuste de quase 12% nessa Pasta. Da área social é a Secretaria que está tendo o maior reajuste. Na Educação, no Plano Municipal, garantimos 2% a mais na Lei Orgânica. O nobre Vereador Ricardo Nunes, relator ano passado, e que exerceu com muita propriedade, confere. A área social foi a que

teve mais reajuste real. Talvez seja um conceito de gestão da Secretaria de Assistência Social, na da gestora. V.Exa. tem tratado todos os movimentos, todas as associações com muita presteza e eu sou testemunho disso. Que Assistente Social não tem fim. A nossa cidade tem 12 milhões de habitantes. Ela é acolhedora. Nessa mesa tem um Japonês e eu nasci no Paraná. É próprio de uma cidade em que os desafios serão maiores. Não estou falando de números. Já disse, temos aumento de 12%, os Haitianos, a realidade. É duro ter um valor já deliberado e vir o pastor, o padre, a freira, todos nós que temos uma convivência social dizer| olha aquele tem de acolher, aquele tem de acolher, é duro. Estou dizendo que isso aqui pode tornar um IPREM que o nobre Vereador Ricardo Nunes relatou. Não vamos ter fim. Até sugeriria, temos oito inscritos, para aproveitar e debater um pouco do conceito de gestão da Cidade de São Paulo. Ponderar, também, que o sindicato dos senhores, deu 9,5% de aumento, mas a Secretaria só recebeu 5,5. Como funciona isso? Que relação essa social que pode existir com essa modernidade? É a crise. Isso não pode acontecer. Não pode trazer a pipa na mão e exigir que se repasse. São dificuldades que quero aqui colocar. Gostaria de ponderar a possibilidade de que nas falas, também, possamos debater um pouco do conceito de gestão para o futuro da Cidade de São Paulo.

Com a palavra o Sr. Natanael de Jesus Oliveira.

O SR. NATANAEL DE JESUS OLIVEIRA – Boa tarde a todos. Estou representando o Conselho Municipal, o COMAS, que veio solicitar que seja ajustado a Peça Orçamentária que está na Câmara Municipal de São Paulo, porque quando foi aprovado no Conselho no mês de agosto, não tinha o reajuste de 5,5%. Então a Peça Orçamentária, que está na Câmara Municipal de São Paulo, está desatualizada, além, disso o Conselho Municipal, na reunião, está reivindicando que conste na Peça Orçamentária a verba de humanização e também prevê o reajuste dos convênios par ao ano que vem. Senão vai acontecer novamente no ano de 2016, assistência social e o conselho municipal, vem aqui novamente reiterar os ajustes na Peça Orçamentária. Então o Conselho Municipal de

Assistência Social, está solicitando que seja acrescentado na Peça Orçamentária, mais 239 milhões, 256, 743,40 – vou protocola ofício- no Fundo Municipal de Assistência Social que consta aqui 1 milhão 45, aqui na Câmara Municipal de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a palavra a Sra. Sonia Vicentine.

A SRA. SONIA VICENTINE – Boa tarde a todos. Sou coordenadora do FAS, e trago aqui dois documentos, um endereçado ao Vereador Relator da Comissão, Sr. Milton Leite, e outro endereçado ao nobre Vereador José Police Neto. O fórum é um espaço que discute, delibera sobre as políticas públicas da Assistência Social e que tem ao longo de 22 anos, exercido essa função sempre com essa presença importante da população que trabalha, executa, operacionaliza políticas nos territórios. As nossas bandeiras são amplas e são elas que nos movem. Os que nos movem aqui é o compromisso. O compromisso com essas bandeiras e nós viemos buscar o compromisso desta Casa, dos Srs. Vereadores, da Secretaria, com essas bandeiras. Entre tantas outras, mas o orçamento é uma das que mais nos preocupa porque é o nosso meio de sobrevivência. É a forma como que conseguimos efetivamente, atender a população no âmbito do direito. Queremos 5%, sim. Isso é uma discussão nossa. Mas neste momento, nesta Casa, nesta proposta, queremos para 2016, a fala que o COMAS trouxe representado pelo Sr. Natanael, à complementação de mais 239 milhões de reais, para garantia, sobretudo, em primeiro lugar, do reajuste dos salários, e dos reajustes também, de outros itens das planilhas de custeio que hoje já estão deflacionadas. Não podemos abrir mão da verba de humanização. Queremos os nossos equipamentos em melhores condições, limpos, pintados, adequados, ventilados, torneiras funcionando, para que possamos, de fato, dar um atendimento digno á população mais pobre que é a população atendida pelas nossas comunidades.

Queremos o repasse de 1%, não pago em 2104. É preciso que em 2016, a gente retome, porque esse 1%, faz uma diferença muito grande dentro das nossas despesas e não podemos esquecer das organizações que são mais prejudicadas, as menores que isso faz uma

enorme diferença. Não queremos abrir mão da capacitação dos trabalhadores. Estamos, sim, empenhados com esse compromisso junto. Mas queremos lembrar que nosso último ato que trouxemos para as ruas, é exatamente o sinônimo dessa nossa preocupação. Nos animam você dizer que amplia, mas queremos a ampliação sem precarização. E hoje estamos vivendo uma realidade extremamente difícil para as organizações em não precarizar tendo que arcar com 4%, de que não foi repassado dentro desse imbróglio, e difícil processo de negociação entre sindicato e outros atores. E nós ficamos com prejuízo. Nós das OS, nós os trabalhadores, nós os usuários representados pelo FAS, trazemos aqui o nosso pleito para o compromisso desta Casa, com a Pasta da Assistência Social. Obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Com a palavra o Sr. Ricardo Lima.

O SR. RICARDO LIMA – Boa tarde a todos. Nós da Comissão de Orçamento do Fórum de Assistência Social da Cidade de São Paulo, coincidentemente, ou não chegamos a mesma proposta do conselho municipal de Assistência Social, que é a necessidade de reajustar, em 239 milhões da maneira que iremos protocolar a essa Casa, ao Presidente da Comissão de Orçamento, ao relator e até quarta-feira, todos os Srs. Vereadores receberão a nossa proposta, receberão o nosso ofício, de reajuste nas rubricas na forma que está posta. Tivemos em 2014 uma diferença de 1%, em 2015 uma diferença de 4%, e nós na comissão junto com o SEMPLA, dentro do conselho municipal, tínhamos já previsto para esse ano um reajuste de 6.5, que a Secretaria disse para nós, não ter lembrado no COMAS, mas disse estava assegurado em um acerto com a SEMPLA ano passado. E a ai, a inflação vai deixar de cair nessa conjuntura social que estamos vivendo no País? Não! É necessário nós contemplarmos, a inflação do ano que vem, porque se nós não projetarmos, temos 1251 serviços organizados por 351 OS. E esses serviços executam uma política pública. Não está praticando caridade. A minha pergunta para a Secretaria de Assistência Social, para os nobres vereadores, se de repente chegar em agosto, o sindicato, a inflação, chegar 10% novamente como chegou esse ano, se o poder publico, se a Secretaria vai conseguir assumir os serviços

das organizações que vierem a quebrar, porque 1% de 2013, ai soma 4% no ano de 2015, e se não orça no ano que vem, não vai ter nada. A inflação vai chegar. Já está aí. Se não tiver repassado nada, essa Pasta, essa Gestão, essa Casa, vai entrar para a história da Cidade de São Paulo por quebrar uma política de 22 anos. Não está certo, precisamos pensar que essas 351 OS, que estão executando serviços de uma política pública de direito, deve quebrar ou não? O Poder Público está pronto para assumir esses 1251 serviços diretos e as OS vierem quebrar em agosto, setembro, outubro? Ano que vem temos de ter mais 10% previsto, porque a carne subiu 14%, convênios 5,5. E os outros itens de despesas?

- Assume a presidência o Sr. Ricardo Nunes.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Nunes) – Com a palavra, a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde a todos. Sou Maria do Socorro, conhecida por Dona Socorro. Perante várias pessoas aqui, com conhecimento de lei, de núcleo, eu simplesmente vou falar do idoso. Não idoso que faz parte de equipe, mas do idoso vulnerável que está lá sem assistência, sem apoio, sem nada. Sou da zona Leste, região de Itaquera, do Conjunto Habitacional Águia de Haia, Cidade E. Carvalho, região de Itaquera, de renome, porque é o Corinthians. Só que não passou do papel. Todos sabem que quando o Sr. Prefeito Haddad assumiu, o Plano de Metas, nós exigimos, que idoso não entrou e continua não fazendo parte de nada. Eles são transparentes e invisíveis. Porque tem morador de rua idoso, na favela, no Conjunto tem morro, tem córrego. Também as mulheres são esquecidas porque somos da época arcaica são vistas como obedientes, “humildezinhas”, criar filhos e ser escrava de neto. E aí? Onde estão vocês? Eu quero uma resolução. O idoso vota. Somos mulheres idosas, chega de falar o quê? Núcleo! E esses infelizes, essas pessoas que nada têm? Sou de ONG, trabalho vulnerável, sou voluntária, trabalhei na Febem 19 anos, trabalhei no PS. Quero resposta. Quero solução. Muito obrigada!

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Com a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa tarde a todos. Saúdo os representantes da população, como também os Srs. Secretários, é bonito ver essa Casa, com os conselheiros, com os militantes da Assistência Social, militantes do Conselho do Idoso, varias entidades, essa galeria lotada que merece aplausos, porque está lutando pelos direitos da população vulnerável dessa cidade.

Infelizmente, observando o orçamento de Assistência Social, as noticias não são boas. Observamos que na fala da Secretaria Dra. Luciana, pouco foi falado sobre o CRAS. A Verba do CRAS para 2015, implantação de Centro de Referências Assistência Social, três milhões de reais, até outubro agora nada foi executado e ano passado eram 20 CRAS, apenas um foi entregue, segundo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, nos revelou. É um atraso muito grande na entrega do CRAS. E o Plano de Metas preceitua que são 60 CRAS nessa gestão dos 4 anos. Até dezembro de 2016. Meta 3. Gostaria de saber quantos CRAS foram realmente entregues e se essa meta será atingida, como também o CREAS, que é um fato semelhante. A implantação de CREAS, a verba de 300 mil reais, nada foi também executado.

No ano que vem, prevê-se com endereço mais quatro CREAS. Só que dois CREAS e um CRAS não têm nem endereço. Só que os CRAS esqueceram Ipiranga, Jabaquara, Sacomã e Cursino. Eu queria saber qual o critério para implantação dos CRAS e dos CREAS.

Também pergunto sobre a verba para implantação de equipamentos de proteção e convivência da pessoa idosa, os famosos Centros-dias. Nada foi executado em 2014, nada executado em 2015. Por que não se prioriza o Idoso nos Centros-dias previstos para o Plano de Metas. Segundo consta há 15 previstos. Quantos foram entregues até agora? Por que a verba do idoso - em 2013, constava inserção social idoso e atendimento integral idoso - sumiu do orçamento? Foram fundidas em outras verbas. Isso é muito ruim. Este orçamento não está transparente no sentido do detalhamento que tem de constar.

Você tem uma dotação do morador de rua que tem 20 equipamentos em um só. Isso não tem transparência nem do local que vai ser feito quanto da questão do tipo do equipamento.

Também pergunto das residências inclusivas. Alguma foi entregue este ano? Preveem seis para o ano que vem, mas três estão sem endereço. Restaurantes comunitários, algum foi entregue? Por que o da Mooca não foi entregue? Por que está sem endereço para 2016?

Havia muitas outras questões, mas termino por aqui solicitando respeito à população vulnerável, excluída, que vocês tão bem lutam. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Fábio.

Próximo, Padre Lédio, do FAS.

O SR. LÉDIO – Boa tarde. Primeiramente, gostaria de falar ao Vereador Jair Tatto para reajustar o salário dos trabalhadores. Os salários baixos são decorrentes da inflação. Inclusive, o governo que está lá é do seu partido. Então, não foi um favor dado aos trabalhadores. Todos os trabalhadores da assistência social têm despesas, Sr. Vereador, eles pagam água, luz, telefone - pelo menos aqueles que podem ter. (Palmas)

Para o Paulo, estamos aqui hoje também, Ricardo, porque ano passado fomos desrespeitados dizendo que não precisávamos daqueles recursos porque o COMAS tinha aprovado os recursos necessários. A prova está aí: a assistência social não teve os recursos necessários para poder reajustar conforme a inflação os convênios deste ano.

Então, estamos pedindo agora para que seja recomposta aquilo que o Poder Público não assumiu como política pública que é a assistência social.

Depois, Sra. Secretária, fico muito feliz que haja uma expansão, mas não podemos aceitar uma expansão com precarização e, hoje, o quadro da assistência social está de maior precarização ainda tendo em vista que não aumentaram os recursos suficientemente, só em 5,5%, a inflação está em torno de 10%. Então, não é suficiente. Como vamos expandir?

Serviços precarizados? Não podemos compactuar com isso. Também não concordamos que a referência seja o Governo Kassab que por três anos nos penalizou por realizarmos uma política pública neste estado. A nossa referência é aquela, Sra. Secretária, o SUAS, política pública da assistência social.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Padre Lédio.

Próximo, Gilberto Santos, munícipe.

O SR. GILBERTO SANTOS – Boa tarde a todos.

Quero parabenizar o Vereador Quito Formiga por fazer aquela emenda e também a Sra. Secretária de Assistência Social.

A nossa luta é pela assistência social na cidade de São Paulo. Já vimos de muito tempo nessa luta através do FAS e de toda a legislação que prevê a garantia de direito dos trabalhadores e dos usuários do qual trabalhamos. Entendo quando V.Exa. falou de várias ampliações da rede básica, de proteção básica, de expansão – você usou o termo – e também da proteção especial.

Mas acabou de sair uma pesquisa da Fipe, que você mesma contratou, parabéns, é uma pesquisa muito boa, está lá sobre a população em situação de rua, 15.904. São atendidas cerca de oito mil e sete mil estão nas ruas. Então, é muita gente na rua.

V.Exa. falou de uma ampliação de quatro serviços de centros de acolhida. É muito pouco para esta Cidade e pela situação que a população vulnerável se encontra.

De tudo que foi falado aqui, o FAS, todas as reivindicações, com certeza você anotou, estamos de acordo com o aumento da assistência social, mas queremos falar da precarização. O Padre Lédio acabou de falar que não dá para as organizações arcarem com esse ônus. V.Exa. deu 5,5%, e a gente arcar com quatro. A gente vem arcando há tempos.

Fizemos um ato dia 26, fomos até a sua porta na Secretaria com várias organizações, trabalhadores e usuários. De lá, fomos até o Prefeito e protocolamos um

documento. Nós queremos resposta. Nós queremos ser atendidos porque é através do diálogo, Sra. Secretária, que vamos avançar nesta Cidade. (Palmas)

Se não formos atendidos, vamos para o pau, vamos acampar e vamos fazer outro ato. Queremos ser atendidos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Gilberto.

Próximo, Sr. Adair Rosa.

O SR. ADAIR ROSA – Meu nome é Adair, moro na zona Sul e estou reivindicando o que está acontecendo no meu albergue. Eu sou deficiente, sou idoso, tenho 69 anos e houve um comunicado de que seremos fechados e vai todo mundo para rua.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Qual é o equipamento?

O SR. ADAIR ROSA – Como eu vou morar na rua nesta situação?

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO TEMER LULIA - Qual o equipamento?

O SR. ADAIR ROSA – Umuarama, Cidade Ademar.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO TEMER LULIA - Qual o equipamento que o senhor está que diz que vai ser fechado?

O SR. ADAIR ROSA – É o Boraceia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Ok.

O SR. ADAIR ROSA – Só que agora não é mais Boraceia. É CAE Umuarama. Eu fui para lá e achei que seria melhor, mas fui assaltado cinco vezes em um mês. Lá tem pessoas que são recolhidas das ruas. Então, esperavam a gente chegar para assaltar.

Como sou deficiente, uso muleta, idoso, então, achavam que tinha dinheiro. Levaram 622 reais em cinco assaltos em um mês. Então, eu pedi à assistência social para me tirem de lá, senão iria dormir na rua. Eu já dormi na rua, já fui morador de rua, não minto, não tenho vergonha. Tenho muitos amigos moradores de rua.

Olhem para a gente. Nós precisamos. Todos que trabalham na casa são assistentes sociais, inclusive a gente é social. Olhem para a gente porque precisamos da casa.

Se vocês fizerem alguma coisa pela gente, agradecemos. Moramos na Rua Eduardo Amigo, 703-B. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Obrigado, Sr. Adair.

Próximo, Sr. Antonio Cabral, trabalhador social.

O SR. ANTONIO CABRAL – Boa tarde a todos. Eu queria dizer que boa parte do que anotei aqui, de certa forma já foi contemplado na fala de meus companheiros do FAS, principalmente da Sonia.

Como eu dizia para a Sra. Secretária na audiência do COMAS, o custo do serviço é de responsabilidade da Secretaria. Ela não tem de ficar passando o pires em lugar nenhum para bancar o serviço. Então, é de responsabilidade da Secretaria bancar o serviço, inclusive recursos humanos.

Os meus colegas já citaram a dificuldade que estamos tendo para pagar o reajuste da CLT, da cláusula do sindicato. Se formos levar em conta a flexibilização que está sendo apregoada, possivelmente vai cair a qualidade do atendimento e não é isso que queremos. Queremos melhorar a qualidade do atendimento.

Vou repetir o que já falei para V.Exa. no ano passado que vimos pedindo aos trabalhadores sociais formação permanente para todos os trabalhadores da rede socioassistencial. Na apresentação que tivemos dos anais da conferência foi apresentado que estava havendo capacitação. Em todo o lugar que vou, tento achar quem está sendo chamado para participar de capacitação e não consigo. Pode ser que esteja havendo capacitação pontual, mas formação permanente para nós, trabalhadores da assistência, não há e temos necessidade de disso porque as pessoas estão migrando muito da assistência para a educação e estão vindo pessoas novas para compor conosco, graças a Deus, mas está faltando essa capacitação.

Lembro ao Vereador Jair Tatto que não estamos nem pedindo valorização salarial, estamos pedindo reposição salarial e quero dizer que também moro na zona Leste e recebo

constantemente correspondências suas e uma delas diz que tem um PL nesta Casa pedindo a verba de humanização, de sua autoria. É só peça de propaganda, Vereador? (Palmas)

O SR. JAIR TATTO – Pela ordem, Sr. Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vereador, só um minuto.

O SR. JAIR TATTO – V.Exa. vai me permitir esclarecer, senão...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vereador, só um minuto. Temos ainda mais 15 inscritos.

O SR. JAIR TATTO – Sim, mas, como Vereador, tenho direito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou pedir para V.Exa. esclarecer...

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – É que é uma audiência pública.

Vou pedir para V.Exa. esclarecer, para eu poder continuar ouvindo os que estão inscritos.

O SR. JAIR TATTO – Muito obrigado. Então, V.Exa. está concordando comigo. Eu coloquei a questão de uma disparidade entre o que se deseja e a realidade. Então, Padre Lédio, jamais eu disse (ininteligível) que eu sou contra reajuste para trabalhador. Eu acho que entenderam isso. Então, sou plenamente a favor do reajuste. Eu estou dizendo que os números não batem e a conta não fecha; e que um dissídio de categoria, numa realidade que nós vivemos, pode ser muito bem combinado com aquilo que o convenie, com aquilo que são os recursos passados para a Prefeitura. Somente isso. Então, deixe-me afirmar aqui para gravar: Eu não sou contra e muito obrigado por Antônio César dizer que eu, Antônio Cabral, que eu sou autor do projeto que pede uma revisão da portaria 46/47. Eu sou o autor que pede essa revisão e sou um dos interlocutores do FAS junto a essa secretaria.

Fico agradecido em poder esclarecer e conter a minha ansiedade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Álvaro Moura.

O SR. ÁLVARO MOURA – Boa tarde a todos. Quero parabenizar a todos os militantes que aqui estão. Nós estamos reivindicando uma causa muito importante dentro da área social. Quero deixar aqui a minha pergunta. Já foi dito pelos que me antecederam sobre a questão da precarização dos serviços. Foi colocado e explanado, no telão, que outros serviços estão sendo construídos, mas a atenção para os serviços que já existem e estão sucitados? E aqueles que precisam do serviço não estão sendo acolhidos de forma adequada, por falta de atenção que não é dada para esses funcionários que atendem diretamente a esses usuários.

Sr. Secretário, a minha pergunta é: “O que há de previsão orçamentária em relação aos trabalhadores sociais de proteção especial, que hoje atuam em carga horária de 40 horas semanais, sem adicional de insalubridade, com a *per capita* tão baixo por usuário atendido no Estado de São Paulo?” Quero ser sucinto. Acho que todos aqui que me antecederam já explanaram um pouco sobre a minha indignação quanto também a funcionário que aqui apresenta aos SEAS, Serviço de Proteção Especial, e estamos juntos. Já foi dito por todos aqui: “Se preciso for, estaremos novamente. O que nós queremos é dialogar junto com todos, mas parece que nós não somos ouvidos. Parece que nós somos colocados num momento de espera. Nós queremos sentar juntos, dialogar, para que juntos possamos ter um melhor desenvolvimento, para que o serviço possa ser continuado e ser bem atendido ao usuário, que é o mais importante”. Então, quero deixar a minha pergunta e agradecer a todos pelo momento de estar aqui retribuindo a atenção e a reivindicação a todos; e vamos continuar sempre. Se preciso for, vamos novamente reunir lá em frente, à Prefeitura, à SMADS, enfim, vamos fazer de tudo para que nós possamos lutar por algo melhor para a nossa população, que é sucitada e sempre é deixado de canto; mas nós estamos aqui em voz deles e vamos lutar por eles.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente Mundial da Unicosmos, Nações, Sustentabilidade e Cidade; e Presidente Nacional da Central Geral Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadores do Brasil, que é a CGSTB. A cidade de São Paulo é uma metrópole cosmopolitana, com um PIB de 437 bilhões de reais anual. Contribui com 40% do PIB paulista. É 13% do PIB nacional, mas, ao longo desses anos, os cofres públicos aqui da Cidade vêm sendo sucateados por máfia de político do Poder Executivo e Legislativo, que tem desviado cerca de 10 a 12% do PIB da cidade de São Paulo, assim colocando, vamos dizer, a sociedade paulistana a mercê das políticas públicas. É tanto que 1,2 milhão de famílias hoje corresponde a 4,325 milhões de cidadãos e cidadãs que moram em favelas, cortiços, área de risco e conjuntos irregulares na cidade de São Paulo. Isso é um verdadeiro absurdo para uma cidade tão rica. Nas 41 audiências públicas da Lei de Zoneamento, a nossa tese foi: Regularização fundiária e título de propriedade para todas essas famílias; e aqui voltando para o orçamento, o Serviço Social, a Assistência Social é um serviço relevante, com uma integração tanto dos municípios e tanto da sociedade brasileira. É uma pasta que teria que teria de ter mais recursos para se trabalhar.

Voltando aqui, na cidade de São Paulo, vou fazer duas perguntas. Há 16.450 moradores de rua na cidade de São Paulo. Cada morador desse custa quase dois mil reais para os cofres públicos da cidade de São Paulo; e esses moradores de rua continuam na rua precariamente, sem alimentação e sem banho. Com esse dinheiro que é investido em cada morador, não daria para se dar uma moradia mais digna, inclusive com a criação de curso de capacitação profissional, conseguindo empregos para esses moradores de rua? Há outra pergunta. O Braços Abertos é um projeto de lei excelente. Eu estive em várias audiências públicas contra a violência da Polícia para o usuário de drogas. Tanto o Governo Federal e outros governos, fala fino para traficante de droga, mas fala grosso para os usuários de drogas.

Eu estive fazendo uma investigação naqueles hotéis, (ininteligível) Hotel Macedo, era um hotel que tinha um rendimento de cerca de oito mil reais por mês. Está contratado pela

Prefeitura a 30 mil reais. Por exemplo, num quarto de quarenta reais, foram colocados quatro ou cinco camas, com o mesmo valor da diária do hotel. Eu queria saber quais são os hotéis que estão sendo contratados e quais são os valores.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

Tem a palavra a Sra. Elizabete Ferreira.

A SRA. ELIZABETE FERREIRA – Boa tarde a todos. Boa tarde, Sra. Secretária. Faço parte do Grande Conselho do Idoso. Represento a Capela do Socorro, na região Sul, uma região com 55 mil idosos, sendo que nós temos mais de quatro mil idosos acima de 80 anos. Esses idosos estão realmente excluídos e invisíveis. São idosos com Alzheimer, são idosos com AVC e são idosos cadeirantes. Nós estamos numa luta há anos. Entramos no Ministério Público e estamos reivindicando. Temos espaço junto a federal, que é do INSS. Esses idosos é que levaram muitos benefícios para a nossa região. Foram trabalhadores de bonde. Andavam a pé até Santo Amaro; e hoje eles não têm saúde. Hoje eles são excluídos da assistente social, porque lá não há SAS. Lá não há nenhuma assistente social, porque eles foram contribuintes. Agora eu pergunto: “É certo? Eles receberam um salário mínimo, porque eles foram trabalhadores. Eles não recebem bolsa-família. Eles não recebem LOAS”. Não é BPC. Então, como eles não são BPC, não puderam entrar no CRAS, porque não têm condições para estarem indo para o CRAS. Eles querem saber quem é a família; e essa família é o esposo com 80 e a esposa com 80 também.

Hoje eu estou aqui representando. Como eu sou mulher negra, olham para mim e dizem: “Quem é você? Qual é o seu cargo? Quem você representa?” Então, hoje eu estou aqui com dignidade. Sou uma idosa. Se hoje sou uma idosa, quantos anos tem a minha mãe?

Então, eu gostaria que V.Exa. revisse. Nós temos pedido, no Ministério Público, nós temos pedido junto, para nós termos um Centro Dia e gostaria que a V.Exa. fizesse, se pudesse, junto com o INSS, porque eles precisam é que a Secretaria peça o terreno.

NÃO IDENTIFICADA – Eles não podem dar. A gente já pediu.

A SRA. ELIZABETE FERREIRA – Não, falaram: “Se houver necessidade, não há nenhum pedido da secretaria com interesse num terreno que é de mobilidade para todos. Então, V.Exa. quer chegar? É isso que nós gostaríamos de saber. Quem vai continuar sendo invisível? Também nós precisamos do NCI, junto ao espaço do CDC Ébanos, que também já foi cedido, para que nós pudéssemos ter. Então, gostaríamos que isso fosse feito, uma força-tarefa. Onde V.Exa. poderia nos ajudar? Isso que eu venho solicitar, que V.Exa. possa esclarecer. Pedidos já foram feitos com o Ministério Público. Já demos entrada no CRAS há anos e, até agora, nós não fomos atendidos.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Carlos Henrique, da Associação Arte Artesão.

O SR. CARLOS HENRIQUE – Boa tarde a todos e a todos. Eu estou aqui representando, na verdade, os usuários da área da Assistência Social. Fiquei muito indignado com essa situação que nós estamos vivendo hoje na área da Assistência Social, porque sucatar o serviço é tirar alimento do usuário e é desqualificar o profissional. Há muito profissionais da Assistência Social que vão ser prejudicados também com esse reajuste truculento entre a secretaria e o sindicato. Eu acredito que o usuário depende do serviço e depende do profissional. Então, nós precisamos sim desses 239 milhões.

Vereadores desta Casa, todo ano, aqui no orçamento, dizem: “Por que não se gastou isso e por que não foi feito aquilo?” Eu vou fazer um questionamento: “Por que os Vereadores não vão fiscalizar o serviço e saber o que realmente está sendo executado?” Ficam o ano todo aqui sentado na cadeira e não resolvem o problema da população. Têm que trabalhar. O povo quer que trabalhem. Vamos trabalhar. Eu trabalho. (Palmas)

Nós não estamos pedindo esmola. Nós queremos aquilo que é de direito. Nós queremos sim os 239 milhões. Se nós conseguirmos aqui na audiência, e vamos lá à Prefeitura e vamos ficar acampado lá até conseguir, porque é um direito que nós temos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Sr. Carlos, a gente tem uma subcomissão aqui que tem visitados os equipamentos à noite.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Querem ver? Nós estivemos visitando o equipamento da Bompar, no Bresser.

O SR. CARLOS HENRIQUE – Desculpe. Quem visita somos nós, que somos a população, que somos liderança e que estamos lá visitando.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Desculpe-me, Sr. Carlos. Eu o ouvi. Eu vi o desejo desafio e estou propondo que o senhor vá com a gente. Nós vamos fazer ainda visita no equipamento da zona Norte, no Zaki Narchi. Vamos fazer visita para fiscalizar. O senhor não propõe fiscalizar? Eu estou lhe informando.

O SR. CARLOS HENRIQUE – Mas depois de quatro anos?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não, não. Não há quatro, há dois anos e meio. Se o senhor não quer, a gente não faz; mas, como a gente vai fazer, eu estou lhe deixando o convite. Eu, o Vereador Ricardo e o Vereador Aurélio Nomura fazemos parte de uma subcomissão que tem discutido a questão do atendimento ao morador de rua. Então, eu deixo o convite e quem quiser ir, depois pegue a agenda.

NÃO IDENTIFICADO – Falar que eu não vou não é justo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – E falar que eu também não vou não é justo.

Tem a palavra o Sr. Carlos Aureliano.

O SR. CARLOS AURELIANO – Boa tarde à comissão e à Sra. Secretária. Quero fazer duas perguntas diretas para a Sra. Secretária. Uma é assim: Eu queria saber de onde S.Exa. tirou os 5,5 para dar de reajuste na tabela de alimento de custeio. Outra coisa: Se está

sobrando tanto dinheiro com a secretaria, por que há indenizatório de 2013, 2014 e 15, que ainda não foi pago? (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

A reunião da subcomissão acontece às quartas-feiras, de quinze em quinze dias, às 9h30 e as visitas são à noite, sempre depois das 19h.

Tem a palavra a Sra. Darlene Afonso, trabalhadora da Assistência Social.

A SRA. DARLENE AFONSO – Eu gostaria de colocar assim: Quando V.Exa. fez toda essa explanação, que foi interessante, acho que faltou colocar uma informação, de que praticamente 90% do serviço de Assistência Social que hoje acontece, no município, é feito pelas ONGs.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. DARLENE AFONSO – Noventa e oito por cento. Como o nosso colega colocou, se quebrar, eu acredito que hoje o município de São Paulo não tem como assumir esse trabalho que a gente faz. Eu já fui bastante contemplada pelos meus colegas do FAS. Pertencço ao FAS. É importante se fazer esse adendo no orçamento, para que a gente consiga garantir, para o ano que vem, e principalmente reabrir as negociações em relação aos 5,5%, porque, como o nosso colega colocou, a crise está complicada e, quando a crise complica, aumenta-se muito grande a população que a precisa atender. A nossa clientela aumenta muito.

Em relação aos salários também, eu não sei, eu não vou questionar o que V.Exa. disse. Hoje eu sou gerente de um equipamento. Foi dito que um gerente hoje ganha mais do que uma supervisora. Quero colocar aqui para a Casa que, por exemplo, um agente operacional hoje ganha 968 reais para fazer um trabalho extremamente penoso, um trabalho em equipamentos, onde a gente tem uma precarização tremenda. Quanto falamos, a equiparação é geral, não é uma equiparação de cima para baixo, é uma equiparação de baixo

para cima, porque a gente precisa valorizar o educador e o operacional, que está ali à frente do trabalho.

Há uma terceira coisa que eu queria colocar, que é o seguinte: A gente entende a crise, mas a conta não fecha. Nove e meio por cento, como o Padre colocou, é a correção da inflação. Não é um reajuste salarial; e a correção da inflação, como V.Exa. colocou, é em todos os itens. Então, hoje a gente não está conseguindo tocar o serviço; e aí a conta não vai fechar. Nós vamos ter 5% de diferença. Quem vai pagar? Lembro que a gente presta um serviço público. É uma política pública, que tem garantia no SUAS e precisa ser feito de maneira digna. O usuário tem direito a ser atendido, de maneira correta e séria. Não dá para fingir que atendem. Para nós, trabalhadores, não dá mais para fingir que eu faço e o usuário fingir que recebeu; e aí fica essa situação.

Eu gostaria muito de pedir a sensibilidade dos Vereadores, para nos ajudarem a reabrir as negociações, porque 5,5% vão ocasionar um caos na Assistência Social.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Elza Maria.

A SRA. ELZA MARIA – Boa tarde a todos. Eu queria fazer aqui um depoimento e também pedir a sensibilidade dos Srs. Vereadores e da Sra. Secretária, que a gente já conhece, porque eu sou gestora de uma organização social, parceria da Secretaria de Assistência Social.

Em 1980, eu aceitei, junto com boa parte da direção da minha organização, que é apoio, que nós tirássemos dinheiro do bolso e que nós pagássemos o transporte e, às vezes, até o serviço que a gente fazia para ajudar as pessoas mais necessitadas na Favela da Vila Prudente. Eu fiz isso de 1980 a 1983. Bom, veio a Constituição de 1988, e depois veio o Plas(?) e o SUS e hoje eu estou quase voltando aos anos 80. Eu não entendo o que acontece. No ano passado, como a Sra. Secretária já disse, o aumento do sindicato foi de 8%; e o da secretaria foi de 7%. A secretaria permitiu que nós flexibilizássemos as outras rubricas e fosse

tirado esse 1% de outras despesas, para completar os 8% do salário. Bom, nesse meio tempo, as despesas não ficaram estagnadas. A inflação veio. Então, só a carne aumentou quase 80%. Se eu tirei 1% daquele valor que já estava defasado, eu precarizei o serviço.

Agora, neste ano, a gente tem aí o sindicato... A convenção coletiva deu 9,5% e a secretaria deu 5,5%. Considerando que a folha de pagamento de qualquer projeto é em torno de 80%, como eu vou tirar ainda mais 4,5% nas outras despesas, considerando que nem todo serviço tem outras despesas? Nós temos, por exemplo, o serviço de abordagem, que quase só tem RH. Então, eu vou flexionar de onde? Então, eu vou ter que demitir todo mundo. Por exemplo, os profissionais que fazem o serviço de abordagem da CAP só têm recurso para RH. Então, como pagam? Então, eu estou, de novo, voltando a 80, a ter que pagar o serviço. Agora eu fico indignado porque hoje eu não aceito mais isso. A realidade mudou. A gente paga imposto e a gente paga muito caro imposto. Assim, até não teria problema de pagar muito caro o imposto se ele retornasse em benefício para a população, mas quando ele não retorna em benefício para a população eu não aceito.

Então, de verdade, nós vamos ter que resolver isso, porque, enquanto dirigente de organização, eu não aceito pagar a conta para atender à população de rua na cidade de São Paulo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra a Sra. Andreza Godói.

A SRA. ANDREZA GODÓI – Boa tarde a todos. Eu estou aqui representando os trabalhadores sociais e eu gostaria de esclarecer e deixar um pouco mais aberto a banca dos Vereadores, para entender a realidade do serviço. Já trabalhei em quatro tipologias diferentes e todas elas não fecham a conta com o Repas(?), e atualmente eu estou numa ILPI. Aí a contrapartida já é alta, sem haver toda essa defasagem de não repassar esses 4% que está sendo lotado(?) agora, para a gente chegar aos 9,5. Então, assim, a conta já não fecha para as organizações há muito tempo. Não há uma questão atual. Não é uma questão só de agora. Então, assim, eu fico me perguntando. Durante a bancada, foram perguntadas algumas

rubricas, de que algumas questões financeiras não foram liquidadas. Por que a nossa rubrica, pensando na manutenção dos nossos serviços, é sempre defasada? Se existe uma pasta que não está liquidando dinheiro, e(?) a nossa nunca tem, para a gente ter o repasse necessário. Segunda coisa, até vou abarcar o pedido de uma amiga. Vou falar o quanto nós, trabalhadores sociais, trabalhamos pela política pública e gostamos de trabalhar nela; e, muitas vezes, vemos obrigados a migrar de política ou migrar para outros serviços, porque não somos valorizados enquanto trabalhadores. A gente tem que estar sempre numa luta constante, para a gente ter o mínimo de valorização.

Então, a primeira pergunta que eu quero fazer é: “As ILPIs que vão abrir, no próximo ano, só para seguir o segmento de onde eu estou hoje, já são reavaliadas? Porque hoje a ILPI que eu tenho, são quase 50 mil de contrapartida no trimestre, porque a conta não fecha; fora os outros serviços que eu já disse que também não. A segunda pergunta que eu quero fazer é: “Se existe tanto dinheiro não liquidado em outras pastas, por que é tão difícil a gente conseguir, na nossa rubrica, o valor que é necessário, para a gente não precarizar os serviços que a gente já luta com isso há muito tempo?”

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Washington Silva.

O SR. WASHINGTON SILVA – Boa tarde a todos. Primeiro quero cumprimentar e saudar os usuários e os representantes dos usuários que estão presentes. É dessa forma que vamos conseguir melhorar e contribuir para uma assistência social com mais qualidade.

Quero saudar os colegas de trabalho, principalmente os profissionais da assistência social que são, também, protagonistas dessa política pública da assistência social. Cumprimento ainda os representantes das organizações, bem como os membros da Mesa e a Sra. Secretária da Assistência Social.

O que trago, hoje, em plenário, é uma reivindicação de todo esse coletivo: usuários, trabalhadores, representantes de ONGs. Sabemos que a única faixa da Prefeitura em que houve sobra de recursos é justamente da Assistência Social. Então, esse coletivo não tem dúvida nenhuma de que é possível, ao invés de publicar uma portaria, para as organizações flexibilizarem recursos que vai comprometer o atendimento dos usuários, que já tem sido muito difícil, é muito diferente o atendimento à população em situação de rua na prática do que na teoria. Nós, os trabalhadores, estamos dia a dia com o usuário. Nós sofremos, na pele, e diariamente, a dificuldade de trabalhar com essa falta de recurso.

Então a nossa reivindicação é que se flexibilize a Peça Orçamentária desse ano, pois essa é uma das nossas reivindicações; flexibilize onde não foi gasto para repor essa diferença no Anexo I que é de 5%, que é 1% de 2013 mais 4%, porque não dá para aceitarmos o Sindicato oferecer um reajuste de 9.5 e a Secretaria de 5.5, sem contar o 1% que as organizações já vêm arcando.

Essa é uma das sugestões, portanto, que seja flexibilizada a Peça Orçamentária. Não sou economista, o coletivo aqui também não. Mas o mínimo de entendimento que temos é de que tem recursos. Por isso, pedimos um esforço da Secretária em flexibilizar onde não foi gasto para que seja reparado e nós tenhamos esses 10.5 ainda esse ano, porque o que vamos votar aqui é para o ano que vem.

A outra sugestão – e eu peço atenção aos Vereadores, pois é muito importante – é que crie um projeto de lei para destinar 5% do Orçamento Municipal para a Assistência Social. Nós sabemos que sem orçamento não vamos avançar em nada. (Palmas)

Esse coletivo também espera, hoje, sair daqui com a garantia de que vai ser reparado esses 5% de reajuste, para equiparar com o Sindicato e com a inflação. E também esperamos sair daqui, hoje, com garantia que haja 10%, para o ano que vem, de reajuste. Nós sabemos que não tem orçamento para o ano que vem. Se esse ano está difícil dessa maneira, imaginem o ano que vem. É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado. Quero anunciar a presença do Vereador Calvo, do PMDB.

Passo a palavra ao último inscrito, Sr. Ricardo de Lima, por três minutos.

O SR. RICARDO DE LIMA – Só retomando, pois a primeira fala nós dedicamos à questão das organizações.

Mas algo que foi colocado é que não está existindo, pelo menos na última década, uma valorização dos trabalhadores sociais. Nós estamos só repondo perdas salariais. Não sei se a Secretária e também os nobres Vereadores sabem que as pessoas que trabalham com a população em situação de rua estão adoecendo. Tem muito trabalhador que dedica 12 horas em um centro de acolhida e que está adoecendo. (Palmas)

Há as pessoas que fazem a abordagem da população em situação de rua e que também estão adoecendo. Muitas vezes, sofrem outras tantas dificuldades, porque o censo que a Secretaria apontou, e que foi gasto, mostrando o número da população em situação de rua, demonstrou também um problema de gestão da SMADS no que diz respeito às vagas nos centros de acolhida.

O censo da população em situação de rua apontou que tem 8.570 pessoas acolhidas. O relatório dos convênios feitos pela SMADS, na época – abril – apontava 11.556 vagas para os convênios. Então temos uma disparidade de 2.900 pessoas que não estavam acolhidas e não foram adicionadas ao censo. Ou o censo está errado, ou estamos com um problema de gestão de vagas dentro da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Temos um problema muito grave aí.

E, quando chegar a época de baixas temperaturas, os CREAS dizem que não tem vagas, mas o censo diz que tem. Daí os Orientadores Sócio Educativos, muitas vezes, são ameaçados na rua porque falta vaga.

Portanto, essa Casa, além disso, tem de confrontar os números, porque se esse censo está errado e foi gasto um milhão – jogado no lixo -, vejam, um milhão! E se ele está

certo, temos um problema de gestão de vagas e distribuição entre os CRAS e CREAS, pois essa vaga não chega aos profissionais que estão atendendo as pessoas em situação de rua.

Temos de investigar, porque 8.570 pessoas acolhidas e 7.335 na rua, ainda estamos com uma disparidade entre o relatório de convênios dos 73 Centros de Acolhida com essa diferença gritante. O censo está errado, Secretária? A SMADS não está sabendo gerir as vagas dos centros de acolhida e, portanto, deixando o trabalho ainda mais precarizado e difícil do que já é para quem faz abordagem nas ruas? Precisamos pensar e atentar a isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Queremos agradecer, aqui, sua segunda intervenção e, por um erro da Mesa, inclusive, que não observou que o senhor já tinha feito uso da palavra. Por um lado é bom, por outro ruim, pois é um tempo que seria de outro orador ou mesmo para a audiência como um todo.

Passo a palavra imediatamente à Secretária, por favor, para as respostas.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO TEMER LULIA – Vou tentar fazer uma síntese de tudo que foi dito.

Quero só antes esclarecer ao Ricardo, pois ele faz uma leitura equivocada. Na verdade, o censo, como todo e qualquer censo é um recorte do momento. Então, tem toda uma logística do censo e foi explicado no comitê de população em situação de rua, a professora Silvia, responsável pela pesquisa, fez a apresentação, inclusive, da metodologia do censo.

O que acontece é: tem-se um número de vagas, sim, mas não obrigatoriamente você tem todas as noites, todas as vagas preenchidas. E, às vezes, não é por problema de dinâmica, é porque as pessoas não querem. E mais ainda se olharmos que o censo foi feito no verão.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO TEMER LULIA – Não. Isto é verdade. Não temos todas as noites. Frentes frias, sim, mas, no verão, não se tem todas as noites todas as vagas ocupadas.

O fato de existir, potencialmente, dez mil vagas, não significa que, naquele momento, o recorte era de preenchimento absoluto. Só para esclarecer essa questão: o censo foi feito corretamente e o que se constatou é que, naquele recorte daquelas noites, naquele dia, que foi feito aquele território – pois é feito por território – havia aquele número de pessoas acolhidas.

Acho que a grande questão, aqui, e o que foi discutido, eu diria para os Vereadores que são situações muitas sérias e de reflexão muito profunda. Afinal, o que se discutiu aqui não foi o Orçamento da Assistência Social simplesmente, mas o que se propõe a discutir é a Assistência Social enquanto política pública e que caminhos que ela toma. Acho que temos de fazer uma avaliação e vou tentar expor algo mais abrangente e, depois, eu respondo pontualmente as perguntas.

A discussão é muito profunda e essa Casa tem, realmente, que se debruçar sobre isso. A gestão pública tem de se debruçar sobre isso. Muitas das queixas que aparecem aqui são muito pertinentes. A Assistência Social é muito mal compreendida pela sociedade em geral enquanto política pública. Temos muitos enfrentamentos para fazer enquanto Poder Público, enquanto gestor da Assistência Social. E as entidades também, enquanto executoras aqui em São Paulo, porque o que a Darlene falou, 98% dos serviços da Assistência Social são prestados por entidades parceiras. Isso significa que a assistência social de São Paulo é prestada, basicamente, pelas entidades parceiras, cabendo simplesmente à gestão pública a supervisão dos serviços. Então, de exercício direto, temos os CRAS e os CREAS e os Centros-Pop e o resto, todo o serviço é conveniado.

Aproveito para dizer sobre a abertura de CRAS e CREAS, viu Fábio, que, de fato, não abrimos – nem abriremos, já digo – todos os CRAS que estão no programa de metas. Os CREAS todos serão abertos. Os Centros-Pop todos serão abertos. Os CRAS não abriremos todos – abriremos poucos, inclusive – porque não faz sentido mesmo abrir um CRAS sem recursos humanos suficientes.

E, nessa linha de preocupação de precarização – que é a preocupação de todos aqui – também não faz sentido abrir uma casa, a ideia do CRAS não é uma casa, é um atendimento. E como nós temos mesmo dificuldade, nós só conseguiremos contratar 200 novas assistentes sociais – e o CRAS não é feito só de assistentes sociais, é equipe multidisciplinar, ou seja, psicólogos, pedagogos que não são até só da esfera da assistência social – então, de fato, não abriremos 60 CRAS na cidade de São Paulo. Mas, por outro lado, abriremos todos os CREAS e os Centros-Pop que estão no Plano de Metas.

E sobre as reivindicações em relação aos reajustes e à verba de humanização são questões muito profundas. A própria precarização dos serviços eu tenho discutido com vocês sempre. Temos tido muitas oportunidades de debate. Aqui mesmo foi falado sobre diálogo. Acho que se há algo em que não nos temos oposto é justamente o diálogo. Nem eu, na gestão da Secretaria, nem o Prefeito Fernando Haddad, temos nos oposto. Tanto é que todas os anos a questão do dissídio foi discutida, inclusive, com o Secretário de Governo, em todas as situações. A Secretaria de Governo tem se envolvido sempre nessa questão e, portanto, o diálogo tem ficado permanentemente aberto.

Sei que vocês fizeram um pleito, o FAS fez um pleito para uma conversa no sentido de reabrir a questão do dissídio. E acho que o Governo tem de avaliar mesmo.

E o que eu quero dizer ainda é que estamos num momento que é o recorte do Orçamento. Eu diria para vocês que, num recorte estrito de Orçamento, aquilo que eu apresentei a vocês como ampliação e as nossas preocupações, não só com o cumprimento de metas, mas também com a expansão da proteção básica - que não está nas metas – é a nossa questão real, cotidiana, para enfrentamento do ano que vem.

E o que vocês trazem nesta discussão é algo muito mais profundo é que não cabe, nem se esgota, nesse momento, que é realmente como é que se conduz a Assistência Social na cidade de São Paulo. É um debate grande. A briga é uma briga importante e é uma briga de todos vocês e também da gestão pública de encontrar os caminhos.

O pleito que vocês trouxeram, de recomposição do Orçamento da Assistência Social – e eu sempre digo: cada um tem um papel, eu tenho meu papel como gestora pública -, é lógico que eu também quero mais dinheiro para a Assistência Social. Tudo indica que vou estar aqui também o ano que vem e, claro, eu gostaria de ter mais dinheiro para fazer mais coisas na Assistência Social até para que nossos embates fossem menores. Se bem que sabemos também que o dinheiro da Assistência Social na cidade de São Paulo é infinito. Eu nem sei que dinheiro bastaria para resolver a questão da Assistência Social de São Paulo.

Ao mesmo tempo, porém, eu, como gestora integrante dessa gestão, tenho de dizer que o Prefeito Fernando Haddad tem valorizado a Assistência Social; que esse Orçamento é um Orçamento que, no contexto das demais Peças Orçamentárias de outras Secretárias, foi privilegiado; e entendo que é pouco que a cidade precisa, mas tenho de dizer, na minha obrigação como gestora, que, dentro da repartição do dinheiro total da Prefeitura, a Assistência Social foi contemplada na medida do que era possível.

Enfim, em relação às ILPIs novas que me perguntaram, qualquer modificação de valores ou de RH tem de passar pelo COMAS. As novas ILPIs não estão previstas com nenhuma organização, nenhuma situação nova, mas eu queria dar uma notícia, que considero uma boa notícia para quem trabalha com os ILPIs: acabamos de firmar uma parceria com a Secretaria de Saúde, uma parceria importante, através da qual faremos uma ILPI que vai concentrar todos os idosos Grau 3 da Cidade, pois sabemos que o Grau 3 é um problema bastante grave para as ILPIs.

Nós conseguimos depois de muita conversa um serviço híbrido com a Saúde e nós teremos a transferência de todos os idosos Grau 3 para um equipamento que vai ser atendido, conjuntamente, pela Saúde e pela Assistência Social. E, dando certo esse piloto, ele vai se espalhar pela cidade.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LUCIANA DE TOLEDO TEMER LULIA – Fica no Canindé. Dona Socorro, eu prometi fazer um centro lá em Itaquera e estamos atrás do imóvel que a senhora disse que é da Saúde.

Sabemos que a questão dos idosos é algo muito caro. Não é porque a D. Socorro está aqui – nem reclamou -, mas uma boa parte das metas da Assistência Social está ligada aos idosos. Em relação aos Centros-Dia nós abrimos três, esse ano. Na verdade, vamos abrir os 15 e espero que mais do que 15, por isso que estamos lançando o edital na cidade inteira. E os primeiros que forem aparecendo, nós vamos fazendo, sim, os Centros-Dia. E seu Deus quiser, em Itaquera, vamos conseguir fazer também.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Não vamos esquecer Itaquera.

Secretária, mais alguma consideração? (Pausa) Não.

Vou perguntar ao Vereador Milton Leite se ele tem alguma consideração. Passo a ele a palavra, por dois minutos, para que ele possa encerrar e, em seguida, abrimos a audiência sobre a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres.

Tem a palavra o Relator Vereador Milton Leite, em até três minutos.

O SR. MILTON LEITE – Sra. Secretária, ouvindo V.Exa., o Orçamento está apertado, está com falta de recursos em diversas Pastas, mas, cabe sempre a essa comissão extrair leite de pedra. E sempre existe a pequena possibilidade de remanejamento.

A senhora diz que o Orçamento da sua Pasta está equilibrado, os programas, as metas, enfim, o Plano de Metas será cumprido. Eu pergunto: em havendo a possibilidade de remanejarmos recursos para V.Exa. quais as três prioridades para a senhora?

A SRA. LUCIANA TOLEDO TEMER LULIA – Prioridade é difícil. A Cidade inteira é prioridade.

O SR. MILTON LEITE – Preciso de três prioridades. Nós devemos remanejar algum dinheiro aqui. E, para ser bem honesto, nós já vislumbramos alguma gordura em alguns lugares e, digamos assim, há possibilidade real de remanejarmos.

Sendo assim, precisamos que a senhora indique. Como a senhora defendeu que está tudo, medianamente, equilibrado, eu preciso que a senhora diga quais seriam as três rubricas prioritárias.

A SRA. LUCIANA TOLEDO TEMER LULIA – Eu diria que, talvez, a prioridade, hoje, e isso aparece na audiência, talvez não esteja numa dotação específica, mas seja justamente a recomposição...

- Manifestações na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Peço silêncio para a que a Secretária possa finalizar.

A SRA. LUCIANA TOLEDO TEMER LULIA – Talvez seja a previsão de uma verba de humanização e do reajuste. Acho que essas são as demandas que aparecem aqui e não podemos desconsiderar. (Palmas)

O SR. MILTON LEITE – Está perfeito, Sra. Secretária.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Agradeço à Secretária pela disposição em ficar aqui, até esse horário, sei que tinha outros compromissos, mas acho que agora cumprimos essa etapa.

Essa presidência suspenderá os trabalhos por um minuto para que possamos nos despedir da Sra. Secretária e, chamar, em seguida, a Secretária Denise Motta Dau.

Estão suspensos os trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos sob a presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Reaberto os trabalhos com a presença da Secretária Denise Dau. Obrigada pela presença. Tem a palavra a Sra. Denise Dau, Secretária Municipal de Política para as Mulheres.

A SRA. DENISE MOTTA DAU – Boa tarde a todas as Sras. e Srs. Vereadores presentes, a todas as pessoas da população da cidade de São Paulo que vieram prestigiar a apresentação do orçamento da Secretária Municipal de Política para as Mulheres para 2016.

É importante recuperarmos que esta é uma secretaria nova, criada em janeiro 2013, mediante decreto do Prefeito Fernando Haddad e regulamentada por esta Casa em maio de 2013, com o objetivo de formular, coordenar e executar políticas públicas de promoção dos direitos das mulheres, eliminando as discriminações que as atingem e visando sua plena integração social.

Temos cinco coordenadorias que refletem as nossas áreas de atuação: enfrentamento à violência contra a mulher; autonomia econômica; participação e controle social; ações temáticas, onde vários temas que envolvem uma articulação intersetorial se concentram – saúde, LGBT, igualdade racial, educação, cultura; e a supervisão de serviço de atendimento às mulheres.

No Programa de Metas da Prefeitura de São Paulo, de 2013 a 2017, temos as metas: 40, instalar uma Casa da Mulher Brasileira em São Paulo; 41, instalar mais uma Casa Abrigo e uma Casa de Passagem; 59, criar e efetivar a Secretaria; 60, reestruturar os cinco Centros de Cidadania da Mulher redefinindo suas diretrizes de atuação. Outras metas que envolvem nossos objetivos: 113, criar o Conselho da Cidade, Conselho Municipal de Transportes e mais seis novos conselhos temáticos, entre eles, teremos a criação do Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres; 115, realização de 44 conferências municipais temáticas, as quais contêm as nossas Conferências de Políticas para as Mulheres.

O que é exatamente a meta 40? É a instalação da Casa da Mulher Brasileira, equipamento inédito para atendimento às mulheres em situação de violência. Ela vai ficar em um terreno de sete mil m², a construção ocupa quase quatro mil m² e vai se localizar na Rua Vieira Ravasco, 26, Cambuci, a um quilometro da Praça da Sé. É uma parceria com o Governo Federal. A construção é integralmente financiada pela Secretaria de Políticas para as

Mulheres, do Governo Federal, e será uma em cada capital. A situação atual é que as obras foram iniciadas, em setembro de 2015, e pretendemos inaugurá-la até o final do primeiro semestre de 2016.

A meta 41, instalar uma Casa Abrigo, é um equipamento público de acolhimento para mulheres em situação de violência que estejam em risco de morte, acompanhadas ou não de seus filhos e filhas. O financiamento é integral pela Prefeitura de São Paulo. Não temos parceria nessa ação e a situação atual é que estamos buscando imóvel para a instalação da casa. A localização é em um endereço sigiloso.

A meta 41, instalar uma Casa de Passagem. O que é uma Casa de Passagem? No que ela se difere de uma Casa Abrigo de endereço sigiloso? É um equipamento inédito na cidade de São Paulo, não há nenhum que funcione 24h, nem as delegacias da mulher funcionam 24h. Ela fará acolhimento provisório de curta duração para mulheres em situação de violência. O serviço terá capacidade de atender 10 famílias, ou seja, 10 mulheres com seus respectivos filhos e filhas, independentemente do número.

A casa foi planejada para receber famílias de, no mínimo, três pessoas e, no máximo, cinco pessoas podendo ser maior de acordo com o número de componentes das famílias atendidas. A localização é em um terreno ao lado do histórico Centro de Referência da Mulher Eliane de Grammont, que foi o primeiro serviço municipal de atendimento às mulheres em situação de violência implantado na cidade de São Paulo, na Rua Estado de Israel, 823, na Vila Mariana.

O financiamento é compartilhado entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres Federal e o Município de São Paulo. O edital para a construção da casa está aberto até o dia 3 de dezembro.

O SR. MILTON LEITE – Sra. Secretária, quer uma sugestão? Vá para a peça orçamentária específica porque é isso que vamos discutir.

A SRA. DENISE MOTTA DAU – Só vou ler a meta 60, depois eu pulo para a parte do orçamento.

Reestruturação dos cinco Centros de Cidadania da Mulher. Recebemos da gestão anterior os Centros de Cidadania da Mulher bem precários, então, construímos essa meta. Atualmente, o Centro de Cidadania da Mulher de Itaquera teve sua reforma concluída. Parelheiros, Capela do Socorro, Perus e Santo Amaro estão em processo de reforma e termina em dezembro.

A reestruturação dos equipamentos de informática e mobiliário foi inteirinha feita através de parceria com o Governo Federal por meio de emenda parlamentar e estamos reformulando as atividades realizadas nesses espaços com a realização de oficinas temáticas.

Em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal estamos implementando o curso de geração de renda para grupos de mulheres nos Centros de Cidadania da Mulher. A ideia envolve 300 mulheres e, ao final do curso, a ideia é criarmos 10 grupos produtivos na área de economia solidária que pretendemos que depois tenham apoio e sejam encubados pela recente Incubadora de Economia Solidária, inaugurada pela Secretaria de Direitos Humanos e pela Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento.

Vou pular a parte das nossas ações, dos novos equipamentos que serão implantados e vou direto para a parte do orçamento.

O Orçamento de 2016, do ponto de vista de recurso federal, da Fonte 02, para a área de equipamentos, para a ação de estruturação dos equipamentos de informática e mobiliário – vou tentar desprezar alguns centavos e reais – são R\$ 178 mil.

Da Fonte 00: de recurso municipal para administração da unidade e auxílios, 512 mil; ainda em recurso municipal para equipamentos, administração da unidade, contratação de estagiários para equipamentos externos, 102 mil; recurso municipal para área da administração da unidade, contratação de estagiários para a sede da Secretaria, R\$ 20 mil; recurso municipal para a administração de despesas de pessoal, 6,346 milhões; recurso municipal, administração

da sede da Secretaria, 2,1 milhões; recurso municipal para os equipamentos, construção, reforma e ampliação dos equipamentos da Secretaria de Política para as Mulheres, 1 milhão; recurso municipal para enfrentamento à violência, de implantação da Casa da Mulher Brasileira, R\$ 500 mil; recurso federal na área de enfrentamento à violência, implantação da Casa de Passagem, R\$ 500 mil; recurso municipal no enfrentamento à violência, R\$ 2 milhões; recurso federal, ações temáticas, jovens multiplicadores de formação em gênero e direitos sexuais e reprodutivos, R\$ 46 mil; recurso municipal, manutenção dos sistemas de informação e comunicação, 497 mil; recurso municipal para todas as áreas, para que promovam campanhas e atividades na área de política para as mulheres: R\$ 200 mil; equipamentos de enfrentamento à violência, proteção especial às mulheres em situação de violência, 5,880 milhões.

Da Fonte 02: de recurso federal para equipamento e reestruturação da parte de mobiliário dos Centros de Cidadania da Mulher de Capela do Socorro, Itaquera, Parelheiros e Santo Amaro, 132 mil; de recurso federal para participação e controle social, para implantação dos fóruns regionais de políticas para as mulheres na área de participação popular, 1 milhão. É o que restou em caixa, de mil reais, que é o ajuste, que é uma parceria com a Secretaria Federal de Políticas para as Mulheres, então já foi executado, os 32 fóruns já foram implantados e nós temos mil reais em caixa, que é o residual.

Ainda no enfrentamento à violência, para o atendimento da unidade móvel também mil reais residuais. Unidade móvel estava nas telas que eu iria apresentar, mas pediram para eu seguir diretamente ao Orçamento, mas quero recordar que aquele ônibus adaptado, tem duas salas individuais, equipe multiprofissional, e está atendendo as mulheres em várias regiões da Cidade. Nós já atingimos o atendimento de cerca de 15 mil mulheres pelas equipes da unidade móvel entre orientações gerais, distribuição de materiais, informações sobre direitos das mulheres nas mais diversas áreas. Então esse é o residual do repasse da Secretaria de

Políticas para as Mulheres, é federal, é um recurso federal. O convênio já foi executado durante todo o ano de 2015.

Para custeio, temos previsto para o Orçamento de 2016: 15,659 milhões; investimento 3,5 milhões; o total em recurso municipal, 19.159.348,00; e de fonte federal, nessese convênios que abordei rapidamente, 860 mil. E quero dizer que aqui está, também, a previsão, quando falamos em reforma dos Centros de Cidadania da Mulher e dos Centros de Referência da Mulher, que estavam mais detalhados, mas eu tive de acelerar a apresentação, estamos falando não só da reforma da estrutura física, como também conseguimos, por meio de uma parceria com a Secretaria da Saúde, a convocação de psicólogas remanescentes de concurso público. E, com a Secretaria de Assistência Social, a convocação de assistentes remanescentes de concursos públicos.

Assim, nós iremos, também, garantir, a reposição, não é nem a ampliação, mas a reposição, porque recebemos esses serviços com os recursos humanos bastante limitados, vamos conseguir repor a equipe que atende nos Centros de Cidadania da Mulher e nos Centros de Referência da Mulher, com profissionais contratadas por meio de concursos públicos, o que é importante para a manutenção e permanência de uma política de estado.

Então vou parar por aqui. A apresentação do Orçamento mais geral foi feito e estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Sra. Secretária. Estão encerradas as inscrições, foram três os inscritos. Passo imediatamente a palavra ao Relator Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Ouvi a apresentação da senhora, temos aqui nossa Peça Orçamentária para 2016. O que me chamou a atenção é que a Peça conta com R\$ 860 mil para 2016, do Governo Federal. A senhora tem esses convênios assinados, esse dinheiro garantido, Secretária?

A SRA. DENISE MOTTA DAU – Sim.

P - Como está esse dinheiro? É um programa executado, 70% cumprido? Como está esse programa, Secretária?

Para ser bem preciso, a senhora mostrou aqui, na Rubrica 6178, nesse recurso, a senhora o zerou em dois mil e... para Atenção Especial à Mulher. O Governo Federal não vai repassar recurso para nós, Secretaria? A senhora tirou menos 100% daqui, ou seja, em 2016 não tem dinheiro federal, o mais programa das mulheres, é isso, Secretária? Não conseguiu nada do Governo Federal.

R – Temos, sim, que é a Casa de Passagem.

P – Não, não, eu perguntei nessa rubrica, na 6178. Nós estamos discutindo o Orçamento especificamente e a discussão aqui é bem técnica, Secretária.

R – Deixe-me só falar dos 800 milhões.

P – Por que...

R – Ao que se refere?

P – Não, eu vou uma por uma. Os 800 é o resumo. Eu quero uma por uma, Secretária. Na proteção, em especial, às mulheres vítimas de violência, o Governo Federal não vai dar nada? Não contamos com nada, é isso?

R – Não, nós contamos com grande apoio.

P – Nessa rubrica, Secretária, não tem dinheiro? É a 6178.

R – Vou explicar.

P – Não tem dinheiro federal, Secretária, a senhora zerou. A senhora tirou 100% do que era previsto. A senhora abriu só a rubrica, por isso estou perguntando: tem programas assinados? O que temos aí? Quando se abre a rubrica de mil reais, com dinheiro federal é com a expectativa de, se vier, nós suplementamos, é isso, Secretária? Se vier o recurso, a senhora suplementa, é isso?

R – Não, eu vou explicar. Quero explicar o que tem de recurso do Governo Federal.

P – Eu vou um a um. Uma por uma as rubricas.

R – Ah, o senhor quer que eu responda depois, é isso?

P – Não, vou uma por uma. Vou discutir uma por uma com a senhora.

R – Ok. Vou responder a primeira.

P – Estou indagando a senhora aqui Proteção Especial à Mulher. Nessa rubrica, vem dinheiro? A senhora tem programa assinado? A senhora abriu uma rubrica, com assinatura de mil reais, para 2016, a pergunta é: por que da abertura só de mil reais? Conta com a expectativa de vir dinheiro federal? Não conta? Se vier, o que a senhora pretende fazer com os recursos?

Nós estamos discutindo o Orçamento. Mil é rubrica, não é dinheiro expressivo. Se vier, isso aqui só abriu a possibilidade de suplementar, obviamente. Aí pergunto: tem convênio, tem programa e por que da abertura só de mil reais nesse momento? Pois que não tem dinheiro aqui, de federal. Mil reais não é recurso para Proteção às Mulheres Vítimas de Violência.

R – Quero, então, detalhar, o que temos de recurso federal, certo?

P – É o que a senhora entendeu. Depois vou discutir uma por uma. Agora é só essa. Depois a outra.

Eu vou discutir a administração da unidade, vou discutir tudo, uma por uma, Secretária. Essa aqui tem ou não tem dinheiro? Qual a explicação para os mil reais? Desculpe, Secretaria, é na rubrica 6178, nela está mil reais. Isto aqui é discussão do Orçamento, e tecnicamente por que só mil reais do Governo Federal?

A SRA. DENISE MOTTA DAU – Esses mil reais vão ser suplementados, e ainda vem parceria federal para a conclusão da implantação de 32 fóruns de política para as mulheres e para a formação na área da Economia Solidária.

O SR. MILTON LEITE – Por isso estou dizendo, uma por uma. Aqui a senhora explicou, a senhora tem um programa e aqui é para suplementação. E qual a expectativa de valor para investir no Programa de Proteção Especial à Mulher Vítima de Violência com o

Governo Federal? Mil está na rubrica, e qual é a expectativa de suplementação para esse dinheiro? Qual o programa tratado?

R – 500 mil.

P – Mais 500 mil? Agora está explicado.

Vamos seguir, Secretaria. Na administração da unidade não tem - e vou discutir uma por uma – a reestruturação dos Centros de Cidadania da Mulher, e a senhora conta com menos 46% para 2016 – esses são recurso federal – a senhora está pedindo 357.619,00. Outrossim, em 2016, a senhora tem os mesmos 657 mil. É a continuidade do programa, o programa está pela metade? Porque liquidado, até o momento, até outubro são 13.520,00. O que houve com a execução orçamentária dessa rubrica, Secretária? Essa verba é da fonte 02 – Governo Federal, o que veio de dinheiro, por que só 13 mil liquidados? Há expectativa de complementação ou não? Essa redução é por que a senhora ainda vai executar em 2015? E isso é por se tratar de reestruturação dos centros? Deve ser uma obra, uma reestruturação e a senhora gastou parte e há outra parte. Só quero um esclarecimento, se há dinheiro vamos ter de suplementar com recurso municipal. (Pausa)

R – Já está em fase final de execução. Essa rubrica, Vereador, já está em fase final de execução.

P – Pois é, estou perguntando: esse recurso é...

R – Porque é emenda parlamentar...

P – Isso, a senhora tem um valor, executou uma parte e a outra...

R – Foi feita compra de mobiliário para os Centros de Cidadania da Mulher; e para a capacitação de mulheres na área da Economia Solidária. Então uma parte dela, rubrica, vai sim para 2016, mas está em processo de execução.

P – Sim, está executando a obra com parte dos recursos, mas veja bem, a senhora lança aqui na peça orçamentária menos 46%, e fica ruim para quem lê, parece que estão tirando dinheiro da reestruturação. (Pausa) Não, a senhora explicou.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE – Se V.Exa. me permitir, eu vou concluir.

A senhora tem um valor orçado para 2015 de 657, desse valor a senhora precisa complementar com 357, para 2016, que é o resto da emenda, é isso?

A SRA DENISE MOTTA DAU – É, é isso.

P – Está esclarecido, perfeito.

Vamos à outra: implantação da Casa Abrigo e da Casa de Passagem. Em 2015 havia 555 mil, e a senhora gastou bem mais, 2,088 milhões. Estou falando da rubrica 3412, da execução orçamentária de 2015. O que houve, foi suplementado em 2015?

R – A implantação da Casa de Passagem estava aguardando edital para a contratação da empresa, que foi publicado – como já disse – em novembro. Então agora, com a conclusão do edital, será contratada a empresa para iniciar a construção. E enquanto o edital não estiver concluído, a execução dessa verba, que é um repasse federal, não pode acontecer. Estamos aguardando a conclusão do edital, e aí vai contratar a empresa vencedora.

P – Já tem projeto básico, já tem tudo?

R – Tudo, projeto arquitetônico executivo; a SIURB este mês já lançou edital, e nós iremos executar, gastar a verba...

P – Vai soltar a licitação?

R – Sim, sim.

P – Está explicado, Secretária, estou satisfeito.

A administração da unidade, a rubrica 2100. A senhora conta, em 2016, com 8,979 milhões. Contava em 2015 com 8,253 milhões. Está havendo um acréscimo de 9%. Por que acréscimo de 9%? É salário, é aumento, é reajuste de salário? Aumento não é, quando muito, é reajuste de salário, ou é aumento de pessoal? O que houve? Esse dinheiro é suficiente?

R – É o suficiente dentro da meta a qual nos propusemos porque na questão da administração da unidade entra uma série de despesas, além da inflação, certo? Além da contratação de novas assistentes sociais e psicólogas.

P – Sim, a senhora está com o mesmo dinheiro, na verdade. Na prática, é o mesmo valor, não paga nem a inflação?

R – Então, é suficiente para essa meta.

P – A senhora não paga nem a inflação, a inflação já passou de 9%, em um ano, com esse valor a senhora não pagará a mesma conta. Em tese, não paga a mesma conta. Se a inflação está 9%, em 2015, com mais 9%, não cobre a sua conta. De qualquer maneira, preocupa-me a senhora ter pouco dinheiro para atender tamanha demanda. A senhora tem mais 9% em relação a 2015, só que em 2015 a inflação vai beirar os 10%.

R – Parte dela foi inclusive para Serviços, a minha chefe de gabinete está me lembrando, na 6171...

P – Então está bom.

Secretária, eu pergunto, esses recursos de 20,19 milhões, eu considero só os recursos municipais da ordem de 19,1 milhões, e ainda é temerário que seja cumprido porque imagina a senhora, na largada, o Governo há de congelar 20%, *ad cautelam*, dada à situação econômica do País. O Chefe do Executivo deve, o nosso Prefeito tem de congelar, de ofício, 20%. O que ocorre normalmente, Secretária? Normalmente ele congela os recursos e descongela a partir de outubro, novembro, quando tem certeza de que o Orçamento será cumprido. Não é o caso deste ano porque a perspectiva é péssima, dado o comportamento da receita que nós observamos nesta Comissão, que não é nada animador.

Se ele congelar 20%, e deve congelar e eu o faria se estivesse em seu lugar, o que eu temo é que não descongele. Então pergunto: a senhora tem menos 10%, é possível cumprir os compromissos da pasta? Porque estamos prevendo, na verdade, que a senhora terá acréscimo de mais 10%, ele congela 20% e libera mais ou menos 8%. Na verdade, a senhora

terá uma perda na ordem de 12% em relação ao orçado, ou seja, a senhora não terá nenhum aumento, terá uma perdazinha... Pergunto, é possível conviver com isso, Secretária? Dado esse quadro, a senhora precisa de complemento orçamentária e se, de quanto?

R – Obviamente, se houver corte com esse montante, nós precisaremos de suplementação, Vereador. Agora, mesmo com todas essas dificuldades, sendo uma Secretaria nova, com estruturação de equipe, com contratação de pessoal...

P – Serei sensível aos pleitos da senhora, com medo de apanhar em casa!

R – Estamos implantando novos serviços, veja que nós, até o momento, já executamos 80% do orçamento previsto, e acho que chegaremos ao final do ano com 90% de execução, mesmo com todos esses problemas que se apresentam.

P – Está bom. E este ainda é um ano bom, os reflexos serão mais adiante. Se a senhora olhar, hoje, para o comportamento da receita, assusta-nos, Secretária.

— Pergunto: esse orçamento atende às demandas da Secretaria de Políticas para as Mulheres? Ou a senhora demanda mais recursos? E se for o caso, quanto lhe colocaria num quadro de conforto?

R – Se não houver cortes, os compromissos assumidos na Conferência de Políticas para as Mulheres, as metas que assumimos até o final de 2016 serão cumpridas. Se houver cortes, nós precisaremos de suplementação. O senhor está avaliando: olha, é fatal que haverá corte. Então nós precisaremos.

P – Eu imagino pelo seguinte, Secretária: a receita está caindo, e o Prefeito não é que corte porque ele quer, corta porque tem de cortar, não recebe para fazer frente. Vou lhe dar um exemplo: imagine a secretaria SIURB, que tem 1,8 bilhão de recursos para investimento, é muito dinheiro. Não obstante, Secretária, 1,7 bilhão vem de convênios federais, ou seja, temos 100 milhões do Tesouro, fonte 00. Resumindo: não haverá investimentos em SIURB porque claramente o Ministro Barbosa disse: os programas que estiverem com 70% cumpridos, nós faremos. Secretária, 70% de um programa cumprido significa 90% de obras

executadas porque 20% de medição sempre está em trânsito, e uma vez em trânsito, não tem mais obra. E só estão pagando obra pronta.

Então, como é que alguém que vai sair do zero vai contar com recurso federal de 1,7 bilhão? É difícil. Estamos estimando, Secretária, que a senhora com mais 10%, e suprir com recursos federais, se houve corte, a senhora terá possibilidade então de, quem sabe, cumprir os programas da sua Secretaria. Eu imagino que com mais 10%, a senhora está dizendo, se descumprir o programa, será o suficiente. Então, leio ao contrário: mais 10% atenderia a senhora, iria para 22%, ele congela para 20%, e vai ficar por aí: libera 10%, 12% e fica 19% pra senhora. (Pausa) É que eu sou rápido na conta, Secretária, de tanto lidar com números.

Mas eu entendi: a pretensão nossa é colocar mais 2% para que a senhora perca 20%, ele descongele 8% e a senhora perde 12%. Ai volta os 19% da senhora. Essa é a dinâmica.

Devolvo a palavra, satisfeito que estou, para a presidência, para que passe aos que desejam formular questões, para que a relatoria observe se há algo mais que possa ser agregado.

Estou satisfeito com a manifestação da senhora.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador relator Milton Leite. Há três inscritos, e se me permitem, ouvimos primeiro os três inscritos.

Tem a palavra a Sr. Maria do Socorro Alves, da ONG Nosso Sonho; depois Fábio Siqueira e Laerte Brasil.

A SRA. MARIA DO SOCORRO ALVES – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa.

Está tudo ótimo, lindo, maravilhoso, mas tem uma coisa que vou *bater* mesmo. Tudo bem, eu sou mulher, eu tenho filha mulher, tenho amigas que são mulheres, só que esqueceram um detalhe, a mulher também fica idosa. Por que vocês não falam da mulher

idosa, por quê? Será que vocês, mulheres, esqueceram que tem pessoas idosas largadas, abandonadas, exploradas, manipuladas, sem valor? E aí? Eu defendo, continuo defendendo e eu acompanho não é de agora! (Palmas)

Eu não mereço, mas agradeço!

Então essa é a minha colocação: por que vocês não enxergam as mulheres idosas, que estão abandonadas, que são transparentes, não são vistas?

Eu acompanho, conheço muito do que ela falou aqui. Sou da zona Leste, região de Itaquera, sou do Conselho Participativo, eu acompanho as políticas públicas de São Paulo desde 2001.

Gente, ponha a mão na consciência, respeitem os nossos cabelos brancos porque vocês são jovens, amanhã ou depois vão ser idosas. E aí? Será que vocês gostariam que ninguém as enxergasse?

Essa é a minha colocação: queremos equipamentos para mulheres idosas, com dignidade e respeito.

Muito obrigada!

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira, três minutos.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Obrigado Vereador Jair Tatto, Vereador Milton Leite, Vereador Paulo Fiorilo; Secretária Denise da Secretaria de Políticas para as Mulheres, e os próximos secretários Mariane e Eduardo, população presente.

A Secretaria da Mulher é importante. Mas, infelizmente, há uma má notícia recente do rebaixamento do chamado Ministério da Mulher. A Secretaria de Política Federal da Mulher perdeu o seu status de ministério, agora é Ministério da Cidadania. A perda é muito grande.

Duvido que se em 2014, na campanha eleitoral do ano passado, a candidata que ganhou a eleição, se falasse que iria rebaixar a Secretaria da Mulher, tirar o status de

ministério, não estaria hoje no poder, na Chefia da Nação. Essa opinião é pessoal, é minha, mas é lamentável porque enxugar esse tipo de tema é bem questionável.

Questiono também por que no final do ano passado essa Secretaria perdeu 144 mil reais? É pouco, mas a Câmara Municipal de São Paulo realmente, timidamente, diminuiu o orçamento da Secretaria para 2015. Oxalá, em 2016, os Vereadores já falaram que será ao contrário, vão aumentar o valor e tomara que aumentem porque as mulheres - principalmente as mulheres idosas, como bem lembrou a conselheira Dona Socorro, que fez excelente fala, que falou da mulher idosa – precisam de equipamentos.

Também lembro que dentro da dotação 1050 – construção, reforma e ampliação de equipamentos para as mulheres – está o Centro de Referência da Mulher, parece-me, em Cidade Ademar. Gostaria que fosse explicado visto que, ano passado, nada foi executado da dotação 1050. Como também nada foi executado da dotação – Implantação de Casa Abrigo e Casa de Passagem, meta 41, de 2014. Em 2015, timidamente, foi 1,5%. Parece-me que a dotação está muito lenta infelizmente, diante da importante demanda que as mulheres têm das Casas de Passagem e Casa Abrigo.

Também a meta 60 – Centro de Cidadania da Mulher, como falou o Vereador Milton Leite, só foi liquidado, até outubro, 13.520,00 reais. Gostaria de saber se essa verba foi para os cinco centros – Perus, Itaquera, Santo Amaro, Grajaú, Parelheiros –, ou se foi apenas para um; ou para mobiliário para servir os cinco centros?

Também quero registrar que o ano de 2014 – meta 60, nada foi liquidado.

Resumidamente, é isso.

Muito obrigado.

(Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, por três minutos.

O SR. LAERTE BRASIL – O som está péssimo. (Pausa)

Durante longo tempo, só tenho pisado em espinhos, e o pessoal da corrupção está deitado em berço de ouro. A minha coroa é de espinhos; a deles, de ouro.

Sou Presidente da empresa Unicosmos Nações, Sustentabilidade e Cidades; e Presidente Nacional CGSTB – Central Geral Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil.

No Brasil foram mortos - de 1914 a 2015 - 2.204 cidadãos, mortos a bala ou devido a acidente automobilístico. Na cidade de São Paulo aconteceram 30.068 assassinatos, isso só na cidade de São Paulo. Desses assassinatos, Secretária, 68,3% são mulheres.

Outro dado que obtivemos através da Organização Mundial de Defesa dos Direitos Humanos da Unicosmos Nações, pesquisamos que 300 mulheres deram queixa de seus parceiros. Parceiros, não, são monstros, vamos dizer, esposos... E 83% dessas mulheres perderam a vida. A cidade, o Estado não garante a segurança das mulheres. Essa é a nossa situação de violência. Pergunto para a senhora em relação a essa violência, quais os projetos que estão sendo viabilizados para garantir o direito à cidadania da mulher na cidade de São Paulo?

Na área econômica, fizemos uma pesquisa diante da crise do País devido à corrupção, que está levando o País à bancarrota, pois a cada 20 minutos três trabalhadores perdem o emprego na cidade de São Paulo, sendo que dois desses trabalhadores são do sexo feminino.

Nas 31 audiências públicas do Plano de Metas do Governo Haddad e nas 50 do PDE e da Lei de Zoneamento, apresentamos a tese, que foi a mais votada pelo cidadão, de isenção dos tributos para as empresas se instalarem nos bairros da cidade de São Paulo. Mas até agora essas ações não foram viabilizadas pelo Governo. Tanto que de 2000 até hoje, 14,3 das empresas comerciais e de prestação de serviço da cidade de São Paulo deixaram o Centro e não foram para a periferia.

Outra pergunta é o que a Secretária, a pasta da senhora, tem para desenvolver a viabilização do desenvolvimento socioeconômico e do emprego para as mulheres da Metrópole?

Era o que tinha a dizer. Obrigada pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Muito obrigado, Sr. Laerte Brasil. Com a palavra a Sra. Secretária para as respostas e suas considerações finais, conforme orientado.

A SRA. DENISE MOTTA DAU – Em relação à questão que a Dona Socorro mencionou de políticas para as idosas. Existe uma parceria importante com a Coordenação da Pessoa Idosa, da Secretaria de Direitos Humanos e temos desenvolvido várias ações articuladas. Inclusive o nosso trabalho no GT de Cuidados, pensando a capacitação e a valorização das cuidadoras; que é articulado junto com a Secretaria de Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida; com a Secretaria de Direitos Humanos, por meio da Coordenação da Pessoa Idosa da Secretaria de Saúde e da Assistência Social; tem articulado ações nesse sentido.

E bastante preocupadas com a situação da mulher idosa, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, na realização de sete Conferências Municipais Temáticas preparatórias para a 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, decidiu que uma delas seria uma conferência temática específica para as mulheres idosas. Aliás, Dona Socorro, foi a maior conferência temática que a Secretaria teve.

A SRA. DENISE MOTTA DAU – Mas, ela foi muito divulgada no *site*, nos materiais, enfim, e foi a que teve maior participação.

Realizamos três conferências temáticas preparatórias. Fizemos as Conferências Regionais Preparatórias, 16 Regionais, juntando duas Subprefeituras a cada conferência regional e sete temáticas, que foram: Juventude, Mulheres com Deficiência, Étnico Racial – Povos Tradicionais e Imigrantes, Mulheres Idosas. Realizamos uma conferência inédita com as Mulheres em situação de prostituição; a Conferência Temática Preparatória LBT, com lésbicas,

bissexuais, travestis e transexuais, aliás, foi a primeira vez que travestis e transexuais participaram da 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres, inclusive saindo delegadas para a 4ª Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres. Houve toda uma preparação. E também de Mulheres Trabalhadoras em Relação de Trabalho. (Palmas)

Por isso há empenho nessa área em que a senhora tem, sistematicamente, colocado de preocupação com políticas articuladas. Porque é verdade, as mulheres idosas precisam de uma ação intersetorial. Elas são atendidas na Assistência, na Saúde e nas Políticas para as Mulheres, em Direitos Humanos. Então, o esforço que fazemos é esse: de articular as políticas, serviços que na maioria das vezes é a Assistência Social que presta às mulheres idosas. Mas com relação à questão de gênero e da violência contra a mulher idosa está embutida nessas políticas.

Então, a Secretaria de Políticas para as Mulheres precisa acompanhar e foi exatamente por isso que pensamos nessa Conferência Temática para as Mulheres Idosas, que teve uma grande participação.

Em relação às questões que o Sr. Fábio coloca, ele disse de 144 mil reais cortados pela Câmara Municipal e para uma Secretaria que tem um orçamento de 20 milhões, obviamente, como o senhor mesmo disse, faz falta sim, porque possuímos metas bem objetivas, bem ajustadas, não pensamos metas estratosféricas, mas se não temos o orçamento ajustado e há um corte, isso nos faz falta sim para o cumprimento dessas metas.

Nesse sentido, agradeço as emendas que alguns Srs. Vereadores e Vereadoras fizeram, apesar desse corte no orçamento. Quero agradecer aos Vereadores Alfredinho, Paulo Fiorilo e Juliana Cardoso, que fizeram emendas de 50 mil reais cada um para a realização das atividades do Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março. Ao Vereador Tatto, que aportou uma emenda de 50 mil reais para a realização da 5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres e ao Vereador Eliseu Gabriel, que fez uma emenda parlamentar de 111 mil reais, que

está nos proporcionando a reforma do Centro de Cidadania da Mulher, do Centro de Referência, da Mulher de Vila Brasilândia.

Por isso quero agradecer aos Vereadores e Vereadoras que foram sensíveis a esse déficit de orçamento.

Em relação à sua pergunta do Centro de Referência da Mulher de Cidade Ademar, ele será construído com verbas do PAC Manancial, do Programa de Aceleração do Crescimento Federal, mas temos uma reserva de um milhão de reais para o convênio e contratação de profissionais. Não aportamos ainda gasto algum em relação ao CRM de Cidade Ademar porque ele está em processo de construção, dependendo de edital do Governo Federal. Assim que for construído, temos essa reserva de um milhão de reais para garantir o conveniamento, a contratação de profissionais e toda a estrutura necessária, como está me lembrando a Élide, minha Chefe de Gabinete.

Em relação à emenda, Sr. Fábio, de mobiliário do Governo Federal. São 350 mil reais, refere-se a uma emenda do Deputado Federal Vicente Cândido, repassadas em duas parcelas de 175 mil. Executamos a primeira, que foi para móveis, e a segunda está em processo de execução, que é para compra de computadores para esses serviços.

Dialogando com a pergunta do Sr. Laerte, quando pergunta a respeito do enfrentamento à violência contra a mulher. Todas essas ações, sejam as de capacitação de profissionais de Saúde, na área de Direitos Sexuais e Reprodutivos, para que as mulheres vítimas de violência sexual sejam atendidas; tenham um acolhimento humanizado e os profissionais estejam capacitados; seja para ampliação desses serviços, por exemplo, a instalação da Casa de Passagem, é abrigo de mulheres em situação de violência; a Casa da Mulher Brasileira, é parte do programa federal nominado Mulher, Viver sem Violência, ela é parte do atendimento, do enfrentamento à violência contra a mulher. Obviamente que a violência contra a mulher não se trabalha apenas no atendimento às mulheres em situação de

violência ou no apoio às mulheres para que processem os agressores, para que sejam punidos, mas também na prevenção.

Por isso na série de ações que temos desenvolvido está a capacitação em políticas públicas de gênero para várias áreas, em parceria com a Assistência Social, Saúde e Educação. Que tenhamos ações preventivas para que não se perpetuem relações patriarcais, machistas e que a violência contra a mulher seja reduzida.

Então todos esses serviços, como Centro de Referência da Mulher e Casa de Passagem, são muitos voltados e focados no atendimento de mulheres em situação de violência e no enfrentamento a esse que é um problema social seriíssimo e que envolve relações sociais de gênero e culturais inclusive.

Para concluir, na área de Autonomia Econômica, como eu disse, temos ações na área de capacitação para economia solidária, temos o projeto de empregabilidade, que é o cruzamento das vagas, das oportunidades, que as empresas oferecem com capacitação de mulheres, direcionado a essas áreas e também a inauguração inédita na cidade de São Paulo de um Centro de Orientação ao Trabalho Doméstico, que funciona no Centro de Apoio ao Trabalho Luz, no CAT Luz, uma parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial. E com a Secretaria do Trabalho orientando empregadoras e trabalhadoras domésticas sobre os novos direitos, a nova legislação relacionada ao emprego doméstico, estimulando a formalização do trabalho doméstico na cidade de São Paulo porque, como todos sabem, essa é uma categoria bastante precarizada e que tem um número muito grande de trabalhadores na informalidade. Acho que são três iniciativas importantes que eu gostaria de citar na área de autonomia econômica. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Quero agradecer a Secretária Denise Motta Dau. Está encerrada a audiência pública do Orçamento dessa Pasta, agradeço a Elida e toda a sua assessoria e imediatamente passo a palavra à Secretária Municipal da Pessoa com

Deficiência e Mobilidade Reduzida, Sra. Marianne Pinotti e já temos o Secretário Eduardo Suplicy, que vamos ouvi-lo em seguida.

A SRA. MARIANNE PINOTTI – Boa tarde a todos e a todas, a Mesa, em nome do nosso Vereador Fiorilo, é um prazer sempre estar aqui para discutir as questões relacionadas às pessoas com deficiência na Cidade e hoje em pauta o nosso Orçamento de 2016. O nosso Orçamento aprovado por Sempla para 2016 será de 18.584.961,00 reais a gente tinha pedido um Orçamento um pouquinho maior de 21 milhões. Aqui está um pouco o detalhamento das nossas previsões para o próximo ano então a dotação de administração da unidade está orçada em 8 milhões e 296 mil; a manutenção do sistema de informação e comunicação através da Prodam 435 foi liberado e a gente tinha orçado em 1 milhão e 289 mil, então, tivemos um corte importante.

Os projetos para inclusão da pessoa com deficiência a gente orçou em 1,7 milhões. A operação e manutenção do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, que passamos assumir esse ano finalmente porque foi uma proposta minha desde o primeiro ano de Governo. A gente ocupa um espaço da Secretaria de Direitos Humanos, um espaço bastante inadequado por conta da acessibilidade e nós conseguimos esse ano encontrar um espaço melhor para o Conselho, então, o Conselho está se mudando lá para o número 425 da Libero Badaró, no andar térreo, e vai estar muito bem instalado nos próximos dois meses. A capacitação, formação e aperfeiçoamento dos trabalhadores a gente teve um corte de 100% nessa dotação e vamos ter de remanejar alguma coisa porque esse é um trabalho fundamental da Secretária da Pessoa com Deficiência, que é formar as pessoas, levar conhecimento a respeito da questão da deficiência e das questões de acessibilidade da nossa Cidade, não só de acessibilidade física, mas também de acessibilidade de comunicação para as pessoas surdas, cegas, surdo-cegas e pessoas com deficiência intelectual. A operação de manutenção da central e interpretação de libras, esse será o legado do Prefeito Haddad nessa Secretaria, é uma demanda antiga da comunidade surda, não conseguimos instalar a central no ano

passado, lembro bem do Flávio fazendo essa crítica, porque esse serviço é de muita complexidade e nós fomos buscar exemplos em outros lugares do mundo, do Brasil, para que a gente pudesse oferecer para essa comunidade de pessoas com deficiências da Cidade, que são mais de 120 mil pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiências auditivas, um serviço que elas merecem, que resolva o problema de comunicação dessas pessoas com os serviços públicos da Cidade. Então, a central vai nos custar no ano que vem cinco milhões, mas eu quero convidar todos vocês para conhecer o trabalho desses 21 intérpretes e guias intérpretes de língua brasileira de sinais que hoje fazem uma diferença muito importante na vida de todas as pessoas que necessitam dessa comunicação.

Por fim, a promoção de campanhas de interesse do município: um milhão e 378 mil. A gente faz muitos eventos voltados para pessoas com deficiência, apoia muitas entidades que trabalham com pessoas com deficiência e essa dotação serve para que a gente divulgue a causa e o tema das pessoas com deficiência na cidade inteira. Tivemos dois cortes que vão impactar bastante no nosso trabalho do ano que vem e a gente vai lógico como sempre pedir ajuda dessa casa com emendas dos Vereadores ou com outras fontes que a gente possa continuar esse trabalho.

A segunda coisa que vou mostrar é só um pouquinho do que pretendemos fazer com esse 1,9 milhões. Essa dotação que a gente perdeu, um pouco do dinheiro do Governo Federal ainda veio esse ano, para cursos e capacitação dos conselheiros. A operação de manutenção do Conselho. Capacitação, formação e aperfeiçoamento de trabalhadores: a gente tem uma proposta de dar uma instrução de libras para as pessoas da Saúde atenderem pessoas surdo-cegas e com deficiência auditiva e a gente vai estar prejudicado bastante nesse trabalho por conta desse corte.

A gente faria com esses dois milhões uma formação na área do esporte para pessoas com deficiência, seria uma formação de 500 profissionais em conjunto com a Secretaria de Esporte, Cultura e Meio Ambiente. Acho que é uma ação que iria permear a

Cidade, com novas ideias, para que as pessoas com deficiência possam praticar esportes, frequentar os parques da Cidade, os espaços que hoje não frequentam por não ter essa formação dos profissionais. O curso de atendimento para 250 profissionais para atender pessoas com deficiência, aprender a lidar com elas, como se comunicar com as pessoas surdas, o ensino de libras é uma ação fundamental, principalmente, na área de Saúde e Educação para gente poder ter uma comunicação facilitada com as pessoas com deficiência auditiva, surdas e surdas-cegas até pelo menos a gente poder chamar a central de libras, chamar um intérprete para auxiliar naquele atendimento.

A capacitação sobre a acessibilidade arquitetônica um trabalho que a Comissão Permanente de Acessibilidade faz sempre na cidade para os engenheiros, arquitetos das subprefeituras e a continuidade da ação realizada em 2015 para fazer oficinas que favorecem a reflexão crítica a respeito da aplicação das vivências de cotidiano das pessoas com deficiência. Discutir porque nós precisamos criar uma cidade cada vez mais acessível para todas as pessoas e que a gente possa ter um desenho universal em São Paulo para não precisarmos ficar remendando tudo, mas criar acessibilidade desde o início.

O próximo e último é a meta 53, que foi a nossa meta cumprida 100% o Vereador Paulo Fiorilo é a única meta do Sr. Prefeito que eu tinha para cumprir, nós cumprimos esse ano, a central de interpretação de libras começou a funcionar no mês passado, nós temos 21 intérpretes e guias intérpretes oferecidos para a população surda da Cidade de São Paulo. Temos 120 mil surdos em São Paulo, 350 mil pessoas com deficiência auditiva que precisam dessa forma de comunicação alternativa, é uma demanda antiga, uma lei desta Casa que a gente cumpriu esse ano e oferecemos hoje com muita alegria esse serviço para a população de surdos de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Vou passar imediatamente as perguntas do relator, Vereador Milton Leite, na fala do Vereador Milton Leite, eu encerro as inscrições, então, quem ainda não se inscreveu, sobre esse tema tem até a fala do Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Secretária, obrigado pela presença, numa pasta como essa, com as dificuldades que V.Exa. tem com 18,5 milhões é muito difícil cuidar daqueles que tem necessidades especiais aqui na nossa cidade e manter um Orçamento, fazer com que se cumpra além das ações integradas, que, na verdade, tem maior alcance, eu vejo como temerário para cumprir o mínimo que se faz necessário e a senhora estava presente e a perspectiva futura não é boa. O Prefeito tem, deverá e vai congelar parte do Orçamento porque tem de fazê-lo. Em anos normais tem de fazer, imagina no ano com o risco aumentado? Um risco maior como nós temos hoje, o comportamento das receitas, estamos sem dinheiro. Posso dizer para V.Exa. que temos conhecimento que o Secretário do Planejamento veio com o tesourão em cima de tudo aquilo que vocês pediram. Ele fala para não comentar na Câmara, mas eu sei que a Sra. Secretária pede uma coisa, ou melhor, todos os Secretários e o Secretário de Planejamento passa o tesourão até porque o dinheiro não dá mesmo, então, ele corta, corta o de todo mundo. Mas, vamos remanejar um pouco aqui onde acreditamos estar com gordura, bastante gordura, nós descobrimos algumas coisas no Orçamento que tem pasta que tem gordura e vamos ter que rever contratos que estão muito gordos, então, vamos mandar mais três milhões para V.Exa., assim poderá tratar a Pasta. Só aquele que tem deficiência haverá de saber da dificuldade. De minha parte é só e eu vou ouvir a explanação de V.Exa. É uma pasta com poucos recursos, então, tenho pouco a perguntar. Se estou agregando mais é porque se faz necessário, se não, não o faríamos. Entendemos que se há sobra e aí vamos remanejar para a sua Pasta. Terão que aprender a conviver com menos, gastar menos e gastar melhor. V.Exa. gasta bem.

O SR. PAULO FIORILO – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Hoje eu acho que é o momento de elogiar essa questão da Central de Libras porque é uma demanda nesse terceiro ano de gestão, a única demanda, deveriam ter muito mais demandas na Secretaria de Pessoas com Deficiência até porque é uma Secretaria muito mais antiga que a Secretaria da Mulher, ou da Igualdade Racial, então,

acho importante constatar que os interpretes de libras e a ampliação para o ano que vem. Saúdo a Secretária e ex-candidata a Vice-Governadora Marianne Pinotti, todos os Vereadores, população presente. O trabalho brilhante do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Lembro da Conselheira Alcione, da Vila Medeiros, Jardim Brasil, pessoa exemplar, uma lutadora da causa da pessoa com deficiência e mobilidade reduzida e falo rapidamente para constatar que é importante a Comissão de Finanças colocar dinheiro nesta Pasta, Vereador Rubens Calvo, porque, no ano passado, retiraram 62 mil reais a exemplo da questão da Secretaria da Mulher, que tiraram 144 mil. Não podem retirar dinheiro dessas Secretarias que atendem os seguimentos sociais vulneráveis, então, por favor, coloquem muito mais de 62 mil reais agora para 2016.

Quero comentar também a questão da dotação, ações de acessibilidade, que existiam em 2013 e foi executado 663 mil reais, agora, não observo, neste Orçamento, onde está, em qual a dotação que passaram as ações de acessibilidade, haja vista que foi executada verba, em 2013, o primeiro ano de sua administração.

Também saliento que o aumento de verba foi tímido, praticamente 800 mil reais, é muito pouco, muito discreto para 2016. Saúdo, além da questão da Central de Libras, o aumento da dotação para o Conselho Municipal para Pessoa Deficiente, é importante que esse Conselho tenha bastante dinheiro, como também, Senador Suplicy, os conselhos da sua Secretaria que me parece estão perdendo recursos. É importante seguir o exemplo de SMPD e colocar dinheiro também nos conselhos do idoso, da juventude, em vários conselhos importantes dos Direitos Humanos.

Por fim, comento a questão da capacitação. É um absurdo que zerar a dotação 80.88, já há três anos. Nesses 34 meses, nem um centavo foi usado para capacitação, formação e aperfeiçoamento de trabalhadores. Tomara que, no ano que vem, finalmente saia do papel também essa dotação.

Queria pedir detalhamento dos projetos para inclusão da pessoa com deficiência.

Por que caiu de cinco milhões para 1,7 milhão. É importante que esses projetos para inclusão saiam do papel, porque só foram executados 15%. É uma pena, mas é um avanço, no ano passado não executaram nada. Neste ano, executar 15% é pouco, mas por que reduziu de cinco milhões para 1,7 milhão? Por favor, mais verba para 71.10.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Eu, mais uma vez, com esperança estou aqui. Obrigada, por ter vindo, Guiomar. Obrigada às pessoas que nos respeitam. Obrigada.

Tudo bem. Fico muito feliz por ter alguém que se preocupa com os menos favorecidos. Só que agora eu não vou falar só do idoso, certo? Deveriam olhar com mais carinho para população que existe na nossa região. Porque o CEU Azul Cor do Mar atendia a população vulnerável, as pessoas com deficiência.

Quem me conhece sabe bem que tenho um equipamento. Fiz questão que a Dra. Guiomar fosse lá, ela olhou o equipamento que foi adaptado para atender pessoas com deficiência. Funcionou no prazo de três anos. Por fins políticos partidários, fui prejudicada, não consegui nada e as pessoas continuam lá.

Lutei muito pelo CEU Azul Cor do Mar, é um equipamento do tempo da Marta, que foi construído na favela, nos córregos, na ocupação. Mas, infelizmente, tornou-se um elefante branco. A nossa população não é atendida. Lá ficam os funcionários e não é aberto para a população. Até que uma hora tive brecha de falar da nossa população, agora deviam os idosos de 70-80 anos que vivem acamados, largados, na favela.

É bom que vocês olhem com carinho, porque vocês são capazes. Tem poucos, mas são bons. A equipe que está aqui hoje está de parabéns.

Muito obrigada. Fiz o Suplicy ir à Cidade A.E. Carvalho, porque me desafiaram e eu mostrei para ele que nós sabemos o que queremos.

Só que até agora ele não fez nada. (Risos).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - D. Socorro, o Suplicy é o próximo.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Não interessa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - A senhora vai poder perguntar para ele.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Mas agora eu estou falando direto. Eu elogio quem faz e critico quem é omissos.

É esse o meu recado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) - Muito obrigado, D. Maria do Socorro. Depois a senhora fale com o Suplicy ali.

Quero agradecer ao Sr. Laerte Brasil que retirou, agradeço pela deferência.

Tem a palavra a Secretária para suas considerações.

A SRA. MARIANNE PINOTTI - Obrigada, Vereador Fiorilo.

Obrigada pelos comentários do Sr. Fábio e da D. Socorro. Depois eu lhe passo, mas, na verdade, aqueles 663 foram desmembrados em outras duas dotações. Nós usamos, sim para promoção de campanhas e eventos de interesse do Município e para capacitação de trabalhadores. Então esse nós não perdemos.

Nós tivemos uma diminuição, mesmo, nessa questão da dotação, para o ano que vem, dos cursos e das capacitações, mas acho que agora, com a ajuda dos Vereadores, nós vamos conseguir fazer tudo isso.

O Sr. Fábio se lembrou da D. Alcione, gostaria de fazer uma homenagem a ela. Homenageando a D. Alcione, que é uma pessoa com deficiência, idosa, cega, lutadora, não só por pessoas com deficiência na Cidade, mas pela Cidade. Em geral ela está presente nas audiências. Não está hoje, vou ver o que aconteceu com ela.

Mas quero dizer, que nós fizemos questão de fortalecer o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência, fortalecer bastante. Quando cheguei à Secretaria o dinheiro investido nos eventos do Conselho, por exemplo, era de 150 mil reais, por ano. Hoje, nós vamos investir

1,7 milhão, por ano, no Conselho, porque acreditamos muito que o controle social é fundamental para que possamos avançar.

O Conselho é parceiro da Secretaria, nós construímos as políticas públicas junto com eles e aprendemos todos os dias com essas pessoas de muito valor.

Muito obrigada a todos, desejo uma ótima audiência para o nosso querido amigo Eduardo Suplicy e a todos vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Quero agradecer à Secretária Marianne Pinotti e a sua assessoria, ao chefe de gabinete, a todos que vieram. Muito obrigado.

Está encerrada a audiência pública da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida.

Estão suspensos os nossos trabalhos.

- Suspensos, os trabalhos são reabertos na presidência do Sr. Paulo Fiorilo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Fiorilo) – Reabertos os trabalhos.

Tem a palavra o Secretário Eduardo Suplicy, que apresentará o orçamento da pasta.

Anuncio a presença do Vereador Salomão Pereira.

Solicito ao Vereador Jair Tatto para que conduza os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agradeço a presença do nosso querido Secretário Eduardo Suplicy, acompanhado da Sra. Larissa Beltramim.

Conforme combinado, Secretário, V.Exa. tem 10 minutos para uma exposição inicial, a respeito do Orçamento do Município.

Temos tido um problema, até pela grandeza do debate, algumas secretarias têm usado muito tempo para discutir as políticas públicas. Nós preferimos que V.Exa. se atenha mais ao Orçamento.

O SR. MILTON LEITE - Na verdade, a audiência é para discutir o Orçamento, ou seja, para onde migramos, tiramos ou colocamos dinheiro. Bem prático, tem que ser bem cartesiano. Onde colocaremos o dinheiro? As rubricas estão escritas e aí, nós, diante delas, vamos avaliar aquilo que for possível fazer, se remanejamos, de que forma e para onde.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito bem, nobre Vereador relator, considerando inclusive que temos uma plateia de muita qualidade, uma presença marcante e que, provavelmente, teremos muitos inscritos. Vamos ser sucintos para que possamos ouvi-los também.

Tem a palavra o Secretário Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Muito obrigado, caro Vereador Milton Leite, Vereador Jair Tatto, que preside esta sessão, Vereador Salomão Pereira e demais Vereadores que estejam na Casa. Quero saudar também o Presidente Antonio Donato, dizer que para mim é de grande significado, prezado Jair, estar de volta a esta Casa, pois fui Vereador em 1989 e 1990, inclusive, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo.

Quero cumprimentar todos, saudando a Sra. Maria do Socorro que tem sido um exemplo de pessoa que está presente. Exemplo de pessoa que tem idade de uma moça, energia fantástica, porque está em todas as plenárias importantes, sempre dizendo e cobrando proposições.

Fiquei muito honrado quando o Prefeito Fernando Haddad me convidou para assumir, a partir de 2 de fevereiro último. Logo de pronto convidei aquele que era o Secretário, o Rogério Sottili, para continuar conosco. Ele ficou como Secretário Adjunto, até que foi convidado pela Presidenta Dilma para ser Secretário Nacional Especial de Direitos Humanos, junto à Ministra Nilma.

Quero lhes dizer que, neste trabalho, para levar adiante os propósitos de busca da justiça social e defesa dos direitos humanos, conforme sempre salientou o nosso Prefeito Fernando Haddad, tem sido para mim um formidável desafio.

Gostaria de lhes falar a respeito da Secretaria de Direitos Humanos que foi organizada em 13 coordenações, que se referem: início com a Coordenadoria da Criança e do Adolescente, o Flariston Francisco da Silva é o nosso Coordenador, que cuida dos Conselhos Tutelares.

Aproveito a oportunidade, prezado Jair Tatto e Milton Leite, porque neste domingo haverá eleições dos conselheiros tutelares. Todos que estão aqui presentes e os Vereadores estão convidados a votarem, no próximo domingo, em cinco conselheiros tutelares para realizarem essa missão tão importante.

Temos a Coordenação da Juventude, o Claudinho está aqui, como Coordenador, que tem grande afinidade com o Programa Juventude Viva, do Governo Federal. Há presença dessa coordenação em todos os bairros de São Paulo, em especial levando atividades culturais e esportivas das mais diversas, muitas vezes bairros longínquos que, muitas vezes, de outra forma não teriam tantas oportunidades.

Está aqui a nossa Coordenadora de Políticas para os Idosos, a Sra. Guiomar. Chamo a atenção da Sra. Socorro, porque a nossa Coordenadora Guiomar está aqui presente para lhes falar a respeito das nossas metas.

Também há políticas para a população LGBT, o Coordenador é o Alessandro Melchior.

Ainda hoje tive uma reunião com todos os organizadores da Parada LGBT, para garantir que no ano que vem tenhamos uma Parada muito bem sucedida, bem organizada.

A Coordenação de Políticas para Migrantes tem uma tarefa formidável para recebermos os migrantes de todos os continentes. Nesses últimos tempos os que vêm ao Haiti, dos países africanos, da Síria, do Oriente Médio e assim por diante.

Temos a Coordenação da Política para a População em Situação de Rua, está aqui a Luana Bottini que me ajuda extraordinariamente. Logo que cheguei, recebi telefonemas do Padre Júlio Lancellotti, chamando a atenção para como os moradores em situação de rua

precisam ser tratados, ou seja, com o devido respeito. É o que estamos procurando fazer, em que pese às vezes surgirem situações que não estão inteiramente de acordo com aquilo que queremos. Daí a atenção no cotidiano para com esses problemas.

Temos a Coordenação em Educação em Direitos Humanos, com o Coordenador Eduardo Bittar, que tem feito excelente trabalho.

A Carla Borges, que aqui está presente, é responsável pelo Direito à Memória e Verdade, sobre a qual falarei mais adiante.

A Marina Novaes é a Coordenadora de Políticas para o Trabalho Decente, para evitar situações de trabalho escravo e de trabalho infantil, em nosso Município.

A Coordenadora Angélica é da Coordenação das Políticas de Drogas. Vocês sabem que o Programa de Braços Abertos é altamente pioneiro, com repercussões em todos os municípios brasileiros, até no exterior, que desejam conhecer melhor os seus resultados.

A Maria José Scardua, que é a nossa Coordenadora da Política de Participação Social. Temos inúmeros órgãos de participação, Conselhos Participativos.

Na Política de Direitos à Cidade, a Sra. Marília Janel é a nossa Coordenadora.

O Jean Carlo Bispo Silva é o Coordenador do Balcão de Atendimento.

É importante também que saibam que existe agora a Incubadora de Projetos Sociais, o Polo Cultural do Idoso, inaugurado, sexta-feira passada, com a presença, além do Prefeito Fernando Haddad, do Professor Paul Singer, numa cerimônia que contou com quase mil pessoas, que ali realizaram uma grande homenagem àquele que há décadas vem ensinando a economia solidária e estimulando as formas cooperativas de produção.

Eu quero enfatizar, nesta breve comunicação, os compromissos principais e o quanto já temos realizado, pois a Secretaria de Direitos Humanos, dentro do Programa de Metas da Cidade, teve assinaladas 13 metas principais que envolvem: a Inclusão Social e Econômica da População em Situação de Rua, 55% já foi realizado; Combate à Homofobia e Respeito à Diversidade Sexual, 65,5% já foi realizado; Educação e Direitos Humanos, na Rede

Municipal do Ensino, 93,7% realizado; a Comissão da Memória e Verdade, que foi instalada, já tem 100% das metas realizadas; a Ouvidoria Municipal dos Direitos Humanos, que envolve o Balcão de Atendimento, tem quase 50% da meta realizada; Política Municipal para Migrantes, Combate à Xenofobia, 71%; os Conselhos Tutelares, a infraestrutura adequada, política permanente de formação, estamos avançando para 60%; Campanha de conscientização sobre violência contra a pessoa idosa, Sra. Socorro, 57,5% já foram utilizados. A Universidade Aberta da Pessoa Idosa, 100% já realizados. Criar o Conselho da Cidade, o Conselho Municipal de Transporte e mais 6 novos conselhos temáticos – 2 da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos -, já realizados. Serão realizadas 44 Conferências Municipais temáticas, correspondendo a 75% até agora. Fortalecer os órgãos colegiados na sua infraestrutura e gestão adequadas. Plano Juventude Viva, como estratégia de prevenção à violência, ao racismo, à exclusão da juventude negra e da periferia: 71% realizados. Assumimos ainda mais compromissos, como construção de creches por meio do Fumcad no projeto Mais Escola, 27 novas creches, que serão entregues até o final do ano que vem. Projeto de melhorias e modernização do Fumcad, com a previsão de entrega em março de 2016.

Programa Transcidadania, que envolve de forma pioneira uma iniciativa que tem chamado a atenção de municípios de todo o Brasil, que querem dele saber: temos 100 pessoas transcidadãs que estão inscritas nesse programa, com abertura de oportunidades para que consigam estudar, trabalhar e ter uma vida de dignidade.

Da mesma forma, o programa De Braços Abertos, que hoje envolve 505 pessoas. Quando iniciou o governo Fernando Haddad, havia cerca de 1,5 mil pessoas diariamente andando diante da Estação da Luz e na chamada Cracolândia. Hoje isso diminuiu para uma circulação do fluxo, que está em cerca de 300 pessoas. E as 505 pessoas inscritas no programa De Braços Abertos, de redução de danos, tiveram em média – isso já foi mensurado – uma redução de consumo de drogas da ordem de 50%.

Passando ao orçamento, ainda temos compromissos assumidos para: ocupação do espaço público pela cidadania; marco regulatório das organizações da sociedade civil; coordenação do grupo de trabalho; consulta pública, diálogos com as unidades; política municipal de participação social, que envolve a Coordenação do Comitê Municipal; Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo; Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes, que tem acolhido algumas centenas de imigrantes, aqui na Bela Vista; programa Ruas de Memória.

Também: regulamentação do Fundo Municipal do Idoso, que já foi concluída em tudo o que se refere à Secretaria. Está encaminhado ao Gabinete do Prefeito, e estou empenhado em que possa, ainda neste ano, Sra. Socorro, ser encaminhado se possível à Câmara Municipal para que seja realizada uma das principais reivindicações de todos os idosos. Parceria para atividades no Polo do Idoso. Centro de Capacitação Popular, na incubadora de projetos sociais.

Projeto dos banheiros públicos, que é importante, sobretudo, para a população em situação de rua. Projeto de Ressignificação da Rua Coimbra, sobretudo em homenagem aos migrantes da Bolívia. Plano Municipal Decenal de Medidas Socioeducativas. Apoio a 127 projetos do Edital 213 do Fumcad. Parcerias com o Governo Federal, muitas advindas de emendas parlamentares.

Pois bem, o orçamento da Secretaria Municipal de Direitos Humanos teve uma evolução de 56 milhões em 2014, 54,8 milhões em 2015, mas está programado para 2016 com 63,7 milhões de reais. Há uma previsão de contribuição do Governo Federal – se contarmos 2014, 2015 e 2016 – da ordem de 7,2 milhões, dos quais 1,7 milhão para o ano próximo.

Há ainda sugestões para ampliação do Projeto de Lei do Orçamento anual, que aqui deixamos para a Câmara Municipal, prezado relator Vereador Milton Leite, por conta das demandas de projetos ainda não incluídos na LOA de 2016. Mas, se for considerado pelos Vereadores: renovação do convênio com a OAF o projeto Autonomia em Foco, da região do

Glicério, 610 mil reais; o apoio à formação de cooperativa, 90 mil reais; atividades de ações formativas dos comitês Juventude Viva, oficinas de mobilização, 396 mil reais; Mapa da Juventude Paulistana, 1 milhão; material didático para cursinhos populares, 500 mil; Juventude Viva nas Praças Wi-Fi, 120 mil; ampliação de vagas do Programa Transcidadania, 1 milhão e 92 mil; ampliação da Unidade de Apoio e Proteção aos Idosos, 168 mil; apoio da Prefeitura ao Fórum Social Mundial de Imigrações, 250 mil; Projeto de Requalificação da Rua Coimbra, 500 mil; Edital Redes e Ruas, 500 mil; Programa de Atendimento Psicológico e Ações de Memória para Vítimas da Violência do Estado, da Ditadura e da Democracia, 150 mil; Caderno Explicativo do Plano de Ocupação do Espaço Público pela Cidadania, 100 mil; benefícios sociais dos 260 conselheiros tutelares em 2016, que significarão 2 milhões e 60 mil reais.

Concluo dizendo o que poderá ser realizado em termos de entregas até 2016 e deixo aqui por escrito a relação do que foi realizado em cada uma das coordenações. Eu me aterei apenas ao que está programado para 2016.

Com respeito à educação em direitos humanos, metas: formação de 3,1 mil educadores da rede municipal; consolidação dos 4 Centros de Educação em Direitos Humanos; institucionalização do Comitê de Educação em Direitos Humanos; elaboração e discriminação de 6 mil DVDs com curta-metragem sobre direitos humanos; formação em direitos humanos do Centro de Formação da GCM.

Segundo Prêmio, que será concedido no próximo dia 10 de dezembro, à mulher que, neste ano, mais se destacou em São Paulo na defesa dos direitos humanos. Se me permitem, depois da comissão que fez a escolha de 3 mulheres que se destacaram – dentre elas, Deise Ventura e Flávia Piovesan -, creio que todos aqui vão enaltecer a escolha feita pelo Prefeito Fernando Haddad, após apresentada a lista tríplice, da nossa querida ex-Prefeita e hoje Deputada Federal Luiza Erundina de Souza. Ela foi a escolhida neste ano como uma pessoa que tanto defendeu a cidadania e os direitos humanos. (Palmas) Todos estão

convidados para a cerimônia que será realizada no Auditório Ibirapuera em 10 de dezembro às 18 horas.

Curso de Pós Graduação em Direitos Humanos e Educação: 2,5 mil vagas para profissionais da rede municipal. Formação em Direitos Humanos do Centro de Formação da GCM. Terceiro e Quarto Prêmio da Educação em Direitos Humanos. Disseminação do Portal da Educação em Direitos Humanos. Lançamento do Plano Municipal de Educação em Direitos Humanos, com orçamento em 2016 de 173 mil e 800 reais.

No que diz respeito à Direito à Memória e à Verdade, temos, para o ano que vem, a entrega do Relatório Final da Comissão da Memória e da Verdade da Prefeitura Municipal, que conta com a colaboração, dentre outros, da ex-Vereadora Teresa Lajolo, do ex-Vereador Adriano Diogo, ambos colegas meus nesta Casa. Apoio para identificação das ossadas de Perus e publicação sobre desaparecimento ontem e hoje. Construção de 2 Sítios de Memória e Verdade nos cemitérios de Vila Formosa e Perus. Ações de educação e cultura pelo direito à memória e à verdade. Seminários de boas práticas de educação em memória e verdade. Exposição itinerante sobre Antonio Benetazzo, um artista recém descoberto, além de tudo o que ele tanto realizou.

Mobilizações do Ruas de Memória. Consultas públicas em 4 logradouros, em articulação com a Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade civil para os demais projetos prioritários. Publicação sobre lugares de memórias.

Proponho duas sugestões de possíveis emendas. A primeira, relativa a uma proposta da Vera Paiva, filha de Rubens Paiva, de projeto com valor estimado em 150 mil reais para prever estratégias de reparação psicológica e simbólica das vítimas da ditadura em uma região da periferia, culminando na criação de uma espécie de Museu da Memória sobre essas violências ocorridas durante a ditadura, com fotos, objetos, testemunhos gravados. Também a Plataforma Virtual Interativa com conteúdos do Relatório da Comissão da Memória e Verdade, estimada em 300 mil reais, propondo a criação de uma plataforma virtual para ampliar o acesso

aos resultados, nos moldes do que já foi feito pela Comissão Nacional da Verdade e pela Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e que passo às mãos do Presidente Jair Tatto e do relator Milton Leite.

Ainda em relação à memória e verdade, o orçamento é de 1 milhão, 175 mil reais, faltando 150 mil para realizar todos os objetos.

Com respeito à população em situação de rua, temos proposto como entregas: o Pronatec, para a empregabilidade da população de rua; em habitação, as unidades da Rua Asdrúbal do Nascimento, do programa Minha Casa Minha Vida, em um número que não será possível para todos os 16 mil moradores de rua, mas que vai beneficiar uma grande parte, o que é um passo na direção de se prover condições de moradia à população de rua. Além disso, temos o Plano Municipal da População de Rua; a pesquisa participativa, que está sendo realizada de uma maneira muito interessante, com os próprios moradores escolhidos pelo Comitê das Pessoas em Situação de Rua. Está presente hoje aqui o Jamaica, que é uma das pessoas que acompanha essa pesquisa, feita com a orientação da entidade SUR, do Sr. Jorge Broide e de Emília Broide, que são psicólogos psicanalistas que treinaram essas pessoas – alguma das quais eu acompanhei - para fazer as entrevistas aos moradores para saber qual sua origem, a idade, onde estão os membros de sua família, quais fatos os fizeram ir para a rua, que planos e sugestões eles têm. Isso será de grande utilidade.

Também: campanha para visibilidade, atrelada ao mote Eu Existo; Banheiros públicos em projeto; cooperativa para a população de rua, que certamente estará estimulada no Centro de Economia Solidária; os protocolos de zeladoria urbana e mediação das ocupações.

Vou contar um fato que aconteceu. Anteontem, conversei com nosso Subsecretário Alcides Amazonas e lhe disse: em frente à Secretaria de Direitos Humanos dormem cerca de 5 pessoas à noite. Só que vem o pessoal da Zeladoria da Sé e volta e meia retira cobertores e travesseiros etc. Ele me disse: “A ordem que há é para retirar quando há, digamos, fogões,

geladeiras ou algo que esteja atrapalhando o trânsito”. Pois bem. Hoje de manhã o Sr. Natalício – e acabo de escrever uma carta ao Prefeito – estava dormindo quando chegaram os servidores municipais acompanhados da Guarda Civil Metropolitana. Quando ele acordou, já notou que tinham sido retirados seu cobertor, travesseiro e duas caixas de pertences pessoais, que foram jogados no caminhão. Por acaso estava presente o Leandro Ferreira, meu assessor, que, chegando lá, resolveu filmar. Chegou um momento em que um GCM disse: “Quem é o senhor? Deixe-me ver seu documento”. Ele disse: “Sou servidor aqui da Secretaria”. Aí, deram-se conta de que estavam desrespeitando o morador em situação de rua. Um dos GCMs começou a filmar o Leandro, que também continuou filmando. Eis que, percebendo a situação, o GCM disse: “Então, devolvam os pertences”. Só que devolveram o cobertor, o travesseiro, mas falta devolver as caixas e os documentos para o Sr. Natalício. Então, escrevi ao Prefeito dizendo essas coisas e também ao Comandante da GCM. Isso para dizer que a gente não para, todo dia tem coisas para fazermos. Numa metrópole de 12 milhões de habitantes há, a todo instante, direitos humanos sendo desrespeitados. (Palmas)

Temos ainda, na política sobre drogas, as entregas a serem feitas, temos: o fortalecimento das ações do Braços Abertos e o Congresso Internacional, que vai ser realizado. Quero convidar os Srs. Vereadores para participar do seminário sobre drogas, que ocorrerá no Ibirapuera. Depois, mandarei as informações.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, permita-me.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É que estou entusiasmado (risos). Fazia tempo que eu não falava na Câmara Municipal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É para dizer que o senhor tem dado uma contribuição extraordinária. Agora, estou olhando no seu caderno, é isso que está me preocupando (risos). Quantas páginas ainda há?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Estou pulando uma porção de páginas.

- Risos na plateia.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Só estou falando daquilo que será realizado para o ano que vem.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – É que temos um número arrebatador de inscrições, Secretário. Há mais de 30 inscritos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Então, fico feliz.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – E fomos hoje acusados por um munícipe de que não trabalhamos. Não foi isso, Fábio? Chegamos aqui às 8 horas e já são 15 minutos para as 19 horas.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Parabéns aos Vereadores desta Comissão do Orçamento.

O SR. MILTON LEITE – Eu pediria ao Secretário, se puder... Haverá certamente diversas perguntas, e cada um que pergunta sobre um programa, o Secretário responde e complementa com as informações.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Eu prometo acelerar ao máximo para falar a essência apenas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu vou ficar famoso por ter interrompido o Secretário.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Pois bem. As entregas para 2016 do programa sobre drogas: o fortalecimento das ações do Braços Abertos; o Congresso Internacional; a pesquisa de avaliação do impacto do Braços Abertos, que foi inclusive resultado de emenda da nossa querida Luiza Erundina como Deputada Federal; coordenação do Comuda; acompanhamento de 5 projetos também resultados da emenda da Deputada Luiza Erundina.

Em relação à promoção da cidadania LGBT, é propósito do Coordenador Alessandro Melchior, já aprovado pelo Prefeito Fernando Haddad, aumentar o Programa Transcidadania. (Palmas) Olha, são 100 vagas hoje! Então, quando Alessandro Melchior mostrou ao Prefeito, ao meu lado, os efeitos, o Prefeito falou: “Eu quero ver se consigo pelo

menos dobrar de 100 para 200 vagas, para mais 100 no ano que vem”. As 100 que há hoje são de um programa de 2 anos. Então, se houver mais 100 no próximo ano, haverá 200. A boa vontade do Prefeito Fernando Haddad diante dos resultados até agora alcançados é a maior possível e, claro, os Vereadores estarão acompanhando isso.

Temos os Centros de Cidadania LGBT Leste e Sul descentralizados; as unidades móveis descentralizadas, que são vans que vão de cá para lá na Leste e Sul; a Parada, que no ano que vem, vai ser mais bem organizada, pois ela tem um efeito extraordinário do ponto de vista do número de pessoas que vêm à capital de São Paulo e sabem que é a nossa é considerada uma das paradas mais importantes dentre todas as realizadas nos mais diversos lugares do mundo; e também a ação de requalificação do espaço público no Largo do Arouche e na República.

No que diz respeito às políticas para imigrantes, a expansão do Centro de Referência e Acolhida dos Imigrantes, das vagas de acolhida específicas para os imigrantes e refugiados. Obviamente, quando vêm pessoas da Síria ou de outros países que estão precisando sair para garantir sua vida e a de suas famílias, nós temos a responsabilidade de bem acolhê-los, sejam eles haitianos, senegaleses e pessoas de todo o mundo; assim como já acolhemos italianos, franceses, portugueses, espanhóis, japoneses e chineses.

- Manifestação na plateia.

O SR. EDUARDO SUPPLY – E os nordestinos!

Uma pergunta: quem aqui é descendente apenas de indígenas? (Pausa) Cinco pessoas aqui são descendentes apenas de indígenas. Portanto, a grande maioria de todos nós paulistanos é originária de pessoas que vieram de todos os continentes. Falo isso para termos a consciência de como importante é recebermos aqueles imigrantes que estão chegando aqui da melhor maneira possível.

Temos a criação de novos Centros de Acolhida; o projeto de ressignificação do espaço público, como o da Rua Coimbra; o curso de português para os imigrantes; o

mapeamento da população migrante; a eleição dos imigrantes nos Conselhos Participativos das subprefeituras; as entidades culturais; a regularização da feira da Vila Prudente; a capacitação de servidores do SMADS e da nossa Secretaria; a construção da política municipal para migrantes; apoio ao Fórum Social Mundial das Migrações.

No que diz respeito à promoção do trabalho decente, as nossas metas são: acompanhar a implementação do Plano Municipal de Erradicação do Trabalho Escravo; a parceria com o Ministério Público do Trabalho, que tem muito nos ajudado no apoio aos projetos de prevenção ao trabalho escravo a partir dos recursos do Comtrae; apoio e mobilização para inclusão de vítimas do trabalho escravo no cadastro único; pactuação com a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social visando à possibilidade de inclusão de vítimas do trabalho escravo em abrigos e albergues especiais, e a coordenação junto às outras entidades.

No que diz respeito a políticas para crianças e adolescentes, temos como proposição os Conselhos Tutelares, que, de 44 em 2014, passarão para 52 no ano que vem. Novamente recorde que haverá eleição neste domingo para todos os conselheiros tutelares; procurem saber em quais candidatos vão votar, pois há mais de 1.500 para 240 vagas. Por isso, compareçam domingo e votem.

Com respeito ao Fumcad, há projeto de melhorias e modernização; assinaturas de convênios dos editais em vigor e o observatório da proteção integral. Para o orçamento de 2016, há 170 mil da Secretaria Municipal de Direitos Humanos, com a Comissão de Políticas para Crianças e Adolescentes e 22 milhões, 622 mil para a gestão dos Conselhos Tutelares, com há necessidade de mais milhões; 3,2 milhões que vão para o Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente, e 122 milhões para o Fumcad.

Com respeito às políticas para a juventude, temos como proposta de entrega até 2016 o atendimento psicossocial a vítimas da violência do Estado, em parceria com a Funasa do Ministério da Saúde; duas Estações da Juventude, em parceria com a Secretaria Nacional

da Juventude; a Casa de Referência da Mulher Funkeira; as Casas de Juventude da Cidade; redução de riscos e danos, Projeto Álcool, Drogas e Juventude; apoio às edições de 2016 do Festivais de Hip-Hop e do Funk; Mês da Juventude, que oferece cultura, música e todos os tipos de atividades, inclusive esportivas, para todos os bairros mais longínquos; material didático par cursinhos populares; o Mapa da Juventude fase II, e praças *wi-fi* em Territórios Juventude Viva.

Com respeito à política para a pessoa idosa, a ampliação de mais duas unidades da Universidade Aberta da Pessoa Idosa. Ainda ontem, eu estive no CEU Paz e sua gestora disse que gostaria que lá também houvesse uma unidade da Universidade Aberta da Pessoa Idosa. Todos os gestores de CEU estão querendo que isso ocorra dado o sucesso até agora. Também temos o apoio à Cooperativa de Cuidadores de Idosos, que já se iniciou no Centro de Economia Solidária, com o treinamento de enfermeiros e de demais pessoas para serem cuidadoras em forma cooperativa; o fortalecimento do monitoramento das metas transversais.

Quero dizer à Sra. Socorro que a Secretária Luciana Temer, da Secretaria Municipal de Assistência Social, me disse que gostaria de achar uma área, um terreno para implementar mais um Centro Dia; quem sabe a Sra. Socorro possa nos ajudar a encontrar uma área em Itaquera.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sou obrigado a interromper, porque o combinado foi uma explanação de dez minutos e já se passaram mais de 40 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Mas falta pouquíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, V.Exa. terá dois minutos no máximo

O SR. EDUARDO SUPLICY – Terminarei em dois minutos.

Promoção do Direito à Cidade. Temos o Festival de Direitos Humanos, um deles inclusive está para ocorrer, muito positivo; a continuidade do Projeto Cidadania nas Ruas da Luz; a Agenda da ONU-Habitat, conferência das metrópoles; a segunda edição do edital de apoio do Projeto Redes e Ruas; o caderno explicativo dos números do orçamento, onde consta

o valor de 1,92 milhão para 2016, ainda faltando 600 mi e se a Câmara Municipal quiser, ela pode ajudar; participação social, com a eleição dos Conselhos Participativos nas subprefeituras com a participação dos migrantes; a Política Municipal de Participação Social e Processo de Mobilização de Participação Social, com debates e consultas; a formação de conselheiros, incluindo publicações em cooperação com o Instituto Paulo Freire, com um total de 170 milhões; a incubadora de projetos sociais que dará continuidade à Central de Capacitação Popular feita pela Cecap, a Rede Cidadã, para formação e articulação das entidades da sociedade civil em direitos humanos, em especial no Centro Público de Economia Solidária, já mencionado por mim, para o qual temos um orçamento de 1 milhão, 486 mil, sendo 200 mil para a Cecap. Na Ouvidoria Municipal dos Direitos Humanos, a articulação e mobilização para aprovação do projeto de ouvidoria dos direitos humanos; o fortalecimento do balcão de atendimentos, com um orçamento de 1 milhão, 305 mil; a territorialidade e a mobilização social com o lançamento público da plataforma Lidhas; as ações de articulação e mobilização da Rede de Direitos Humanos; a Carta de Direitos Humanos da Cidade de São Paulo, um processo de mobilização do Projeto Diálogos Sociais, com um orçamento da ordem de 1 milhão de reais.

Desculpe, Vereador Jair Tatto, mas eu precisei citar pelo menos esses pontos para que todos os Vereadores e para o grande público que aqui compareceu, especialmente numa hora em que a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania veio relatar as metas para o ano que vem.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Secretário.

Encerradas as inscrições.

Passo a palavra ao Relator, Vereador Milton Leite.

O SR. MILTON LEITE – Secretário Suplicy, como se trata de discussão da peça em si, nossa preocupação é realmente com os valores e por rubricas, aquilo que V.Exa. fez a vida toda ao longo de sua vida parlamentar, não só nesta Casa como no Senado.

Secretário, a rubrica 2100, administração da unidade, há uma diminuição de 11% do seu total para 2016. V.Exa. reduziu porque não há demanda na administração da unidade? O que provocou essa redução de 11% na proposta de 2015 para 2016? Caso V.Exa. queira, pode lançar mão da ajuda da sua assessoria para responder a essa pergunta. Não temos problema com isso, já que, normalmente, são eles que lidam com esses números.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Justamente hoje de manhã, eu fiz a mesma pergunta à minha equipe, e a explicação é a seguinte: o que estava na administração da unidade foi, de 2015 para 2016, desmembrada também na promoção de campanhas e eventos do Município, e por isso nós deveríamos, na verdade, comparar a soma das duas primeiras linhas para chegar a uma diferença não tão acentuada. Assim chegamos a algo próximo a 25 milhões em 2015 e 24,2 milhões, também próximo dos 25 milhões, para 2016.

P – A nossa preocupação é porque aí só consta a questão salarial dos funcionários da unidade. A pergunta é: estão previstos e garantidos os reajustes para a máquina, para os funcionários dentro dessa receita, mesmo com a redução? Porque, se observarmos um pouco melhor, há 23, 26, 27, 28, 31 em 2015 e, em 2016, há 24, 25. Então, na verdade, há, sim, uma redução e a preocupação é com a questão salarial onde consta o pagamento dos funcionários. Quero saber se está previsto aumento dos funcionários e qual o índice de reajuste que V.Exa. está dando para os funcionários da Secretaria.

R – O Departamento de Recursos Humanos e a Secretaria de Gestão, em diálogo com a Secretaria de Orçamento previu, sim, o reajuste da remuneração dos servidores de acordo com o aumento do custo de vida para o ano que vem.

P – Quanto de aumento foi previsto, Secretário?

R – Óbvio e certamente, isso depende de qual será a evolução do aumento do custo de vida de 2015 para 2016. Por enquanto, isso é o que posso lhe adiantar.

Há um aspecto relativo aos benefícios dos conselheiros tutelares, que inclusive já destaquei, que é algo que precisa ser considerado, se possível, no orçamento de demanda de ampliação, o último item; os 260 conselheiros tutelares têm reivindicado esses benefícios. Para isso, precisaríamos de 2,6 milhões, que ainda não estão contemplados no orçamento.

P – V.Exa., então, está falando que ainda faltam, para os conselheiros tutelares, 2,6 milhões? É isso?

R – Para o pagamento dos benefícios a todos os 260 conselheiros tutelares.

P – Eu ainda vou chegar à questão do Conselho Tutelar.

Secretário, como V.Exa. bem sabe, eu tenho que discutir uma por uma. A pergunta é: quanto está previsto de aumento para os funcionários da Pasta no item “ações abertas”. Nós não conseguimos identificar qual o valor previsto para o reajuste. Considerando que em 2015 nós estamos com uma inflação de 10%, há ou não reserva e como isso será previsto? Porque, na média, realmente houve uma redução. Estou vendo que sua Pasta está prejudicada na questão orçamentária, Secretário. Na verdade, não quero crer que V.Exa. tenha nos enviado isso para a Secretaria de Planejamento. Eu não acredito que seja esse valor fechado; quero crer que tenha sido um valor a maior e que, evidentemente, deve ter havido uma redução. Daí a nossa preocupação. Nós sabemos que está difícil, mas, se há, quanto há previsão de recursos para a administração, para os funcionários?

R – Vou solicitar a colaboração da Sra. Larissa Beltramim para complementar a informação.

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – A parte referente a recursos humanos do quadro permanente de servidores, como o limite orçamentário para a nossa Secretaria, já vem definido pela Secretaria de Gestão com o reajuste, cujo valor nós não temos aqui, que será aplicado

para todos os servidores. Então, vem com um valor fechado e nós não temos como fazer um desmembramento desse recurso para outras áreas.

O SR. MILTON LEITE – Nem o índice eles deram?

R – Nós não temos aqui o valor do índice, mas é o índice geral de recursos humanos da Prefeitura, não um específico da nossa Secretaria.

P – Mas em cada categoria vem; a de professor, por exemplo, é um; em outra, é outra; além disso, há o plano de carreira. Quer dizer, deveria ser colocada a questão salarial, que é importante para os profissionais que trabalham lá. Quantos profissionais há nesse quadro da Secretaria para consumir os 21 milhões?

R – Deixe-me pegar essa informação aqui.

P – Para despesas de pessoal, há 10 milhões, 11 mil e 134. Quantos funcionários há na unidade da administração? Eu não sei se batem os valores. Os valores que temos orçado são de: 10 milhões, 11 mil e 134. Basta a senhora olhar o que havia no ano passado, já que está previsto que esse valor é para pessoal. Já está aberta essa rubrica. Quando eles dizem que não, Sra. Larissa, eu quero entender o seguinte, se você tinha o orçamento do ano passado em função se houve aumento ou não do quadro de funcionários, quanto é e quanto está previsto para o ano que vem. O Secretário expôs um plano fantástico, maravilhoso, mas precisamos ver quem vai fazer cumpri-lo e se há dinheiro para cumprir tudo aquilo que foi dito aqui e se não vão parar por falta de salário ou coisa que o valha.

Então, a nossa preocupação é sim, com essa Secretaria, que tem uma importância fantástica. Se ficar constatada a falta de recursos, a Comissão – e é para isso que serve a audiência pública – tem que tentar buscar uma solução juntamente como Secretário no sentido de obter mais, porque o programa é bom, é extenso. O Secretário fez uma exposição maravilhosa e frustrar qualquer programa por problema de mão de obra seria preocupante. Daí a nossa preocupação ao vermos, de fato, a redução, Sra. Larissa.

R – Complementando a informação sobre o quadro atual de funcionários, nós temos 202 funcionários, dos quais 53 são efetivos, 7 são admitidos e 142 são em comissão. Para 2015, o valor do orçamento para a folha de pagamento é de 9 milhões, 810 mil; já tem esse abatimento do que foi congelado este ano.

No limite orçamentário previsto para o ano que vem não há um aumento de funcionários. Isso não significa que a Secretaria não tenha demanda e necessidade de reforço do quadro funcional para as carências, para as necessidades de aperfeiçoamento institucional e qualificação das políticas públicas que estão sendo implementadas.

O SR. MILTON LEITE – Estava preocupado exatamente com isso. A preocupação existe.

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Não adianta ter acréscimo do orçamento. Precisa ter acréscimo de recursos humanos e, respectivamente, de orçamento.

O SR. MILTON LEITE - Precisamos dos dois, não é?

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Isso, dos dois.

O SR. MILTON LEITE – É de material humano e dinheiro.

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – É uma necessidade creio que não apenas da nossa Secretaria, mas é fundamental que a nossa Secretaria tenha recursos para...

O SR. MILTON LEITE – Qual é o orçamento enviado para Planejamento? Quanto vocês enviaram? Não foi esse?

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Não, temos demanda formal do nosso Secretário de aperfeiçoamento de RH.

P - Não, não, o orçamento originário que vocês remeteram... Não, vocês quando remeteram o orçamento para a Secretaria de Direitos Humanos, ela não remeteu esse orçamento que aqui está de 71,664. Era maior o valor.

Estou perguntando qual o valor enviado para a Secretaria de Planejamento. Vocês tinham um orçamento diferente desse. Era maior. Não estou com ele aqui, mas tivemos acesso

a ele. Sabemos que é maior. Então, a pergunta é: quantos vocês enviaram para a Secretaria de Planejamento?

R - Trabalhamos com a elaboração orçamentária a partir do limite que já foi definido por Secretaria de Finanças. Então, no processo orçamentário, já veio um limite para recursos humanos sem considerar ampliação, mas em paralelo há uma demanda do próprio Secretário ao Sr. Prefeito e à Coordenação de Governo de que a Secretaria precisa sim de ampliação do quadro de servidores públicos, porque de 2013 até 2016, houve uma redução de 30% por causa das aposentadorias e falecimento de funcionários no quadro da Secretaria.

P – E qual é a demanda?

R - Não tenho aqui a demanda em número, o quadro que nos encaminhou para novos funcionários públicos. Aqui consta apenas a demanda de orçamento. Para funcionário não foi colocada demanda de orçamento porque o limite já veio definido.

P – Sim, mas aqui é a possibilidade de mudarmos. Vamos imaginar: estamos vislumbrando que lá no Lixo ou no Tribunal de Contas tem dinheiro a mais. Como eu vou ajudar o Sr. Suplicy se não sei quanto. Preciso saber quanto. Qual é a demanda?

R – Aqui consta apenas a demanda de necessidade orçamentária para projetos.

P – O Senador precisa de fato de mais recursos, pelo que estou vendo aqui. A senhora pode dizer que deram um orçamento, um valor fechado... Na verdade, a senhora fatiou o seu orçamento. Pode dizer que deram 71,664 e teve de adequar a minha demanda ao orçamento. Faço o inverso: qual é a demanda, para ver se conseguimos ajudar.

Temos a possibilidade real, Sra. Larissa, de tentar ajudar. Há possibilidade de remanejamentos de Órgãos, que estão com recurso, a nosso ver, maior, isto é, com gordura, significativamente com gordura.

Temos a Secretaria do Lixo, o Tribunal de Contas, a Prodam que estão com orçamento pomposo que não vão cumprir e que têm de renegociar contrato, trabalhar melhor esses recursos, porque as empresas, que estão trabalhando, estão maravilhosamente bem e o

resto das Secretarias, como a de Direitos Humanos, sofrendo com orçamento. Há demanda, mas não declina a demanda. Preciso que decline a demanda. Pode dizer que precisa de mais 5%, mais sete, que entre dinheiro e recurso...

É a mesma pergunta que fiz para a Sra. Secretária anterior. Ela respondeu que precisava de mais, de pelo menos mais 10%. O que eu enviei para Planejamento, cortaram, era 21,5. Deram 18. Vou ter de reconstituir uma demanda necessária. É isso. Se não tem esse número... Sei que preciso, mas não sei quanto.

Se a Câmara puder fornecer um, dois, cinco, o que puder de recursos, vamos tentar distribuir aquilo que conseguirmos depurar no orçamento. A Secretária que vem aqui não explica o que está gastando, nem como vai gastar e nem que tem contrato e V.Exa. com demanda aí. Não estamos aqui para cortar. No caso dessa Secretaria, vejo como importante que se demande.

Agora, Sra. Larissa, a senhora não precisa dizer neste momento. *A posteriori*, a senhora pode me enviar. Olha, há a possibilidade aqui, Sr. Secretário, para que possam avaliar. Não vou relatar a matéria hoje. A audiência pública é para que possamos, ao escutar aqueles que têm demanda, ver se conseguimos adequá-la ou não. É para isso que estamos aqui hoje.

Com a palavra o Secretário Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY – Caro Vereador Milton Leite, agradeço as suas indagações, que são muito relevantes. Assumo o compromisso de responder as suas indagações.

Aquela de qual é o ajuste estimado para os servidores da Prefeitura, que estão sendo considerados, vou obter essa informação e procurarei lhe informar, se possível, amanhã. Também, com respeito àquilo que V.Exa. ponderou há pouco que há certos organismos municipais, como o Tribunal de Contas e outros que teriam um volume de recursos, em sua visão, bem mais acentuado do que Secretarias, como a da Pessoa com Deficiência e como a

nossa de Direitos Humanos, que precisariam de mais recursos, quero dizer que, na medida em que puder externar isso aos demais Órgãos, somarei esforços com V.Exa.

O SR. MILTON LEITE – Secretário Suplicy, duvido que V.Exa., olhando melhor os contratos de coleta e varrição, não consiga reduzir os preços e transferir esses recursos a outras Secretarias, que se faz necessário.

Não ouço reclamação alguma de lá. Está tudo muito maravilhoso. Os acionistas estão bem, estão todos bem polpudos, bem nutridos, sem problema algum, não andam no trânsito, andam por cima. Há lugares em que estamos tranquilos.

Se V.Exa. pegar o áudio do que discutimos do Tribunal de Contas, a gordura é grande lá, Sr. Secretário.

O SR. EDUARDO SUPLICY – No Tribunal?

O SR. MILTON LEITE – É... Tem demanda para... Sobra. O que está faltando à V.Exa... Há minimamente 80 milhões para tirarmos de lá.

O SR. EDUARDO SUPLICY – É uma boa notícia, não é? Quero somar esforços com V.Exa.

O SR. MILTON LEITE - A Prodam também, Sr. Secretário. A Comissão de Finanças fará o seu papel sim. Nessa Relatoria não vai passar. Precisamos remanejar para as pastas que se fazem necessárias, mas preciso saber da demanda. Mas pode ser que não vá atender tudo, mas um pouco, queremos atender. E vamos fazer o que sua pasta necessita, Sr. Secretário.

O programa que V.Exa. colocou para nós é extenso, foi longo, mas é bem plausível e aceitável. Vamos tentar melhorar as condições para V.Exa. Vamos prosseguir.

Sra. Larissa, na rubrica 2142, Ações de Educação em Direitos Humanos. Na rubrica 00, ou seja, de fonte do Tesouro Municipal, a senhora está com 91% a menor. Quero entender, porque, na 2142, V.Exa. está pedindo 173,8 mil. Em 2015, tinha 1,924 milhão. Quero entender o porquê dessa redução. O que houve nessa rubrica especificamente. Não na fonte 02, que é

do Governo Federal e identificamos rápido. Esses 400 mil reais deve ser emenda de Parlamentar, alguém que colocou esse valor. Mas na fonte 00, que é do dinheiro municipal do contribuinte de São Paulo, houve uma redução significativa. Houve alteração nesse programa específico? Por que 91% a menor? Apenas isso, Sr. Secretário.

O SR. EDUARDO SUPLYCY – Peço à Sra. Larissa que dê essa explicação.

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Naquela lâmina que o Secretário Suplicy apresentou sobre os compromissos assumidos, no início da gestão, a meta de Educação em Direitos Humanos é a meta que tem 88% já implementada. Então, considerando o período de 2013 a 2016, para os anos de 2014 e 2015, esse orçamento era correspondente praticamente a um milhão por ano e agora, que falta uma etapa final de execução da meta, que corresponde à atividade formativa para rede de ensino e para capacitação da GCM, esse valor é de 173,8 mil. Não significa uma redução do orçamento. É que já foram implementadas 88% das ações, o que falta de orçamento para garantir a execução, até o ano que vem, do que foi previsto em planejamento, no programa de metas, é correspondente a 173,8 mil.

O SR. MILTON LEITE – Perfeito. O que a senhora está dizendo é o seguinte: temos um programa de metas a ser cumprido no período da gestão. Cumpriu parte e precisa apenas de 174 mil para fechar a meta.

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Isso.

O SR. MILTON LEITE – Está explicado. Não há problema. Não há demanda, não vejo por que alterar.

A mesma pergunta faço em relação à rubrica 2803, Operação e Manutenção dos Conselhos e Espaços Participativos no Município. Está com uma retenção de 65, acontece o mesmo? E a fonte também é 00. Por que dessa redução de 65%?

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Bom, é dentro dessa mesma lógica: as ações de participação social e manutenção dos espaços participativos tem essa redução.

O SR. MILTON LEITE – Está atingindo a meta?

R – Está atingindo a meta. Praticamente serve para todos os temas.

P – Obrigado pelo esclarecimento.

R - Temos uma previsão de ano a ano.

P - Não tem mais demanda, então, é isso?

R – Isso.

P - Está praticamente extinta?

R – Não que não tenha demanda. A demanda é, em direitos humanos, na agenda de direitos humanos, há uma necessidade sempre de ampliação e garantia dos direitos, o que está previsto no Planejamento Plurianual e do que foi compromisso no Programa de Metas no início da gestão.

É claro que há sempre a demanda de ampliação dos espaços de participação e isso é algo sempre progressivo. Não dá para falarmos que não há demanda, mas dentro do que foi planejado no início da gestão e o que está sendo executado é essa necessidade orçamentária.

P – Está esclarecido. E, na 2157, Administração do Conselho Tutelar, há um acréscimo, um incremento, para 22%, ahã, de 26% elevando para 22,622 milhões. O Senador Suplicy disse que há necessidade de mais 2,060 milhões. É nessa rubrica?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. MILTON LEITE – É nessa rubrica? Ele já explicou que está faltando aqui.

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Isso. Nós tivemos a ampliação de oito novos Conselhos Tutelares para o ano que vem, valendo já na edição de domingo.

Então, esse valor, acrescido de 17 para 22 é para conseguir estruturar e fortalecer a infraestrutura dos novos conselhos tutelares.

P – E dar suporte.

R – Suporte. E também formação e capacitação. Além disso, para os novos benefícios sociais é necessário ter uma ampliação do Orçamento, que não está na nossa

PLOA 2016, de dois milhões e pouquinho que foi o que o Suplicy apresentou como uma necessidade adicional. Então seria 22 mais dois e pouco.

P – Aqui está faltando dinheiro.

R – Está faltando. É bem objetivo, Dona Larissa, aqui falta mesmo. Está faltando.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – A nossa demanda de benefícios sociais para 260 conselheiros tutelares é de colocar 2,060 milhões a mais.

O SR. MILTON LEITE – Está faltando dinheiro.

R – Está faltando.

P – Tenho isso como claro aqui. Eu entendi a demanda. Já na 4318, há também uma redução de 22 e a fonte, aqui, me preocupa, porque nessa ação temos algo do Governo Federal.

R – Desculpa, Vereador, esse não pegamos qual é o tema.

P – Ações do Plano Juventude Vive. É na 4318. Aí tem o Orçamento de 580 contra 22% a menos do que outro. É complemento? Não foi executado os 4,606 de 2015? O que houve na execução desse aqui? É dessa rubrica do dinheiro do Governo Federal, que eram originários 4,606 milhões, de 2015. Foi atualizado mesmo o valor, mas não estou vendo ele liquidado, ou seja, não foi pago. O Governo Federal não transferiu, o que houve nessa rubrica?

R – Essa rubrica de 2,730 milhões foram convênios pactuados em 2013. O recurso entrou na conta da Prefeitura em 2014 e está em execução. São praticamente as infraestruturas para as estações da juventude.

Então é um recurso que, como é recurso do Governo Federal, é diferente da Fonte 00 e ele não deixa de ser, quer dizer, ele passa de um ano para o outro, então ele continua em execução.

P – Na verdade, ele está fatiando, ele distribui ao longo do período.

R – Isso, ao longo dos anos.

P – O programa está ao longo do período.

R – Isso.

P – Daí a redução. Na verdade, foi executado 22 que, em tese, é resta 78 para executar.

R – Isso.

P – É isso?

R – É.

P – Então o universo 22 está em execução?

R – Isso.

P – Está claro para mim.

R – Na 4319 Ações Permanentes de Combate à Homofobia. Nós temos, aqui, recursos federais, 579 mil, previsto para 2016; na Fonte 00: 4,982 milhões, com incremento de 43%; eu pergunto: esses aumentos a que se devem? Quais programas foram incrementados para aumentar? Quais ações mais foram incrementadas dentro da rubrica 4329 que permitisse esse aumento, na verdade, da ordem de 43% da Fonte 00?

R – A ampliação da Fonte 00, também na programação da implementação dessa meta, Ações Permanentes de Combate à Homofobia, está previsto não só a ampliação do Transcidadania, que precisa de um incremento orçamentário, mas também os recursos para estruturação dos Centros de Cidadania LGBT e das unidades móveis.

Então são recursos que, uma parte são recursos de custeio que vêm também, melhor, que têm de ser assumidos pela Fonte 00; e equipamentos que estão sendo implementados, e está na fase de elaboração para estruturar esses equipamentos na zona Leste, e outro é na zona Sul. Então tem tanto os Centros de Cidadania LGBT zona Leste e zona Sul, e também as unidades móveis que vão ser expandidas para essas duas regiões.

P – Aqui, na 4319 também está amparado, não é isso?

R – Também.

P – E quanto nós gastamos na Parada em 2015?

R – O valor da Parada? Cadê o Alê? (Pausa) Foram 1,3 milhões.

P – Foi um vírgula três, então tá. E quanto vamos gastar em 2016?

R - Está projetado o mesmo valor para 2016.

P – Ô Vilma, foi nessa rubrica que houve um problema com a Controladoria? Nessa rubrica, ou não. Vi nos jornais, algo por cima, que houve qualquer coisa, ou não?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Em verdade, tendo em conta a escassez de recurso de 2015, houve alguns cortes como, por exemplo, não houve mais o camarote para as autoridades e também houve o festival que se costuma... Chama-se festival?

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – Feira.

O SR. EDUARDO SUPLICY - A Feira LGBT que acabou ficando na responsabilidade do Governo Estadual. Com isso, houve a redução do custo da Parada LGBT de 1,8 milhão para 1,3 milhão, de 2014 para 2015.

O SR. MILTON LEITE – Está perfeito, Sr. Secretário. Vamos prosseguir. Vou fazer a última pergunta, porque temos inscritos e estamos aqui para ouvir a população. Demais perguntas, ficarei com o telefone da Sra. Larissa para que eu possa, em contato com ela – eu ligo – e tiro a dúvida por ser Relatoria. Acabará sendo, digamos assim, um debate meu com ela que pode ser por telefone. Não tem nenhum problema em debater qualquer dúvida que tenha aqui.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Estará à disposição.

O SR. MILTON LEITE – Então na 8411, Implementação de uma Política Municipal para Migrantes. Aí, sim, Secretário, queria ouvir V.Exa.

Também há uma rubrica do Governo Federal que imagino seja o mesmo critério: está executado 23, temos por executar 77, D. Larissa, do saldo do valor? É isso? A conta fecha, 1,5 menos 254 contra 1.158, dá os 23, ou seja, os senhores executarão o restante? É isso?

A SRA. LARISSA BELTRAMIM – É isso.

P – Exato, Sra. Larissa?

R – Exato.

P – Então tá bem. Devolvo a palavra ao Sr. Presidente, pois quero, agora, ouvir os presentes, Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Passo, antes, a palavra ao nobre Vereador Salomão Pereira.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Obrigado, Sr. Presidente, boa tarde. Sr. Secretário, boa tarde. Já é boa noite, não? Boa noite a todos.

Sr. Presidente, não é tão fácil discutir números. Acho que V.Exa., que é o Relator desse projeto, tenho acompanhado no meu gabinete e tenho analisado bastante, mas nada melhor do que estar aqui ouvindo V.Exa. como Presidente, bem como ouvir o Sr. Secretário e os demais membros da comissão.

Digo aos senhores e às senhoras que é muito importante a participação dos senhores virem acompanhar essa Lei Orçamentária. É fundamental discutí-la com a sociedade para saber como está sendo gasto o dinheiro público. Isso é uma grande preocupação também dos Vereadores desta Casa, especialmente os que fazem parte dessa comissão.

E, aproveito para parabenizar o nobre Vereador Milton Leite, pois, como Relator da comissão e, justamente por isso, está questionando qualquer valor que ele considere que não esteja batendo ou que está faltando, porque não adianta, aqui, ser aprovado e, depois, vir atrás de mais valores, porque não vai ser tão fácil conseguir essa aprovação.

Também quero parabenizar o Vereador Jair Tatto por estar discutindo esse importante assunto com a sociedade.

Acredito que esse projeto ainda vai ter algumas audiências públicas com as demais secretarias para que quando ele vir a plenário, quando da discussão entre os Vereadores em

plenário, já haja algo enxuto e coerente, uma situação em que todos os Vereadores não tenham dúvida da aprovação deste projeto.

Quero dizer aos senhores que a Casa está aqui para isso, é muito importante que os Vereadores ouçam os Secretários sobre os valores que são destinados para cada sociedade, para cada entidade, para cada entidade, enfim, o quanto é gasto e com que é gasto. Então a preocupação do Relator é muito importante, e realmente é preciso que acompanhe centavo por centavo. A situação do país está um pouco difícil. Está-se reduzindo o custo, e esse é o objetivo desta Casa.

Quero parabenizar o Relator, Vereador Milton Leite, e também o Vereador Jair Tatto, que está acompanhando tudo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

A SRA. MARIA DO SOCORRO – Boa noite a todos, à Mesa.

Eu sou a Maria do Socorro, conhecido por dona Socorro. Sou uma idosa persistente, teimosa, não paro de falar, de criticar e cobrar.

Eu vi o orçamento lindo e maravilhoso. O Suplicy explanou muito lindo. Só tiveram duas coisinhas que me chamaram a atenção: o orçamento do idoso foi o menor que teve, se for comparar com o que foi destinados ao morador de rua, LGBT, Braços Abertos.

Não esqueçam que o Conselho do Idoso já tem mais de 20 anos – já é de maior –, e em todo canto que vamos o idoso é transparente, é de vidro, ninguém enxerga. E aí? Com todo o respeito ao Vereador Milton Leite, mas olhe com carinho o orçamento destinado ao idoso. Já não chega a gente não ter direito à Secretaria, que todos conseguiram.

Nós existimos. Todos vocês têm que ter a dignidade, o respeito por nós, porque se São Paulo está do jeito que está, saibam que você por causa de nós, que contribuimos e colaboramos. Eu sou o passado e o presente, porque o presentes são os jovens, para dar esperança para o futuro.

Outra: não sou imigrante, não nordestina, com orgulho, sou brasileira. Vocês defendem muito os estrangeiros, mas o Brasil está do jeito que está por causa de nós.

Então é bom olhar com carinho, mais dignidade e respeito o orçamento do idoso, porque essa lei foi assinada e sancionada. Infelizmente, o idoso não é tão louco quanto eu. Ele têm medo de enfrentar. Acha que vocês são deuses. Não, todos juntos somos os deuses. É bom respeitar, até porque o idoso vota. Eu não sou besta nem boba e nem babona, eu sou dona Maria do Socorro, 74 anos, com orgulho, direcionando a comunidade vulnerável. Moro na Águia de Haia, e não temos nada para o idoso. O que tínhamos, os políticos retiraram. E eu vou até o fim, porque não vou morrer com isso nas costas, não. Quero uma solução. E o que eu falar aqui eu passo para a minha comunidade. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Boa noite a todos. Já estamos aqui há nove horas discutindo orçamento. Acho que é uma lição de cidadania estar aqui para lutar pela população, não pela gente, mas pelo direito de vocês, especialmente pelos direitos dos mais desfavorecidos, dos segmentos sociais vulneráveis.

Senador, deputado federal, estadual, vereador, e agora Secretário Eduardo Suplicy, candidato a governador e a Prefeito de São Paulo; Vereadores Salomão Pereira, Milton Leite, Jair Tatto, equipe da Secretaria, conselheiros e conselheiras presentes, representados dos segmentos sociais.

Vimos aqui com muita tristeza, porque o senhor, Prof. Suplicy, tem um currículo muito importante na política brasileira, e não é possível o senhor só colocar 1 milhão e 200 mil reais na dotação global do idoso, com muito sabiamente falou a Conselheira Maria do Socorro. Eu não estou fazendo aos outros segmentos, que também são vulneráveis. Mas há um excesso de verbas. Por exemplo, juventude: 5 milhões e 400 mil...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Claro, é importante, tem que ter mais até, mas para o idoso só um milhão? Quer dizer, tem coisa errada. Público LGBT: 5 milhões e 500 mil.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Claro que tem que ter, mas e para o idoso, um milhão? Por que a discrepância? O idoso está perdendo.

Para as crianças e adolescentes, 147 milhões.

Acho que tem que haver uma isonomia na sua secretaria. E o problema talvez não seja seu, seja do Prefeito Fernando Haddad, que vetou a Secretaria do Idoso. Os Srs. Vereadores aprovaram a Secretaria do Idoso em dezembro de 2003, por unanimidade, e o Prefeito Haddad, em 2014, vetou.

Então, Srs. Vereadores, derrubem o veto, para dar a (Ininteligível) orçamentária ao idosos da cidade de São Paulo.

Porque o Prefeito Haddad, que não foi inaugurar a Conferência do Idoso – acho que foi a única conferência em que o Prefeito Haddad não esteve. O Prefeito Haddad desrespeitou os idosos na cidade de São Paulo, porque não foi à Conferência dos Idosos – embora tenha ido a todas as outras.

Termino a minha participação perguntando: quantas conferências a sua Secretaria fará no ano que vem?

Em relação aos conselhos: por que o senhor reduziu a verba dos conselhos da sua Secretaria para o ano que vem, como o próprio Vereador Milton Leite falou? Será que o Conselho da Juventude não é importante? O GCMI, que existe desde 1992, não é importante? O Conselho (Ininteligível) não é importante? O Conselho LGBT não é importante? Quer dizer, reduziram a verba. Isso é um escândalo na cidade de São Paulo, e o senhor tem que realmente questionar o Prefeito por que de tudo isso.

Para terminar, quero fazer uma denúncia.

A dotação do Polo Cultural da Terceira Idade está zerada; o Polo Cultural do Cambuci, eventos e atividades, está zerada. Tudo em relação ao idoso está zerado.

Plano Juventude Viva. O amigo Prefeito colocou na segurança urbana, o que é absurdo, porque segurança urbana não deve tratar de juventude; quem tem que tratar de juventude são as secretarias sociais, que só executou 23%. Conselhos Participativos: 13%. É muito pouco, Sr. Suplicy, para 2015. Direitos Humanos: 38% - sendo que a média é 83; ou seja, nem metade o senhor executou. É um absurdo esse tipo de coisa.

Para terminar, comento sobre a Ação Permanente da Coordenadoria da Política para Crianças e Adolescentes: o senhor não executou nenhum centavo de janeiro até outubro deste ano. Operação e Manutenção da Ouvidoria Municipal dos Direitos Humanos: nenhum centavo. Está zerada! O senhor não executa o orçamento dessas pastas que eu acabei de falar. E o seu antecessor, que foi um péssimo Secretário, o Rogério Sottili, também não executou.

Então estamos criticando o senhor, com todo o respeito, e o Sr. Prefeito Haddad, em vista desse descaso, especialmente com o idoso, na cidade de São Paulo. O senhor, como idoso, também tem que socorrer esse segmento da terceira idade.

Obrigado. (Palmas)

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Tem a palavra a Sra. Célia Bicudo, do Grande Conselho do Idoso, do Fórum do Idoso de Cambuci.

A SRA. CÉLIA BICUDO – Boa noite a todos – aos presentes, à Mesa, ao Secretário Suplicy.

Tenho a honra de representar o Sr. Rubens Casado, presidente do Grande Conselho do Idoso, e ele, por não estar presente, me enviou para fazer pergunta: até quando e a quem será enviada uma proposta para o Orçamento, já que ele não pôde estar presente hoje? Eu estava esperando o Vereador Milton Leite responder, mas eu acho que é o senhor que vai ter que responder.

Agora falo em meu nome.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – A senhora fez uma pergunta à Mesa, e eu estava um pouco desatento.

A SRA. CÉLIA BICUDO – Estou representando o Sr. Rubens Casado, presidente do Grande Conselho do Idoso, que, por motivos pessoais, não pôde estar presente.

Eletropaulo pergunta a quem e até que data ele pode enviar uma proposta para a Comissão de Orçamento?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Ok, pode prosseguir.

A SRA. CÉLIA BICUDO – Agora vou falar em nome do Fórum do Idoso do Cambuci.

Nós estamos vendo a UAP (?) do Cambuci tem 84 mil reais. Até hoje, eu tinha visto a UAP (?) como a Universidade Aberta para a Terceira Idade; e o Secretário usou a expressão “Unidade de Apoio para o Idoso”.

Peço ao Secretário, ou à Larissa, que esclareça esta minha dúvida.

Outra coisa que temos aqui são os 351 mil e 63 reais para as oficinas do Polo Cultural do Idoso.

Solicito à Comissão que esse valor seja carimbado para oficinas do Polo Cultural, para que não fique solto. No ano de 2014, a Dra. Larissa deixou bem claro que seriam 320 mil, 160 para o ano de 2014-2015, e isso foi cumprido, e nós gostaríamos que esse orçamento fosse uma emenda carimbada, porque nós ficamos dois anos sem nenhuma atividade para os 500 idosos que temos no Polo, e nós temos muita preocupação que não tenhamos mais.

Em último lugar, com todo o respeito, Secretário, como eu sou idosa e o senhor também, isso pode ser esquecido, eu tomei a liberdade de fazer um documento por escrito, porque na sexta-feira, na inauguração daquele evento, o senhor garantiu que a emenda do Vereador Dalton Silvano fosse cumprida. Aqui, anexo, tenho a emenda de 160 mil reais do Vereador Mario Covas Neto, que está liberada desde o dia 6 de julho, e a sua Secretaria não

liberou. E vou aproveitar para falar novamente da placa Polo Cultural do Idoso do Cambuci José Legoy, que, no ano de 2013, foi tirada – a Larissa tem conhecimento disso.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou presidente mundial da Unicosmos Nações e da CGSTB.

Quero ressaltar ao Senador, sempre senador Eduardo Matarazzo: sei que o senhor vem de uma grande família, que ajudou a construir a cidade de São Paulo, tanto nas ações de desenvolvimento de emprego e renda quanto desenvolvimento econômico, que alavancou a cidade de São Paulo para o cenário mundial.

Além disso, temos o maior apreço por V.Exa., pelo grande político que é. E o que vou relatar aqui não é contra V.Exa.

A Dilma Rousseff, junto com o Vice-Presidente, Michel Temer, fez uma distribuição de 3 bilhões de reais ao Exército, através do Comandante da 4ª Divisão e o Ministério da Defesa, e para esta Casa ela distribuiu 640 milhões, dinheiro que veio da Petrobrás e de cinco ministérios.

O José Américo pegou esse dinheiro roubado. E veja como foi a distribuição criminosa, de acordo com o José Américo e o atual presidente, Vereador Donato: 300 milhões para o Prefeito; 240 milhões foram rateados, de acordo com José Américo e Donato, entre os Vereadores do PT, PMDB e outras siglas dos partidos ligados à base.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – V.Exa...

O SR. LAERTE BRASIL – Calma, deixa eu concluir...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tudo isso que o V.Exa. está falando será anotado e gravado.

O SR. LAERTE BRASIL – Tudo bem, pode gravar e me processar. O que foi que o José Américo fez?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – V.Exa. tem mais um minuto e 20 segundos.

O SR. LAERTE BRASIL – Numa reunião aqui na biblioteca, que eu estava fazendo um trabalho, o José Américo distribuiu propina para a Assessoria Militar. Crime foi praticado pelo Sargento Molina, e não usando nenhuma arma, só com o RG e os documentos das centrais, que a gente ia registrar, ele mandou roubar os documentos que estavam em cinco CDs, roubando seis mil reais que eu tinha dentro de uma pasta. E assim mesmo colocou esses mesmo militares para me processar, fazendo desta Casa de Leis um tribunal de assassinos, que rouba, pega dinheiro roubado, persegue e depois julgam a própria vítima.

E ele falou que o esquemão já articulado com a Presidente Dilma...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu me reservo o direito de cortar a palavra de V.Exa...

O SR. LAERTE BRASIL – Não, calminha, deixe eu concluir.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Peço à Assessoria que, por favor, anote tudo isso que está sendo dito aqui.

O SR. LAERTE BRASIL – Estou concluindo.

O Haddad roubaria 25 bilhões até o final do mandato dele, e 120 milhões foi distribuído para o presidente do PT, o Emídio, para fazer uma distribuição em Osasco.

E aqui, Senador, um grande político, agora da pasta dos direitos humanos, queria perguntar ao senhor como V.Exa. vê...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero reafirmar que isso aí será encaminhado a todas as autoridades aqui citadas.

Tem a palavra o Sr. Paulo César, do Movimento da População de Rua.

O SR. PAULO CÉSAR – Já está tarde. Boa noite. A hora já se vai.

Somos da população de rua e temos as nossas reivindicações também.

A questão de custos, que é uma coisa que a gente chora.

Sei que tem certos recursos do Orçamento que já são como um velório que já está no caixão e só falta ser enterrado, porque tem uma parte desses recursos que não vai chegar mesmo.

Está havendo uma redução de custos, e sabemos que até no Governo Federal essa redução de custo tem sido feita, e ela vai acontecer, por mais que não queiramos. Por isso não dá mais para chorar, a não ser que a gente chame um vuduzista para ressuscitar esse dinheiro, porque esse dinheiro não vai aparecer mais não. Ano que vem vai ter menos verba para os trabalhos, podem ter certeza disso.

Mas estamos pensando agora em criar agentes de direitos humanos. Estamos querendo mandar uma proposta para unificar com a Ouvidoria dos Direitos Humanos e criar agentes de direitos humanos.

Estamos com a intenção de fazer uma vaquinha e comprar umas bananas de dinamite e implodir o balcão que tem lá no Pátio do Colégio nº 5, porque a gente considera aquele balcão inútil. Aquele balcão não está cumprindo a sua função, está enxugando gelo, e que o trabalho que é feito na Defensoria Pública, de atendimento à população de rua, tanto na Rua Boa Vista quanto na Rua Riachuelo, tem sido muito mais efetivo, e aquilo ali é enxugar gelo, porque não tem efetividade. Então o que deveria de acontecer mesmo é a implosão daquele balcão e ser criado o que a gente chamou de balcão itinerante: ou seja, agentes que vão até as denúncias e trazem as denúncias.

Tem a questão do *De Braços Abertos*, que a gente acha que tem que ser descentralizado. O pessoal está ali, fumando crack e trabalhando, mais fumando crack que trabalhando, e isso não está ajudando em nada. Então queremos que o de *Braços Abertos* seja descentralizado, e que essa política do *De Braços Abertos* seja levada para o resto da cidade, porque ficar ali na Cracolândia, e o pessoal ali, trabalhando naquela rodinha ali, mais fumo do que trabalho, não está funcionando.

Tem a questão dos cuidadores de praça. Fizemos, no nosso movimento, milhares de cadastros, e o Sr. Prefeito nos ofereceu 20 vagas agora, depois de três anos. E a gente passa e vê as praças da cidade com mato até três metros de altura, e o povo da rua sem serviço. Chega lá no movimento perguntando: “Cadê aquele trabalho que foi prometido?” Agora são 20 vagas. Daqui até o Prefeito ir embora, ele cede mais 20 vagas.

Então as reclamações são essas. A gente precisa dessas coisas. Por exemplo, incluir a população de rua no programa de direito à cidade, e tantas outras coisas.

Tem também o lado bom. Por exemplo, o Prefeito, agora liberou a passagem gratuita para quem não estuda. Pode ser uma contraparte para esses estudantes que vão ter que andar 3km para ir para a escola.

As reclamações vão aí, nesse nível. Mas a gente sabe que as dificuldades são grandes. Mas apoiamos o Suplicy em sua caminhada, porque ele está sempre junto da população de rua. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Ademir Mota, do Conselho da Juventude.

O SR. ADEMIR MOTA – Boa noite a todos.

Tivemos uma diminuição de 30% no orçamento da juventude. E a nossa ideia é retomar o orçamento, e, se possível, ampliar. Nós temos, para iniciar o ano que vem, a Meta 43, que é o programa *Juventude Viva*, e temos também que terminar o Mapa da Juventude. São duas prioridades estabelecidas que precisamos terminar. Eu acho que a Câmara tem que estar um pouco atenta a isso, e ficar atenta para esse novo cenário. Nós estamos hoje no maior censo demográfico da juventude, que são 51 milhões de jovens. E é importante demandar isso, para que as políticas públicas possam ser efetivadas. Se não está no orçamento, e se nós não conseguimos cumprir, isso não tem como nós executarmos. Então esse é o meu pedido à Câmara.

Também queria falar para o Milton que, na região dele, de 2000 a 2010, houve 400% de mortes. Quer dizer, não dá para continuar com isso, com esse orçamento. Então peço para que tenha um pouco de atenção, para que esse relatório seja efetivado, e que, juntamente com isso, aumente o orçamento da juventude. Se conseguirmos contemplar esses 30% e aumentar um pouquinho, isso é importante. Que a Câmara esteja atenta a isso. É importante. E acho que olhar a juventude com um novo olhar, não somente com um olhar de participação, mas de empoderamento, fazendo com que a juventude da cidade de São Paulo seja ouvida e seja protagonista no novo processo que estamos estabelecendo.

É somente isso. Um abraço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Felipe Valentim.

O SR. FELIPE VALENTIM – Boa noite a todos que aqui estão – minhas companheiras que ali estão, senhores Vereadores, Sr. Secretário de Direitos Humanos.

Estou aqui representando as 100 beneficiadas do projeto *Trans Cidadania*. Quero dizer a vocês que é um projeto que deu certo, e espero que o Sr. Secretário de Direitos Humanos dê continuidade a ele. O senhor nos acompanha, o senhor sabe disso.

Fiquei feliz em saber que aumentou 100 vagas, embora ainda seja pouco, porque existe uma demanda de travestis e transexuais lá fora que grita “socorro” pelos olhos. Então com o caro amigo que ali estava dizendo sobre o orçamento, quando fala sobre os idosos. Eu tenho uma mãe idosa, muda e surta, e eu cuido dela com o maior amor. Eu não espero pelos outros, eu faço por ela. Só que eu queria que você entendesse que travestis e transexuais, o que está sendo feito hoje pelo nosso querido Prefeito Fernando Haddad, ainda é pouco, porque esse população sofreu, sofre e irá sofrer muito mais se não houver esse curso, se não houver esse apoio que estamos tendo agora. A gente deve lutar pela igualdade, e não discutir valores altos ou baixos. Devemos tentar entrar num diálogo que possa igualar tudo isso, que todos possam ser beneficiados igualmente.

Quero, Secretário de Direitos Humanos, Sr. Eduardo Suplicy, que essa pauta para 2016 seja cumprida com essas 100 vagas, e que possam aumentar um pouco essa bolsa, porque o senhor sabe que com 820 reais não se sobrevive na cidade de São Paulo.

Quero dizer também, Srs. Vereadores, muito obrigado pelo apoio, muito obrigado por essa ajuda, porque ali tem 100 meninas que estudam, cumprem a meta e mudaram de vida graças ao projeto *Trans Cidadania*. Muitas delas saíram da prostituição. (Palmas) As minhas amigas, as minhas colegas que estão lá foram, têm que ter o direito, como todos têm que ter o direito, como todos têm, de escolher se querem se prostituir ou querem trabalhar e esse projeto está inserindo essas meninas a uma oportunidade diferente. Qual era o histórico da travesti antigamente, da mulher transexual? É somente uma calçada. Isso não é justo para a nossa população. Ela tem que ter o direito que está tendo hoje, com aulas de direitos humanos, inserida no Senai, nesses cursos que estão sendo oferecidos. Então isso é muito importante que continue. E eu, como presidente da Greta, Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais da cidade de São Paulo, irei lutar para que esse projeto possa se tornar uma lei, porque não importa a gestão que vai estar na Prefeitura, mas que se respeite essa população.

Quando falamos de travestis e transexuais e homens trans, falamos de seres humanos e serem humanos não é a casaca, são seres humanos, comem, bebem, tem potencial para trabalhar como qualquer outra pessoa. Então eu não permito mais, a partir do momento que entre neste lugar, nesta Câmara, eu não permito que a minha população esteja à mercê de discriminação e vocês sabem que quando se assassina uma travesti não se assina ela por coisas vulneráveis e sim pelo ódio dela ser quem ela quer ser, pela natureza que nós somos.

Então agradeço, peço que o senhor veja tudo isso e apoie a gente e continue com esse projeto. Muito obrigado a todos vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Felipe Valentim.

O SR. FELIPE VALENTIM – Boa noite a todos e a todas aqui reunidos. Eu vim falar sobre algumas dificuldades que afrontam a periferia de São Paulo, mas localizada na cidade de Itaquera, que é onde eu moro. E o que acontece lá em Itaquera? Os atendimentos dos aparelhos públicos não são humanizados. Então há uma demanda de que se humanize esse atendimento ao público, se humanize esse atendimento que é prestado à sociedade, o que não acontece. Em hospitais e em vários outros aparelhos públicos não há esse atendimento humanitário e as pessoas são tratadas como objetos, como coisas e não como seres humanos. E no plano de orçamento eu não vi nada que contemple essa demanda e é uma demanda extremamente necessária.

Apesar do início do ano ter acontecido a assinatura do termo de colaboração entre o Ministério Público e a Prefeitura, esse termo de colaboração não se efetivou na prática. Por quê? Porque ainda há muita discriminação com as pessoas que vêm de periferia. Quem mora na periferia realmente sofre muitas represarias por ser de periferia. Um caso clássico é essa questão que não diz respeito a atual Secretaria, mas realmente está acontecendo com o fechamento das escolas. Em nenhum momento foi consultado se a própria população queria que algumas escolas fechassem. Então há necessidade da Secretaria de Direitos Humanos começar a se atentar sobre o que está acontecendo com a comunidade. O que realmente está acontecendo com a sociedade, além de prestar mais atenção nas periferias, em particular buscar mais parcerias com os subprefeitos, porque eu acho que uma das necessidades mais básicas da sociedade é alcançar as pontas e quem alcança as pontas são os subprefeitos esses subprefeitos realmente não estão cumprindo com o papel deles. E os aparelhos públicos que já existem, com o caso do CEU Azul da Cor do Mar, da Dona Socorro, não funciona, não funciona, porque existe uma má administração lá.

Obrigado. (Palmas)

Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra a Sra. Gabriela Valim.

A SRA. GABRIELA VALIM – Boa noite. Eu também quero falar sobre a região de Itaquera, que é o bairro onde eu moro. Eu fui analisar e lá tem as piores taxas de desemprego e desemprego para a juventude. Então entre 16 e 29 anos, Itaquera, São Mateus e São Miguel têm 14% de taxa de desemprego. De todas as subprefeituras é o pior índice. Isso é um reflexo de quanto é necessário o orçamento para a juventude ser considerado e pensado em todas as demandas.

No Jardim Ângela a letalidade contra a juventude negra cresceu 4%. Então, de 200 o para 2010 aumentou consideravelmente, 400%, o número de jovens que morrem. Isso é um fator assustador que não remete a apenas lá, mas a toda a Cidade. Então o número de jovens negros que estão morrendo é muito grande e faz parte do Plano de Metas da Cidade a juventude viva. Eu vi que foi implementado 71%, mas a implementação dele não necessariamente significa que está se efetivando nas pontas, na periferia. Então eu peço que seja analisado sobre o orçamento para continue se concretizando daqui para a frente. Não diminuir o orçamento porque já foi implementado, porque os jovens continuam morrendo, os jovens continuam sendo presos, continuam sem acesso aos direitos humanos e questões básicas de cidadania. Como a taxa de jovens presos, que é duas vezes maior do que a de não jovens, então são muitas questões que dizem respeito a nós e que precisam ser consideradas e que a Secretaria de Direitos Humanos é uma das que tem papel fundamental para que nós sejamos assistidos. Então nas pontas essas políticas demoram muito mais para se consolidarem. Então é importante que exista um cuidado maior e um apreço no como isso está se efetivando lá.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Tem a palavra o Sr. Jorge Gines, do DCA-Fatec.

O SR. JORGE GINES – Sou o Jorge – boa noite – mais conhecido nas ruas como Gines e venho clamar aqui à nossa querida Mesa que a Prefeitura de São Paulo, e nessa nova gestão do Prefeito Fernando Haddad não pode entrar na contramão que vem vindo o nosso

Governo do Estado, que vem fechando escolas e limitando ainda mais as oportunidades para o nosso lado da sociedade, ou seja, as periferias. Esses 30% que vão ser retirados da Coordenadoria da Juventude vai afetar muito os jovens pelo fato de que não vai ser mais implementado outros programas como o Projovem, as bolsas de trabalho e as demais. É de alta importância que essa gestão do Fernando Haddad e dos demais não corra nesse contramão. A cidade de São Paulo é altamente responsável nisso e já tem um plano de gestão muito bom que deve ser aplicado e chegar às periferias.

Já fui contemplado pelos meus amigos e acredito que é isso. Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Cleiton da Silva.

O SR. CLEITON DA SILVA – Boa noite a todos e todas. Quero saudar a Mesa.

Uma coisa que muito me preocupa quando mexemos na Secretaria de Direitos Humanos é com a juventude que mora na periferia. Sou da região da Freguesia/Brasilândia e na Brasilândia, se houve cortes na Secretaria de Direitos Humanos, aquela juventude que já é cerceada de vários outros direitos, vão perder mais direitos ainda e a gente sabe que a Secretaria de Direitos Humanos vem desenvolvendo belos trabalhos na região com o Juventude Viva, com os articuladores de políticas públicas para a juventude. Então acho que a Mesa tem que ser sensata e trazer mais orçamentos para a nossa Secretaria de Direitos Humanos e também trazer orçamentos para a Coordenação de Juventude, porque sem esses orçamentos, e aí o nosso Secretário esteve ontem no CEU Paz e viu a realidade daquele CEU, muito difícil, por sinal, daquela comunidade instalada, se não têm recursos os programas não conseguem avançar. Acho importante a Mesa conseguir dar uma orientação, e aí os Vereadores, o Relator, aumentar o orçamento da Secretaria, principalmente da Coordenação de Políticas para a Juventude, que não é só Brasilândia, mas toda borda das periferias, zona Sul, zona Leste, zona Norte de São Paulo que está sofrendo e se houver cortes vai sofrer mais ainda.

Era essa a minha contribuição. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o MC Smith.

O SR. MC SMITH – Olá pessoa, boa noite. Queria me apresentar aqui: eu sou Will Smith MC, faço um trabalho no rap que combate a desnutrição intelectual no rap. Vamos lá, tratando a respeito, eu fiz algumas anotações aqui para não me esquecer, 30% a menos da verba para direitos humanos. Vamos lá, pessoal, tem diversos programas a nível de juventude rolando, por exemplo, Juventude Viva, que dá uma força para pessoas que já nasceram com o vip para a cadeia, já nasceram com a vaginha lá e automaticamente determinados programas fazem nascer na pessoa a vontade de se destacar, as trans, as não trans nem todos se formaram na faculdade, tem um ensino superior, no entanto, cada um usou seu meio autodidata para buscar informação e não chegar aqui e ser um alienado. As escolas realizando essa espécie de fechamento não vejo nenhuma espécie de vantagem para o público jovem. Eu sou da Freguesia do Ó e Brasilândia, o Cleiton também, e a Freguesia do Ó é um bairro que lidera a taxa de AIDS e DSTs e gravidez também.

O que eu quero trazer aqui? Com essa baixa na Secretaria vai ser muito difícil de cuidar dessa joia que são os jovens, porque não interessa se o cara é preto, se o cara é branco, se o cara é trans ou se o cara não é trans, uma hora ele vai bater 90 anos, mas ele começa com cinco anos, com dez, com 15 anos. E o que ele está recebendo? Ele não recebe apoio da família, porque a família já tem determinadas dificuldades, não sabe nem para onde ir, a família quer ver o filho crescer, quer ver o filho vencer, só que às vezes o filho vencer para eles é o filho ter um salário mínimo e não ir preso.

Deixe-me salientar aqui outro detalhe. Recurso para política de juventude. Eu acredito que a Secretaria de Direitos Humanos tem um braço muito forte que é a Coordenação de Políticas Públicas Para a Juventude. Não adianta a gente querer deixar de fora qualquer espécie e pessoa de 15 a 29 anos, que é com 30 anos que ela desponta com toda aquela gama de conhecimento para a vida. Com 30 anos ela está pronta para ser um adulto de

verdade, com diz o sistema. Tem gente que já é adulta com 12, 13, 14 anos porque não tem determinadas informações. Eu queria dar uma opção para os direitos humanos e cidadania se juntarem com outras entidades relacionadas para trazer algo para o público jovem, não desrespeitando o pessoal mais velho, mas eles hoje, o pessoal que tem mais primaveras do que nós, sabe o que é bom, só que ontem não sabiam, lutavam até mesmo para coisas que vão deixar o seu intelecto mais robusto. É para isso que a gente que lutar, para engordar a cabeça da criança, porque se a gente não engorda o crime engorda a cabeça delas.

Essas são as minhas palavras, pessoal. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Fernando Filho.

O SR. FERNANDO FILHO – Boa noite. Sou articulador do Plano Juventude Viva, também da Coordenadoria de Juventude, também professor de sociologia da rede estadual e do cursinho Transformação, também professor de sociologia, um cursinho somente para pessoas trans.

Não vou me ater muito a falar das questões da juventude no meu plano, porque meus colegas já falaram aqui, mas exatamente em como fiquei satisfeito que dentro do orçamento vai ter dois centros de referência para a homofobia nas periferias, porque toda vez que tenho reunião com os jovens do meu plano, lá na região Leste, uma das coisas que eles mais pautam, jovens negros, LGBTs, são os centros de homofobia, porque eles estão cansados de virem para o centro, porque a maioria das vezes eles são expulsos de casa, são mortos, são violentados e às vezes não têm nem apoio de ter uma passagem de transporte para vir para o Centro de São Paulo. Então peço para essa Mesa que dê atenção para esses centros de combate à homofobia nas periferias porque a gente está precisando. Estamos sangrando também esse recorte específico e que tenha MAS também. Eu só vi zona Leste e Sul, mas temos Norte, Noroeste, Oeste, Sudoeste. Então peço que olhe para nós, essa população LGBT nas periferias, que estão morrendo, estão sangrando, estão sendo expulsos, enfim, apedrejados e assim vai.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O Sr. Álvaro Souza.

O SR. ÁLVARO SOUZA – Boa tarde a todos e todas presentes. Eu queria relatar que estou aqui desde as duas horas da tarde esperando a audiência de Direitos Humanos começar, porque a primeira informação que foi divulgada pela Comissão e pelo *site* da Câmara, que é onde pude observar, estava às 14h e depois o *site* saiu do ar, relativo às audiências públicas do orçamento. E o efeito disso o que a gente vê é que na prática as audiências terminam sendo atropeladas. Audiências públicas muito importantes para um debate de sociedade mais humana, como, por exemplo, de mulheres, foi atropelada na discussão pela relatoria.

Eu também queria comentar que venho aqui mais para fazer uma fala no sentido que a gente acompanha as comissões de juventude e adolescente, eu acompanho particularmente a Comissão de Juventude, Adolescente a Criança e percebo que essa Comissão não realiza reuniões. Então fica muito ruim a gente dar as nossas demandas para a Casa, para a Câmara Municipal, sendo que a própria juventude, que é uma Comissão Extraordinária que era para debater isso, não debate os assuntos pertinentes à juventude.

Queria falar um pouco mais sobre o Plano Juventude Viva, que se não me falha a memória já está na fase II, de envio de orçamento do Governo Federal. O Plano de Juventude que estou me referindo diz que a meta 43 do orçamento, do Plano de Metas da Prefeitura. Essa dotação orçamentária eu queria fazer uma fala no sentido que ele fosse ampliado, no sentido que ele fosse dobrado, para garantir que dentro do município de São Paulo, pelo menos no município de São Paulo e a gente avance na situação de eliminar a violação de direitos humanos da juventude, porque essa violação é praticada principalmente pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e pelos Delegados Cíveis, que se utilizam de vários métodos violentos e de extermínio físico para eliminar a nossa juventude. Dentro dessa perspectiva eu também queria um comentário ao que já foi realizado do Plano Juventude Viva, que ela já

está, pelo menos, 70% encaminhado, que parte desse orçamento, infelizmente, foi para ações que eu diria que são muito pequenas para o desafio que temos aqui na cidade de São Paulo, como, por exemplo, praça *wi-fi*, que eu acho que não tem a perspectiva de unir o enfrentamento da mortalidade da juventude em São Paulo e outros programas que são feitos para a juventude, como o Projovem, eu tem uma bolsa menos que o salário-mínimo, e o jovem SUS, que também tem uma bolsa parecida, já são programas do governo Federal, mas que infelizmente não dão conta da demanda que tem da juventude em São Paulo.

É isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o Sr. Gil Santos.

O SR. GIL SANTOS – Boa noite a todos e todas. Boa noite ao Secretário Suplicy.

Como já foi dito, eu sou Gil Santos, sou conselheiro municipal LGBT, represento a cadeira de homens trans e estou no Conselho Nacional de LGBT também. Não esquecendo que sou usuário do Programa Transcidadania, eu represento o Projeto Transcidadania, junto com as meninas transexuais. Eu gostaria de lembrar que de 2012 a 2014 eu fui conselheiro municipal LGBT titular e a gente não tinha orçamento. Os conselheiros não tinham orçamento e agora nesse orçamento, 2016 para 2017 a gente pediu orçamento no caderno e não tem orçamento no caderno. A gente pediu cem mil reais só, o que é pouco, a gente não tem assistência nem para pegar uma condução, nunca tivemos, muito menos para ir atender a população LGBT que estiver sendo espancada ou expulso de suas casas, ou seja lá como for sua situação, que a gente sabe que é sempre trágica.

O que a gente quer? Orçamento para o Conselho Municipal LGBT. Precisamos urgente. Não esquecendo também que no Plano de Metas, o plano de número 16, nós não temos também essa questão de orçamento para os conselhos e não temos também a questão do Programa Minha Casa Minha Vida, onde foi prometido, saiu até em propaganda de TV, rádio, internet, que tinha saído cotas habitacionais para pessoas LGBT e a gente não está

vendo essas habitações sendo destinadas à população LGBT. Queremos saber onde estão essas demandas para a população LGBT.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o último inscrito, o Sr. Geraldo da Cunha.

O SR. GERALDO DA CUNHA – Quero dizer que na última reunião tive um pequeno entreviro com o Vereador Salomão Pereira e eu peço desculpas, e quero dizer para ele o seguinte: Vereador, hoje o meu filho está na ocupação de uma escola do Estado e ele falou assim: “Vô, vê se o Vereador Milton Leite não tira dinheiro dos idosos para nada”. Mas eu vi que o Estado não dá muito dinheiro para o município para o idoso, então fiquei mais tranquilo. O Vereador, na relatoria dele, não vai ter esse trabalho.

Mas eu queria pedir, Vereador, como homenagem, nós trabalhamos com um projeto que se chama Cidadania Digital Para Terceira Idade, porque imagine um idoso, gay, assumido e velho, se não souber informática daqui a 20 anos está lascado. Então é o seguinte, nós queríamos trabalhar com as pessoas desde já para fazer uma preparação para ele ficar velho. A gente gostaria de ganhar muito dinheiro. E também queria colocar para o nosso Presidente, Vereador Jair Tatto, eu me senti aqui muito mal pelas críticas que fizeram, xingamento, chamaram todas as pessoas de ladrão. Eu gostaria que na próxima reunião cortasse a palavra dessas pessoas que não são pessoas, que representam a si mesmas. (Palmas) As pessoas organizadas não usam desses meios. A gente tem discordância, a gente tem desacordos, mas nós temos respeito. Vereador e Senador Suplicy, eu proponho que o senhor continue trabalhando no sentido do orçamento do Conselho do Idoso, que estamos batalhando, porque os idosos hoje não é somente do Cambuci, que faz um belíssimo trabalho, mas lá do Butantã também, gostaria que o orçamento fosse um pouco maior, porque a Dra. Guiomar hoje não tem condições de fazer o trabalho que ela gostaria.

Gostaria que o Secretário Suplicy tivesse esse apreço e fico muito feliz. Acho que a Comissão de Orçamento fez um trabalho no dia de hoje, a meu ver, eu quer frequento essa Casa há muitos anos, fiquei feliz hoje. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado a todos os inscritos. Paço a palavra ao nosso Secretário Eduardo Suplicy para suas considerações finais.

O SR. MILTON LEITE – Sr. Presidente, antes de passar a palavra ao Senador, queria dizer ao Sr. Geraldo, que foi o último a usar a palavra, que a Câmara tem a liberdade e dá a liberdade para as pessoas se manifestarem. Nós não podemos nos responsabilizar pela fala e o conteúdo da fala do que as pessoas se manifestam aqui, seja ela a natureza...

Pela fala e o conteúdo da fala daquilo que as pessoas manifestam aqui, sejam eles da natureza que for.

Entendo, também, como o Sr. Geraldo. Às vezes, as falas são ofensivas, não correspondem à verdade, não só no tema abordado, mas nós ouvimos. Isso não quer dizer que concordemos nem que acompanhamos aquela opinião. Não é isso. Nós temos que ouvir e democraticamente escutar as palavras.

As pessoas são responsáveis por seus atos, atitudes e aquilo que falam.

Infelizmente, temos que conviver com isso.

Quando estou presidindo, via de regra, corto e peço que não use os termos inadequados.

Se as pessoas têm provas de qualquer ilícito de quem quer que seja, há o foro adequado. Se quiserem fazer uma representação nesta Casa há mecanismos legais para tomar atitudes.

Contra o Presidente da República há o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. Todos eles são órgãos de controle e fiscalização.

Aqui as pessoas podem falar, só que têm que ser responsáveis por aquilo que falam. Não podemos cercear nem cassar a palavra, infelizmente.

Quando estou presidindo, peço que não aborde problema diferente daquele que estamos tratando, ou seja, orçamento. Eu não aceito que se faça isso. E não é aquilo que pensa a Câmara ou a Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado pelo esclarecimento, nobre Relator Salomão Pereira.

O SR. SALOMÃO PEREIRA – Obrigado, Sr. Presidente; Vereador Milton Leite e Secretário, todos os senhores que continuam aqui.

Vejam bem: quando a Casa convoca para uma audiência pública, evidentemente, temos uma pauta a ser discutida aqui. Há pessoas que ultrapassam os limites, mas é como o Vereador Milton Leite falou, infelizmente, temos que respeitar a palavra de cada um, mesmo que, às vezes, ofendam os Vereadores desta Casa, o Secretário, o Prefeito, o Governador ou outros que não se encontram aqui. Mas não temos como proibir a palavra daquela pessoa, e ele assumindo, sim, a sua responsabilidade.

É muito importante que as senhoras e os senhores quando estão presentes em audiências para discutir qualquer assunto que discutam os assuntos pertinentes à pauta, porque vão enriquecer os Vereadores, para que possamos aproveitar suas ideias e as colocar no papel, num projeto, a fim de melhorar o que está sendo discutido a favor da população.

Geraldo, eu acho que projeto que apresentei lá na Comissão de Idosos, da qual faço parte, é para ajudar os idosos porque sei que a situação do idoso é difícil. Ele precisa ter um atendimento melhor desta Casa. Agora tudo depende de orçamento.

Como Vereadores da Casa, estamos fazendo a nossa parte. Executar é outra situação que não é da competência do Vereador, mas, sim, da Administração.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra o nosso Secretário Eduardo Suplicy, sempre Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Obrigado, caros Vereador Salomão Pereira, Milton Leite e Jair Tatto, quero cumprimenta-los porque estão aqui desde o início da manhã, quase que das 8h às 20h, quer dizer, já são 20h20, sinal de que na Câmara dos Vereadores há muitos que trabalham intensamente, correspondendo a confiança da população de São Paulo.

Quero iniciar com um agradecimento àqueles Parlamentares Municipais e Federais que contribuíram para o orçamento com emendas desde o ano passado. Agradeço muito pelas emendas os Srs. Vereadores Dalton Silvano, Mario Covas Neto, Toninho Vespoli, Gilberto Natalini, Nabil Bonduki; dos Deputados Federais Luiza Erundina, Renato Simões, Vicente Cândido, Vicentinho, Janete Pietá e eu mesmo também, em 2014, apresentei emenda que contribuiu para o orçamento desta Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania.

Diversas questões foram levantadas e vou solicitar, primeiro, à Larissa que responda diversas perguntas e, em seguida, eu concluirei com mais considerações.

A SRA. LARISSA – Conseguimos apontar algumas respostas diretamente. Sobre as perguntas que, de repente, não tenhamos a informação aqui, tanto eu quanto Gustavo, a equipe presente, nos comprometemos a buscar a informação e a responder o que ficar faltando.

Vamos a algumas questões que foram colocadas:

Em 2015, a Secretaria realizou cinco Conferências e, para o ano que vem, está prevista uma, que será na área de migrantes.

Sobre a dotação do Polo Cultural do Idoso, embora a dotação esteja, formalmente, no projeto de lei, zerada, o recurso para continuidade das ações está garantido, da mesma forma que no ano passado. Então, não é porque a dotação está zerada que as atividades não acontecerão.

Está prevista a continuidade das oficinas. A Sra. Guiomar está aqui presente, e a verba está prevista na dotação da coordenação.

O nome da UAPI, a Célia está correta, sobre o nome da Universidade Aberta para a Pessoa Idosa.

O SR. EDUARDO SUPLUCY – Ela está correta. Eu troquei o nome. Desculpe-me, mas é Universidade Aberta para a Pessoa Idosa. A senhora tem razão.

A SRA. LARISSA – Sobre a necessidade de ampliação dos Centros de Cidadania LGBTs nas periferias, o que está previsto no programa de metas está no orçamento do ano que vem, e nós concordamos de que essa ampliação seja progressiva ao longo dos próximos anos, porque é assim que a gente consegue fortalecer a promoção e a defesa dos direitos humanos da população LGBT na cidade como um todo.

O orçamento da juventude, principalmente, Juventude Viva, é importante considerar que o que está previsto na lei orçamentária não é apenas o que está na fonte 00.

A gente tem aqui o orçamento da juventude que apresenta uma redução de 30% na fonte 00 para o ano que vem. No entanto, tem que ser considerado o valor dos recursos do Governo Federal, que já estão disponíveis e em execução, um montante de 2 milhões 730 mil, já na conta da Prefeitura, mais a previsão de entrada de 750 mil reais para 2016, o que totaliza 5 milhões 451 mil, tirando o de Gestão de Conselhos Tutelares, é o segundo maior orçamento da Secretaria.

Então, grande parte da execução da Juventude Viva advém de recursos da fonte do Governo Federal e há, como foi apontado pelo Secretário Suplicy, projetos com necessidade de ampliação do orçamento para o ano que vem no valor de 2 milhões e 16 mil, para que a gente consiga cumprir todos os compromissos assumidos no início da gestão, o que garante o mapa da juventude, a fase dois, por exemplo.

Sobre a questão dos orçamentos específicos para Conselhos, é verdade: não há orçamento específico ou dotação orçamentária Conselho por Conselho. No entanto, há a

dotação orçamentária para fortalecimento da infraestrutura e capacitação de Órgãos Colegiados, numa coordenação que temos que trabalha o conjunto dos Órgãos Colegiados.

Nada impede que ele seja suplementado e direcionado para o fortalecimento dos Conselhos específicos. Isso significa que, se tiver um aumento do orçamento na área de participação social, ele pode, sim, fortalecer as ações do Conselho LGBT, do Comitê Pop Rua e dos Conselhos de forma geral.

Embora tenha sido discutido e feito alguns estudos, não tem orçamento específico, por exemplo, para o que foi colocado pelo Gil Santos, para deslocamento. Isso a gente ainda não conseguiu, mas está na agenda de discussão.

Sobre a priorização do Minha Casa, Minha Vida, a resolução que foi aprovada pela Secretaria de Habitação não garante cotas do Minha Casa, Minha Vida, para a população LGBT, população de rua ou mulheres que sofrem violência doméstica.

O que foi aprovado é um critério de priorização e não, cotas do Minha Casa, Minha Vida.

As pessoas precisam fazer um cadastro na Secretaria de Habitação, a qual faz um cálculo como pontuação de priorização, daí entra nas regras do Minha Casa, Minha Vida, que são sorteios das unidades habitacionais.

Esse critério de priorização, esclarecendo novamente, não são cotas, mas precisa ter uma fiscalização e um controle social para ver como está sendo feito no âmbito da Secretaria de Habitação.

É possível fazer esse controle social no âmbito do cadastro, e os critérios de priorização são cumulativos.

O Sr. Felipe Valentim falou da humanização no atendimento dos serviços públicos.

Boa parte da rede de serviços públicos e equipamentos são das outras Secretarias: Saúde, Assistência Social, Educação e assim por diante.

Tanto é responsabilidade dessas Secretarias de fazer o processo de formação e capacitação, quanto no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, como temos feito e apresentado pelo Secretário Suplicy, embora tenha apresentado as entregas para o ano que vem, essa apresentação, que está disponível publicamente, apresenta as ações desenvolvidas nos últimos anos. Ali estão colocadas as ações de formação e capacitação dos servidores públicos, por exemplo, na área de educação em direitos humanos, de respeito aos imigrantes, à população LGBT.

Então, na formação de servidores, a Secretaria tem atuado, mas é lógico que precisam ações adicionais das Secretarias que são responsáveis pelos equipamentos.

Do que eu anotei, são essas as respostas.

- Assume a presidência o Sr. Milton Leite.

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Então, agora, o Senador Suplicy fará suas considerações finais, por favor.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Milton Leite, quero dizer que foi um encontro formidável. Tivemos aqui a oportunidade de esclarecer diversos assuntos.

Gostaria de ressaltar, prezada Sra. Socorro, que, primeiro, a política para idosos, ações permanentes para a inclusão da pessoa idosa passaram, em 2014, de 569 mil, para 931 mil em 2015 e, para o ano que vem, 1 milhão 165 mil, portanto, sempre crescendo, e não se trata, conforme a senhora mencionou, do menor orçamento. Vou informar a senhora que há oito coordenações com orçamento menor do que políticas para os idosos. A senhora precisa estar ciente disso.

Também gostaria de ressaltar que as Secretarias, sobretudo, da Saúde, de Desenvolvimento e de Assistência Social têm programas para os idosos de grande relevância e, inclusive, maiores do que a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Então, no conjunto há muitas coisas que estão sendo realizadas.

A Larissa já ressaltou que o orçamento para a juventude, em verdade, se considerados os recursos do Governo Federal, significa que teremos em 2016 um orçamento maior do que o que aconteceu nos anos anteriores.

Mas, gostaria de, sobretudo, ressaltar que aqui foi assinalado, prezado Vereador Milton Leite, que para se fazer as diversas proposições adicionais que nós consideramos importantes, seria fundamental que pudesse haver uma realocação ou até emendas dos Vereadores, correspondentes a 5 milhões 885 mil reais, no total, colocado aqui no quadro demanda de ampliação do Projeto de Lei Orçamentária de 2016, com as diversas especificações, porque seria algo muito significativo para tudo aquilo que nós estudamos e avaliamos como de grande relevância seja para os programas da população em situação de rua, da juventude, do LGBT, dos idosos, dos imigrantes, direito à Cidade, direito à memória e à verdade, criança e adolescente.

Quero agradecer muito a presença de tantos colaboradores e coordenadores que aqui estão permanecendo até agora, como a Guiomar, o José Luiz, a Luana, o Jean, o Alessandro, o Geraldinho, a Kátia, a Larissa, o Gustavo e o Jamaica, que embora não servidor da Secretaria, está lá sempre como um colaborador. Nesta tarde, ele esteve lá no meu gabinete, colaborando para resolver o problema de um companheiro em situação de rua e foi muito prestativo no apoio ao nosso amigo Natalício; e o Claudinho, também, que tão entusiasmadamente tem realizado os programas culturais, esportivos e, inclusive, lembro-me do tempo em que era Senador presenciei a reunião do Prefeito Fernando Haddad com os diversos líderes de bailes funks e hip hop que, na cidade, estavam verificando em diálogo como fazer ações culturais e de festas nos bairros mais distantes e, muitas vezes, mais pobres, de tal forma que venham a respeitar os moradores e, também, a própria disciplina de comportamento das pessoas, seja no que diz respeito à utilização de bebidas alcoólicas, drogas e tudo, de modo que puderam essas reuniões de alegria, dança e música para os

jovens em nossos bairros terem organizações mais adequadas, portanto, cumprimento a coordenação da juventude e tantos que estão aqui e colaboraram.

Primeiro quero falar sobre a letalidade de jovens e negros, que vocês mencionaram, na zona Leste ou na Brasilândia. É fato, estive no CEU Paz neste final de semana, onde participei da final de campeonato de futebol de rua, que foi numa quadra dentro do Paz. Participei jogando dois minutos e meio para um lado e dois minutos e meio para o outro, junto aos meninos e meninas, que jogam em cada time. Eu nunca tinha participado de um jogo daquela natureza.

Para começar, primeiro, eles estabelecem algumas regras: o goleiro não vai poder sair da área, a lateral vai ser dada com chute e não com a mão e assim por diante; se, por ventura, algum time ganhar e abusar com alguns comportamentos inadequados, o resultado pode ser revertido.

Então, é uma forma de campeonato de futebol muito interessante dos jovens.

Mas fiquei impressionado, prezado Vereador Jair Tatto, que conhece o Jardim Paraná, assim como o Vereador Milton Leite, em torno do CEU Paz, cercado de habitações da Brasilândia, que cresceram extraordinariamente – o CEU Paz foi inaugurado em 2004, na gestão da Prefeita Marta Suplicy, onde havia no entorno uma área verde muito grande.

De 2004 para cá, houve um movimento de ocupação intensa em torno do CEU Paz, inclusive, não com ruas, mas vielas irregulares.

Eu até vou recomendar ao Secretário da Habitação, Secretário da Justiça e de Zoneamento Urbano, assim como ao próprio Prefeito, que vão lá para estudarem como melhorar aquela situação.

Sobre a letalidade dos pobres e negros, acho muito importante que a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania enfrentarmos melhor ainda esse programa.

Estivemos – com o Prefeito e com o Claudinho – em ações no Cemitério São Luiz, solidários àquelas famílias daquelas pessoas que perderam muitos de seus filhos e, com reflexões, efetivamente, muito interessantes.

Quero, também, agradecer a palavra da Aline que, em nome de todas as pessoas da população LGBT, entusiasmadamente expressou o seu apoio à iniciativa do Prefeito Fernando Haddad e do Alessandro de levar adiante e se possível, se couber no orçamento, aumentar em cem vagas, pelo menos, o programa Transcidadania.

Enfim, houve algo que deixei de falar? (Pausa)

Com respeito à emenda do Vereador Dalton Silvano, quero dizer que fui informado, ontem, a mim, que foi liberada; com respeito à emenda do Vereador Mario Covas Neto vamos verificar, uma está liberada também. Obtivemos, ontem, essa informação. Qualquer coisa, Sra. Socorro, pode esclarecer comigo amanhã, com a Larissa.

Enfim, agradeço demais por esta oportunidade de diálogo.

Parabéns, à Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal, por esse trabalho tão formidável, que por diversos dias estão fazendo estas audiências, e, hoje, uma das mais longas das 8h da manhã até 20h40 da noite.

Parabéns!

Muito obrigado pela presença de todos vocês! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Milton Leite) – Quero convidar o público interessado a participar da próxima audiência pública sobre o PL 538/15, ou seja, o orçamento de 2016, que será realizada na próxima segunda-feira, 16/11, às 9h30, neste plenário, em que serão tratadas a Secretaria da Saúde, Autarquia Hospitalar Municipal, Hospital do Servidor Público e Secretaria da Promoção da Igualdade Racial.

Agradeço a presença do Senador, hoje Secretário Municipal dos Direitos Humanos, à Larissa e toda equipe do Sr. Secretário, que gentilmente compareceram e com a devida calma e paciência nos ajudaram a cumprir mais esta audiência pública.

Senhoras e senhores tenham uma boa noite.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública.